pombalina
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A linguagem na pólis

Autor(es):	Corrêa-Cardoso, João; Fialho, Maria do Céu
Publicado por:	Imprensa da Universidade de Coimbra
URL persistente:	URI:http://hdl.handle.net/10316.2/39992
DOI:	DOI:https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0
Accessed :	29-Jul-2020 21:13:16

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

pombalina.uc.pt
digitalis.uc.pt

JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO
(Coordenadores)

A LINGUAGEM NA PÓLIS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

As línguas e as cidades são irreverentes: nunca se deixa(ra)m reduzir às suas materialidades. Cidades não equivalem a cidades e línguas não equivalem a línguas. As línguas e as cidades são indisciplinadas mesmo perante qualquer normativo que se lhes dirija porque o pensamento e a língua, por não serem definitivos, alteram-se enquanto cada ser falante, no exercício da cidadania e em qualquer época, desejar afirmar-se como uma pessoa livre e cada comunidade linguística desejar proteger a sua identidade. É apenas em liberdade que o saber e o progresso humanos, incondicionalmente assentes no exercício da linguagem verbal, se realizam.

Languages and cities are irreverent: they never let / have never let themselves be reduced to their materiality. Cities are not equivalent to cities and languages are not equivalent to languages. Languages and cities are undisciplined even in the face of any norm to which they are subjected, as thinking and language, by not being definitive, changes with each speaker, in the course of the exercise of their citizenship regardless of the age, wishes to affirm himself/herself as a free person and each linguistic community wishes to protect its identity. It is only through liberty that the knowledge and progress of humankind, unconditionally based on the exercise of verbal language, are accomplished.

I N V E S T I G A Ç Ã O

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

EDIÇÃO
Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http//www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: http://livrariadaimprensa.uc.pt

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA
António Barros

IMAGEM DA CAPA
Pormenor do óleo sobre tela intitulado *La cité*
da autoria de Véronique Strick

INFOGRAFIA
PMP, Lda.

INFOGRAFIA DA CAPA
Mickael Silva

EXECUÇÃO GRÁFICA
Simões e Linhares, Lda.

ISBN
978-989-26-1114-3

ISBN DIGITAL
978-989-26-1115-0

DOI
https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0

DEPÓSITO LEGAL
417277/16

© NOVEMBRO 2016, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

JOÃO CORRÊA-CARDOSO
MARIA DO CÉU FIALHO
(Coordenadores)

A LINGUAGEM NA PÓLIS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Prólogo 7

Consciência e Linguagem: Acerca da Crítica Linguística
do Sujeito na 1ª Metade do Séc. XX
Diogo Ferrer 11

Da Crítica Hermenêutica à Metafísica da Subjetividade: a Importância
de Gadamer e Ricoeur para Repensar a Linguagem da Pólis.
Maria Luísa Portocarrero 55

Estudo do Contacto de Línguas em Ambiente Urbano
João Nuno Corrêa-Cardoso 77

O Papel Diferenciado de Subsistemas de Memória de Longo Prazo
nos Processos de Aquisição e de Aprendizagem de uma L2:
O Modelo Declarativo/Procedimental e as suas Consequências
para o Ensino de Línguas Não Maternas
Cristina Martins 99

Expressão Oral em Português Língua Não Materna
Anabela Fernandes 121

(Re)construir a Palavra do Outro: Tempos e Relações de Tempo
no Discurso Indireto
Ana Paula Loureiro 145

As Mil Imagens de Uma Palavra
Sara Bahia 175

Writing From Art
John Taggart 189

Music and Lyrics: Notes on Italian Songwriting
Cristina Babino 203

Una Vera Fashion Consciousness. O Italiano da Moda
e o Empréstimo Linguístico: Breves Notas a Um Artigo
de Vanityfair.it
Alberto Sismondini 227

Análises dos Media: Do Conteúdo ao Discurso
Isabel Ferin Cunha 239

A Linguagem do Mito e a sua Força de Interpelação:
Antígona Frente a los Jueces, de Andrés Pociña
Maria do Céu Fialho 269

PRÓLOGO

Os livros, tal como as cidades, são locais de memórias e de convívio que nos estimulam sempre a pensar no futuro, próximo ou longínquo, ao mesmo tempo que, através da leitura (como acontece durante as deambulações entre os elementos urbanos) refletimos sobre a génese de cada passo que vamos dando sós ou acompanhados.

A ideia deste livro nasceu há já alguns anos, no momento em que um pequeno grupo de investigadores, de diversas gerações e de diferentes áreas de estudo, desejou pensar em conjunto o exercício da linguagem verbal – e sobre outros comportamentos semióticos que a acompanham –, no espaço da cidade. Ao longo dos encontros, houve contributos que se silenciaram inesperadamente, mas também se juntaram intervenções novas e, para não perdermos a oportunidade de prosseguirmos com o *continuum* dialogal, agora com leitores-viajantes, decidimos publicar o volume, bem heterogéneo, constituído pelas reflexões que se foram entretanto acumulando.

As cidades, tal como os livros, são imensas. Existem as concretas, há as desejadas e aquelas que se imaginam, aspiramos a muitas utópicas para responder a debates difíceis sobre as fragilidades da existência humana e exaltamos de admiração perante cidades antiquíssimas só por causa da pujança magnética do simbolismo que conseguiram preservar durante séculos.

A linguagem verbal é, não apenas antropologicamente, o traço fundacional da nossa espécie que, por sua vez, confere à cidade, uma vez que a explicita, o estatuto de criação humana. Ambas

inscrevem-se no devir histórico e assumem-se claramente como amplos complexos sociais e culturais. A primeira é o *locus* de todas as construções linguísticas sustentadas pelo pensamento, a segunda é o espaço em que elas se organizam, resistem, marginalizam e se transfiguram. A linguagem humana e a cidade encontram-se irremediavelmente uma na outra.

Na transversalidade provocada, nos últimos oito anos, pelos testemunhos publicados neste livro, manifestam então os autores dos doze capítulos o interesse comum em escrutinar, de perto, o exercício linguístico como manifestação plurifacetada *da*, *na* e *pela* vida citadina: Diogo Ferrer e Maria Luísa Portocarrero, na abordagem filosófica; João Corrêa-Cardoso, na sociolinguística dos contactos entre idiomas; Cristina Martins, na psicolinguística da aquisição e da aprendizagem de línguas não maternas; Anabela Fernandes, na reflexão científico-didática sobre a expressão oral em português, também com o estatuto de língua não materna, em sala de aula; Ana Paula Loureiro, na observação do discurso indirecto como estratégia de apropriação da palavra de outrem. Encerra o volume um conjunto de textos que estabelecem a relação cúmplice entre a linguagem verbal e o conceito de imagem, de Sara Bahia; entre a poesia e a pintura, de John Taggart; entre a cultura musical e a palavra cantada, de Cristina Babino; entre a moda e o mecanismo da adoção linguística, de Alberto Sismondini; entre as investigações em comunicação e os impactos nos média, tendo como cenário a imigração, de Isabel Ferin. Com Maria do Céu Fialho escutamos a força da voz de Antígona, em palco urbano atual de peça de teatro recentemente publicada.

Uma ideia comum que se glosa é a da inevitabilidade da influência biunívoca entre as interacções semióticas e todos os ambientes por onde o ser humano circula. As línguas e as cidades não pertencem

a ninguém e, todavia, sem as massas falantes ou dialogais nem umas nem outras existiriam. Também por este motivo, e porque se inscrevem no tempo, nas línguas e nas cidades há mutações, diferenças, misturas e sínteses com efeitos cumulativos, a cujos reflexos as gerações sucessivas podem dar maior ou menor atenção. A propósito do facto de que nada do que sai da mente e das mãos humanas ser definitivo, lembro-me do desabafo de um dos personagens de Greene:

> «One's file, you know, is never quite complete; a case is never really closed, even after a century, when all the participants are dead.»
>
> Graham Greene (2011), *The Third Man and other Stories*. Introduction by Richard Greene, London, Collector's Library, p. 34

As línguas e as cidades são irreverentes: nunca se deixa(ra)m reduzir às suas materialidades. Cidades não equivalem a cidades e línguas não equivalem a línguas. As línguas e as cidades são indisciplinadas mesmo perante qualquer normativo que se lhes dirija porque o pensamento e a língua, por não serem definitivos, alteram-se enquanto cada ser falante, no exercício da cidadania e em qualquer época, desejar afirmar-se como uma pessoa livre e cada comunidade linguística desejar proteger a sua identidade. É apenas em liberdade que o saber e o progresso humanos, incondicionalmente assentes no exercício da linguagem verbal, se realizam.

É com um profundo reconhecimento pela sua generosidade incondicional que agradeço a Véronique Strick a autorização para reproduzir na capa do livro a tela da sua autoria intitulada *La cité*.

Deixo uma palavra fraterna às minhas colegas Maria Carmen de Frias e Gouveia e Aida Cristina da Cruz e Silva que, de modo abnega-

do, me ajudaram a rever os textos que agora se publicam. Ao Victor Garcia dou um forte abraço pelo profissionalismo com que tratou a imagem do óleo sobre tela da artista plástica belga Véronique Strick.

João Corrêa-Cardoso
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos
Celga-Iltec
Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas – FLUC

Consciência e Linguagem: Acerca da Crítica Linguística do Sujeito na 1ª Metade do Séc. XX[1]

Diogo Ferrer
Universidade de Coimbra
ferrer.diogo@gmail.com

Resumo: Neste capítulo, o estudo de antecedentes, na filosofia transcendental de Kant e no empirismo etimológico radical de Horne Tooke, orienta uma panorâmica sobre alguns momentos fundamentais do pensamento filosófico sobre a linguagem no Século XX. São objecto de um estudo comparativo diferentes teorias do signifcado, nomeadamente, Husserl e a idealidade das significações, Wittgenstein e a linguagem dos factos, o problema da reflexividade, os fundamentos da hermenêutica filosófica e o pensamento etimológico segundo Heidegger, além de referências a aspetos da teoria pragmática do significado, entre outros pontos. A análise comparativa das diferentes teorias permite compreender a situação teórica do sujeito e as consequências da sua crítica ancorada na viragem linguística da filosofia no Século XX.

Palavras chave: Filosofia da Linguagem; Crítica ao Sujeito; Husserl; Heidegger; Wittgenstein; Horne Tooke; Teorias do Significado; Etimologia.

---

[1] Este texto corresponde, com algumas alterações, a uma conferência proferida em 31 de Maio de 2007 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no Ciclo Interdisciplinar *As ciências da linguagem e outras áreas do saber*, promovido pelo Instituto de Língua e Literatura Portuguesas e pelo Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada. Ao Prof. Doutor João Nuno Corrêa-Cardoso agradeço muito especialmente a oportunidade de apresentar estes tópicos filosóficos para um auditório oriundo de outras especialidades científicas, bem como o caloroso acolhimento concedido.

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_1

Abstract: In this Chapter, the study of some antecedents in Kant's transcendental philosophy and Horne Tooke's radical etymologic empiricism introduces a panoramic view upon fundamental moments in the philosophy of language in the 20th Century. Different theories of meaning are subject to a comparative study, namely: Husserl and the ideality of meaning; Wittgenstein and the language of facts; the problem of reflexivity, the foundations of philosophical hermeneutics and the etymologic thought according to Heidegger; some points about the pragmatic theory of meaning, and other general references. The comparative analysis of the different theories enables the reader to understand the theoretical place of the subject and the consequences of its critique arising from the linguistic turn of philosophy in the 20th Century.

Keywords: Philosophy of Language; Critique of Subject; Husserl; Heidegger; Wittgenstein; Horne Tooke; Theories of Meaning; Etymology.

Muitas das inovações filosóficas do Século XX foram marcadas pelos dois movimentos convergentes, de crítica da filosofia da subjetividade, por um lado, e da sua substituição pela filosofia da linguagem, por outro. Seria impossível abordar, num só estudo, a totalidade destes movimentos que convergem numa crítica linguística do sujeito, e cujos princípios foram lançados nas primeiras décadas do Século XX. No entanto, através de um percurso com alguma representatividade do que se pensou sobre o tema a partir de 1900, e recorrendo também a alguns antecedentes teoricamente importantes, é possível apresentar alguns dos seus princípios decisivos. A seleção de tópicos e de conceitos filosóficos desenvolvidos não poderia ser jamais exaustiva, mas permitirá, no percurso que empreendemos em seguida, definir pontos importantes do desenvolvimento do problema, que se tornou típico, da relação filosófica entre sujeito e linguagem, e de temas auxiliares estreitamente associados com esta relação.

1. Os antecedentes kantianos

Será necessário recuar mais de um século, até à época kantiana, para esclarecer alguns dos mais importantes antecedentes necessários para a compreensão da relação entre a linguagem e a consciência que a fala, e a faz, ao que parece, diferenciar de um qualquer outro fenómeno natural, como o ruído do vento nas árvores, por exemplo. Com Kant, aliás, podemos surpreender algo que é essencial para aceder ao significado próprio de grande parte das abordagens filosóficas dos dois problemas referidos, a linguagem e a consciência.

Em dois aspetos a abordagem kantiana que, para o efeito, pode ser centrada na *Crítica da Razão Pura*, tem de ser anteposta ao nosso estudo: por um lado, deveremos atender à conceção kantiana de filosofia transcendental e de subjetividade; por outro, à sua teoria das categorias e da síntese da experiência possível.

A filosofia transcendental investiga um domínio específico do saber, que se poderia situar num espaço, antes de Kant desconhecido, algures entre a lógica e a experiência. Assim, enquanto o pensamento ou o conhecimento em geral aponta para objetos do mundo, elaborando-os para as mais diversas finalidades, o método transcendental não visa objetos do mundo, mas aquilo que Kant chama as suas condições de possibilidade, ou seja, aquilo que, numa anterioridade em relação à experiência, constitui um conjunto de determinações que dão forma a toda e qualquer experiência possível. Esclarece-nos Kant que

> «chamo transcendental a todo o conhecimento que, em geral, não se ocupa tanto dos objectos quanto da *nossa* maneira de conhecimento dos objectos, *até onde ele deve ser possível a priori*. Não podendo estas condições ser tomadas da experiência, posto

que são conhecidas como anteriores a ela, são denominadas condições *a priori*».[2]

A anterioridade referida não é, naturalmente, temporal, mas lógica, cognoscitiva ou mesmo apenas metodológica. A questão que importa definir para a investigação a realizar é qual o estatuto destas condições. Não são factos ou objetos encontrados no mundo, uma vez que todos os factos e objectos do mundo, independentemente de serem passados, presentes ou futuros, conhecidos ou totalmente desconhecidos, obedecem inevitavelmente a elas. O seu estatuto é, por conseguinte, um outro. Este estatuto é o mais difícil de apreender, e este campo, o dos princípios transcendentais, é provavelmente o de mais difícil acesso, exigindo uma disciplina própria do pensar, que permita um pensar *não objetivante*.[3] O pensamento acerca deste domínio tem uma analogia decisiva com o pensamento acerca da linguagem: tão-pouco esta pode ser entendida como um simples objeto do mundo entre outros, posto que é aquilo onde o mundo para nós se revela ou, numa terminologia mais recente, «se abre». A linguagem, poderíamos dizer, é «abertura do mundo» e não constitui, por conseguinte, mais um objeto entre outros. Para encurtar razões, poderá dizer-se que tanto o domínio transcendental quanto a linguagem põem um problema essencial de *validade*, o que quer dizer, deveremos analisá-los não como coisas dadas, mas como definições de como as coisas são dadas para nós, e incluí-las no domínio do

---

2 «[I]ch nenne alle Erkenntnis transzendental, das sich nicht sowohl mit Gegenständen, sondern mit unserer Erkenntnisart von Gegenständen, so fern diese a priori möglich sein soll, überhaupt beschäftigt» (*Kritik der reinen Vernunft*, B 25/A 11, in *Kants gesammelte Schriften*, ed. Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften, Berlin, 1900- [=Ak.], III, p. 43).

3 Este problema, típico do transcendentalismo, emerge em especial nas suas tentativas de radicalização. Sobre o problema no campo transcendental-fenomenológico e hermenêutico, v. Heidegger, *Sein und Zeit* (Tübingen, 1993 [=SuZ], pp. 37-38).

valor, entre os problemas ou as afirmações, por exemplo, éticos, estéticos, mas também, de modo mais decisivo, da objetividade ou da verdade como validade. Assim como o domínio transcendental, o da linguagem supõe um investimento ou a projeção de uma validade em relação ao objeto, à coisa dada ou ao mundo em geral, projecção cujo estatuto não se pode confundir com o estatuto que, duma perspetiva imediata e natural, é atribuído aos objetos do mundo. Numa primeira conceção, tornada natural por uma sedimentação da compreensão do ser imposta e tornada habitual pela modernidade, concepção mais ou menos explícita, acerca do mundo e do que nele é óbvio,[4] consideramos o valor, ou a validade, uma instância subjetiva que projetamos sobre os objetos percebidos ou pensados no mundo, e que recebem, por esta projeção do sujeito sobre o mundo, uma 'coloração' específica, mas sempre subjetiva, afetiva, ética, estética, social, cultural, monetária, simbólica ou outra. No caso da linguagem, tratar-se-ia, naturalmente, de uma coloração simbólica, significativa ou semiótica. Assim, determinados objetos, tipicamente marcas sonoras ou de outro género, assumem a função simbólica de signos – um objeto que chama a atenção sobre si mesmo a fim de a

[4] Assim, «a tradição que veio a ser dominante não torna acessível mas, pelo contrário, antes de mais e em geral, oculta aquilo que «transmite». Ela faz do que é transmitido uma obviedade e veda o acesso às «fontes» originárias a partir das quais as categorias e conceitos foram, em parte, genuinamente criados» («die hierbei zur Herrschaft kommende Tradition macht zunächst und zumeist das, was sie «übergiebt», so wenig zugänglich, daβ sie es vielmehr verdeckt. Sie überantwortet das Überkommene der Selbstverständlichkeit und verlegt den Zugang zu den ursprünglichen «Quellen», daraus die überlieferten Kategorien und Begriffe z.T. in echter Weise geschöpft wurden») (Heidegger, SuZ, p. 21). Sobre a necessidade de um estudo retrospetivo acerca do que se consolidou como o óbvio, cf. também Husserl, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie* [=Krisis] (Husserliana [= HUA] VI, Den Haag, 1962, pp. 16, 21. Para as referências a esta obra, poderá consultar-se a tradução portuguesa, que inclui a paginação da edição citada (HUA VI): Husserl, *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, trad. D. Ferrer, Lisboa, 2008). Da perspetiva hermenêutica, este estudo pode ser entendido como „rememoração" ou „reminiscência", segundo P. Fruchon, *L'Herméneutique de Gadamer. Platonisme et modernité. Tradition et interprétation*, Paris, 1994, pp. 445, 449.

transferir para um outro, o significado. Assim como se pode atribuir a um objeto um determinado valor, também as marcas recebem valor significativo e, com isso, são signos linguísticos.

A questão transcendental surge, a partir de Kant e retomada nalguns momentos privilegiados do século XX, quando a validade da significação em causa é entendida como validade absolutamente generalizada. O valor de que se fala não é, então, *um* certo valor, como nos exemplos acima mas, por um lado, para a filosofia, a pura validade em geral e, por outro, a validade de algo como objeto *tout court* ou como verdade, ou seja, precisamente como o tal objecto que, de forma desprevenida, contamos como genuinamente existente e pertencente ao mundo, ou como conceito genuíno, suscetível de utilização satisfatória. A partir daqui, o problema da validade passa a ser um problema não só de teoria do conhecimento mas, principalmente, uma questão ontológica, e o sujeito de que se falava, como o proprietário intelectual do valor, e a origem do seu investimento sobre o mundo objetivo, já não pode ser entendido como o sujeito individual isolado, ou a consciência empírica do simples indivíduo, e nem mesmo de uma sociedade ou, provavelmente, tão-pouco do homem enquanto espécie natural. Aquilo que assim se abre é uma nova temática e, mesmo, um domínio de investigação que não pode ser considerado meramente empírico ou natural, posto que é a fonte de validade que antecede logicamente a empiria a ser investigada, e a natureza, humana ou outra, tal como se nos apresenta. Esta é a problemática filosófica própria de muito da filosofia da linguagem, e sem cujo exercício não se pode aceder ao tema em causa. Seria inútil elencar aqui as inúmeras ocorrências convergentes, na história do pensamento, do topos da dificuldade de acesso à própria coisa de que trata a filosofia – aqui, ao problema transcendental da significação. Anote-se, entretanto, que esta dificuldade de acesso, e necessidade de assumir uma posição do pensar que requer, normalmente, hábito e treino específico, parece corresponder a algo de

peculiar à linguagem que, do mesmo modo, temos dificuldade em situar num plano determinado da realidade objetiva. A linguagem parece ter a capacidade de se transformar em algo mais do que um mero artefacto biológico e evolutivo adaptado à sobrevivência de uma dada espécie viva, mas conduzir a um mundo próprio, psicológico e/ou simbólico, com um funcionamento e leis próprias, diversas das do mundo físico ou, mesmo, biológico.

Em paralelo com o objeto da filosofia transcendental, que constitui um domínio de investigação não empírico, o sujeito assumiu também, a partir da modernidade, a figura de uma instância geral de abertura ou de acesso ao mundo como objetividade, a qual é entendida como verdade e como, por princípio, comum a todos os homens ou, para o caso da linguagem, para todos os falantes, ou ainda para todos os falantes de uma determinada língua. Este sujeito, ou falante em geral, é mais um conteúdo de tipo transcendental que não se confunde com o conteúdo natural e empírico objetivado do homem concreto, mas pretende referir algo que poderíamos chamar razão ou racionalidade, consciência ou psique. A isto deverá chamar-se subjetividade ou sujeito, advertindo que seria erróneo considerar que este conteúdo pertence essencialmente a um pensamento, como mais um objeto no mundo. Em termos esquemáticos, o estatuto destes conteúdos significativos fundamentais que nos abrem o mundo, entre os quais se conta o próprio sujeito, constitui um objeto específico de uma ciência própria, a filosofia. A linguagem, assim entendida, pode ser denominada pelo termo antigo de «logos». O logos é a estrutura significativa generalizada do real.[5]

Um segundo aspeto introdutório, neste ponto como uma simples nota, teremos ainda de fazer remontar a Kant, nomeadamente a sua doutrina das categorias e da síntese da experiência possível.

---

[5] Sobre a linguagem entre as funções simbólicas, cf. E. Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen. Erster Teil. Die Sprache*, (Darmstadt, 2001, pp. 7-12, 39-47).

Entre os conteúdos transcendentais que permitem atribuir validade objetiva a qualquer perceção de objetos, contam-se os conceitos puros ou categorias, que Kant considera dever fazer derivar das formas lógicas do *juízo*, segundo a lógica clássica. Aquilo que, na lógica geral, são *formas do juízo*, são por Kant entendidos como as formas mais gerais e fundamentais do pensar de um qualquer objeto em geral, o que tem por consequência que os princípios *a priori* da validade para qualquer objeto em geral são derivados da forma dos juízos, o que significa, das formas elementares da frase, dos modos básicos do afirmar e do negar, isto é, do dizer.[6] Se Kant nunca considerou que os conceitos *a priori* – que conferem validade e verdade objetivas às nossas perceções e permitem o que denomina a síntese da experiência de um mundo objetivo – pudessem ser interpretados diretamente como linguagem, não se pode entender o aspeto constitutivo que a linguagem assume para a filosofia posterior sem a observação de que as formas do sujeito e a própria subjetividade são o que permite conferir significado e validade ao mundo – e que o estatuto das condições de possibilidade que antecedem a experiência constitui um domínio de investigação que distingue a filosofia de outras ciências. Alguns componentes centrais de posições filosóficas importantes acerca da linguagem no séc. XX estão radicadas neste panorama e nesta matriz fundadora. Com as devidas restrições, poderíamos referir posições como a de Husserl, de Heidegger, a primeira filosofia de Wittgenstein, a Hermenêutica Filosófica ou a pragmática transcendental de K.-O. Apel.[7]

---

[6] V. g. Kant, *op.cit.*, B 104-105, Ak. III, pp. 92-93.

[7] Heidegger, *loc. cit. ;* V. Fruchon, *op.cit.,* p. 20; V. Apel, *Transformation der Philosophie* (Frankfurt a.M., 1994), I, pp. 338-352, II, pp. 348-357.

2. Significação e Consciência. Husserl e a idealidade das significações

Pode-se dizer que a reflexão filosófica sobre a linguagem começa, no século XX, com as *Investigações Lógicas* de E. Husserl.[8] Estas investigações dão início ao projeto da filosofia fenomenológica, que Husserl desenvolverá até à sua morte em 1938. A fenomenologia partiu de uma crítica ao psicologismo, a filosofia da lógica que entendia os fenómenos lógicos como fundados nos fenómenos psicológicos, e a lógica como pertencente ao domínio da psicologia como ciência empírica. Husserl procura mostrar como a lógica é um domínio autónomo de evidências primeiras irredutíveis a qualquer outro campo de investigação, nomeadamente psicológico, evidências de uma natureza específica, que se distinguem da evidência própria das leis e regularidades empíricas da natureza.[9] Fundada sobre uma tal crítica ao psicologismo, a investigação inaugural das *Investigações Lógicas* intitula-se «Expressão e Significado», e trata justamente da linguagem, como tema introdutório à fundamentação filosófica de uma lógica pura que o autor pretende elaborar.

O primeiro princípio metodológico a que Husserl se atém na sua investigação fenomenológica é o de apenas descrever as intenções de sentido que considera poder expor como evidências. A metodologia de análise recusa, por isso, referir-se a quaisquer entidades ou processos e fundamentações que não se mostrem como fenómenos evidentes ou, mais correctamente, cujo sentido intencional, isto é,

---

[8] Husserl, *Logische Untersuchungen*. (Zweiter Band. I. Teil, 1901, HUA, XIX/1, Den Haag, 1982 [=LU]. Para as referências a esta obra poderá consultar-se a tradução portuguesa, que inclui a paginação da edição citada (HUA XIX/1): Husserl, *Investigações Lógicas*, Segundo volume, Parte I, trad. de P. Alves e C. Morujão, Lisboa, 2007. Servimo-nos, com diversas modificações, desta tradução.

[9] V. Husserl, *Prolegomena zur reinen Logik* (HUA XVIII, Den Haag, 1975, pp. 74-80). Para as referências a esta obra, poderá consultar-se a tradução portuguesa, que inclui a paginação da edição citada (HUA XVIII): Husserl, *Prolegómenos à Lógica Pura*, trad. D. Ferrer, Lisboa, 2005.

significação própria, não se evidencie em si mesmo. Nos termos metodológicos anunciados, mas que têm importância fulcral também para o conteúdo doutrinal, a teoria do conhecimento fenomenológica não é uma teoria no sentido corrente, e distingue-se de qualquer teoria por não pretender explicar factos ou verdades a partir de axiomas ou leis,[10] mas por buscar tão-só esclarecer descritivamente os fenómenos na sua doação mais elementar. Não persegue as leis que regem «as conexões reais de coexistência e sucessão» dos acontecimentos no tempo e no espaço, mas procura «compreender o sentido ideal das conexões específicas»,[11] ou de tipos ideais de conexões que encontramos nas nossas vivências. Esta conexão de sentido ideal numa unidade está, segundo Husserl, no âmbito do «compreender» (Verstehen) e do «esclarecer» (Aufklären), e não do «explicar» (Erklären).[12]

A fenomenologia volta-se, então, para a descrição compreensiva e esclarecedora do significado dos fenómenos, recusando que qualquer abordagem explicativa-causal de factos possa ter valor como fundamentação filosoficamente válida. A fenomenologia resulta, por conseguinte, da referida crítica ao psicologismo, que se estenderá,

---

[10] «Nach unserer Auffassung ist die Erkenntnistheorie, eigentlich gesprochen, gar keine Theorie. Sie ist keine Wissenschaft in dem prägnanten Sinne einer Einheit aus theoretischer Erklärung. *Erklären im Sinne der Theorie* ist das Begreiflich machen des Einzelnen aus dem allgemeinen Gesetz [...]. Im Gebiet des Apriorischen wieder handelt es sich um das Begreifen der *Notwendigkeit* der spezifischen Verhältnisse niederer Stufe aus den umfassenden generellen Notwendigkeiten und letztlich aus dem primitivsten und allgemeinsten Verhältnis *gesetzen*, die wir Axiome nennen» («De acordo com a nossa concepção, a teoria do conhecimento, propriamente falando, não é uma teoria. Ela não é uma ciência no sentido pleno de uma unidade de explicação teorética. *Explicar, no sentido da teoria,* é a conceptualização do singular a partir de leis gerais [...] No domínio do apriorístico, trata-se, de novo, do captar conceptual da *necessidade* das relações específicas de grau inferior a partir das necessidades gerais que as abarcam e, derradeiramente, a partir das *leis* relacionais mais primitvas e mais gerais, a que chamamos axiomas») (Husserl, LU,HUA, XIX/1, p. 26).

[11] «[Sie will nicht...] die realen Zusammenhängen der Koexistenz und Sukzession [...] will sie verfolgen, sondern den *idealen Sinn* des *spezifischen* Zusammenhänge [...] *verstehen*» (*ibidem*, p. 27).

[12] *Ibidem*, p. 27.

como veremos ainda, pela própria teoria do significado no domínio mais estrito da linguagem. Ao criticar o psicologismo, Husserl verifica que as unidades ideais de significação, as unidades lógicas não são factos entre outros factos, mas idealidades com um regime de evidência próprio – estabelecendo assim um princípio que poderá ser generalizado a todas as significações pensáveis, e não somente a unidades lógicas de significação. Esta posição de Husserl é importante, por um lado, porque assume a filosofia como teoria do significado, ou do sentido, o que será um princípio central de muito da filosofia subsequente; e, por outro lado, muito da filosofia desde então, conforme iremos ainda referir, ocupar-se-á da crítica a uma tal noção, erigida por Husserl, de uma idealidade e unidade da significação, e da tentativa da reconstrução da significação noutros moldes, não husserlianos.

Com a sua fenomenologia, Husserl transforma a questão pelo significado no tema filosófico central, o que irá determinar aspetos relevantes da ontologia filosófica que se seguiu. Muito da filosofia tem, desde então, em comum o estudo da significação, em diferentes vertentes da sua definição, origem e condições. A fenomenologia husserliana dá assim uma versão transcendental da significação, ou da filosofia como estudo da significação. Para Husserl tratar-se-á de uma fenomenologia transcendental porque, por um lado, pretende ser essencialmente uma descrição do fenómeno puro, tal qual se mostra antes de qualquer teorização a seu respeito e, por outro, na medida em que pretende descrever as condições de possibilidade primeiras da significação ou validade de qualquer fenómeno, na sua unidade ideal de significação.

Husserl entende o «significado da asserção como a unidade na multiplicidade»,[13] uma «unidade ideal»,[14] apreendida como uma evi-

[13] *Ibidem*, p. 50.

[14] *Ibidem*, p 8.

dência em qualquer expressão significativa. Esta unidade ideal é sistematizada pela ciência, a qual é igualmente uma «unidade de significado»[15] e, em especial pela lógica, também ela descrita como ciência da unidade do significado,[16] salvaguardados, naturalmente, os diferentes modos de intencionalidade que subjazem a estas diferentes formas de unidade.

Husserl funda a sua perspetiva fenomenológica do significado na linguagem a partir de uma distinção entre o signo (Zeichen) como expressão (Ausdruck) e como sinal (índice, ou indicador) (Anzeichen). As expressões (Ausdruck) distinguem-se dos outros signos por serem signos dotados de significado,[17] ao passo que os indicadores, ou sinais, (Anzeichen) são signos sem significado propriamente dito. O significado não é uma relação de sinalização, ou indicação (Anzeige), quer o sinal tenha origem natural, quer seja criado especificamente como signo. O signo *sinal* nada exprime, o que se torna claro na consideração de que «pertence à essência do sinal indicar um facto, um existente»,[18] enquanto a *expressão* pode significar objetos ideais, ou tão-somente possíveis. O sinal funciona só como um indicador ou, num exemplo que Husserl retoma de J. S. Mill, e das *Mil e Uma Noites* – , como uma marca que é escrita numa porta, a sinalizar a casa a ser roubada.[19] O sinal, por assim dizer, orienta um comportamento, num domínio caracterizado, justamente, pela "nicht-Einsichtigkei", «não-inteleção» ou seja, pela ausência de um pensamento ou de uma compreensão evidente da relação estabelecida entre o indicador e o indicado, o sinal e o sinalizado. A essência do sinal é fazer passar a inteligência ou a atenção

---

[15] *Ibidem*, p. 119.

[16] *Ibidem*, p. 98.

[17] Husserl, *op.cit.*, pp. 59-60.

[18] *Ibidem*, p. 65.

[19] *Ibidem*, p. 64.

de um objeto ou estado de coisas para outro.[20] Mas isto pode, é claro, ser feito de diferentes maneiras, e nem todas caracterizam o que entendemos por relação de sinalização. Assim, por exemplo, numa relação de demonstração, a inteligência é conduzida de uma frase para outra, ou do conteúdo de um juízo para outro conteúdo, sem que se entenda aqui que a premissa é *sinal* da conclusão. O que distingue este modelo demonstrativo de relação e orientação do movimento da inteligência é, justamente, o carácter intelectivo ("Einsicht") do deslocamento da atenção, ou seja, porque efetivamente se compreende ou se dá à evidência o motivo por que se passa de A para B.[21] O motivo é a própria unidade de significação da evidência lógica que exercitamos na passagem entre a premissa e a conclusão. Isto não se passa de todo no caso do sinal. «Aqui, a intelectividade e, dito objectivamente, o conhecimento de uma conexão ideal dos conteúdos de juízos em causa é terminantemente excluído.»[22] Nalguns casos, que interessará menos especificar, visto que correspondem a um uso menos preciso da linguagem, poderá falar-se de uma conexão objetiva, como associação de tipo semiótico. Assim, quando Husserl se serve do exemplo de que os «canais em Marte [são] signos da existência de habitantes inteligentes»,[23] trata-se de um caso em que se pode falar de signo como sinal para referir uma conexão associativa objetiva,[24] mas não fundada na mesma evidência intelectiva de uma demonstração, por exemplo.

A não-intelectividade da conexão, e o seu carácter simplesmente associativo é um dado central para a compreensão da linguagem nas suas diferentes funções segundo Husserl. Toda a linguagem fun-

---

[20] *Ibidem*, p. 32.

[21] *Ibidem*, p. 33.

[22] *Ibidem*, p. 33.

[23] *Ibidem*, p. 31.

[24] *Ibidem*, pp. 36-37.

ciona como associação de ideias, ou seja, como sinal, ou indicador, embora a sinalização não esgote as suas funções, não permitindo compreender precisamente a função que Husserl considera a principal, aquela que opera como condição de possibilidade de toda a operação semiótica, em qualquer função em geral, a saber, a função significativa.

A linguagem, ainda na função de sinal, opera em dois planos simultâneos: por um lado, como sinal de factos e estados de coisas objetivos, como a indicação de um caminho a tomar, que orienta o comportamento; e, por outro lado, como sinal de imagens, atos e representações mentais, função que Husserl denomina de *anúncio* (ou *notificação*).[25] Enquanto o sinal não é propriamente significativo, mas somente indicação ou anúncio de representações mentais, uma expressão só é entendida como significativa na medida em que anuncia atos e vivências mentais, por intermédio destes indica o significado[26] e, por fim, a coisa referida.[27] Husserl distingue claramente entre as vivências, atos e imagens mentais, por um lado, e o significado propriamente dito, por outro. Conforme se viu, o significado é uma unidade ideal e objetiva que não se pode, por conseguinte, confundir com a multiplicidade das representações e imagens com que por vezes é confundido.[28] A presença de imagens é totalmente irrelevante para o significado,[29] que pode operar ao nível do pensamento puramente simbólico, sem imagens ou representações acompanhantes. Sinalizar ou anunciar imagens ou representações é uma função, exprimir significados é uma outra função ou ato, distinto da primeira por envolver um *pensar*.

---

[25] *Ibidem*, p. 40.

[26] *Ibidem*, pp. 42-43.

[27] *Ibidem*, p. 54.

[28] *Ibidem*, p. 67.

[29] *Ibidem*, p. 103.

Aquilo que diferencia essencialmente Husserl de grande parte do pensamento filosófico acerca da linguagem no século XX e, especialmente, da tendência geral e principal como esse pensamento se desenvolveu[30], é o facto de que, na sua separação rigorosa entre expressão (com significação) e sinal (somente programático, orientador do comportamento), a comunicação ficar classificada do lado do sinal. A expressão, por um lado, é dotada de significado, designa a unidade objetiva ideal que a inteligência pode apreender numa evidência e operar, e refere um objeto idealmente visado que pode ou não ser preenchido por uma intuição real. O sinal, por seu lado, é sem significado, e associa vivências diversas por um mero transitar da atenção. Ele só se torna significativo na medida em que é capaz de uma apreensão de uma evidência ideal, ou seja, em que é também expressão. Enquanto é mero sinal indicador não acede à unidade ideal da referência significativa, ao ato que confere validade, mas será, quando muito, um orientador local e imediato animal, sem inteleção própria, de um dado comportamento, ainda que psicológico-associativo.

O problema da comunicação levanta-se na medida em que Husserl, por um lado, admite que esta é um fenómeno originário[31] mas, por outro, remete-o para o domínio «sem significação» do sinal. Na comunicação, todas as expressões funcionam, antes do mais, como sinais indicadores das vivências transmitidas,[32] e a comunicação funda-se de modo essencial neste facto, de que todas as expressões são sinais que transmitem vivências. Mas Husserl ilustra a sua distinção entre sinal e expressão significativa justamente com o uso privado da linguagem. A fim de distinguir significado e

---

[30] V. v.g., D. Marconi, *La philosophie du langage au vingtième siècle*, (trad. M. Valensi, Paris, 1997).

[31] Husserl, *op.cit.*, p. 39.

[32] *Ibidem*, p. 40.

sinalização, diz-nos Husserl que «as expressões desenvolvem a sua função significativa também na vida solitária da alma, onde não mais funcionam como sinais»[33] ou então, «no discurso monológico, as palavras não nos podem servir na função de sinais da existência de actos psíquicos, posto que tais sinais seriam aqui totalmente inúteis. Os actos em causa são, no mesmo momento, vivenciados por nós próprios.»[34]

Husserl subscreve, assim, numa perspetiva sem dúvida muito alterada e dotada de uma fundamentação reflexiva inédita, a conceção tradicional da linguagem que nela vê um híbrido ou mediador entre o mundo sensível e o mundo espiritual[35] que, neste caso, é representado não pela mente, com as suas vivências e representações, mas pela idealidade das significações situadas no domínio da intencionalidade pura. A linguagem é, sem dúvida, um híbrido, e o modo da sua mediação entre dois mundos é o de trazer o significado intencional e ideal à realidade comunicativa mas, antes do mais, mental. Para que seja linguagem, a linguagem tem de conter a função sinalizadora e anunciadora, além da função significativa. E, não obstante, os dois lados, expressão significativa e sinal sem significado, não estão numa exata simetria e reciprocidade, uma vez que, afinal, a palavra só é palavra quando «vivemos na sua compreensão [e] aí ela exprime, e exprime o mesmo, seja ou não dirigida a alguém.»[36] A instância onde o significado se fenomenaliza é, em primeiro lugar, o pensar do eu. Aquilo que distingue o sinal da expressão é que nesta há sempre um *pensar*,[37] e este pensar é antes de mais pertença do eu, – senão individual, sem dúvida mo-

---

[33] *Ibidem*, p. 31.

[34] *Ibidem*, p. 43.

[35] Função ainda vincada em Cassirer, *op.cit.*, 45, pp. 299-300.

[36] «Wo wir aber in seinem Verständnis leben, da drückt es aus und dasselbe aus, ob es jemanden gerichtet ist oder nicht». (Husserl, LU, HUA, XIX/1, p. 42).

[37] *Ibidem*, p. 65.

nológico, ainda que intersubjetivo,[38] que é quem está efetivamente em causa na questão do significado.

Segundo o que até aqui se viu, a comunicação é uma função primordial da linguagem, que ocorre por meio do signo como sinal, ou seja, que envolve uma não-intelectividade fundamental, uma essencial não clareza do seu elemento, que é substituída por uma associação criativa. Esta não-intelectividade, ou impossibilidade constitucional de esclarecimento e de evidenciação do elo de ligação entre a linguagem, com os seus significados, e a sua referência, tem duas consequências que importa relevar: (1) em primeiro lugar, o mundo da comunicação, o domínio da intersubjetividade linguisticamente fundado não pode satisfazer a intenção de clarificação integral e de evidência que se encontra na base de toda a doação de sentido em geral. Husserl dirigirá a sua investigação, consequentemente, para o domínio do ego transcendental ou da mónada egológica como instância primeira de doação de sentido e única capaz da fundamentação última filosófica, fundamentação que segundo Husserl deve caber a todo o projeto genuíno de esclarecimento filosófico. A perspetiva dialógica será entendida como uma particularização e partição da verdade que a impede de preencher a própria intenção significativa do saber científico – e filosófico: o da fundamentação última pela doação do seu objeto em evidência plena. (2) Como segunda consequência, ou o que é somente uma segunda perspectiva do mesmo fenómeno, a linguagem em geral, traz em si, como essência necessária, a não intelectividade da relação entre o signo e o objecto referido, ou, o que é o mesmo, o carácter saussuriano da arbitrariedade do signo. A linguagem é uma unidade ou, dir-se-ia, um híbrido, entre a significação, que se pode captar na plena evidência, e o sinal, que tem como essência a não-intelectividade

[38] A intersubjetividade husserliana não assume carácter dialógico, mas transcendental. Sobre esta distinção cf. M. Theunissen, *Der Andere. Studien zur Sozialontologie der Gegenwart* (Berlin, 1965, pp. 4-8, 22, 243-246).

da relação de significação, anunciada pelo sinal. Aquilo que Husserl não contempla suficientemente é o lado construtivo justamente desta não-intelectividade, ou seja, que a linguagem, ao cortar todas as relações com o real que não as relações idealmente balizadas da referência, constitui uma esfera de significação autónoma e autocentrada ou, por assim dizer, um sistema.[39] A tematização deste princípio de arbitrariedade do signo permite a Saussure assumir uma definição de valor que diverge da definição husserliana. Se o valor, segundo Husserl, é validade conferida pela intencionalidade inerente à própria mostração dos fenómenos, validade que pode ser tematizada, na sua essência, por uma análise fenomenológica do campo da consciência, para Saussure o valor possui uma dimensão que, embora social, assenta no próprio sistema da língua. A significação não deriva aqui de atos do sujeito, mas de um sistema relativamente autonomizado de diferenças. Como sistema de puras diferenças, o sistema que subjaz ao discurso humano deixa-se definir por negações, segundo as notáveis formulações do seu *Curso de Linguística Geral:* «em todos os casos [das categorias da língua] deparamo-nos não com *ideias* dadas de antemão, mas com *valores* que emanam do sistema. Quando dizemos que eles correspondem a conceitos, subentendemos que estes são puramente diferenciais»[40], tornando-se positivos somente na ligação concreta entre significado e significante.[41] Isto permitir-nos-á entrever a constituição do sujeito falante entre a negatividade de um sistema abstrato de puras diferenças e uma constituição diacrónica concreta e positiva dos significados. Considerado duma perspetiva husserliana, porém, um tal sistema, autonomizado tanto da natureza física quanto de significados fundados na evidência, constitui uma perda da significação verdadeira

---

[39] Para este tópico saussuriano, v. F. de Saussure, *Cours de linguistique générale* (ed. Tulio de Mauro, Paris, 2005).

[40] *Ibidem*, p. 162.

[41] *Ibidem*, pp. 166-167.

numa definitiva hegemonia da não-intelectividade. Em termos mais simples, deixa de haver verdade que se possa associar ao uso da linguagem – conforme algumas vezes se queixa o senso comum nos processos comunicativos. Como conclusão, Husserl não prosseguirá, por motivos que se devem ter tornado óbvios, a sua fenomenologia senão acessoriamente como filosofia da linguagem.

Esta primeira aproximação à definição transcendental e fenomenológica da linguagem permite-nos cingir alguns aspetos constitutivos do sujeito que serão determinantes na sua compreensão e na sua crítica linguística no século XX. Muito desta crítica se centrará em redor dos tópicos da indisponibilidade de uma evidência integral, não sujeita a um horizonte de não-visibilidade, da inexistência de significados puros que não estejam sujeitos a um processo sem fim de interpretação, ou da impossibilidade de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo que permita, no todo ou em parte, alcançar conhecimento sobre os seus próprios atos de doação de sentido. A posição de Husserl, em contracorrente com a crítica linguística do sujeito, tem como pressuposto filosófico de base a possibilidade da reflexão. Na filosofia, segundo Husserl,

> «em lugar de nos absorvermos na *realização* dos actos multiplamente construídos uns sobre os outros, [...] devemos antes 'reflectir', i.e., tomar como objecto estes mesmos actos e o seu conteúdo imanente de sentido. Enquanto os objectos são intuídos, pensados, teoreticamente ponderados, [...] não devemos dirigir o nosso interesse teorético para esses objectos, não os devemos pôr como realidades [efectivas] [...] mas, pelo contrário, precisamente esses actos que até aqui não eram objectivos, devem agora tornar-se os objectos da apreensão e da posição teorética.»[42]

[42] «Anstatt im Vollzuge der mannigfaltig aufeinandergebauten Akte aufzugehen [...] sollen wir vielmehr «reflektieren», d.h. diese Akte selbst und ihren immanenten

A citação de uma posição metodológica de base serve aqui para realçar a importância capital da questão da reflexão, ou da própria reflexividade, de onde derivam justamente alguns dos outros tópicos da crítica ao sujeito.

3. Wittgenstein e a linguagem dos factos

Podemos observar que a reflexão e descrição dos atos do sujeito que, para Husserl, é o método e o objeto principal de todo o empreendimento filosófico, emerge no pensamento de Ludwig Wittgenstein como uma impossibilidade de princípio teoreticamente justificada. O seu *Tractatus logico-philosophicus*, publicado em 1921,[43] apresenta, com uma coerência inflexível, duas ideias centrais para a filosofia da linguagem, que me permito recordar: em primeiro lugar, que a estrutura da linguagem é essencialmente proposicional; outra, que a linguagem é uma representação 'pictórica' ou imagem do mundo. Estas duas teses estão, aliás, indissoluvelmente ligadas, ou seja, a capacidade de a linguagem ser imagem do mundo assenta na sua estrutura proposicional. O *Tractatus* subscreve sem concessões a ideia de que a forma do mundo é comum à forma da proposição, sendo esta isomorfia a condição de que a linguagem possa ser imagem ou referir factos no mundo. Termos isolados ou nomes de objetos fora da proposição nada referem ou representam, porquanto nada afirmam. Ser imagem é a afirmação de proposições, e todo e cada

---

Sinnesgehalt zu Gegenständen machen. Während Gegenstände angeschaut, gedacht, theoretisch erwogen […] sind, sollen wir unser theoretisches Interesse nicht auf diese Gegenstände richten, nicht *sie* als Wirklichkeiten setzen, […] sonder im Gegenteil eben jene Akte, die bislang nicht gegenständlich waren, sollen nun Objekte der Erfassung und theoretischen Setzung warden» (Husserl, LU, HUA, XIX/1, p. 14).

[43] L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus* (in Schriften 1, Frankfurt a. M., 1980); V. G. Hottois, *La philosophie du langage de Ludwig Wittgenstein* (Bruxelles, 1976, pp. 17-19, pp. 25-31).

um dos factos, definíveis cada um como a existência de um estado de coisas,[44] tem uma representação numa proposição verdadeira. Assim, «o mundo é a totalidade dos factos»,[45] «a totalidade dos pensamentos verdadeiros é uma imagem o mundo»[46] e, finalmente, «a totalidade das proposições é a linguagem».[47] Para o ponto que aqui nos importa, a posição do sujeito a partir do problema da reflexividade, estas proposições são decisivas, uma vez que estabelecem a estrutura proposicional rigorosa, e a integral correspondência um-um entre cada elemento linguístico (proposição) e cada elemento do mundo (facto), num paralelismo invariável. A ênfase colocada na *totalidade* faz recordar que não há quaisquer factos ou proposições para além daqueles que entram na correspondência de representação enunciada, e que nenhuma proposição tem sentido que não enuncie um facto, real ou possível.

O sentido das proposições é dado na medida em que descreverem um estado de coisas possível no mundo ou, nos termos de Wittgenstein, «saber o que é o caso, se ela é verdadeira»:[48] isto significa que somente no caso de o sujeito ou o pensamento serem um estado de coisas pertencente ao mundo é que qualquer proposição a seu respeito poderia ter sentido – caso que, numa posição transcendental que Wittgenstein de certo modo subscreve,[49] não se verifica nem pode verificar. E assim, à questão acerca da possibilidade de enunciar proposições acerca do próprio pensamento, ou do sujeito desse pensamento, e dados os princípios enunciados, a única resposta é que o pensamento ou o sujeito não existem no mundo, sendo o seu estatuto remetido, em consequência, para o exterior da

---

[44] Wittgenstein, *op.cit,* p. 2.

[45] *Ibidem*, 1.1.

[46] *Ibidem*, 3.01.

[47] *Ibidem*, 4.001.

[48] *Ibidem*, 4.024.

[49] V. aforismo 6.13.

linguagem. O pensamento, posto não ser um facto do mundo, nos conhecidos termos de Wittgenstein, não pode ser dito, mas apenas mostrado, ou é aquilo que se mostra como o sentido da proposição. Se pensamento e sujeito são alguma coisa, não são certamente factos do mundo enunciáveis proposicionalmente, mas banidos, algo metaforicamente, para os seus limites. «O sujeito não pertence ao mundo mas é um limite do mundo.»[50] O sujeito é comparado ao olho, que jamais está presente no campo visual, «o olho *não* o vês de facto. E nada *no campo visual* permite inferir que é visto por um olho.»[51] O limite mostra-se sem se que se veja efetivamente.

A restrição da linguagem aos factos como totalidade encerrada, juntamente com o critério verificacionista do sentido, tem como consequência a impossibilidade de enunciados com sentido acerca do lugar do sujeito mas, igualmente, posto que tão-pouco são estados de coisas determinados no mundo, quaisquer apreciações éticas, estéticas ou em geral existenciais. Também estes enunciados nada referem de determinado sobre a composição do mundo, e a diferença entre serem verdadeiros ou falsos não tem nenhuma repercussão detetável nos estados de coisas existentes no mundo.[52] A serem verdadeiros tais enunciados, se alguma coisa alteram no mundo, é a sua visão como um todo, ou seja, a visão dos seus limites. E apontando diretamente para uma questão existencial, diz-nos Wittgenstein que «se o bem e o mal alteram o mundo, então só alteram os limites do mundo, não os factos, não o que pode ser expresso na linguagem. [...] O mundo dum homem feliz é diferente do dum homem infeliz.»[53] Ou ainda, «o sen-

---

[50] Wittgenstein, *op.cit.,* 5.632.

[51] *Ibidem*, 5.6331.

[52] Do modo mais claro na estética, mas também na ética, trata-se de um processo tipicamente moderno de subjetivização segundo Gadamer, que o submete a uma análise crítica exemplar em, *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischer Hermeneutik* (Tübingen, 1960, pp. 92-96).

[53] Wittgenstein, *op.cit.,* 6.43.

tido do mundo tem de estar fora do mundo. No mundo tudo é como é, e tudo acontece como acontece; *nele* não existe qualquer valor.»[54] Se incluirmos aqui o valor linguístico, por um lado, e, igualmente, a validade em geral, no sentido fenomenológico acima referido, encontramos a impossibilidade de enunciar quaisquer proposições e, ainda menos, qualquer teoria acerca do significado linguístico ou sobre os tipos de validade que os diferentes estados de coisas podem assumir – se considerarmos como estados de coisas também os factos no seu sentido histórico, biológico, social, estético, etc.

Aquilo que este relance sobre o *Tractatus* nos permite perceber é que a ligação desta impossibilidade de enunciados com sentido sobre o sentido da linguagem e das condições existenciais humanas em geral deriva, principalmente, da impossibilidade da reflexão defendida por Wittgenstein. Naturalmente, conforme acentua Wittgenstein, a linguagem não pode figurar em si a relação que estabelece com o mundo. Ela só pode dizer os factos no mesmo ato de mostrar o seu sentido. E o sentido da linguagem, a sua relação de validade e referência, que ela estabelece com o mundo, não é figurável como facto. A inviabilidade de qualquer enunciado acerca da validade própria dos enunciados garante, por ausência de sentido, a estrita eliminação dos problemas metafísicos e filosóficos em geral.

Supõe-se, além disso, que permitirá elaborar uma linguagem-cálculo sem ambiguidade e livre de qualquer coloração existencial, funcionando então aquilo que restar da filosofia, após esta cura da sua linguagem, apenas como uma *medicina mentis* que, é legítimo presumir-se, faça sarar na consciência todo o sofrimento existencial.

Muito embora renunciando à ideia de que a lógica é a estrutura que subjaz à linguagem, a filosofia tardia de Wittgenstein prosseguirá um semelhante projeto de refutação da subjectividade como fonte de validade. A totalidade das funções da representação mental, toda

[54] *Ibidem*, 6.41.

a interioridade do sujeito, bem como o significado das palavras são substituídos por um critério do sentido como uso, e pela pluralidade indefinida dos jogos de linguagem. A fonte de sentido não é o sujeito, como mente ou inteligência mas, nos termos de Wittgenstein, a «forma de vida», i.e., uma prática, de cariz normativo social e cultural.[55]

A raiz das teorias do sentido aqui afloradas está na impossibilidade da reflexão, na ausência de sentido de procurar dizer o que é afirmar quando se afirma uma proposição, o que corresponde, em larga medida a tópicos fenomenológicos e existenciais discutidos por autores como Husserl e Heidegger. Assim, em primeiro lugar, Husserl, como se viu, escolhe a reflexão como o começo e o cerne do seu procedimento,[56] precisamente aquilo que Wittgenstein procura mostrar ser o domínio interdito do sentido. Em segundo lugar, pela reflexão, Husserl pretende descrever os objetos do mundo ao nível dos fenómenos, i.e., da mostração, do puro mostrar-se daquilo que puramente se mostra, o que corresponde, naturalmente, com grande exatidão ao que Wittgenstein defende não poder ser dito – a saber, o que *se mostra* na proposição, o sentido, i.e., para Husserl, a própria validade. A reflexão abre o domínio do fenómeno, da manifestação, daquilo que não é possível entender como um estado de coisas ao lado de um outro estado de coisas do mundo, mas a sua imagem, ou intencionalidade, que estabelece com os estados de coisas do mundo uma relação inteiramente diferente da relação estabelecida entre si por dois estados de coisas do mundo. Em terceiro lugar, a impossibilidade da reflexão vedaria o acesso ao próprio sujeito,

---

55 Wittgenstein, *Philosophische Untersuchungen* (in *Schriften* 1, Frankfurt a.M., 1980); cf. J. Bouveresse, *Le mythe de l'intériorité: expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein* (Paris, 1987).

56 E isto desde o início, com a passagem citada da *Introdução* à sua primeira obra fenomenológica (*v.* nota 42 supra) até à sua obra final, *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie* (Hua VI, Den Haag, 1962, pp. 15-17), onde a „Besinnung" (Reflexão) assume uma dimensão também histórica ou mesmo histórico-ontológica, como auto-estudo da história da validade do ser.

como lugar da manifestação, do mostrar-se, sujeito que, precisamente por isso, verificámos não ocupar espaço e não consistir em processos causais, ou outros, dentro do mundo no mesmo sentido do estar-dentro do mundo que atribuímos aos estados de coisas físicos reais. A consciência reflexiva é justamente o lugar do mostrar-se, pelo qual se evidencia o seu estatuto excecional entre os estados de coisas com que no mundo nos confrontamos. Em quarto lugar, só a reflexão possibilita a análise do significado e das validades em geral, e a construção de alguma teoria da significação. Isto é o que Husserl procura, fazendo assentar uma tal teoria no conceito da pura mostração: o significado, em última instância, é captável na evidência de uma «gramática pura», que procurará tematizar. Em quinto lugar, por fim, somente a reflexão torna possível o acesso ao significado de enunciados acerca do sentido do ser em geral, cuja viabilidade vimos Wittgenstein recusar.[57] Só na reflexão, entendida agora não mais como atividade subjetiva, mas como categoria ontológica e domínio de doação de significação, pode dar-se o que Heidegger em *Ser e Tempo* definiu como o sentido do ser.

Na verdade, a preocupação pelos fundamentos de sentido da linguagem reflete uma preocupação científica, mas igualmente existencial e civilizacional pela definição de um ideal de si-mesmo e da relação com o mundo e com os outros. Desde a busca da língua adâmica, anterior ao desentendimento entre os homens, ou da linguagem universal de Leibniz, ou também na defesa romântica da língua originária de um povo, são males culturais e existenciais os que se atribuem à imperfeição da linguagem.[58] Assim, se a *me-*

---

[57] Sobre este ponto, que vale para o confronto com qualquer ontologia de cariz fenomenológico, v. especialmente Apel, „Wittgenstein und Heidegger" (in *op.cit*, vol. I, pp. 225-275) e idem, „Wittgenstein und das Problem der hermeneutischen Verstehens" (in *op.cit*, vol. I, pp. 335-377).

[58] V. v.g. K.-O. Apel, *Die Idee der Sprache in der Tradition des Humanismus von Dante bis Vico* (Bona, 1963, pp. 78ss., 283, 259ss); O. Pombo, *Leibniz e o Problema de uma Língua Universal* (Lisboa, 1997); A. W. Schlegel, *Die Kunstlehre* (in *Kritische*

dicina mentis de Wittgenstein para os males da consciência e da cultura passam pela construção de uma linguagem inteiramente clara na sua referência factual e sintaxe lógica, e pela dissolução das outras questões como sem sentido, a proposta husserliana é, pelo contrário, a da extensão da cientificidade, sob a figura da filosofia fenomenológica, até ao fundo das questões levantadas pela reflexão acerca do significado. O mal, segundo Husserl, está em não se ter mantido, no estudo das condições mais básicas e mais gerais de doação de sentido ao fenómeno em geral, a mesma exigência de cientificidade que se aplicou ao conhecimento da natureza. Este é o mal que Husserl deteta no próprio cerne da razão objetiva científica da modernidade, razão de que está ausente justamente toda a reflexividade que permitisse tematizar e elevar ao nível da descrição racional o sentido mais original do fenómeno, encoberto pelo esquecimento da própria subjetividade concretamente existente numa pretensa objectividade matemática da natureza. Questiona-se assim, em 1936, n' *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental,* como

> «pode o mundo, e a existência humana nele, ter na verdade um sentido, se as ciências só admitirem como verdadeiro aquilo que [...] é objectivamente verificável, se a história não tiver mais nada a ensinar senão que todas as figuras do mundo espiritual, todos os vínculos de vida que mantêm a cada passo o homem, os ideais, as normas se formam e voltam a dissolver como ondas fugazes, que sempre a história assim foi e será, que sempre a razão se terá de tornar no sem-sentido, a benfeitoria numa maldição?»[59]

Schriften und Briefe, Vol. II, Hrsg. E. Lohmer, Stuttgart, 1963, p. 252); e Fichte, *Reden an die deutsche Nation* (Hamburg, 1978).

[59] Husserl, *Krisis*, Hua VI, p. 4.

Esta inversão da razão no seu oposto está diretamente ligada, segundo Husserl, à ausência de si mesmo do sujeito que foi de modo irrefletido requerida pela razão científica objectiva.

4. O antecedente etimologista e empirista de Horne Tooke

Antes de analisar algumas propostas de reconstrução da reflexividade do sujeito poderemos observar um outro modo de eliminação dos problemas postos pelo significado das palavras e pela investigação de conteúdos mentais e/ou filosóficos de difícil acesso, duvidosa objetividade, e para o qual, apesar das tentativas de Husserl, parecem faltar métodos fiáveis.

Poderíamos fazer remontar este outro aspeto da crítica linguística ao sujeito, em vigor nalguns momentos privilegiados da filosofia do século XX, até à obra hoje muito pouco lida de John Horne Tooke, publicada originalmente entre 1786 e 1805, *Epea pteroenta* ("palavras aladas").[60] Esta obra merece atenção por tentar levar a cabo um projeto, filológico e filosófico, de crítica radical a toda a postulação metafísica ou mentalista do significado. O que é característico de Horne Tooke é reconduzir a uma total imanência linguística a conhecida noção empirista de Locke, de que os termos universais, gerais ou relacionais são uma operação da mente e que, por isso, somente os substantivos concretos e os verbos possuem significação. Não só os termos gerais são meros signos, como todas as partículas, artigos, determinantes, conjunções e outros têm de ser entendidos de algum modo como substantivos concretos ou verbos. Em geral, todos os termos universais e relações são substituídos não por operações mentais, mas por processos puramente linguísticos. Neste ponto, a esquecida obra de Tooke pode ser assumida como prenunciadora de

[60] John Horne Tooke, *Epea pteroenta: or, the Diversions of Purley* (London, 1857).

uma eliminação da mente como dotada de conteúdos significativos e, em última instância, mesmo da subjetividade em geral, ou da substituição das suas funções pelas funções da própria linguagem.

A primeira tese de Horne Tooke é que não há significados compostos de significados mais simples, posto que não há composição de ideias – a tal unidade do significado acima referido a propósito de Husserl – mas um mero «dispositivo da linguagem: [...] a única composição está [...] nos termos; e, consequentemente, é tão impróprio falar de uma *ideia complexa,* como fez Locke, quanto seria chamar a uma constelação uma estrela complexa: não são ideias, mas meramente *termos*, que são *gerais* e *abstractos*.»[61] A composição de significados a partir de outros significados não gera novos significados, mas tão-só novas palavras, que não correspondem a nenhuma entidade real ou possível, e nem sequer a alguma operação mental. Ao empirismo e nominalismo acrescenta-se, com Horne Tooke, uma forma de radical linguisticismo que elimina de uma só vez a própria noção de conceito ou, afinal, do que chamamos pensar. E assim, «a questão da mente, na medida em que diz respeito à linguagem, parece-me muito simples. Não se estende mais longe do que receber impressões, ou seja, ter sensações e sentimentos. O que se chama as suas operações são meramente as operações da linguagem.»[62] Uma vez que é impossível compor ideias,[63] nada corresponde, como imagem mental ou outra, à generalidade que é própria da maior parte das palavras. Com exceção dos nomes concretos, que são nomes imediatos de impressões – ou seja, substantivos concretos e verbos para ações empíricas – tudo o resto são simples abreviaturas que se limitam a tornar a comunicação mais expedita.

---

[61] *Ibidem*, p. 19.

[62] *Ibidem*, p. 24.

[63] *Ibidem*, p. 20.

A esta primeira tese empirista e crítica do mentalismo, junta-se uma outra posição, que lhe fornece o seu método de investigação. Segundo Tooke, «a etimologia nos dará, em todas as línguas, o que a filosofia em vão buscou»,[64] nomeadamente a definição do estatuto e do significado dos termos universais e a sua relação com o pensamento e com a linguagem. A investigação etimológica será «suficiente para descartar aquela *operação* imaginária *da mente* que se denominou *abstração;* e para provar que tudo o que chamamos por este nome é somente um dos dispositivos da linguagem com o fim de uma comunicação mais expedita.»[65] Toda a investigação conceptual é substituída pela análise etimológica de significados, com o resultado de que não há conceito subjetivo, mas um reenvio de toda a operação significativa para a própria linguagem e o seu desenvolvimento. A etimologia permite a descoberta, em todos os termos gerais, abstratos, adjetivos, advérbios e outros, do substantivo concreto original, e a redução, assim, de todos os termos gerais e relacionais não a atos do sujeito, mas a uma operação da própria linguagem.

5. O pensamento etimológico de Heidegger

Se a obra de Tooke está longe das vias mais frequentadas da linguística e da filosofia, a sua abordagem aponta, no entanto, o caminho para a avaliação do significado metodológico do apelo à etimologia, que deixa uma marca no século XX, nomeadamente por intermédio da filosofia tardia de Heidegger, que a ela recorre com frequência como fio heurístico da sua investigação. A ideia do método etimológico, em Tooke revestido ainda de um empirismo

[64] *Ibidem*, p. 171.

[65] *Ibidem*, p. 600.

filosoficamente um tanto tosco, ressurge com Heidegger, com as suas consequências filosóficas subtilmente desenvolvidas, como veremos em seguida. Sobre o método etimológico, escreve Heidegger, numa *Introdução à Filosofia* de 1930, que

> «deve observar-se que não nos socorremos da etimologia para a partir da raiz das palavras concluir algo de originariamente nativo [Urwüchsiges] sobre o significado, – um procedimento exposto a grande abuso e erros, mas precisamente também porque pode ser frutífero, se utilizado no lugar certo, da maneira e nos limites correctos. [...] Tomamos a linguagem no seu todo como a revelação originária do ente, no meio do qual o homem existe, o homem, cujo relevo essencial é o de existir nesta revelação, na linguagem.»[66]

Heidegger serve-se, na verdade, da etimologia com mais frequência do que parece admitir neste texto. E diga-se, igualmente, que encontrar o limite e o lugar correto para o recurso à etimologia depende de que se entenda que de nada servirá buscarmos significados mais antigos para as palavras, se tal busca não for acompanhada de uma reflexão sobre o próprio significado em geral, de uma modificação da compreensão do que é o significado ou, porventura, de uma reflexão sobre o que significa significar. Não se trata de reduzir significados a outros mais simples e naturais, próximos das impressões originárias, que foram pouco a pouco substituídos por

---

[66] «Einmal ist zu beachten, daß wir keine Etymologie zuhilfe gerufen haben, um aus dem Wortstamm etwas Urwüchsiges für die Bedeutung zu erschließen, – ein Verfahren, das großem Mißbrauch und Irrtümern ausgesetzt ist, aber eben deshalb auch, wenn am rechten Ort und in der rechten Weise und Grenze betreiben, fruchtbar sein kann. [...] Wir haben die Sprache im Ganzen genommen als die ursprüngliche Offenbarung des Seienden, inmitten dessen der Mensch existiert, der Mensch, dessen Wesensauszeichnung es ist, in der Sprache, in dieser Offenbarung zu existieren.» (Heidegger, *Vom Wesen der menschlichen Freiheit. Einleitung in die Philosophie*, GA 31, Frankfurt a.M., 1982, 1994, pp. 53-54).

uma falsa superestrutura cultural, segundo o projeto de Tooke. De pouco importa a antiguidade das palavras, mas sim a explicitação do que significa a manifestação do ente em geral, do próprio ser da linguagem. O problema do significado das palavras deve antes do mais situar o homem no meio do ente, ou seja, mostrar o significado dessa revelação.

Encontramos na obra *A Caminho da Linguagem*[67], de Heidegger, enunciado o princípio de compreensão do significado, princípio que se ajusta à perfeição ao método etimológico. O projeto é claro: não se trata «tanto de situar e discutir [a linguagem], mas de nos levar ao lugar da sua essência»,[68] e esta condução passa, de modo algo estranho, por uma repetição de frases de tipo tautológico que veiculam de início muito pouco conteúdo significativo. Assim, «a própria linguagem é a linguagem», ao que acrescenta que «a inteligência logicamente instruída [...] chama a esta frase uma tautologia que nada diz»[69], e repete a frase «a linguagem é linguagem»[70] para, numa ligeira variação, apresentar o princípio que referimos, que mais do que repetir, faz ressoar em poucas páginas como um eco reflexivo, cerca de quinze vezes: «die Sprache spricht» (a linguagem fala).[71]

Que teoria do significado se funda sobre este princípio: a «linguagem fala»? É dito que a linguagem não é silenciosa, muda, e que se o falante pode falar é porque a linguagem tem sentido, antes e independentemente dele. Na conclusão do seu curso sobre a *Lógica como a Questão pela Essência da Linguagem*, de 1934, registaram os seus ouvintes que «a essência da linguagem não se anuncia lá

---

[67] Martin Heidegger, *Unterwegs zur Sprache* (Stuttgart, 1959, 2003).

[68] «Die Sprache erörtern heiβt, nicht so sehr sie, sondern uns an den Ort ihres Wesens bringen» (*op.cit.*, p. 12).

[69] «Die Sprache selbst ist die Sprache. Der logisch geschulte [...] Verstand nennt diesen Satz eine nichtssagende Tautologie» (*Ibidem*, p. 12).

[70] «Sprache ist Sprache» (*Ibidem*, p. 13).

[71] «Die Sprache spricht» (*Ibidem*, pp. 12, 13, 14, 16, 19, 20, 21, 28, 30, 32, 33).

onde ela é [...] forçada como um meio de troca e degradada à mera expressão de um denominado interior».[72] A tese da instrumentalidade da linguagem como meio de troca comunicativa entre o interior dos sujeitos requer justamente uma neutralidade significativa do próprio instrumento para que possa anunciar algo, a transparência do sinal, a sua não-significatividade *qua* linguagem, segundo podemos depreender principalmente de Saussure.

No mesmo ano deste último curso citado de Heidegger, de 1934, a *Sprachtheorie* de Karl Bühler[73] apresenta, de modo mais completo, as diferentes funções da linguagem como exposição, expressão e apelo. As duas primeiras – exposição e expressão – requerem precisamente a *não-significatividade* do próprio signo. A exposição de um estado de coisas requer que o instrumento significativo não altere, por significados próprios e incontrolados, a sua imagem linguística. Do mesmo modo, a expressão do interior só é realizada por uma mediação ela mesma não falante. É requerido que a linguagem ela própria *não fale*, não receba sentido para além do pretendido pelo sujeito falante. O carácter linguístico da própria linguagem abre a expressão justamente ao processo infinito das interpretações. A tese de que a linguagem fala diz não só que a linguagem oferece resistência significativa à expressão ou à exposição objetiva, mas que, em última instância, e Heidegger é claro nisto, não é o falante que fala, mas a própria linguagem – anulando-se o sujeito e a sua reflexão como pretendida fonte do significado. E Heidegger pergunta pelo sujeito presente no seu princípio: «a *linguagem* fala. A linguagem? Não o homem?» «Na sua essência, a linguagem não é

---

[72] Idem, *Logik als die Frage nach dem Wesen der Sprache* (GA 38, Frankfurt a.M., 1998), p. 170.

[73] K. Bühler, *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache* (Stuttgart, 1999); v. Habermas, „Zur Kritik der Bedeutungstheorie“ (trad. Paulo Rodrigues, in Racionalidade e Comunicação, Lisboa, 2002, pp. 149-182).

nem expressão, nem uma atividade do homem. A linguagem fala.»[74] Na tese da subjetividade etimológica da linguagem reside que o falante, quando fala, *diz* inúmeras coisas que não pode alcançar na sua reflexão própria de sujeito, e que esta não só não pode ser fonte de significação como tão-pouco é capaz de abraçar em si mesma a determinação própria dos significados que enuncia. Nisto se fundará também a hermenêutica filosófica.[75] E Heidegger insiste, neste ponto, na recusa da reflexão como fio do pensamento,[76] tese cujas bases teóricas estão no conceito de finitude e de temporalidade assumidos pelo autor, conceitos a que faremos ainda referência. Em última instância, segundo a tese da etimologia, não se pode dizer que o falante, como indivíduo, saiba efetivamente o que diz. O princípio «a linguagem fala», cuja repetição fá-lo perder o sentido para o falante – no fenómeno psicológico que todos conhecemos de esvaziamento do significado pela repetição de uma palavra –, deve ser suficiente para estabelecer uma compreensão da linguagem oposta a toda a filosofia moderna do juízo, cuja força ilocucionária lhe é conferida por um ato da vontade do sujeito que assere, ou dá consentimento ao ser ou não-ser predicativo. O que é dito não está depositado na pretensa representação ou imagem mental interior do sujeito, definida, por exemplo, nos termos de Saussure: «o signo linguístico não une uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica. [...Se] arbor é chamado um signo, só o é enquanto contém o conceito árvore [...].»[77] Segundo Heidegger, o significati-

---

[74] «Die *Sprache* spricht. Die Sprache? Und nicht der Mensch?» (Heidegger, *Unterwegs zur Sprache*, Stuttgart, 1959, 2003, p. 20); «Die Sprache ist in ihrem Wesen weder Ausdruck, noch eine Betätigung des Menschen. Die Sprache spricht» (*Ibidem*, p. 19).

[75] V.g. Gadamer, *op.cit.*, pp. 108, 361-364.

[76] Cf. Heidegger, *Logik als die Frage nach dem Wesen der Sprache* (GA 38, Frankfurt a.M., 1998).

[77] «le signe linguistique unit non une chose et un nom, mais un concept et une image acoustique. [...Si] arbor est appelé signe, ce n'est qu'en tant qu'il porte le concept 'arbre' [...]» (Saussure, *op.cit.*, Paris, 2005, pp. 98-99).

vo da linguagem está depositado no próprio significante, não no significado, nas palavras, e não justamente no conceito, como quer que se queira compreender o conceito. O significado está esquecido, além disso, por um uso habitual, demasiadas vezes repetido, ou feito a partir de um mundo ou de condições existenciais que já não correspondem àquelas que davam originalmente significado às palavras. A validade do método etimológico pressupõe que há um sentido original e que esse sentido está esquecido, perdido – o que corresponde com alguma precisão à tese de Heidegger acerca do esquecimento do ser, a rememorar pela linguagem poética, que não deixa adormecer o significado pela repetição habitual.[78] É assim dito, acrescente-se, que as gerações transmitem entre si uma mensagem original, nas palavras, agora não só aladas como também falantes, que permanece por decifrar, e que as próprias gerações ignoram que, ao falar, transmitem algo que não mais entendem e que Heidegger virá a denominar o «envio» ou mensagem do ser. A expressão comum, «eles não sabem o que dizem» ganha assim plausibilidade e o seu sentido torna-se mais claro pela etimologia e pelo princípio de que «a linguagem fala». Segundo Heidegger, «falamos da linguagem, na permanente aparência de falar somente sobre a linguagem, quando falamos já *a* partir da linguagem»,[79] sendo pois a reflexividade linguística do sujeito substituída por uma outra fonte de sentido que excede os limites da reflexão.

A etimologia, erigida em método e sistema filosófico, é uma versão linguística da tese da alienação geral da consciência histórica que encontramos no século XX em autores como Heidegger, que procurou rememorar o esquecimento do ser, Adorno, com a sua dialética

---

[78] V. o clássico de Ricoeur, *A Metáfora Viva* (trad. J. T. Costa e A. M. Magalhães, Porto, 1983, pp. 151, 476-478).

[79] Heidegger, *Unterwegs zur Sprache* (Stuttgart, 1959, 2003), p. 191.

do esclarecimento[80] que parece encontrar na civilização uma forma de insuperável negatividade, e mesmo Husserl na já referida *A Crise das Ciências Filosóficas*, por exemplo.

Por oposição ao assumir do significado pela própria linguagem que fala e se põe no lugar do falante, entendemos assim, do modo mais claro, os motivos do aforismo do poeta que talvez mais sistematicamente reivindicou para si e investigou a subjetividade, conforme lemos no *Livro do Desassossego*: «Eu não escrevo em português. Escrevo eu mesmo.»[81]

6. Sobre o problema da reflexividade em *Ser e Tempo:* os fundamentos da hermenêutica filosófica

O desenvolvimento por Heidegger de uma filosofia que poderíamos considerar etimologicamente fundada, que desapossa o sujeito da atividade de criação e apreensão de significado, é antecedido por todo um questionamento, de cariz bastante diverso, acerca das condições de fenomenalização do ser em *Ser e Tempo*, de 1927.[82] A condição primeira do fenómeno é o «Dasein», ou (ser-aí), que Heidegger define como o ente para o qual «no seu ser está em causa o seu próprio ser».[83] Toda a investigação está centrada nesta característica do ser de um determinado ente, o ser-aí, para o qual, visto nele estar sempre em causa o seu próprio ser, há, mais do que somente um ambiente que o circunda, um mundo. O ser-aí

---

[80] Adorno / Horkheimer, *Dialektik der Aufklärung: Philosophische Fragmente,* (in Adorno, *Gesammelte Schrifte*, Band 3, Frankfurt a. M., 1996).

[81] Fernando Pessoa*, Livro do Desassossego* (ed. R. Zenith, Lisboa, 1998), p. 391.

[82] V. n. 4 supra. sobre este tema, cf. M. Caron, *Heidegger: Pensée de l'être et origine de la subjectivité* (Paris, 2005, pp. 773-812).

[83] «in seinem Sein *um* dieses Sein selbst geht» (Heidegger, SuZ, p. 12).

é, nos termos de Heidegger, «o aí do ser»,[84] o que significa, lugar de manifestação do sentido do ser. Segundo as coordenadas da filosofia fenomenológica, coordenadas que Heidegger alega seguir, transformando-as no sentido de uma fenomenologia hermenêutica, o ser é entendido sobretudo como sentido, o que se caracteriza pelo ser-no-mundo como condição básica da existência do ser-aí. Existência significa aqui não a simples posição de um ente na realidade, mas, dir-se-ia, exteriorização do ser como manifestação que justamente o ser-aí apreende como a questão pelo seu próprio ser. A investigação pelo sentido desenrolar-se-á como a investigação das condições existenciais do ser-aí e da abertura para ele de um mundo. O ser-aí não pode ser entendido somente como um ente entre os outros, dada a sua característica própria de «existir ontologicamente».[85] A sua característica ôntica, aquilo que ele é como ente, é existir ontologicamente, ou seja, dar-se num domínio de sentido de ser que ele sempre já compreendeu. A viragem hermenêutica da fenomenologia reforça a noção fenomenológica original da indagação pelo significado, ou sentido em que o fenómeno em geral, e em diversas modalidades, se dá. Se, no entanto, como se viu, as conclusões de Husserl não apontaram para o desenvolvimento de uma filosofia da linguagem como ontologia ou filosofia primeira, mas antes para o aprofundamento do tema do sujeito ante-predicativo e ante-linguístico onde se encontra a evidência do sentido,[86] as conclusões de Heidegger, após aquilo que ele mesmo explicará como uma «viragem» do seu pensamento, vão apontar para os desenvolvimentos de uma filosofia da linguagem nos moldes já aflorados.

---

[84] *Ibidem*, p. 12.

[85] *Ibidem*, p. 12.

[86] Cf. A. Diemer, *Edmund Husserl. Versuch einer systematischen Darstellung seiner Phänomenologie* (Meisenheim am Glan, 1965, esp. pp. 110-113).

O sentido desta viragem «a caminho da linguagem» estão já dados, até certo ponto, nos desenvolvimentos de *Ser e Tempo*. Heidegger investiga aqui a fonte do significado das palavras no fenómeno que denomina como significatividade. Esta designa, antes de mais, um todo de referências ou contexto que o ser-aí encontra não só *no* mundo, mas *como* o seu mundo.[87] Este contexto de referências e totalidade de reenvios não é um conjunto de coisas, entendido nem extensivamente, nem mesmo segundo a sua compreensão própria e investimento de validade subjetiva, mas como uma rede de *pragmata*, ou seja, entes que se abrem originariamente em função das possibilidades do lidar ou de servir umas para as outras no uso quotidiano do ser-aí. Para Heidegger, o fenómeno originário do sentido não se dá na consideração teorética de entes simplesmente dados, ou perante um sujeito, mas no projeto significativo, de cariz existencial, do ser-aí. A consideração teorética, abstrata ou científica dos entes como coisas disponíveis para a observação da sua essência e, na sequência disto, disponíveis para a manipulação técnica, é expressamente vista como uma consideração secundária e deficitária, que só emerge com base na privação da abertura originária de sentido.[88] Esta dá-se não como ser-simplesmente-dado ("Vorhandenes"), no modo do correlato da visão teórica objetivante, mas como ser-à-mão, ou utensilidade. Esta utensilidade só existe em função do projeto do ser-aí, o qual está, na conhecida expressão de Heidegger, sempre já lançado, ou projetado, com o significado de que não há, para o ser-aí, nenhum começo absoluto ou fonte evidente das significações, contrariamente às pretensões da filosofia de Descartes a Husserl. Pelo contrário, a reflexividade sobre si próprio do ser-aí, bem como a sua compreensão, estão sempre limitadas por um horizonte que, dir-se-ia, o impede de ver a totalidade integral do sentido do ser que

---

[87] Cf. Heidegger, SuZ, pp. 63-64, 84-86.

[88] *Ibidem*, pp. 69-71.

lhe é próprio ou do ser em geral. O "estar lançado" diz também da exposição e abertura do ser-aí ao mundo, ou seja, da sua facticidade, ou que ele não se pode considerar jamais como fundamento daquilo que, inversamente, não pode senão antecedê-lo, além de ser dado em cada caso incompletamente. Aliás, o que a reflexão lhe fornece não é uma perspetiva integral e inabalável sobre o seu próprio ser, a sua verdade e validade conforme, de um modo ou de outro, foi típico da filosofia desde Descartes – a única completude que é dada ao ser-aí pelo facto de no seu ser estar em jogo o seu próprio ser, ou pela "Jemeinigkeit" (ser-em-cada-cujo-meu) próprio do ser-aí, é a do seu próprio ser para a morte.

Estes dados apontam para a temporalidade como o fenómeno central do ser-aí, o que tem como consequência teórica justamente a perda da possibilidade de uma apreensão integral do sentido do ser – posto que, há que repetir, a temporalidade é a estrutura *fundamental* da existência do ser-aí. Este não é como que um sujeito a que se acrescentasse, como predicado, a temporalidade – esta constitui, não um predicado, mas o seu modo existencial de acesso ao "aí", em que tem o seu ser ou, nos termos que nos são já familiares, à abertura do mundo. Esta alteração da conceção do sentido do ser, com que Heidegger pretende fazer deslocar dos seus gonzos toda a perspetiva ontológica da história da filosofia anterior, não poderia deixar de ter consequências para a compreensão da linguagem. Na abordagem de *Ser e Tempo*, pelo signo é adquirida e assegurada «antes de mais uma orientação dentro do mundo circundante»,[89] – precisamente, como se viu, aquilo que segundo Husserl lhe retirava significado.[90]

---

[89] «es gewinnt vielmehr eine Orientierung innerhalb der Umwelt» (*Ibidem*, p. 79.).

[90] Cf. p. 22 nota 19, e p. 24 supra.

> «O signo (Zeichen) não está só à mão com outro utensílio mas, no seu estar-à-mão, o mundo circundante se torna em cada caso expressamente acessível para a visão em redor. O signo é um ente onticamente à-mão que, como [um…] utensílio determinado, funciona simultaneamente como algo que anuncia a estrutura ontológica do ser-à-mão, da totalidade de referências e da mundaneidade.»[91]

O signo opera, nestes termos, ao nível do contexto de referências do ser-à-mão, dando acesso à totalidade dessas referências e à própria significatividade do mundo. Não será possível aprofundar aqui a posição heideggeriana, para além das anotações que nos fazem remeter o significado para a noção de mundo, e da orientação do ser-aí dentro do horizonte de finitude da temporalidade originária de uma reflexividade sempre restringida por uma questão e projeto interpretativo.

A reflexão do ser-aí fá-lo confrontar-se, antes de tudo, com a sua própria finitude e com o seu projeto, que parte sempre de uma compreensão do mundo. Dada a radical finitude, e o facto de que o seu horizonte de situação no mundo é existencial, ou seja, condiciona e situa definitivamente o seu ser-próprio, não há, segundo Heidegger, qualquer evidência não interpretada de significações – ao contrário do que pretendia Husserl. O acesso aos fenómenos do mundo e aos entes intra-mundanos na sua significação estará, em consequência, sujeito a um regime interpretativo. Isto tem como consequência, que a hermenêutica filosófica irá retirar sistematicamente, que a ontologia se deve transformar em filosofia hermenêutica, e

---

[91] «Die Zeichen ist nicht nur zuhanden mit anderem Zeug, sondern in seiner Zuhandenheit wird die Umwelt je für die Umsicht ausdrücklich zuhanden. Zeichen ist ein ontisch Zuhandenes, das als dieses bestimmte Zeug zugleich als etwas fungiert, was die ontologische Struktur der Zuhandenheit, Verweisungsganzheit und Weltlichkeit anzeigt» (Heidegger, SuZ, p. 82).

esta naquela, com o corolário, fixado por Gadamer, já na segunda metade do Século XX, de que o «ser que pode ser compreendido é linguagem». São lançadas assim as bases da filosofia hermenêutica que retirará as consequências da anterioridade da linguagem para a compreensão do sujeito. São consequências da circularidade da relação entre a consciência e o objecto da sua interpretação, sendo impossível algum começo ou fundamento último, a temporalidade e horizontalidade de toda a compreensão, bem como a inserção do sujeito numa tradição interpretativa.

Se retomarmos o enunciado das funções linguísticas de K. Bühler, é possível ordenar de modo claro as diferentes funções semânticas e a pragmática da linguagem perante a objetividade dos estados de coisas, a expressividade do sujeito falante e a ação performativa intersubjetiva. Este último ponto permitirá avançar, como uma conclusão que aponta para teorias mais tardias acerca da relação entre o sujeito e a sua crítica linguística, para a dimensão pragmática e comunicativa da linguagem. A partir da análise dos actos de fala por Austin[92] e Searle pode-se aceder à tentativa de uma recuperação do projeto transcendental com que iniciámos a nossa exposição, transformado num projeto de fundamentação última reflexiva da ética, por K.-O. Apel. Na dimensão comunicativa da linguagem, o falante, ao exprimir-se pela linguagem, faz implicitamente uma série de reivindicações de validade, entre as quais se incluem reivindicações de cariz ético, que será possível investigar através de um retorno aos pressupostos comunicativos e pragmáticos universais de todo o ato comunicativo. Recupera-se, assim, a noção primordial de que a linguagem não só visa o acordo social, ou consenso, mas que é uma instituição que repousa, por princípio, numa base de entendimento. Esta base, tão difícil de definir, é recuperável como a ideia contrafactual de uma comunidade ideal de sujeitos, que pode orientar a

[92] Austin, *How to do Things with Words* (Oxford, 1962).

elaboração de uma ética universalmente válida, capaz de lidar com os fenómenos globais de modo transcultural. Não obstante toda a crítica e a diversidade dos caminhos do seu estudo, a linguagem não pode deixar de se regular pela intenção do acordo dos falantes entre si e, na sua reflexão, do sujeito consigo próprio. Apel visa assim a constituição de uma fundamentação última, fundada na reflexão rigorosa sobre os atos de linguagem do sujeito, mas dispensada dos pressupostos da filosofia da subjetividade e da consciência[93] com que Husserl introduziu o estudo da significação no Século XX. O estudo deste projeto de uma pragmática transcendental ultrapassaria, porém, os limites desta apresentação.

Bibliografia

Adorno, Theodor W. / Horkheimer, Max (1984), *Dialektik der Aufklärung*, Philosophische Fragmente, Frankfurt am Main, Suhrkamp.

Apel, Karl-Otto (1963), *Die Idee der Sprache in der Tradition des Humanismus von Dante bis Vico* Bona, Bouvier.

---------- (1973a), *Wittgenstein und Heidegger*. In: *Transformation der Philosophie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, vol. I.

---------- (1973b), *Wittgenstein und das Problem der hermeneutischen Verstehens, Transformation der Philosophie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, vol. I.

---------- (1974), *Transformation der Philosophie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.

Austin, John Langshaw (1960), *How to do Things with Words*, Oxford, Oxford University Press.

Bouveresse, Jaques (1987), *Le mythe de l'intériorité : expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein*, Paris, Editions de Minuit.

Bühler, Karl (1999), *Sprachtheorie. Die Darstellung Funktion der Sprache*, Stuttgart, Lucius & Lucius.

Cassirer, Ernst (2001), *Philosophie der symbolischen Formen*. Erster Teil. Die Sprache, Hamburg, Meiner Felix Verlag GmbH.

Diemer, Alwin (1965), *Edmund Husserl. Versuch einer systematischen Darstellung seiner Phänomenologie*, Meisenheim am Glan, Hain.

---

[93] Cf. v.g. Apel, *op.cit.*; Hösle, *Die Krise der Gegenwart und die Verantwortung der Philosophie. Transzendentalpragmatik Letztbegründung, Ethik* (München, 1994).

Fichte, Johann Gottlieb (1978), *Reden an die deutsche Nation*, Hamburg, in: *Philosophische Bibliothek*, Bd. 204, 5. Aufl., Hamburg, Meiner.

Fruchon, Pierre (1994), *L'Herméneutique de Gadamer. Platonisme et modernité. Tradition et interprétation*, Paris, Ed. du Cerf.

Gadamer, Hans-Georg (1960), *Wahrheit und Methode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*, Tübingen, Mohr (Siebeck).

Habermas, Jürgen (2002), *Zur Kritik der Bedeutungstheorie*, in *Racionalidade e Comunicação*, trad. Paulo Rodrigues, Lisboa, Edições 70.

Heidegger, Martin (1959), *Unterwegs zur Sprache*, Hamburg, Klett-Cotta.

---------- (1994), *Vom Wesen der menschlichen Freiheit. Einleitung in die Philosophie*, Gesamtausgabe 31, Frankfurt a.M., Vittorio Klostermann.

---------- (1993), *Sein und Zeit*, Tübingen, Max Niemeyer.

---------- (1998), *Logik als die Frage nach dem Wesen der Sprache*, Gesamtausgabe 38, Frankfurt a.M., Vittorio Klostermann.

Hösle, Vittorio (1994), *Die Krise der Gegenwart und die Verantwortung der Philosophie. Transzendentalpragmatik, Letztbegründung, Ethik*, München, C. H. Beck Verlag.

Hottois, Gilbert (1976), *La philosophie du langage de Ludwig Wittgenstein*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.

Husserl, Edmund (1962), *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendentale Phänomenologie*, Huserliana VI, Den Haag, Martinus Nijhoff.

---------- (1901a, 1975), *Logische Untersuchungen*, Band. I *Prolegomena zur reinen Logik.*, Husserliana XVIII, Den Haag, Martinus Nijhoff.

---------- (1901b, 1982), *Logische Untersuchungen,* Zweiter Band. I. Teil, Husserliana XIX/1, Den Haag, Martinus Nijhoff.

---------- (2005), *Prolegómenos à Lógica Pura*, trad. D. Ferrer, Lisboa, Centro de Filosofia.

---------- (2007), *Investigações Lógicas*, Segundo volume, Parte I, trad. de P. Alves e C. Morujão, Lisboa, Centro de Filosofia.

---------- (2008), *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, trad. D. Ferrer, Lisboa, Centro de Filosofia.

Kant, Immanuel (1900), *Kritik der reinen Vernunft*, in *Kants gesammelte Schriften*, ed. Königlich Preußischen Akademie der Wissenschaften, Berlin.

Marconi, Diego (1997), *La philosophie du langage au vingtième siècle*, trad. Michel Valensi, Paris, Éditions de l'Éclat.

Pessoa, Fernando (1998), *Livro do desassossego*, Lisboa, Ed. Richard Zenith, Lisboa, Assírio e Alvim.

Pombo, Olga (1997), *Leibniz e o problema de uma língua universal*, Lisboa, JNICT.

Ricoeur, Paul (1983), *A metáfora viva*, trad. J. T. Costa e A. M. Magalhães, Porto, Rés-Editora.

Saussure, Ferdinand de (2005), *Cours de linguistique générale*, ed. Tulio de Mauro, Paris, Payot.

Schlegel, August Wilhelm (1963), *Die Kunstlehre*. In: *Kritische Schriften und Briefe*, Vol. II, Hrsg. Edgar Lohmer, Stuttgart.

Theunissen, Michael (1965) *Der Andere. Studien zur Sozialontologie der Gegenwart*, Berlin, de Gruyter.

Tooke, John Horne (1857), *Epea pteroentα:* or *The Diversions of Purley*, London, William Tegg & Co.

Wittgenstein, Ludwig (1980a), *Philosophische Untersuchungen*. In: *Schriften* 1 *Wittgenstein* Frankfurt a.M, Suhrkamp.

---------- (1980b), *Tractatus logico-philosophicus*. In: Schriften 1, Frankfurt a. M., Suhrkamp.

(Página deixada propositadamente em branco)

A Crítica Hermenêutica à Metafísica da Subjetividade: a Importância de Gadamer e Ricoeur para Repensar a Linguagem da Pólis

Maria Luísa Portocarrero
Universidade de Coimbra
mlp600@gmail.com

Resumo: O *Cogito* cartesiano é sem dúvida uma das formulações mais marcantes do moderno pensamento da subjetividade: pelo seu poder e impacto ele inaugura o reino das filosofias da subjetividade e, com elas, uma determinada linha do pensar que esqueceu o primado da linguagem e da cidade e dominou até ao séc. XX, o horizonte do filosofar. É contra esta metafísica da subjetividade desencarnada, a da modernidade, que acompanha o desenvolvimento da ciência e reduz o mundo a quadro diante do olhar, que a filosofia hermenêutica pós-heideggeriana se insurge. Este artigo procura pensar o contributo da fenomenologia hermenêutica de H.- Gadamer e P. Ricoeur para um novo pensamento da subjetividade e da racionalidade, acentuando a sua dimensão praxística e linguística fundamental.

Palavras chave: Subjetividade; racionalidade; linguagem simbólica; praxis; diálogo.

Abstract: The Cartesian *cogito* is undoubtedly one of the most striking formulations of modern subjectivity thought: for its power and impact it opens the realm of subjectivity philosophies and, with them, a certain way of thinking that forgot the primacy of language and the city and he

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_2

dominated until the XX century the horizon of philosophy. It is against this metaphysics of disembodied subjectivity, of modernity, which tracks the development of science and reduces the world a table before the eyes that the post-Heideggerian hermeneutics philosophy rebels. This article tries to think the contribution of hermeneutic phenomenology of H.- Gadamer and P. Ricoeur for the new thinking of subjectivity and rationality, accentuating its practical and linguistics fundamental dimension.

Keywords: Subjectivity; rationality; symbolic language; praxis; dialogue.

I - O *Cogito* cartesiano é, sem dúvida, uma das formulações mais marcantes do moderno pensamento da subjetividade: pelo seu poder e impacto ele inaugurou o reino das filosofias da subjetividade e, com elas, uma determinada linha do pensar que esqueceu o primado da cidade e dominou até ao séc. XX, o horizonte do filosofar. De acordo com este modelo, a própria linguagem era considerada mera roupa de um pensamento uniforme em todos os sujeitos pensantes e a praxis vivida inteiramente conduzida pelo saber científico que, para além de estar em grande desenvolvimento, dissolvia diferenças e procurava já a uniformização.

É justamente contra esta metafísica da subjetividade pura e desencarnada, a da modernidade, que acompanha o desenvolvimento da ciência e reduz o mundo a quadro diante do olhar, que a filosofia hermenêutica pós-heideggeriana se eleva. Ela contesta a referida metafísica em nome do primado da condição finita, logo múltipla, da subjetividade humana, que surge sempre já situada ou mesmo lançada numa família, numa sociedade civil e num Estado, isto é, num mundo sempre recebido. Como tal ela surge situada num espaço já dito, significado e narrado por outros, isto é, num mundo sempre marcado por horizontes relativos e por um fenómeno de transmissão temporal que exige receção da alteridade, diálogo, crítica e apropriação.

É, pois, sobre a especificidade da conceção hermenêutica de subjetividade enraizada que vamos pensar. Devemos começar por dizer que a Hermenêutica não rejeita a subjetividade como característica do ser humano. Repensa-a no entanto a partir da sua condição corpórea, enraizada e linguística. Mas para nos entendermos realmente, uma vez que vamos falar de conceções diferentes de subjetividade, precisamos de começar por recorrer a Descartes, filósofo que fundou a existência do *Cogito,* que provou justamente a natureza pensante deste, a sua condição imediata e não relacional, uma vez que o intuito do filósofo era precisamente afastar toda a dúvida e fundar uma racionalidade que conduzisse a certezas:

> «Na metafísica de Descartes, o ente foi definido pela primeira vez como a objetividade de uma representação e a verdade como a certeza da representação. Ora, com a objetividade surge a subjetividade, neste sentido segundo o qual o ser certo do objeto é a contrapartida da posição de um sujeito. Assim temos ao mesmo tempo a posição do sujeito e a *proposição* da representação»[1].

Sabemos também que na base de uma tal conceção de subjetividade, a Modernidade pôde desenvolver uma ideia específica de saber, de qualidade claramente operatória e não tanto ética e prática, logo, aquela que, como nos diz Gadamer, «conferiu à ciência experimental um novo estatuto e uma clara importância social e política»[2]. Com ela, instalou-se no Ocidente o valor absoluto da racionalidade calculadora e instrumental que Heidegger tão bem caracteriza na sua conferência *Sérénité*[3]. Esta nova conceção de ciência, puramente

---

[1] P. Ricoeur, « *Heidegger et la question du sujet*», in IDEM, *Le conflit des interprétations. Essais d´herméneutique,* Paris, Seuil, 1969, p. 226.

[2] H-G. Gadamer, *Über die Verborgenheit der Gesundheit. Aufsätze und Vorträge. Frankfurt, Suhrkamp,* 1993, p. 17.

[3] M. Heidegger, *Gelassenheit,* Gunther Neske, Pfullingen, 1959.

representativa e dominadora, a da racionalidade pragmática e operatória, que veio a dar origem à tecnociência, deixou de lado como não científica toda uma outra forma mais meditativa, simbólica e hermenêutica de pensar e habitar o mundo. Perdeu-se assim definitivamente, lembra-nos Gadamer, o que nos oferecia o conceito grego de racionalidade: um saber integrador, uma forma mais geral do conhecer que refletia, antes de mais, sobre o modo como o homem habita o mundo, isto é, como se eleva acima do seu *aqui* e *agora,* formulando «perguntas sobre a verdade e sobre o bem de um modo que não exprima nem o benefício próprio nem o proveito público»[4].

A grande tradição da filosofia prática e política da Antiguidade – e o seu horizonte primordialmente ético e deliberativo, retomado com alguma força mais tarde, pela problemática do humanismo e finalmente pelo horizonte das chamadas ciências do espírito no séc. XIX – acabou por desaparecer do horizonte da racionalidade ocidental. Esta, puramente neutra e desinteressada, chegou mesmo a transferir, não sem levantar inúmeros problemas, as suas qualidades de razão operatória e produtiva para o âmbito da *praxis* moral do humano. O maior de todos eles foi a substituição de toda a cultura, da indagação ou mesmo da educação do ser humano, por toda uma nova cultura baseada na aprendizagem rápida e instrumental de competências e de automatismos que permitissem a adaptação a uma sociedade, cada vez mais burocratizada e administrada. A ideia de método e o primado absoluto deste sobre as coisas foram remetendo paulatinamente para o esquecimento todo o tipo de racionalidade mais deliberativa e dialógica, aquela que não tem tanto a ver com capacidades que se podem exercitar, mas antes de mais com a participação dos cidadãos na vida pública, com a facticidade

[4] H.-G. Gadamer, *Gesammmelte Werke. Hermeneutik 1. Wahrheit und Methode 1,* Tubingen, Mohr, 1986, pp. 12-13.

das crenças, das tradições, dos valores e decisões que permitem fundar a coesão social e, com ela, uma racionalidade responsável.

Por outras palavras, a investigação científica dominante separou-se do *ethos*[5], da capacidade de abertura e do enraizamento que caracteriza o humano, enquanto ser dotado de perguntabilidade e distância, isto é, da palavra que se diz ao outro e que por isso mesmo permite sempre compartilhar algo de comum. Desenraizada do mundo da vida, no qual o homem continua a viver e a compreender-se, apesar de tudo, a racionalidade operatória seguiu o seu caminho, impondo o primado da técnica sobre a ação, destruindo crenças e substituindo-as por um valor único: a eficácia. Acabou por converter-se hoje numa séria ameaça que se estende à vida social do homem, isto é, num caminho que inaugura inúmeras transformações do agir humano, reduzindo-o à figura do trabalho ou na linguagem de H. Arendt, à condição do animal *laborans*.

Assim surge a desorientação ética dos nossos dias e toda uma *praxis* manipulada ou mesmo disseminada por múltiplas especializações que, sabendo operar com eficácia, não sabem, muitas vezes, o que fazer com os seus próprios resultados. É que, de facto, e como o autor nos recorda: a condução da vida humana segundo o modelo da racionalidade calculadora, primordialmente baseado em automatismos e capacidades técnicas, esquece a interrogação sobre os fins e conduz inevitavelmente a sérios conflitos, que clamam pela necessidade de uma nova racionalidade.[6] Veja-se, neste sentido, o *boom* das éticas aplicadas dos dias de hoje e os problemas surgidos desde a segunda metade do séc. XX pela aplicação puramente técnica de teorias fragmentadas e especializadas ao âmbito sempre concreto, afetivo e solidário do mundo vivido dos homens. Todos estes problemas refletem a necessidade de uma outra racionalidade

---

[5] Idem, *Das Erbe Europas*, Frankfurt, Suhrkamp, 1989, p.100

[6] Idem, *ibidem,* pp. 10-11.

que respeite a autonomia e dignidade do ser humano e o sentido verdadeiramente relacional da sua praxis. Com efeito o homem quando manipulado é um homem alienado e insatisfeito, logo é necessário repensá-lo, a si e à sua razão; o que nos obriga a atualizar a célebre distinção kantiana entre pessoas e coisas, percebendo claramente que o homem visa fins próprios que não se podem, de modo algum, reduzir a um puro cálculo de meios. A lógica instrumental dos meios, aquela que tem transformado radicalmente o agir e que acabou por introduzir hoje a necessidade do questionamento ético, não pode substituir-se a uma ponderação dos fins.

Isto quer dizer que a retomada do *Cogito* só é hoje possível por meio de um movimento que parta da intencionalidade do mundo vivido e se oriente para a difícil questão do sentido do estar no mundo[7]. Será ele puramente técnico ou visará, como queria Aristóteles, o horizonte da felicidade?

Tal é o motivo da racionalidade hermenêutica: ela sabe que, depois das críticas da filosofia da suspeita à falsa natureza imediata do *Cogito* e depois da fenomenologia da passividade, há que meditar seriamente o significado da inscrição linguística da subjetividade humana, nomeadamente, a partir do que ficou esquecido pela Modernidade: o mundo da vida com as suas alegrias e tragédias e, por isso, as suas linguagens próprias. A retomada do *eu sou* passa hoje pela prova da dúvida, logo, exige uma hermenêutica dos testemunhos, dos textos, obras e ações deste único ente que se faz um si mesmo singular e que não se reduz mais à transparência do *Cogito*. O *sum* é de facto, uma realidade opaca por detrás do *Cogito,* excede-o e é este o grande enigma deixado em aberto pelas hermenêuticas da suspeita: o que é que eu sou afinal? Como posso perceber que sou sujeito? Tal é a grande questão a que a hermenêutica apenas responde de forma mediata por meio da compreensão das figuras e testemunhos tempo-

[7] P. Ricoeur*, Le conflit des interprétations,* p. 229

rais deste *sum* que deve agora dar testemunho das suas capacidades para finalmente poder ser entendido. Este novo caminho exige um longo desvio hermenêutico pela alteridade e pela relação, quer isto dizer, pela dimensão semântica da nova compreensão de si e pela dos testemunhos, sempre linguageiros da humanidade.

Tal é o eixo da reflexão hermenêutica: a subjetividade atesta-se para si e testemunha-se para os outros; acedemos-lhe então já não pelo modelo da visão, mas pelo da relação, da solicitude e da praxis. Isto é, sempre por meio da atividade e da linguagem deste único ente que é capaz de ser sujeito: «A irrupção da linguagem é a irrupção do ser-aí, pois a irrupção do ser-aí significa que o ser é trazido à palavra na linguagem»[8]. Neste sentido, podemos dizer que a hermenêutica filosófica, nomeadamente a de H.- G. Gadamer e de P. Ricoeur, concretizam o programa fenomenológico da urgência de um retorno às próprias coisas, reinterpretando, a partir da linguagem e dos seus usos, a superstição naturalista do primado dos factos.

II - Qual então o significado específico das ideias de subjetividade e racionalidade no horizonte da filosofia hermenêutica contemporânea? Vamos aqui falar de H.- G. Gadamer e de P. Ricoeur, particularmente das suas críticas à moderna limitação da racionalidade filosófica à problemática do conhecimento e à manipulação do mundo, reduzido a paisagem diante do olhar. Refiramo-nos pois, e em primeiro lugar, ao que a hermenêutica rejeita: o modelo de soberania epistemológica e antropológica do sujeito (narcísico) moderno, o famoso *Cogito* exaltado (nas palavras de Ricoeur) que, já de acordo com o parágrafo 6 de *Ser e tempo,* partilha dos grandes pressupostos da metafísica.[9] Lembremos que, neste parágrafo, Heidegger nos mostrava que a crítica *ao sujeito-Cogito* é uma parte integrante

---

[8] Idem*, ibidem*, p. 231.

[9] Idem, *ibidem,* p. 225

da destruição da história da ontologia[10]. Mas entendamo-nos bem quanto a este assunto: a destruição hermenêutica do *Cogito* não significava aqui uma total aniquilação do *eu sou,* apenas a ideia de que este tinha de ser reinterpretado, uma vez que, com a questão da finitude e do tempo, a tónica se deslocara de uma filosofia que parte do *Cogito,* como verdade primeira, para uma filosofia que parte da questão do ser como a questão esquecida no *Cogito*[11].

É pois a grande tese que deu origem à modernidade que a Hermenêutica recusa já desde Heidegger. Que tese é esta? A identificação cartesiana de duas noções: a ideia de *subjectum* como fundamento e a ideia de *subjectum* enquanto eu. Com Descartes, de facto, o homem tornara-se o primeiro e real *subjectum,* o primeiro e real fundamento[12]. O que significa que o sujeito, enquanto eu mesmo, se transformara na Modernidade, no centro a partir do qual tudo era entendido; o mundo convertia-se assim num quadro disponível, numa pura representação do *Cogito*.

Claro que isto só era possível porque se omitia a realidade do *sum*, por outras palavras, porque a certeza absoluta do *Cogito* dispensava o filósofo de colocar a questão do sentido deste ente. Foi no contexto da racionalidade científica que surgiu o *Cogito*, como princípio da subjetividade moderna, o que quer dizer que esta pertence à época do mundo como representação e quadro. «O carácter de representação do ente é o correlato da emergência do homem como sujeito»[13].

---

[10] Idem, *ibidem*, p. 224: «La contestation du *Cogito* constitue une partie de la destruction de l´histoire de l´ontologie, telle qu´elle est poursuivie dans l´introduction de *Zein und Zeit*. Dans le fameux paragraphe consacré à Descartes (§ 6), nous lisons que l´assertion du *Cogito sum* procède ' d´une omission essentielle : celle d´une ontologie de l ´être- là ».

[11] Idem, *ibidem*.

[12] Idem, *ibidem,* p. 226.

[13] Idem, *ibidem,* p. 227.

Recuperar então o sentido originário do eu sou, isto é, a capacidade que tem o ente humano de se referir a si mesmo como sujeito, exige que a hermenêutica comece por contestar radicalmente o C*ogito*. Todos conhecemos a primeira frase de *Ser e tempo*: «a questão do ser caiu hoje no esquecimento». O que é importante nesta afirmação é o facto de o problema do ser passar a surgir como uma questão, a questão do homem, ou mais precisamente acontecer no tratamento do conceito de questão, o qual faz referência a um si mesmo, o interpelado na questão. O ente humano é capaz de ser sujeito porque começa por ser interpelado pela questão do ser. O *Dasein,* lembra-nos Heidegger, é um ente especial entre todos os outros, porque é o único tocado pela questão do sentido e orientado pelo questionado, isto é, pela coisa a respeito da qual a questão é colocada[14]. Com esta questão descobre-se, ao mesmo tempo, uma nova possibilidade da filosofia do *ego, a filosofia do eu sou um ser interpelado,* na medida em que já não sou constituído por certezas mas pela própria indagação. Sou um ser de possibilidades, isto é, não pré-determinado que tem, entre outras, a possibilidade de colocar a questão do ser/sentido. Que ser é este, afinal? Um ser com outros, um ser finito – de outro modo não se questionava – e já lançado numa situação hermenêutica de interação e partilha. É, pois, necessário encarar a finitude e a corporeidade do eu penso e perceber claramente o que a entretece: a dimensão praxística da relação e a experiência de contraste entre o âmbito fáctico que me constitui e o possível da nomeação.

Como perceber então esta dupla dimensão? Há que partir dos signos e indícios, dos textos instituições e do conjunto de testemunhos (história e ficção) que atestam a ligação do eu ao outro, do eu à sua circunstância e, simultaneamente, à dimensão da sua incondicionalidade.

---

[14] Idem, *ibidem,* p. 224.

Por outras palavras, a crítica hermenêutica do *Cogito* e da racionalidade instrumental aposta na linguagem simbólica da pólis, em sentido lato, dado que acredita na significação relacional do *eu sou*, isto é, não rejeita totalmente a possibilidade do *Cogito*. Quer, no entanto, desvinculá-lo de toda a ideia de fundamento e re-interpretá-lo a partir da experiência marcante do séc. XX: a da praxis, a da cidadania e da finitude. Ora, finitude significa estar já lançado numa situação marcada por instituições, sendo a primeira das quais a linguagem; significa partir de tradições e interpretações do mundo, ser um ser relacional, uma praxis de vida, a praxis temporal daquele que se faz questão, palavra, logo que não é já um ser soberano e solitário, mas um núcleo de relações dialogais. É o eu sou relacional, aquilo que a hermenêutica tem em mira: aquele que, nas palavras de Gadamer, quando se descobre, percebe imediatamente a sua inscrição no diálogo, a sua pertença a textos, tradições ou a um efeito de sentido já sempre recebido e aceite como necessário à vida prática. O novo sujeito é o homem da interação, já sempre situado num horizonte plural do sentido, aquele que sempre chega demasiado tarde para suspender todas as suas crenças e diálogos já efetuados e começar tudo de novo, a partir de um grau zero de pressupostos e efeitos históricos.

Com efeito, para a hermenêutica filosófica de Gadamer, e seguidamente para a de Ricoeur, são as condições de possibilidade do agir com outros que permitem perceber o verdadeiro sentido de toda a subjetividade e que determinam ainda o sentido originário da racionalidade. Sem a inscrição num mundo simbólico e axiológico comum não há subjetividade. É o mundo da vida prática governado por valores, crenças e ideários comuns que permite a construção da identidade subjetiva e o enraizamento da racionalidade hermenêutica. Esta sabe que o *Cogito* moderno representava um sujeito virtual sem corpo nem espaço pois que o humano que é concreto concreto parte sempre de pressupostos, resultado da sua pertença a um horizonte

cultural e histórico particular e que estes mais não são do que o sintoma de que o real se diz de múltiplos modos, traduzido por diferentes situações, o que quer dizer que devo perceber que só com a alteridade histórica e concreta do outro tu consigo fazer sentido.

A reabilitação do sentido positivo dos pressupostos de todo o conhecer é assim o tema chave da crítica dialógica gadameriana à racionalidade abstrata da modernidade iluminada [15] . Ela lembra-nos, fundamentalmente, que não podemos construir a nossa identidade sem a linguagem do outro. A lente da subjetividade, diz-nos o filósofo,

> «é um espelho que deforma. A reflexão sobre si é apenas uma centelha na corrente fechada da vida histórica. *Por isso os preconceitos de um indivíduo constituem a realidade histórica do seu ser muito mais do que os seus juízos* (....). Se quisermos fazer justiça ao modo finito e histórico do homem, é preciso realizar uma drástica reabilitação do conceito de prejuízo e reconhecer que existem preconceitos legítimos»[16].

Dada a nossa condição finita começamos, desde logo, por ser herdeiros das ações, significações e avaliações dos outros que nos precederam. No entanto, somos herdeiros ativos e nunca meros repetidores : é a partir da nossa própria questão, de um horizonte novo, concreto e particular, que recebemos o efeito do outro; devemos, por isso, traduzi-lo sempre para a nossa própria linguagem que, por sua vez, se enriquece por meio da maneira como é questionada pela tradição[17].

---

[15] Cf., neste sentido,. M. Luísa Portocarrero Silva, *O Preconceito em H-G. Gadamer: Sentido de uma Reabilitação,* FCT/ JNICT, 1995.

[16] H.-G. Gadamer, *Gesammmelte Werke. Hermeneutik 1. Wahrheit und Methode 1,* p. 281.

[17] Cf., neste sentido, H.- G. Gadamer*, op. cit.*, pp. 311-312.

Os preconceitos, sublinhados por Gadamer como condição do exercício da racionalidade plural, cumprem pois uma dupla função : lembram-nos por um lado a condição profundamente fáctica[18] de toda a racionalidade, logo apontam para algo que nos escapa, a nossa passividade, e sublinham, por outro, a nossa condição profundamente ética e dialógica: somos afinal seres plurais e entes cuja existência resulta dos nossos atos com os outros. Daí a importância dos preconceitos: eles são categorias práticas que nos revelam que a nossa compreensão é um projeto provisório de sentido, uma mediação frágil e provisória, logo capaz de se expor ao outro, à outra cultura ou perspetiva. Esta questiona-me e faz-me finalmente reconhecer que talvez eu não tenha toda a razão [19] . Gadamer defende assim o valor simbólico e formativo do diálogo que nós somos e fala-nos da posição chave da literatura[20], enquanto *medium* da relação entre línguas, culturas e diálogo. A própria educação, pela exposição ao texto, é considerada como arte de crescimento interior pelo facto de nos ensinar a poder não ter razão.

São pois as condições humanas da interação, da socialização, da solidariedade e do serviço ao outro[21], sem nunca esquecer a particularidade própria, que constituem o verdadeiro motivo gadameriano da crítica do primado exclusivo do método e da sua racionalidade estritamente descritiva e operatória. Tal crítica promove um modelo novo de racionalidade, a racionalidade deliberativa, ética e dialógica, cujas grandes categorias são os preconceitos em sentido positivo,

---

[18] Cf. J.GRONDIN, *Le tournant herméneutique de la pensée contemporaine,* Paris, Puf, 2003, p. 114.

[19] H.-G. Gadamer, *op. cit.,* pp. 345-346.

[20] Cf. *ibidem,* p. 165.

[21] « Auslegung des gezetzlichen Willens, Auslegung der götlichen Verheissung zu sein, das sind offenkundig nicht Herrschafts-, sondern Dienstformen». Idem, *ibidem*, p. 316.

o diálogo dos horizontes historicamente diferentes, *a aplicação* e a arte de aprender a poder não ter razão.

É esta a problemática central da filosofia hermenêutica de Gadamer: a promoção de uma racionalidade prudencial, próxima da *phronesis* aristotélica, e tão necessária para responder hoje ao problema da dissolução da coesão social, própria da praxis contemporânea. O filósofo não se cansa de nos lembrar que o que é preciso pensar é a finitude da praxis humana que a ciência moderna esqueceu e confundiu com a praxis técnica dos *experts*; que a capacidade humana de meditação ou *theoria* faz parte integrante da praxis[22]; que à natureza humana pertence uma forma simbólica, originária da *praxis*, que nada tem a ver com o agir conduzido por automatismos de ordem instintiva ou racional. Ela é, pelo contrário, um tipo de ação guiada pela «escolha reflexiva, pela correta antecipação e pela correta ordenação de cada um de nós sob fins comuns»[23]. Reconhecer-se simbolicamente com outros no que é comum e no que não se reduz pelo facto de ser partilhado, comportar-se e atuar em solidariedade[24], tal é a condição decisiva da *praxis* que, diferentemente da ação animal, é afã inibido, sabe manter presentes fins remotos a alcançar e deve sempre escolher ou decidir-se em favor de algo e contra algo[25]. A conclusão do silogismo e da reflexão prática, ensinou-nos Aristóteles, é a decisão, daí que no agir prático o homem não atue, apenas de acordo com o próprio arbítrio, mas, pelo contrário, de acordo com os demais, determinando em comum, e através da interação, os assuntos comuns[26].

---

[22] Cf. H.-G. Gadamer, *Vernunft im Zeitalter der Wissenschaft. Aufsaetze,* Frankfurt, 1976, pp. 62-65; 82-83; 123-124.

[23] Cf. Idem, p.63.

[24] Idem, *ibidem*. p. 77.

[25] Idem, *ibidem*.,p. 69.

[26] Idem, *ibidem*. p. 70.

Relembrando Aristóteles e a sua sabedoria prática, pretende Gadamer ultrapassar o verdadeiro embaraço ético dos nossos dias, aquele que se exprime precisamente no esquecimento moderno do valor da deliberação e no problema atual do sentido dos valores:

> «a origem deste embaraço filosófico é constituída por um elemento comum à nossa cultura e que diz respeito ao papel desempenhado pela ciência experimental moderna na vida e na consciência da humanidade. A sua intervenção metódica, o seu princípio de construção e verificação, que expõe o mundo dos objetos à produção e regulação através da planificação e do trabalho humano, parece ser inacessível ao ponto de vista normativo. Não é a ciência moderna que deve dirigir e controlar o nosso saber e poder. É esta, em termos gerais, a base comum a todo o filosofar contemporâneo»[27].

É profundamente ética a tarefa da hermenêutica filosófica, retenhamos, já que ela surge, desde sempre, ligada ao mundo da interação e, por esse mesmo facto, ao que o funda enquanto tal: textos, histórias, valores, leis, que atestam simultaneamente a condição sempre situada e excêntrica do agir humano. Porque é finito e plural, ele nunca pode começar tudo de novo. Parte, pelo contrário, de uma pertença a costumes e tradições que nada são, se não forem capazes de ser traduzidos e aplicados em cada situação concreta da ação singular, ou seja, compreendidos de modo novo e diferente. Daí que Gadamer considere ser a aplicação o núcleo fundamental da racionalidade e da subjetividade hermenêutica. Nela se joga toda a diferença entre saber fazer e saber agir. A racionalidade operatória sabe fazer, sabe intervir no mundo, modificando-o de acordo com um plano previamente determinado ao qual não há que fugir.

---

[27] Idem, *op.cit.,* p. 200.

Mas ao nível do agir com outros o modelo é diferente: é preciso deliberar, ponderar e decidir em diálogo com o outro horizonte. Já vimos que Gadamer fala em preconceitos e fusão de horizontes diferentes mas vai encontrar o modelo desta nova racionalidade hermenêutica na Ética aristotélica e na hermenêutica jurídica. Recorramos ao modelo da ética aristotélica: o que impressiona Gadamer na Ética de Aristóteles, em suma, o que faz a sua atualidade, é o facto de o Estagirita ter defendido o saber ético, *a phronesis*, como um conhecimento especial que se adquire pela prática e pela educação, que se realiza no agir e que pressupõe uma relação muito específica entre o universal e o particular. Que relação é esta? Uma verdadeira aplicação hermenêutica:

> «O ser ético enquanto comportamento especificamente humano distingue-se do ser natural porque não é pura e simplesmente redutível a um conjunto de capacidades ou forças agentes. O homem é pelo contrário um ser que apenas se torna naquilo que é e adquire o seu comportamento pelo que faz pelo modo como age (...), a tarefa própria da consciência ética é de avaliar uma situação concreta à luz das exigências éticas mais universais»[28].

Tal é a verdadeira condição do saber agir nas situações quotidianas de vida que pedem uma decisão: saber respeitar a norma e a solicitude para com o outro, isto é, para com a pessoa em jogo na situação que exige avaliação; por outras palavras, o desenvolvimento de uma sabedoria prática, atenta aos conflitos entre a norma e as diferentes situações.

---

[28] Idem, *Le problème de la conscience historique,* Paris, Louvain, 1963, pp. 50-51.

Assim surge uma racionalidade que não esquece a pessoa, a sua constituição marcada pela desproporção e pela falibilidade,[29] tal é, por sua vez, o motivo da crítica ricoeuriana ao *Cogito,* enquanto princípio da subjetividade e da racionalidade. A filosofia do *Cogito* esqueceu o homem falível, a sua miséria e o longo caminho de atestação das suas capacidades de mediação ou ação, que começa pela experiência de contraste representada pela confissão enquanto afirmação originária expressa pela linguagem.

Para o filósofo francês o problema começa por ser o da concretização do *eu posso* da Modernidade, que ele considera profundamente irreal, pensando-o no contexto de um *eu quero,* por sua vez, marcado pela dialética de voluntário e de involuntário[30]. É a partir de uma filosofia do corpo próprio, em diálogo com as ciências do corpo objeto[31], que o filósofo francês quer começar a pensar. O objetivo é descobrir, a partir da dialética da passividade e da espontaneidade do homem finito, os signos que nele dão testemunho da emergência do esforço e da liberdade vulnerável, mas apesar de tudo uma capacidade de agir, de iniciar uma nova ordem, por meio de um poder de dizer e escolher.

Para Ricoeur é o mal sofrido pelo homem que obriga a questionar seriamente o tradicional modelo de racionalidade, sempre preocupado com a fundamentação da sua sistematicidade e conhecimento. A racionalidade hermenêutica desistiu da fundamentação absoluta, porque parte da vida que se significa, do que na vida, vivida segundo a forma do tempo e do espaço simbolicamente mediados, escapa às representações puramente teóricas e exige a atestação de uma afirmação originária, que surge com o acontecimento de uma força, a

---

[29] Cf. P. Ricoeur, *Philosophie de la volonté. Finitude et culpabilité I L´homme faillible.*

[30] Cf. Idem, *ibidem,* p. 8.

[31] Cf. Idem, *Philosophie de la volonté. Le volontaire et l´involontaire,* Paris, Aubier, 1967.

de um eu sou que, dominado muitas vezes pelo sofrimento, acontece desde logo na relação com o outro, estabelecida pela linguagem não concetual da confissão ou lamentação[32]. Trata-se neste caso de um *eu sou* que não se caracteriza de modo algum pela visão e pela atitude teórica de posse, mas pela ação, pelo testemunho e pela relação de responsabilidade. Esta nova lógica da atestação e da responsabilidade, que substitui a da subjetividade transcendental, pressupõe a capacidade que a vida tem de se fazer pessoa, ao designar-se a si mesma e deixar-se atribuir a si uma ação, reconhecendo-se como o seu verdadeiro autor[33].

Quatro são os grandes traços, que permitem, segundo Ricoeur, identificar esta vida que se significa e atesta como pessoa e que permitem ainda percebê-la no seu esforço temporal para ser: «a *linguagem, a ação, a narrativa e a vida ética.* Sou de facto, vida dotada da capacidade de poder falar, de poder agir, de poder contar a minha história, de poder considerar-me responsável pelos meus atos e deixar que estes me sejam imputados como ao seu verdadeiro autor». Estas capacidades, que outras formas de vida não possuem, atestam-se sempre na linguagem simbólica e narrativa e expõem a nova consciência, descentrada pela linguagem, à interpretação e ao conflito de interpretações suscitado pelo poder mimético dos símbolos[34]. A consciência não é já um dado imediato e adquirido para sempre, mas apenas «um primeiro passo que não pode ser seguido por nenhum outro, enquanto o *l´ego* de *l´ego Cogito* não se tiver recuperado no espelho dos seus objetos, das suas obras e finalmente dos seus atos»[35]. O que significa que a filosofia deve refletir

---

[32] Cf. Maria Luísa Portocarrero (ed) *Mal*, *símbolo e justiça,* Coimbra , Faculdade de Letras, 2001.

[33] P. Ricoeur, *La symbolique du mal,* pp. 14-15.

[34] Cf. Maria Luísa Portocarrero, *A hermenêutica do conflito em P. Ricoeur,* Coimbra, Minerva, 1992.

[35] P. Ricoeur, *Le conflit des interprétations,* p. 21

seriamente sobre a inscrição, vital, histórica e simbólica da razão e sobre a crise da sua ideia de fundamentação última. Mas, antes de mais, sobre as possibilidades poéticas e práticas que a liberdade humana tem de se atestar, em ordem a que se possa compreender a imbricação do eu e do outro na nova ideia de subjetividade singular.

O que faz a identidade de uma pessoa não são nesta perspetiva apenas os traços já herdados: isto é, os elementos biológicos que perduram ao longo do tempo; mas antes a coesão narrativa de uma vida, em que a diversidade das ações vividas – vida profissional, lúdica, familiar etc. – é reunida e unificada numa história com sentido. Ora, dizer que a pessoa tem uma história ou é a sua própria história, é reconhecer simultaneamente que não existe história de uma pessoa singular que não seja também a história de outras pessoas. A pessoa pode então entender-se a partir do conceito de racionalidade narrativa: é a vida examinada e narrada que diz, por meio de uma estrutura simultaneamente objetiva e reflexiva, a capacidade relacional e interativa[36] daquele ente que se faz pessoa[37]. É ela que revela a historicidade do sujeito e que permite entender a intencionalidade de uma vida que se faz um si mesmo, apto e responsável, porque verdadeiramente capaz da linguagem e imputável. É, enfim, a distinção entre *mesmidade* e *ipseidade* que ilustra em Ricoeur a possibilidade de compreensão, sempre indireta, do que constitui uma subjetividade responsável.[38] Esta não é nem o *sujeito exaltado e virtual* da modernidade, nem o *sujeito humilhado* de Nietzsche, mas o único ente capaz de falar e de se assumir como sujeito dos seus discursos; capaz de ser autor dos seus feitos, de ações inten-

---

[36] Idem, "Lectio magistralis. Université de Barcelone, 24 avril 2001" in Domenico Jervolino, *Une herméneutique de la condition humaine*, Paris, Ellipses, 2002, p. 83 : « (…) le discours est adressé (…). Une même structure dialogale se laisse discerner au plan de l´action : l´action est action avec, action contre, dans un contexte d´interaction, dramatisé par le conflit et la violence »

[37] Idem, *ibidem* : « (…) le récit dit le 'qui ' de l´action».

[38] Cf. Idem, *Soi-même comme un autre,* Paris, Seuil, 1990.

cionais e de iniciativas que mudam realmente o curso das coisas e que têm efeito sobre os outros; capaz de se situar numa narrativa de vida, capaz de ser, ao mesmo tempo, o narrador e o personagem da sua própria história e de, por meio da avaliação ética desta, poder constituir-se como ser imputável[39]. O ser humano é o único modo de vida cujo verdadeiro poder consiste na atestação de si mesmo, noção que o filósofo define «como uma espécie de crença, um crédito aberto à convicção prática, uma confiança na sua própria capacidade, que apenas recebe a sua confirmação do seu próprio exercício e da aprovação que lhe dão»[40].

A ipseidade, verdadeiro rosto da nova subjetividade, requer como paradigmas as categorias éticas (e temporais) da atitude, do testemunho, da promessa[41], do compromisso e da responsabilidade. E é justamente a função narrativa da linguagem humana o único suporte desta ipseidade ou autonomia intimamente ligada à pólis porque vinculada à s*olicitude* para com o próximo e à justiça relativa a todos.[42] O que faz da pessoa um sujeito racional e autónomo é, pois, a sua capacidade de ser a origem do seu próprio agir (é vida que não está manietada pelas leis da causalidade física) e de por ele responder, isto é, a sua capacidade de auto-estima[43] e imputação[44]. De outro modo, é a aptidão que ela possui para se submeter, como

---

[39] Cf. Idem, *Le juste,* Paris, Esprit, 1995, pp. 30-32.

[40] Idem, *Le juste*, 2 p. 89

[41] Cf. Idem, *Le juste,* 2, p. 92 : « En dépit du changement, nous attendons d`autrui qu`il réponde de ses actes comme étant le même qui hier a agi et aujourd`hui doit rendre des comptes et demain porter les conséquences. Mais s` agit-t- il encore de la même identité ? Ne faut-il pas, prenant pour modèle la promesse base de tous les contrats de tous les pactes, de toutes les ententes, parler d´un maintien de soi malgré le changement –maintien au sens de parole tenue ? C´est ici que je suggère, après d´autres, y compris Heidegger, de parler d´ipséité plutôt que de mêmeté».

[42] Idem, *Soi-même comme un autre,* p. 30.

[43] Idem, Le *juste* 2, p. 95 : « Nous appellerons estime de soi la forme éthique que revêt la revendication de singularité »

[44] Idem, *ibidem,* p. 97 : « L´imputabilité est la capacité d´être tenu pour responsable de ses actes comme étant leur véritable auteur».

ser singular, às exigências de uma ordem simbólica e comunitária, que lhe permite inaugurar no mundo uma nova ordem e o exercício da responsabilidade. Tudo isto é possível pela capacidade de cada um para conduzir a sua vida de acordo com a ideia de coerência narrativa[45]. E com efeito, por meio da estreita correlação estabelecida pela narrativa entre ação, personagens e ideal de uma vida boa e ainda pelo tratamento narrativo dos personagens, através das peripécias que as conduzem à felicidade ou infelicidade, que a pessoa encontra, a verdadeira configuração da sua subjetividade ética ou *ipseidade*. Abordada como personagem da sua própria história, cada pessoa é capaz de referir a si os seus atos, percebendo que não é, de modo nenhum, nem uma entidade distinta das suas experiências, nem tão pouco um ser separado do outro. Pelo contrário é nos seus atos e por meio da relação com a alteridade que a pessoa se realiza enfim como vida significante. Daí a necessidade da inscrição desta forma de vida, que se faz sujeito capaz, não apenas nas exigências de uma ordem linguageira, simbólica ou narrativa, mas num corpo político que permita que as suas capacidades se tornem reais. Com efeito, as relações do sujeito com a alteridade são de dois tipos: com a alteridade interpessoal e com a institucional. A filosofia dialógica não pode limitar-se às relações com o tu, como o fez Gadamer, pois a este face a face falta sempre a relação ao terceiro que é tão primitiva como a relação ao tu. As linguagens institucionais da pólis estão, segundo Ricoeur, em continuidade com a forma de poder que caracteriza o homem capaz, conferem-lhe duração e estabilidade e projetam ainda «o horizonte da paz pública, compreendida como a tranquilidade da ordem»[46]. Sem a mediação da alteridade que lhe outorga o poder institucional, o indivíduo é apenas um esboço de

---

[45] Idem, *ibidem,* p. 94 : « Disons donc dès maintenant qu´est autonome un sujet capable de conduire sa vie en accord avec l´idée de cohérence narrative » ; cf. ainda p. 98.

[46] Idem, *ibidem*, p. 38.

homem, o que significa que só é subjetividade verdadeira enquanto é um sujeito de direito[47]. Só a relação ao terceiro, enquanto pano de fundo da relação ao tu, é capaz de dar uma base segura à mediação institucional que é exigida pela categoria do cidadão. É a este nível que surge a linguagem dos contratos e dos pactos de todas as espécies que dão uma forma jurídica à trocas das palavras. Os pactos devem ser respeitados, tal é a regra do reconhecimento que ultrapassa sempre o face a face da relação eu-tu.

[47] Idem, *ibidem*, pp. 39- 40.

(Página deixada propositadamente em branco)

Estudo do Contacto de Línguas em Ambiente Urbano

João Nuno Corrêa-Cardoso
Universidade de Coimbra
cardo@ci.uc.pt

Resumo: Reflexões em torno do contacto de línguas em ambientes urbanos contemporâneos. Abordagem das novas metodologias exigidas pelas especificidades dos trabalhos de campo. A figura do linguista de contacto.

Palavras chave: sociolinguística urbana de contacto; trabalho de campo nas cidades europeias contemporâneas; línguas maioritárias e minoritárias; desaparecimento de línguas.

Abstract: Reflections on urban language contacts. Study of field work trends and new methodological approaches required by the contemporary european urban contexts. The contact linguist profile.

Keywords: urban sociolinguistics; field work at contemporary european cities; majority and minority languages; language loss.

Reflexões iniciais

> «The cities of Europe metamorphose rapidly. (…) The flux between the city and its inhabitants is a site of ferocious visual tension, with imageries generated that collapse and reformulate

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_3

the perception of the city, its languages, its societies, its nationalities, its cultures. The cities have never possessed unity, and now the multiplicity of voices passing between the transforming city and the transforming individual creates an utter fragmentation.»[1]

1. A macroeconomia europeia aponta para a existência de dois grandes eixos que cruzam o continente. O primeiro é o do *desenvolvimento urbano*, de sentido norte-sul, cujos extremos são o Reino Unido e a Itália. O segundo é o da *colonização industrial*, de orientação oeste-leste, fixando-se os pólos, por um lado, em Inglaterra, no Benelux e na Alemanha e, por outro, na Ucrânia. A partir destas informações, podemos dizer que, de Londres a Milão, se desenha um *arco* que, hoje em dia, compreende a maioria das capitais económicas e dos centros financeiros da Europa.

2. De um modo global, o conjunto da população europeia deve ser considerado urbano quer pelos *modos de vida* e *de pensar* quer, também, pelas *formas de comunicar.* Mas se as taxas de urbanização da Europa são relativamente elevadas, há todavia – adotando o *modelo da aglomeração*, utilizado ultimamente por quem se dedica a estudos urbanísticos – zonas do espaço europeu em que a distribuição das pessoas pelas cidades não é equilibrada e são justamente as periferias que exibem os índices mais baixos de concentração urbana. Como exemplos ilustrativos, os estudos apontam, consensualmente e com regularidade desde 1990, para Portugal, a Irlanda, a Noruega e ainda para os países inscritos na instável teia geopolítica dos Balcãs.

3. No âmbito destas condições gerais, compreende-se que o fenómeno da *mobilidade* dos europeus – motivado por um número

[1] Stephen Barber (1995) *Fragments of the European City.* London (Reaktion Books, Ltd), p. 9.

ilimitado de causas – os conduza quase sempre para cidades, locais que, por instituição histórico-cultural dos seus atributos reais e das suas propriedades simbólicas, têm por vocação acolher *muitos* e *diferenciados atores* da existência comunitária. Quando se registam saídas para o estrangeiro com a necessidade de se assegurarem as premissas mais basilares da dignidade humana, as urbes-destino destas populações desfavorecidas inscrevem-se na intersecção dos eixos de desenvolvimento acabados de referir.

4. Através destes movimentos migratórios inter-étnicos dão-se, em plena cidade, os *encontros de línguas e de culturas* que vão favorecendo, em tempos e a ritmos desiguais, a convivência intercultural e as inevitáveis transformações linguístico-culturais, inerentes a todos os atos manifestativos do *homo urbanus*, no decurso do conhecimento – que devia ser cada vez mais profundo – do *Outro*. O exame sociolinguístico de tais ambientes de comunicação plural deve ser empreendido na mais ampla reflexão interdisciplinar porque a natureza do objeto seleccionado é, como sabemos, multifacetada.

Coordenadas do estudo sociolinguístico do contacto de línguas na cidade

> «Nothing exists of the city but duplication, repetition and prolongation, except for what is put there by the eye of the spectator, intercepted and visually substantiated. And with the falling of the eye upon the city comes the massive movement, gesture, flux of physical incorporation of the city, that gives to the city its psychosis of imagery and language (...) its (...) fragmentation, transformation.»[2]

[2] Idem, *ibidem*, p. 107.

5. Foi o desenvolvimento da *linguística de contacto* no âmbito das *línguas minoritárias*, *nacionais* e *étnicas*, bem como no das línguas das *comunidades da diáspora*, que deslocou as atenções para o *contacto de línguas* em meios urbanos. Não foi casual, então, o facto de a *linguística urbana de contacto* ter despertado no pós-guerra e ter vindo a registar, ultimamente, um desenvolvimento considerável.

Reconhecido o espaço linguístico urbano fragmentário, cada pesquisa terá de ser única e completar-se, apelando à pluridisciplinaridade: têm de se conhecer os *parâmetros sociopsicológicos* e *socioculturais* que afloram nas tensões co-presentes e que merecem o manuseamento científico. É a *gramática da variação* do atual mosaico linguístico urbano que exige uma análise da manutenção/discriminação das línguas em contacto e a explicitação desse devir, qualquer que ele seja. Assim, as investigações complementares elucidarão, por exemplo, o modo da *re-afirmação cultural* e *(sócio-)linguística*, a reconstrução das *identidades* e as formas de *comunicação inter-grupal*; a aceitação ou a recusa de *aculturação*, ou ainda outros aspetos dos *complexos atitudinais*. É também imprescindível conhecer as disposições políticas sobre a gestão linguística e intercultural nos Estados plurilingues.

6. A cidade, como instância pós-moderna, é a arena privilegiada dos encontros e dos desencontros das línguas e das culturas do *homem urbano* que nela se instala e se diversifica – em cada momento diferenciado – através das comunhões simbólicas. A expressão dos aspetos polifacetados da tumultuosa vida em comum encontra, como seria de esperar, na *palavra* o veículo primordial dessa participação, a um mesmo tempo individual e coletiva, próxima e distante, objetiva e subjetiva, real e ficcionada, mas sempre indispensável aos mecanismos definitórios do *Eu*, do *Outro*, de *Nós* e dos *não-Nós*.

O progresso poderá aniquilar os traços fundamentais da dimensão humana que motivaram, desde muito cedo, a reunião do *homo*

loquens nos lugares públicos, comprometendo-se, dessa forma, a possibilidade que cada um de nós deve ter, na cidade, de afirmação da liberdade pessoal e de gestão do próprio destino. Por tudo isto, no recente discurso filosófico defende-se o retorno à *Pólis* como um imperativo global e a tentativa de se substituir o *desencontro* humano – promovido modelarmente pela *Telepolis* – pelo *encontro interpessoal*, sustentado pela *razão pática*.

7. Com o *encontro* das culturas e a respetiva verbalização polifónica instaura-se, de forma premente, o plurilinguismo nas aglomerações urbanas cujas características e funcionalidades acompanham, por um lado, o ritmo de crescimento das cidades, da mobilidade social e cultural dos habitantes nativos e dos de adoção (antiga ou recente) e, por outro, se associam igualmente ao significado dos contactos interétnicos e às tensões relacionadas com as tentativas de domínio dos múltiplos espaços de circulação e de convivência citadinas.

Assim, qualquer aproximação científica da cena sociolinguística urbana deve explicitar a estruturação linguística da comunidade plural segundo a importância dos chamados *fatores de variação* que operam em aglomerados compósitos deste género e cruzar tais informações com outros dados fornecidos quer pela história particular (recuada ou próxima) das cidades, quer pelas disposições políticas que legitimam os estatutos linguísticos privilegiados das línguas dominantes, quer pelas raízes da constituição demográfica urbana quer, ainda, pelos efeitos psicológicos e ecológicos atuais da centralidade do ambiente na urbe.

8. É necessário contextualizar o *contacto linguístico* seja em termos *materiais* – observando as premissas demográficas e situacionais das práticas discursivas, por exemplo –, seja em termos *culturais* – analisando os percursos históricos, económicos, sociológicos e psicológicos das comunidades envolvidas, bem como as respetivas

construções ideológicas e atitudinais, subjacentes aos comportamentos individuais e grupais – porque é, justamente, de todos estes elementos extralinguísticos que decorre, de facto, uma maior ou menor rejeição de tudo o que é sentido como sendo *diferente* ou, se quisermos, é deles que nascem os conflitos linguísticos (e todos os outros *atritos*) mais ou menos agudos.

Nunca esquecendo, porém, que o *movimento de integração* – voluntária ou forçada – se vive a ritmos distintos, poderemos definir a *morte do sistema minoritário* como uma das mais dramáticas consequências dos conflitos linguísticos que, desta forma, se vão superando. O fenómeno do *suicídio linguístico* verifica-se quando os dois sistemas são muito próximos, adotando aquele que se encontra na posição de *dominado* muitos elementos dos vários planos da *língua dominante*. O fenómeno do *assassínio linguístico* regista-se com a crescente redução dos *domínios* em que se atualizava a *língua fraca*, remetendo-se para o acentuado esquecimento o conhecimento linguístico (ativo e passivo) que dela possuíam os sujeitos falantes minoritários que, entretanto, deixam de possuir a qualidade de interlocutores bilingues para adquirirem, gradualmente, o estatuto de monolingues na *língua forte*.

Todavia, no contexto da emigração e, portanto, no caso das chamadas *minorias recentes* – cuja relação física e institucional com o território do *new country* é, numa primeira fase, sempre difícil – as fragilidades acentuam-se; e os ditos processos, conducentes a uma eficaz assimilação linguístico-cultural, podem vir a revelar-se ainda mais rápidos do que os próprios sujeitos falantes da língua em desvantagem suspeitariam. Tais mecanismos tanto são exógenos como são endógenos à comunidade (recém-chegada ou com uma breve história de fixação), e atuarão de forma diferenciada, de acordo com as características particulares de cada situação de *encontro de línguas e de culturas*.

9. Partindo das grandes linhas gerais sugeridas para a observação do fenómeno do contacto, tenhamos em consideração, agora, items imprescindíveis para a avaliação das condições de erosão sofrida por qualquer *língua emigrada*.

Do ponto de vista estritamente linguístico, deve o investigador tentar determinar o *grau de domínio da norma na língua de partida*. Da plataforma sociológica, poderá o pesquisador – segundo os objetivos da sua análise – destacar aspetos tão variados como, por exemplo, a) o *tipo do fluxo migratório*, b) a *distribuição setorial* do movimento de partida, c) o *nível sociocultural* dos seus atores, d) a *intensidade do sentimento de pertença ao grupo*, e) a *idade de chegada* ao país recetor, f) o *tipo de fixação* no país de acolhimento, g) o *lapso temporal de permanência* e h) o *grau de proximidade cultural e religiosa* em relação à comunidade linguística recetora.

Como se pode concluir do quadro traçado, os eixos de abordagem das *populações-alvo* são duais – por conciliarem em si aspetos de natureza linguística e aspetos decorrentes da dimensão extralinguística – e o poder explicativo de cada um deles dependerá da sua adaptação ao perfil da área metropolitana selecionada e aos contornos dos grupos minoritários em causa. Ora, na conjuntura atual do plurilinguismo e da interculturalidade, a *sociolinguística urbana de contacto*, desenvolvida *em ambiente de emigrados estrangeiros*, transporta – para o debate geral sobre a investigação linguística comunitária urbana – o imperativo de se estudar a *petite minorité*, na qualidade de *zona humana de contacto interlectal* mais reduzido. A este nível reticular, o estudo dos fenómenos da interação e da comunicação entre indivíduos de culturas e de línguas diferentes parece favorecer uma análise, cada vez menos opaca, da *variação participativa* nos múltiplos planos da atividade dialogal.

De acordo com as coordenadas assim definidas, o trabalho de campo sobre os efeitos da centralidade urbana nos contactos de línguas e a caracterização técnica dos comportamentos linguísticos

observados nunca devem deixar de se nortear, quando se trata do relacionamento multifacetado entre uma *língua forte* e uma ou mais *línguas débeis*, pelos objetivos que passo a enumerar:

1.º) deteção das estruturas que asseguram o *domínio* de uma língua sobre todas as outras;
2.º) definição da(s) *(in)consistência(s)* das minorias linguísticas;
3.º) explicitação dos *padrões* e dos *significados* dos *contactos interétnicos*;
4.º) interpretação dos *estados de afeto(s)* da(s) língua(s) minoritária(s).

10. Nesta linha de pensamento – que obriga a uma rápida ação transversal – dignificar-se-á, de modo indubitável, a tradição humanista e humanitária e caberá, em primeiro lugar, às próprias *famílias* e à instituição *Escola* o papel central no crescimento do respeito mútuo e da paz de que nós, também neste domínio específico, tanto carecemos.

A democraticidade na *co-presença* deverá, de facto, iniciar-se na célula familiar e nas instituições educativas onde os responsáveis pela formação harmoniosa do cidadão europeu empreenderão um exercício constante de reflexão sobre as suas atitudes e comportamentos linguísticos de maneira a transmitir, às crianças e aos jovens, a *ideia* de plurilinguismo em que vivem e em que, legitimamente, se podem expressar sem os *preconceitos* que têm alimentado as tensões entre os que teimosamente desconfiam da *diferença* e os incompreendidos.

A persistência das clivagens favorecerá a continuação das *desigualdades sociais* com consequências devastadoras para todos aqueles que não se podem defender – em especial as crianças – dado não possuírem os instrumentos (nem a força) para uma resposta adequada necessária à alteração dos *preconceitos* do generalizado e desfavorável *senso-comum*.

11. O investigador, movendo-se nesse *espaço linguístico urbano*, detetará não só a emergência de um *núcleo linguístico*, como a viabilidade de *gerir as diferenças* – o que se baseia, por paradoxal que pareça, em tratamentos *diferentes* para atingir uma *igualdade* de oportunidades. Perceber isso e realizá-lo é fruto de uma ampla visão e de qualidades humanas superiores. Assim, o maior incentivo do *sociolinguista urbano* será a busca do *plurilinguismo* como *um triunfo do espírito humano*. O primeiro passo cabe à *comunidade linguística* de prestígio. Depois, as diretivas dos Estados plurilingues indicarão as abordagens adequadas de um *plurilinguismo* concentrado no perímetro urbano.

A responsabilidade do *linguista do contacto* é, então, também tanto maior quanto mais dele se exige um papel *político* que inclui a *diplomacia*, para explicar como, em presença de diversas línguas e culturas, se pode *gerir* o encontro de valores comunitários; isto para além do seu papel de *cientista* que, tendo analisado a *cidade* nas suas distintas faces e reverberações, deve ajudá-la a ultrapassar os *conflitos*.

Reflexões conclusivas

> «The trajectory of language through the city is shadowed and countered by its erosion – even the most uniquely intense, vertiginous projection of language (...) will collapse in its act of realization, and lapse into silence.» [3]

12. Apesar de toda a *política linguística* ser enquadrada por preceitos legais, na prática, é numa complexa *arena plurilingue* que se joga o futuro de uma língua minoritária. Assim, o estudo do

[3] Idem, *Ibidem*, p. 85.

contacto linguístico deve ser material e culturalmente contextualizado, atendendo às ideias e *atitudes* subjacentes ao comportamento individual e grupal e deve basear-se no conhecimento minucioso das comunidades em questão: porque há *conflitos linguísticos* e a sua consequência mais grave será a *morte do sistema linguístico minoritário*. Este óbito é, afinal, e como refere Louis-Jean Calvet, uma resolução possível dos *conflitos linguísticos* existentes. Quer isto dizer que uma evolução deste tipo pode ser *uma estratégia dos poderes instituídos* para, a prazo (in)certo e discretamente, reforçar a sua estabilidade. Pierre Bourdieu complementa esta ideia, lembrando a importância da *coesão* no *mercado linguístico* que, ao valorizar a *unificação dos produtos verbais*, garante o domínio linguístico do sistema mais forte. A população minoritária deixa de *ter capacidade para ser* bilingue e, gradualmente, vai adquirindo o estatuto de *monolingue na língua forte*. No caso das *minorias recentes*, psicológica e culturalmente frágeis, ainda mais rápida é a *erosão linguística*. No estado atual das pesquisas, estamos, de facto, muito longe da visão otimista que concebe pacífica a urbe plurilingue e pluricultural.

Bibliografia

Ali, Aydin Mehmet (1989), *The Turkish Community in Britain: Some Comments and Observations on the Immigration Patterns, and the Legal and Social Position*. In: *Language Issues*. Vol. 3, Number 1, Spring/Summer.

Alvar, Manuel / López Morales, Humberto (1978), *Estudios sociolingüísticos*. Colecção Cuadernos de Lingüística. nº 5. Primera edición. México (Universidad Nacional Autónoma de México – Instituto de Investigaciones Filológicas – Centro de Lingüística Hispánica).

Alvarez Reyes, Juan Antonio (1997), *La forma del habitar colectivo: el poder en (la) forma*. In *Desde la ciudad. Huesca: arte y naturaleza*. Actas del IV Curso. Huesca (Diputación de Huesca).

André, João Maria (1999), *Fénix e as cinzas do século. Seis contrapropostas para* o próximo milénio. In *Pensamento e afectividade*. Coleção Caminhos. Vol. I, Coimbra (Quarteto Editora), p. 139-170.

Ambrose, John E. / Williams, Colin H. (1990), *On the Spatial Definition of 'Minority': Scale as an Influence on the Geolinguistic Analysis of Welsh*. In *Minority Languages*

Today. A Selection from the Papers read at the *First International Conference on Minority Languages* held at Glasgow University from 8 to 13 September 1980. Edited by Einar Haugen, J. Derrick McClure, Derick Thomson. Edinburgh (Edinburgh University Press).

Apoio da Comissão Europeia às acções de promoção e de salvaguarda das línguas e culturas regionais ou minoritárias. (97/C 178/04). Texto relevante para efeitos do EEE. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Edição em língua portuguesa. C178. 40.º ano. Luxemburgo (Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias), 12 de Junho de 1997.

Apoio da Comissão Europeia às acções de promoção e protecção das línguas regionais ou minoritárias. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. Edição em língua portuguesa. C 125/14. Luxemburgo (Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias), 6 de Maio de 1999.

Arroteia, Jorge Carvalho / Doudin, Pierre-André (1998), *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu. Questões multiculturais e de integração*. Aveiro (Universidade de Aveiro).

Ascher, François (1995), *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris (Editions Odile Jacob).

Bakus, Ad (1996), *Two in One. Bilingual Speech of Turkish Immigrants in The Netherlands*. Colecção Studies in Multilingualism. Vol. 1. René APPEL, Guus Extra, Koen Jaspaert, Ludo Verhoeven (Editors). Tilburg (Tilburg University Press).

Baker, Philip / Eversley, John (2000), *Introducing the Languages of London Project*. In *Multilingual Capital. The Languages of London's Schoolchildren and their Relevance to Economic, Social and Educational Policies*. Preface by The Right Honourable The Lord Mayor Alderman Clive Martin. Edited by Philip Baker and John Eversley. London (Battlebridge Publications).

Baker, Philip /Mohieldeen, Yasir (2000), *The Languages of London's Schoolchildren*. In *Multilingual Capital. The Languages of London's Schoolchildren and their Relevance to Economic, Social and Educational Policies*. Preface by The Right Honourable The Lord Mayor Bannick, Christian John (1917), *Portuguese Immigration to the United States: Its Distribution and Status*. University of California.

Barou, Jacques (2001), *Europe, terre d'immigration. Flux migratoires et intégration*. Collection Transeurope, dirigée par Jean-Marie MARTIN. Grenoble (Presses Universitaires de Grenoble).

Barreto, António (1997), *Tempo de mudança*. 2.ª edição. Colecção Antropos. Vol. 7. Lisboa (Relógio D'Água Editores).

Bastardas I Boada, Albert (1986), "Bilingüització de la segona generació immigrant: realitat i factors del procés a Vilafranca del Penedès." In *Treballs de sociolingüística catalana*. N.º 6.

Bauer, Roland (1999), *Sprachsoziologische Studien zur Mehrsprachigkeit im Aostatal: mit besonderer Berücksichtigung der externen Sprachgeschichte*. Beihefte zur Zeitschrift für romanische Philologie. Vol. 296. Tübingen (Niemeyer).

Beaujeu-Garnier, Jacqueline (1997) *Geografia urbana*, 2ª ed. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).

Bediafi, C., *Social Motivations for Code-Switching Amongst Urban Tunisians*. Documento obtido na Internet, em 22 de Outubro de 1998.

Beirão, Delfina (1999), *Les portugais du Luxembourg. Des familles racontent leur vie*. Préface de Fernand Fehlen. Collection Migrations et Changements. Vol. 52. Paris, Montréal (Ciemi – L'Harmattan).

Blas Arroyo, José Luis (1993), *La interferencia lingüística en Valencia (dirección: catalán ® castellano). Estudio sociolingüístico*. Biblioteca de la Universitat Jaume I. València (Publicacions de la Universitat Jaume I).

Borrego Nieto, Julio (1981), *Sociolingüística rural. Investigación en Villadepera de Sayago*. Colecção Acta Salmanticensia. Filosofía y Letras. N.º 120. Studia Philologica Salmanticensia. Anejos. Estudios. N.º 3. Salamanca (Ediciones Universidad de Salamanca).

Bortoni, Stella Maris (1989), *A migração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística*. In *Fotografias sociolingüísticas*. Colecção Linguagem/Crítica. Fernando Tarallo (Org.). Prefácio de Ataliba T. de Castilho. Apresentação de Fernando Tarallo. Campinas (Pontes Editores – Editora da Universidade Estadual de Campinas).

Bourdieu, Pierre (1994), *Le marché linguistique*. In *Questions de sociologie*. Édition augmentée d'un index. Paris (Les Éditions de Minuit).

Boyer, Henri (1996), Éléments de sociolinguistique. Langue, communication et société. Avec la collaboration de Gloria Bayo. Deuxième édition revue et corrigée. Paris (Dunod).

Boyer, Henri (1996), *Les domaines de la sociolinguistique*. In *Sociolinguistique. Territoire et objets*. Sous la direction de H. Boyer. Colecção Actualités en Sciences Sociales. Textes de base en Sciences Sociales. Collection dirigée par Jean-Claude Deschamps et Marie-Noëlle Schurmans. Lausanne, Paris (Delachaux et Niestlé).

Boyer, Henri (2001), *Introduction à la sociolinguistique*. Colecção Les topos. Paris (Dunod).

Brandhove, Ulla (1997), *Studien zum Dialektstatus in sechs Marburger Stadtteilen: soziolinguistische und diachron- kontrastive Analysen*. Colecção Deutsche Sprache und Literatur. Bd. 1642. Europäische Hochschulschriften: Reihe 1. Frankfurt am Main, Berlin (Lang).

Burgel Guy (1995), *La ville aujourd'hui*. Collection Pluriel dirigée par Pierre Vallaud. Paris (Hachette).

Calero Fernández, María Ángeles (1993), *Estudio sociolingüístico del habla de Toledo: segmentos fonológicos -/s/ y -/j/-*. Prólogo de Humberto LÓPEZ MORALES. 1.ª edición. Collecció El Fil d'Ariadna. Direcció: Àngels Santa. Sèrie Lingüística. Vol. 16. Lleida (Publicacions de la Universitat de Lleida – Fundació Pública – Institut d'Estudis Llerdencs de la Diputació de Lleida i el Departament de Cultura de la Paeria – Ajuntament de Lleida – Pagès editors).

Callou, Dinah Maria I. / Costa, Maria Cristina Rigoni (1996), *A linguagem do Rio de Janeiro*. Manuscrito da Comunicação apresentada no XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, realizado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa entre 2 e 4 de Outubro de 1995, + 4 gráficos.

Calvet, Louis-Jean (1993), *La sociolinguistique*. 1ère édition. Colecção Que sais-je?, nº 2731. Paris (Presses Universitaires de France).

---------- (1994), *Les voix de la ville. Introduction à la sociolinguistique urbaine*. Colecção Essais Payot. Paris (Éditions Payot & Rivages).

Cardoso, João Nuno Paixão Corrêa (1997), *A freguesia de Almalaguês par elle-même*. Separ. da *Revista Portuguesa de Filologia*. Vol. XXI.

---------- (1999), *Sociolinguística rural. A freguesia de Almalaguês*. Colecção Estudos. Vol. 27. Editor Fernando Mão De Ferro. Lisboa (Edições Colibri – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

---------- (2000), '*Wo meine Heimat ist, weiss ich nicht genau': aspectos da construção linguística da identidade em crianças portuguesas residentes em duas cidades alemãs*. In: *Actes du XXII^e Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*. Bruxelles, 23-29 juillet 1998. Publiés par Annick Englebert, Michel Pierrard, Laurence Rosier et Dan Van Raemdonck. Vol. III. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen (Max Niemeyer Verlag).

---------- (2011), *Quando falo português sinto-me diferente, um pouco estrangeira. As atitudes linguísticas de um grupo infanto-juvenil cabo-verdiano*. Separata da Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Manuela Gouveia Delille. Vol. I / Band I. Coimbra (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Investigação em Estudos Germanísticos e MinervaCoimbra), p. 561-572.

---------- (2011), *Sociolinguística urbana de contacto. O português falado e escrito no Reino Unido*. Presentación de Humberto LÓPEZ MORALES. Coleção Raiz do Tempo dirigida por Margarida Sobral NETO, Coimbra (Palimage).

Cardozo, Manoel da Silveira (1976), *The Portuguese in America 590 B. C. - 1974. A Chronology and Fact Book*. Ethnic Chronology Series. Number 22. New York (Oceana Publications, Inc.).

Carreira, Maria Helena de Araújo (1987), *A língua portuguesa em situação de emigração (França): elementos para uma reflexão sociolinguística*. In: *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no Mundo*. Vol. 2. Lisboa, 1983. Lisboa (ICALP).

Carrel, Silvia (1994), *Du droit individuel au droit collectif. L'utilisation des langues moins répandues dans les services publics*. Preface de Dónall ó Riagáin. Colecção Langues Vivantes. Vol. 2. Bruxelles (Le Bureau Européen pour les Langues Moins Répandues).

Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Proclamação solene. In *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*. (2000/C 364/01), 18. 12. 2000.

Certeau, Michel de (1993), *La culture au pluriel*. Nouvelle édition établie et présentée par Luce GIARD. Collection Points. Série Essais. Vol. 267. Paris (Christian Bourgois Éditeur – Éditions du Seuil).

Child Rights. United Nations Children's Fund – UNICEF. Documento obtido na *Internet*, em 23 de Outubro de 1998.

Cidade, cultura e globalização (1997). Carlos FORTUNA (Org.). Colecção Sociologias coordenada por Rui Pena Pires. Oeiras (Celta Editora).

CLYNE, Michael (1987), *History of Research on Language Contact*. In: *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Foreword by Hugo Steger and Herbert Ernst Wiegand. Preface by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Vol. I. Berlin. New York (Walter de Gruyter).

Clyne, Michael (2003), *Dynamics of Language Contact. English and Immigrant Languages*. Colecção Cambridge Approaches to Language Contact. General Editor: Salikoko S. Mufwene. Cambridge (Cambridge University Press).

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro. Dinâmicas sociais da identidade cultural*. Colecção Sociologias coordenada por Rui Pena Pires. Oeiras (Celta Editora).

D'Agostino, Mari (1995), *Per un 'atlante urbano': alcune riflessioni*. In: *Percorsi di geografia linguistica. Idee per un atlante siciliano della cultura dialettale e dell'italiano regionale*. A cura di Giovanni Ruffino. Vol. 1. Palermo.

D'Souza, Jean (1994), *Characterizing a 'Sociolinguistic Area'*. In: *Orbis*. Tome XXXVII.

Eckert, Eva (1988), "First-Generation American Czech: A Sociolinguistic Survey." In: *Language Problems and Language Planning*. Vol. 12, nº 2.

Edwards, Walter F. (1992), "Sociolinguistic Behavior in a Detroit Inner-City Black Neighborhood." In: *Language in Society*. Vol. 21, nº 1.

Enquesta metropolitana 1986. Condicions de vida i hàbits de la població de l'àrea metropolitana de Barcelona. Dirigida per María Jesús Izquierdo, Fausto Miguélez, Marina Subirats. Volum 20. *Transmissió i coneixement de la llengua catalana a l'àrea metropolitana de Barcelona*. Monografia a cura de Marina Subirats. Presentació de Jordi Borja. Proleg de Miquel Strubell i Trueta. Barcelona (Institut de Sociolingüística Catalana – Ministerio de Trabajo y Seguridad Social – INEM Barcelona – Bellaterra Universitat Autonoma de Barcelona – Centre pel Desenvolupament de l'Economia Social – Institut d'Estudis Metropolitans de Barcelona), 1991.

Esses, Victoria / Haddock, Geoffrey / Zanna, Mark P. (1993), *Values, Stereotypes, and Emotions as Determinants of Intergroup Attitudes*. In *Affect, Cognition, and Stereotyping: Interactive Processes in Group Perception*. Diane M. Mackie, David L. Hamilton (eds.). San Diego (Academic Press).

Esteva Fabregat, Claudi (1977), *Aculturació lingüística d'immigrats a Barcelona*. In: *Treballs de sociolingüística catalana*. Nº 1.

Etxebarria Arostegui, Maitena (1985), *Sociolingüística urbana: el habla de Bilbao*. Colecção Filosofía y Letras. Vol. 165. Salamanca (Acta Salmanticensia).

Fennell, Desmond (1990), *Can a Shrinking Linguistic Minority be Saved? Lessons from the Irish Experience*. In *Minority Languages Today*. A Selection from the Papers read at the *First International Conference on Minority Languages* held at Glasgow University from 8 to 13 September 1980. Edited by Einar Haugen, J. Derrick McClure, Derick Thomson. Edinburgh (Edinburgh University Press).

Ferguson, Charles A. (1971), *National Sociolinguistic Profiles Formulas*. In: *Language Structure and Language Use. Essays by Charles A. Ferguson*. Selected and introduced by Anwar S. Dil. Colecção Language Science and National Development. A Series Sponsored by the Linguistic Research Group of Pakistan. General Editor Anwar S. Dil. Stanford (Stanford University Press).

Fontanella De Weinberg, Maria Beatriz (1979), *La asimilación lingüística de los inmigrantes. Mantenimiento y cambio de lengua en el sudoeste bonaerense*. Colecção Série Letras, Vol. III. Bahia Blanca (Departamento de Ciencias Sociales – Universidad Nacional del Sur).

Forrest Alan (1998), *The Politics of Language in the European Union*. In: *European Review*. Vol. 6. N.º 3.

Fortuna, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Colecção Sociologias coordenada por Rui Pena PIRES. Oeiras (Celta Editora).

Franceschi, Temistocle (1970), *Lingua e cultura di una comunità italiana in Costa Rica*. Colecção Ricerche Costaricenci dirette da Emilio Peruzzi. Vol. I. Firenze (Valmartina Editore).

Geerts, Guido (1987), *Research on Language Contact. In Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society.* Foreword by Hugo Steger and Herbert Ernst Wiegand. Preface by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Vol. I. Berlin. New York (Walter de Gruyter).

Gómez Molina, José R. (1998), *Actitudes lingüísticas en una comunidad bilingüe y multilectal. Área metropolitana de Valencia*. Prólogo de Antonio Briz. Cuadernos de Filología. Anejo XXVIII. València (Universitat de València).

Grafmeyer, Yves (1996), *Sociologie urbaine*. Collection Sociologie. Vol. 128. Paris (Éditions Nathan).

Guidelines for the Investigation of the Language of Inner-city pupils. Director: Harold Rosen. Research Officer: Tony Burgess. London (Institute of Education).

Haugen, Einar (1990), *Language Fragmentation in Scandinavia: Revolt of the Minorities*. In: *Minority Languages Today*. A Selection from the Papers read at the *First International Conference on Minority Languages* held at Glasgow University from 8 to 13 September 1980. Edited by Einar Haugen, J. Derrick McClure, Derick Thomson. Edinburgh (Edinburgh University Press).

Havrest, Latif (1998), *Sprachpolitik, Sprachenrecht und Sprachplanung im geteilten Kurdenland*. Wien (Passagen-Verlag).

Hoffmann, Fernand (1990), *Triglossia in Luxemburg*. In: *Minority Languages Today*. A Selection from the Papers read at the *First International Conference on Minority Languages* held at Glasgow University from 8 to 13 September 1980. Edited by Einar Haugen, J. Derrick McClure, Derick Thomson. Edinburgh (Edinburgh University Press).

Identidade europeia e multiculturalismo. Actas do Curso Intensivo, 26 de Fevereiro a 7 de Março de 2002. Maria Manuela Tavares Ribeiro (coord.). Colecção Estudos sobre a Europa. Vol. 2. Coimbra (Quarteto Editora).

Identités et droits des minorités culturelles et linguistiques (2000). Études réunies, sous la direction de Danièle Vazeilles, par Günter Behling, Emmanuelle Ferreol et Gabriel Preiss. Introduction par Patricia Caupert-Ouellet. Montpellier (Publications IDES et LASPEC – Université Paul-Valéry).

Jerab, N. (1988), *L'arabe des maghrébins. Une langue, des langues*. In: *Vingt-cinq communautés linguistiques de la France*. Tome 2. *Les langues immigrées*. Sous la direction de Geneviève Vermes. Collection Logiques Sociales dirigée par Dominique Desjeux. Paris (Editions L'Harmattan).

Jodelet, Denise (1997), *Représentations sociales: un domaine en expansion*. In; *Les représentations sociales*. 5e édition. Sous la direction de Denise Jodelet. Collection Sociologie d'aujourd'hui, dirigée par Georges Balandier. Paris (Presses Universitaires de France).

Kallmeyer, Werner (1996), *Plurilinguisme dans les agglomérations urbaines*. In *Kontaktlinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Herausgegeben von Hans Goebl, Peter H. Nelde, Źdenek Starý. 1. Halbband. Berlin, New York (Walter de Gruyter).

Laborit, Henri (1973), *El hombre y la ciudad*. Primera edición. Traducción de Agustín Gil Lasierra. Barcelona (Editorial Kairós).

Labov, William (1966), *The Social Stratification of English in New York City*. Introductory Note by Alfred S. Hayes. Preface by William Labov. Washington, D. C. (Center for Applied Linguistics).

Labov, William (1973), *The Effect of Social Mobility on Linguistic Behavior*. In: *Explorations in Sociolinguistics*. 4th edition. Edited by Stanley Lieberson. Introduction by Stanley Lieberson. Foreword by Herman Turk. Colecção Language Science Monographs. Vol. 44. Bloomington (Research Center for the Language Sciences – Indiana University).

Labov, William (1976), *The Study of Language in its Social Context*. In: *Advances in the Sociology of Language*. 2nd edition. Edited by Joshua A. Fishman. Preface by Joshua A. Fishman. Vol. I. The Hague (Mouton & Co., Printers).

Labov, William (1981), *The Study of Nonstandard English*. Foreword by A. Hood Roberts. Urbana (National Council of Teachers of English).

Lamiquiz, Vidal / Carbonero, Pedro (1987), *Perfil sociolingüístico del sevillano culto*. Colecção Cuadernos del I.D.R. Vol. 12. Sevilla (Instituto de Desarrollo Regional de la Universidad de Sevilla).

Lang, Henry R. (1887-1889), *Falar português de New-Bedford*. In: *Revista Lusitana*. Vol. I.

Languages in Contact and Conflict. Contrasting Experiences in the Netherlands and Belgium. Preface by Sue Wright. Edited by Sue Wright with Hellen Kelly. Clevedon, Bristol, Adelaide (Multilingual Matters Ltd), 1995.

Laponce, Jean A. (1987), *Languages and their Territories*. Translated from the French by Anthony Martin- Sperry. Toronto, Buffalo, London (University of Toronto Press).

L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine (1998). Textes traduits et présentés par Yves Grafmeyer et Isaac Joseph. Nouvelle édition. Série Champ urbain, dirigée par Isabelle Billiard. Aveyron (Editions Aubier).

Lepoutre, David (1997), *Cœur de banlieue. Codes, rites et langages*. Paris (Éditions Odile Jacob).

Les expectatives d'ús, actituds i necessitats lingüístiques entre la població adulta de l'aglomeració urbana barcelonina (1984). Enquesta efectuada l'octubre de 1983. Direcció General de Política Lingüística. Presentació de Isidor Marí, Joan M. Romaní. Barcelona (Departament de Cultura de la Generalitat de Catalunya).

Les minorités en Europe. Droits linguistiques et droits de l'Homme (1992). Avec une carte des langues d'Europe hors texte. Sous la direction de Henri Giordan. Collection Librairie européenne des Idées. Paris (Éditions Kimé).

Les sociétés pluriculturelles (1994). Sous la direction de Gabriel Gosselin et Henri Ossebi. Collection Logiques Sociales dirigée par Dominique Desjeux et Bruno Pequignot. Paris (Éditions L'Harmattan).

Lieberson, Stanley (1987), *Language Barriers between Different Speech Communities/ International Problems of Communication*. In: *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Foreword by Hugo Steger and Herbert Ernst Wiegand. Preface by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Vol. I. Berlin. New York (Walter de Gruyter).

Linguistic Diversity in London Schools. An Investigation carried out in the English Department of the University of London Institute of Education. Questionnaire Information. Director: Harold Rosen. Research Officer: Tony Burgess. Assisted by: John Snodgrass, Jane Miller. Pas. Red. Ros. (O's).

López Morales, Humberto (1989), *Indices de mortandad léxica en Puerto Rico: El Proyecto Malaret*. In: *Asomante*. Investigaciones lingüísticas sobre el español de Puerto Rico. Realizadas en el Instituto de Lingüística de la Universidad de Puerto Rico. Edición especial. nº 1-2, Vol. XXXVII, Año XXXVII.

---------- (1989), *Sociolingüística*. Colecção Biblioteca Románica Hispánica dirigida por Dámaso Alonso. III. Manuales. Vol. 70. Madrid (Editorial Gredos).

---------- (1998), *La aventura del español en América*. Colecção Ensayo y Pensamiento. Madrid (Editorial Espasa Calpe, S. A.).

---------- (1994), *Métodos de investigación lingüística*. 1ª edición. Colecção Biblioteca Filológica. Director de la Colección: Ricardo de La Fuente Ballesteros. Vol. 1. Salamanca (Ediciones Colegio de España).

Lüdi, Georges (1990), *Les migrants comme minorité linguistique en Europe*. In: *Sociolinguistica*. Vol. 4. Minderheiten und Sprachkontakt.

Macaulay, Ronald K. S. (1997), *Standards and Variation in Urban Speech. Examples from Lowland Scots*. Colecção Varieties of English Around the World. General Editor: Edgar W. SCHNEIDER. General Series. Vol. 20. Amsterdam, Philadelphia (John Benjamins Publishing Company).

Madera, Mónica (1996), *Speech Community*. In: *Kontaktlinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Herausgegeben von Hans Goebl, Peter H. Nelde, Ždenek Starý. 1. Halbband. Berlin, New York (Walter de Gruyter).

Marconot, Jean-Marie (1990), *Le français parlé dans un quartier HLM*. In: *Langue Française*. Vol. 85.

Martínez Martín, Francisco Miguel (1983), *Fonética y sociolingüística en la ciudad de Burgos*. Prólogo de Antonio Quilis. Colecção Collectanea Phonetica. Vol. VIII. Editada bajo la dirección de Antonio Quilis. Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Miguel de Cervantes).

Martínez-Regeira, Ana Teresa (2001), *Usos innovadores de estar en la comunidad bilingüe de El Paso, Texas*. In: *Anuario de Lingüística Hispánica*. Vol. XIV.

Medina López, Javier (1997), *Lenguas en contacto*. Colecção Cuadernos de Lengua Española. Dirección: L. Gómez Torrego. Madrid (Arco/Libros, S. L.).

Meeus, Baudewijn (1987), *Ethnic/Language Minorities: Theoretical Issues and European Examples*. In: *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Foreword by Hugo Steger and Herbert Ernst Wiegand. Preface by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Vol. I. Berlin. New York (Walter de Gruyter).

Mela Alfredo (1999), *A sociologia das cidades*. 1.ª edição. Tradução de Eduardo SALÓ. Colecção Temas de Sociologia. Vol. 10. Lisboa (Editorial Estampa).

Melliani, Fabienne (2000), *La langue du quartier. Appropriation de l'espace et identités urbaines chez des jeunes issus de l'immigration maghrébine en banlieue rouennaise*. Préface de Paul Siblot. Collection Espaces Discursifs dirigée par Thierry Bulot. Paris, Montréal, Budapest, Torino (L'Harmattan).

Mellor, Rosemary (1989), *Urban Sociology: A Trend Report*. In: *Sociology*. Vol. 23, No. 2, pp. 241-260.

Moreno Cabrera, Juan Carlos (2000), *La dignidad e igualdad de las lenguas. Crítica de la discriminación lingüística*. Colecção Alianza Editorial Ensayo. Vol. 154. Série El Libro Universitario. Madrid (Alianza Editorial, S. A.).

Moreno Fernández, Francisco (1990), *Metodología sociolingüística*. Prólogo de Manuel Alvar. Biblioteca Románica Hispánica. Série II. Estudios y Ensayos. Vol. 372. Madrid (Editorial Gredos).

Multilingual Capital. The Languages of London's Schoolchildren and their Relevance to Economic, Social and Educational Policies. Preface by The Right Honourable The Lord Mayor Alderman Clive Martin. Edited by Philip Baker and John Eversley. London (Battlebridge Publications), 2000.

Naro, Anthony J. (1992), *Modelos quantitativos e tratamento estatístico*. In: *Introdução à sociolingüística variacionista*. Colecção Cadernos Didáticos UFRJ. Vol. 4. Maria Cecilia Mollica (Org.). Apresentação de Maria Cecilia Mollica. Rio de Janeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Navas, María Victoria (1984), *Aplicación de una encuesta sociolingüística en Lisboa*. Separata da *Revista de Filología Románica*. Vol. II.

Oksaar, Els (1996), *The History of Contact Linguistics as a Discipline*. In: *Kontaktlinguistik. Ein internationales Handbuch zeitgenössischer Forschung*. Herausgegeben von Hans Goebl, Peter H. Nelde, Źdenek Starý. 1. Halbband. Berlin, New York (Walter de Gruyter).

Pap, Leo (1949), *Portuguese-American Speech. An Outline of Speech Conditions Among Portuguese Immigrants in New England and elsewhere in the United States*. New York (Columbia University – King's Crown Press).

---------- (s/d), *The Portuguese-Americans*. The Immigrant Heritage of America Series. Cecyle S. Neidle (ed.). Boston (Twayne Publishers. A Division of S. K. Hall and Co.).

Paquot Thierry (1994), *Vive la ville!* Collection Panoramiques dirigée par Guy Hennebelle et Monique Martineau. Paris (Diffusion Le Seuil).

Pederson, Lee / Billiard, Charles E. (1979), *The Urban Work Sheets for the LAGS Project*. In: *Orbis*. Tome XXVIII, nº 1.

Rémy Jean / Voyé Liliane (1997), *A cidade: rumo a uma nova definição?* 2.ª edição. Tradução de José Domingues de Almeida. Prefácio de António Custódio Gonçalves. Colecção Cidade em Questão. Vol. 9. Porto (Edições Afrontamento).

Ribeiro, Orlando (1994), *A cidade e o homem*. In: *Opúsculos geográficos*. 5.º Vol. *Temas urbanos*. Nota introdutória de Suzanne Daveau. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian).

Sala, Marius (1985), *Langues en contact: évaluation des résultats*. Offprint from *Studia Linguistica Diachronica et Synchronica*.

---------- (1987), *Disparition des langues et contact des langues*. In: *Proceedings of the Fourteenth International Congress of Linguists*. Edited by Werner Bahner, Joachim Schildt and Dieter Viehweger. Vol. II. Berlin/GDR, August 10-August 15. Berlin (Akademie-Verlag Berlin).

---------- (1998), *Lenguas en contacto*. Segunda edición actualizada. Colecção Biblioteca Románica Hispánica. Série II. Estudios y Ensaios. Vol. 409. Madrid (Gredos).

Salvatore, Filippo (2001), *Vive le Québec trilingue!* In: *Le Courrier de l'UNESCO*. juillet/août.

Samper Padilla, José Antonio (1990), *Variación lingüística y condicionantes sociales en el español de Las Palmas de Gran Canaria*. Separata de *Actas del Congreso de la Sociedad Española de Lingüística. XX Aniversario*. Tenerife, 2-6 de abril.

---------- (1995), *Macrocorpus de la norma lingüística culta de las principales ciudades de España y América*. Separata de *Lingüística*.

Sánchez Fernández, Manuel Jesús (2000), *Apontamento para descrever o espanhol que se fala em Olivença*. In: *Agália*. Nº 61.

Santarita, Paula, / Martin-Jones, Marilyn (1991), *The Portuguese Speech Community*. In: *Multilingualism in the British Isles*. Vol. 1: *The Older Mother Tongues and Europe*. Safder Alladina and Viv Edwards (eds.). Colecção Longman Linguistics Library. London and New York (Longman).

Sherzer, Joel / Darnell, Regna (1986), *Outline Guide for the Ethnographic Study of Speech Use*. In: *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*. Edited by John J. Gumperz and Dell Hymes. Preface by John J. Gumperz and Dell Hymes. Oxford and New York (Basil Blackwell).

Sibille, Jean (2000), *Les langues régionales*. Colecção Dominos. Vol. 220. Paris (Flammarion).

Siebenhaar, Beat (2000), *Sprachvariation, Sprachwandel und Einstellung: der Dialekt der Stadt Aarau in der Labilitätszone zwischen Zürcher und Berner Mundart*. Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik, Beihefte 108. Stuttgart (Steiner).

Signorelli Amalia (1999), *Antropología urbana*. Traducción del italiano: Angela Giglia y Cristina Albarrán F. Prólogo de Néstor García Canclini. Epílogo de Raúl Nieto Calleja. Primera edición. Colección Autores, Textos y Temas – Antropología. Colección dirigida por Mª Jesús Buxó. Barcelona, Iztapalapa (Anthropos Editorial. Rubí – División de Ciencias Sociales y Humanidades. Universidad Autónoma Metropolitana).

Silva-Corvalán, Carmen (1995), *The Study of Language Contact: An Overview of the Issues*. In: *Spanish in Four Continents. Studies in Language Contact and Bilingualism*. Edited by Carmen Silva-Corvalán. Colecção Georgetown Studies in Romance Linguistics. Héctor Campos (Series Editor). Washington (Georgetown University Press).

Simpson, J. M. Y. (1990), *The Challenge of Minority Languages*. In: *Minority Languages Today*. A Selection from the Papers read at the *First International Conference on Minority Languages* held at Glasgow University from 8 to 13 September 1980. Edited by Einar Haugen, J. Derrick McClure, Derick Thomson. Edinburgh (Edinburgh University Press).

Smith, Greg (1982), *Locating Populations of Minority Language Speakers: An Example of Practice from the Coventry Languages Project*. L.M.P. Working Paper nº 1. January.

Sociolingüística andaluza 4. Encuestas del habla urbana de Sevilla. Nivel popular (1987). Vidal Lamiquiz (dir.). Miguel Ropero (ed.). Introducción de Vidal Lamiquiz. Presentación de Miguel Ropero. Serie Filosofía y Letras. Vol. 98. Sevilla (Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla).

Sociolinguistic Studies in Language Contact. Methods and Cases (1979). Edited by William Francis Mackey, Jacob Ornstein. Preface by William Francis Mackey and Jacob Ornstein. Colecção Trends in Linguistics. Série Studies and Monographs. Vol. 6. Editor: Werner Winter. The Hague, Paris, New York (Mouton Publishers).

Sornicola, Rosanna (2002), *Sulla dialettologia sociologic*a. In: *Revue de Linguistique Romane*. Tome 66, nº 261-262.

Stephens, Meic (1978), *Linguistic Minorities in Western Europe*. Llandysul, Dyfed (Gomer Press).

The ADULT LANGUAGE USE SURVEY of the Linguistic Minorities Project: The Data in Context. L.M.P./CLE Working Paper nº 9. Compiled by Anna Morawska and Greg Smith on the basis of the Report by the Linguistic Minorities Project for the Department of Education and Science (July 1983) with the collaboration of Xavier Couillaud. June 1984.

The Balancing Act. Combining Symbolic and Statistical Approaches to Language (1996). Edited by Judith Klavans and Philip Resnik. Language, Speech and Communication Series. Cambridge (The MIT Press).

The MOTHER TONGUE TEACHING DIRECTORY SURVEY of the Linguistic Minorities Project. L.M.P./CLE Working Paper nº 6. Compiled by Verity Saifullah Khan, Euan Reid and Xavier Couillaud on the basis of the Report by the Linguistic Minorities Project for the Department of Education and Science (July 1983). January 1984.

The Portuguese in Canada. From the Sea to the City (2000). Foreword by John Warkentin. Edited by Carlos Teixeira and Victor M. P. da Rosa. Toronto, Buffalo, London (University of Toronto Press).

Thomason, Sarah Grey / Kaufman, Terrence (1991) *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*. Berkeley, Los Angeles, Oxford (University of California Press).

Truchot, Claude (1994), *Les conditions du plurilinguisme en Europe*. In *Les langues dans l'Europe de demain*. Avant-propos de Huguette Fugier, J.-M. Odéric Delefosse, André Rousseau. Sous la direction de Fernand Carton et J.-M. Odéric Delefosse. Toulouse (Association des Linguistes de l'Enseignement Supérieur – Presses de la Sorbonne Nouvelle).

Van de Craen, Piet / Beardsmore, Hugo Baetens (1987), *Research on City Language*. In: *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Foreword by Hugo Steger and Herbert Ernst Wiegand. Preface by Ulrich

Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar, Klaus J. Mattheier. Vol. I. Berlin. New York (Walter de Gruyter).

Varro, Gabrielle (1992), *Les 'langues immigrées' face à l'école française*. In: *Language Problems and Language Planning*. Vol. 16, nº 2.

Verbunt, Gilles (2001), *La société interculturelle. Vivre la diversité humaine*. Paris (Éditions du Seuil).

Ville, exclusion et citoyenneté. Entretiens de la ville. II (1993). Sous la direction de Joël Roman. Préface de Jean-Marie Delarue. Série Société. Paris (Éditions Esprit).

Villena Ponsoda, Juan Andrés (1994), *La ciudad lingüística. Fundamentos críticos de la sociolingüística urbana*. Colecção Series Linguística. Vol. II. Granada (Publicaciones de la Cátedra de História de la Lengua Española – Universidad de Granada).

Weinreich, Uriel (1979), *Languages in contact. Findings and Problems*. 9th Printing. With a Preface by André Martinet. The Hague, Paris, New York (Mouton Publishers).

Whyte, William Foote (1996), *Street Corner Society. La structure sociale d'un quartier italo-américain*. Traduction de l'américain de S. Guth, J. Sevry, M. et J. Destrade, D. Vazeilles. Préface de Henri Peretz. Textes à l'appui. Série Sociologie dirigée par Michel Wieviorka. Paris (Éditions La Découverte).

Williams, Lynn (1987), *Aspectos sociolingüísticos del habla de la ciudad de Valladolid*. Colecção Lingüística y Filología. Nº 4. Valladolid (Secretariado de Publicaciones Universidad de Valladolid).

Wilson, John (1987), *The Sociolinguistic Paradox: Data as a Methodological Product*. In: *Language & Communication*. Vol. 7, nº 2.

Wirth, L. (1938), *Urbanism as a Way of Life*. In; *American Journal of Sociology*. Vol. 44.

Wölck, Wolfgang (1976), *Community Profiles: An Alternative Approach to Linguistic Informant Selection*. In: *International Journal of the Sociology of Language*, nº 9.

Wolfram, Walt (1974), *Sociolinguistic Aspects of Assimilation. Puerto Rican English in New York City*. Urban Language Series. Roger W. Shuy (General Editor). Introduction to the Series by Roger W. Shuy. Vol. 9. New York (Center for Applied Linguistics).

Wolfram, Walter A. (1969), *A Sociolinguistic Description of Detroit Negro Speech*. Urban Language Series. Roger W. Shuy (General Editor). Introduction to the Series by Roger W. Shuy. Vol. 5. New York (Center for Applied Linguistics).

Ziegler, Arne (1996), *Deutsche Sprache in Brasilien: Untersuchungen zum Sprachwandel und zum Sprachgebrauch der deutschstämmigen Brasilianer in Rio Grande do Sul*. Colecção Kultur der Deutschen im Ausland. Vol. 2. Essen (Verlag Die Blaue Eule).

(Página deixada propositadamente em branco)

O Papel Diferenciado de Subsistemas de Memória de Longo Prazo nos Processos de Aquisição e de Aprendizagem de uma L2: O Modelo Declarativo/Procedimental e as suas Consequências para o Ensino de Línguas Não Maternas[1]

Cristina Martins
Universidade de Coimbra
cristina.sp.martins@gmail.com

Resumo: Neste capítulo, aduzem-se argumentos em defesa da distinção entre «aquisição» e «aprendizagem» de uma L2, com base nos pressupostos teóricos do modelo declarativo/procedimental (DP) (Ullman, 2001a, 2001b e 2004; Paradis, 1997 e 2004). Procura-se, em particular, demonstrar a relevância de tal distinção para sustentar princípios orientadores das estratégias a adotar no ensino de uma língua não materna (LNM) e reflete-se, igualmente, sobre o impacto que a distinção acarreta para a definição do recorte conceptual da própria expressão «L2».

Palavras chave: Aquisição de L2; aprendizagem de L2; ensino de línguas não maternas (LNM); modelo declarativo/procedimental (DP)

[1] O presente capítulo resulta do desenvolvimento e aprofundamento do trabalho apresentado pela autora, a 11 de Abril de 2008, sob a forma de comunicação oral, no *Encontro sobre Português como Língua não Materna,* organizado pela Associação Portuguesa de Linguística (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). A referida comunicação intitulou-se *Aquisição e aprendizagem de L2: fundamentos para uma distinção conceptual e consequências para o ensino de línguas não maternas*.

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_4

Abstract: Based on the declarative/procedural (DP) theoretical model (Ullman, 2001a, 2001b, 2004; Paradis, 1997, 2004), this chapter presents arguments supporting a conceptual distinction between *L2 acquisition* and *L2 learning*. Of particular interest is the relevance of the differences between *L2 acquisition* and *L2 learning* in sustaining guiding principles for teaching non-native languages. Also discussed are the consequences the distinction bears on the definition of the term *L2*.

Keywords: L2 acquisition; L2 learning; teaching non-native languages; declarative/procedural model (DP)

1. Objetivos e estrutura

Reconhecendo o estado de indiferenciação conceptual que caracteriza o uso, em boa parte da bibliografia atualmente disponível, dos termos «aquisição» e «aprendizagem» de L2, começar-se-á por refletir sobre alguns dos motivos que justificarão tal estado de coisas (§1). Em contrapartida, neste trabalho, aduzir-se-ão argumentos fundados sobre os pressupostos do denominado modelo declarativo/procedimental (DP) (Ullman, 2001a, 2001b e 2004; Paradis, 1997 e 2004) em defesa de uma distinção conceptual entre os dois termos (§2), para, de seguida, e já com base nela, refletir sobre alguns princípios passíveis de orientar as estratégias a adotar no ensino de uma língua não materna (LNM) (§3). Concomitantemente, ver-se-á de que modo os pressupostos do modelo DP se compatibilizam com dados evocados no quadro da hipótese de um período crítico para a assimilação de L2 (§2.3) e clarificar-se-ão as consequências que a promoção da distinção entre «aquisição» e «aprendizagem» acarreta para o próprio recorte conceptual da expressão «L2» (§2.4).

2. Aquisição e aprendizagem de uma língua: razões para uma indiferenciação terminológico-conceptual

A consulta da bibliografia pertinente revela o estado de indefinição ou mesmo de indiferenciação que, já há algumas décadas, tem caracterizado o uso dos termos «aquisição» e «aprendizagem» a propósito dos processos desencadeados pela exposição de um falante-ouvinte (e eventualmente também escrevente-leitor) a *input* não exclusivamente monolingue. Tendo sido Krashen (1981, 1994) um dos mais reconhecidos promotores da distinção (mormente no quadro da sua muito difundida *Aquisition-Learning Hypothesis*), a verdade é que a sua sustentabilidade e a fiabilidade dos critérios comummente convocados para a alicerçar foram sendo, ao longo dos anos, e por vários investigadores, seriamente questionadas. Hamers e Blanc (1989: 229), por exemplo, chegariam a afirmar que «given the present state of theorization we think it premature to attempt to construct a L2 acquisition model on discrete psychological concepts as vaguely defined as acquisition and learning». Assim, e atendendo ao estado de coisas descrito, tomar os termos «aquisição» e «aprendizagem» como sinónimos, ou assumir, genericamente, que a expressão «aquisição de L2» designa a generalidade dos processos caracterizados por um grau (sempre muito variável) de assimilação, por parte de um sujeito, de estruturas de uma L2 presente no seu ambiente de *input* linguístico (sendo esta última a aceção da expressão mais frequente) afiguram-se como opções terminológico-conceptuais inteiramente válidas. Convirá, no entanto, explicitar que qualquer uma destas opções, redundando num uso não específico e indiferenciado destes termos ou mesmo na preferência clara por um deles (o de "aquisição"), poderá ter subjacente posições de fundo não necessariamente interdependentes e/ou coincidentes. De entre estas, destaquem-se duas possíveis:

(a) Na assimilação das estruturas de uma L2, e independentemente do momento ontogénico em que a exposição ao *input* relevante se dá (mais precoce ou mais tardiamente), é mobilizada a gramática universal (GU) do falante-ouvinte. No caso de uma exposição mais tardia a L2 e no pressuposto de que a GU e os seus princípios estruturadores já tenham anteriormente sido configurados/parametrizados na sequência da exposição do sujeito a *input* relevante de uma L1, a aquisição da L2 depende, contudo, igual e novamente, da disponibilidade e da acessibilidade à GU (direta ou indireta, de modo total ou apenas parcial, questões sobre as quais não existe, de momento, concordância entre os promotores desta hipótese). Assumindo esta posição de fundo, a assimilação das estruturas de L1 e de L2, e independentemente da idade de exposição ao *input* desta última, far-se-á com recurso aos mesmos princípios e mecanismos básicos (os que a GU prevê) e, assim sendo, não fará sentido usar outra expressão para apelidar o processo de assimilação de uma L2 que não a de «aquisição» (para uma descrição mais detalhada desta posição, cf. White, 1989 e 2003).

(b) Não existiram, até ao presente, critérios suficientemente robustos e fiáveis com base nos quais se possa erguer uma distinção conceptual entre aquisição e aprendizagem de L2. Os critérios que têm sido convocados para o efeito (i.e., os resultados da aquisição e da aprendizagem no que concerne aos níveis de proficiência – nativa *vs.* não nativa – atingidos pelo falante; o tipo de contexto – formal *vs.* informal – em que a respetiva assimilação linguística ocorre; o grau de participação do mecanismo da consciência nos processos) têm esbarrado com argumentos empíricos que demonstram a sua insuficiente solidez (para uma revisão

destes argumentos, cf., por exemplo, McLaughlin, 1984: 10-11). Assim, e na linha do que é advogado por Hamers e Blanc (1989: 229) na citação atrás reproduzida, o estado atual da investigação não aconselha a defesa de uma oposição categórica entre um e outro termo, já que cada um poderá reportar-se a realidades não claramente circunscritas. Esta posição, qualitativamente diversa da descrita em (a), motivará ora usos indiferenciados dos termos «aquisição» e «aprendizagem» de L2, ora uma preferência por um deles (geralmente, o de «aquisição»).

Neste trabalho não nos pronunciaremos detalhadamente sobre a posição descrita em (a). Já no que concerne à posição apresentada em (b), propomo-nos discuti-la, partindo do pressuposto otimista de que será atualmente possível, e ao contrário do que terá sido o caso ainda há uma ou duas décadas atrás, observar a distinção entre «aquisição» e «aprendizagem» de L2 com base em critérios alternativos aos que têm vindo a ser aduzidos para o efeito e que serão, igualmente, mais fiáveis. Reportamo-nos, em concreto, à relevância de critérios de natureza neuropsicológica. De entre estes últimos, centramo-nos, neste trabalho, no papel diferenciado que parece ser desempenhado por dois subsistemas de memória de longo prazo (MLP), a procedimental (ou implícita) e a declarativa (ou explícita) (Baddeley, 1999), em cada um destes processos de assimilação de uma L2. Assim, e na linha do que tem vindo a ser defendido por Paradis (1997 e 2004) e Ullman (2001b), argumentar-se-á que a aquisição de uma L2 é fundamentalmente sustentada pela MLP procedimental e que o processo de aprendizagem de uma L2 se ancora, essencialmente, no subsistema de MLP declarativa.

3. O paradigma declarativo/procedimental (DP):

Genealogia dos conceitos operatórios

A dicotomia declarativo/procedimental tem sido profusamente utilizada no âmbito de trabalhos de Inteligência Artificial para fazer referência a diferentes tipos de representações passíveis de serem utilizados pelos sistemas artificiais de processamento da informação (cf. Jordan / Russell, 1999: lxxix). Neste âmbito, as representações declarativas correspondem a itens de informação de natureza conceptual e simbólica (*know that*). Já as representações procedimentais configuram algo a que se poderá chamar uma *know how* (inteligência prática), i.e., dizem respeito a algoritmos ativados aquando do processamento de determinados tipos específicos de *inputs* e da sua consequente transformação em *outputs*.

Contudo, a genealogia da dicotomia em questão remonta igualmente aos estudos sobre a memória humana e a propostas relativas à arquitetura da sua estrutura interna. De entre estas propostas, considerem-se as que preveem as categorias básicas apresentadas na figura 1.

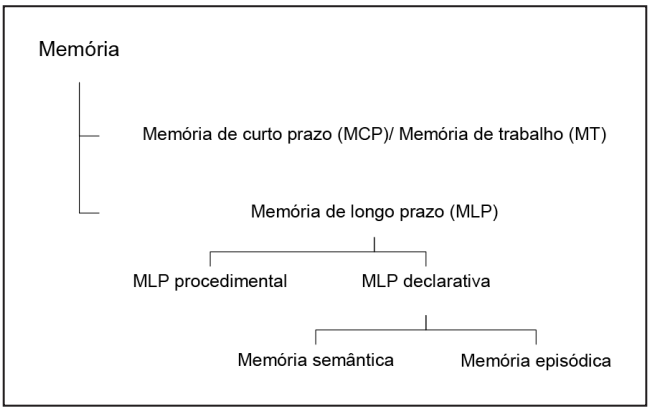


Figura 1 - Subsistemas de memória (Baddeley, 1999)

Entendendo a memória como um sistema de estrutura interna complexa que permite (i) a codificação, (ii) o armazenamento e (iii) a recuperação da informação codificada e armazenada, e partindo do princípio de que nada haverá que saibamos ou que saibamos fazer que não esteja inscrito nos nossos subsistemas de memória, claro está que os «saberes» e as «mestrias», i.e., as «competências» que permitem ao falante-ouvinte (e/ou escrevente-leitor) fazer uso de um ou mais sistemas linguísticos terão de ser suportadas por subsistemas de memória.

Nesta ocasião, optamos por centrar a nossa discussão nos subsistemas de memória que armazenam, de um modo duradouro, as representações linguísticas codificadas e passíveis de recuperação aquando da realização de tarefas de compreensão e de produção linguísticas. Não discutiremos, por conseguinte, a questão de saber como interagem a MCP/MT e os diferentes subsistemas de MLP e, nomeadamente, as hipóteses hoje existentes sobre os processos pelos quais informações de vária ordem, temporariamente retidas na MCP/MT, resistem à volatilização, transitando para os subsistemas de MLP (para uma revisão desta discussão centrada nas representações linguísticas, cf., por exemplo, Collete, Linden e Poncelet, 2000). Neste trabalho, não nos deteremos, igualmente, na consideração das características distintivas dos dois subtipos de MLP declarativa apresentados na figura 1, i.e., a memória semântica e a memória episódica. Dito isto, a tónica da discussão a empreender recairá sobre a distinção entre a MLP procedimental e a MLP declarativa e incidirá, mormente, no papel que cada um destes subtipos de memória poderá desempenhar na codificação, no armazenamento e na recuperação de representações linguísticas de vária ordem e filiáveis em L1 e/ou L2. Para tal, convocar-se-ão os contributos relevantes de Ullman (2001a, 2001b e 2004) e de Paradis (1997 e 2004).

4. Alguns pressupostos sobre a relação entre subsistemas de MLP e representações linguísticas da L1 e da L2

Tal como se deixou antever a propósito do entendimento que, no âmbito da Inteligência Artificial, se faz dos termos «declarativo» e «procedimental», no quadro dos estudos sobre a memória humana considera-se, de modo análogo, que as representações suportadas pela MLP declarativa ostentam, tipicamente, as seguintes características: correspondem a conceptualizações sobre o real (factos e eventos), são de natureza simbólica, propriedade que as torna verbalizáveis (ainda que não necessariamente verbalizadas), são flexíveis, i.e., *domain general*, sendo, portanto, conscientemente manipuláveis em exercícios de análise, de associação e de estabelecimento de analogias. São também, e por tudo isto, «pesadas» no que concerne à velocidade com que podem ser acedidas aquando do seu uso pelo sistema cognitivo. Já as representações procedimentais, correspondendo a «saberes-como» que configuram uma inteligência prática (o que se sabe fazer sem saber dizer como se faz), são tipicamente tidas como inflexíveis, *domain specific* e não passíveis de manipulação consciente. Estas características fazem com que, aquando do uso, possam ser mobilizadas com extrema rapidez e de um modo automático.

O perfil descrito das representações sustentadas por cada um dos subsistemas de MLP que agora nos ocupam tem conduzido, em boa parte da literatura (ainda que não em toda) a uma associação ou mesmo equivalência conceptual entre os termos «procedimental» e «implícito», por um lado, e «declarativo» e «explícito», por outro. Ressalvando, embora, que tais equivalências não são nem necessárias, nem partilhadas por todos os investigadores que têm feito uso dos termos (cf. Mandler, 1998, por exemplo), assumiremos, neste trabalho, uma equivalência funcional entre «procedimental» e «implícito» e entre «declarativo» e «explícito» (para uma discussão

destas dicotomias e da relações passíveis de subsistir entre elas, cf. Martins, 2008: cap. 2).

Esclarecida a natureza das representações passíveis de serem codificadas e armazenadas na MLP declarativa e na MLP procedimental, considere-se, agora, a relação destes dois subsistemas de memória com as representações linguísticas e, para começar, com as que concernem à L1.

Promotores do paradigma DP, como Ullman, têm advogado, com base em dados neuro-anatómicos e neurofuncionais, que circuitos neuronais associados à MLP procedimental sustentam o conhecimento da gramática mental de uma L1, i.e. o conhecimento linguístico implícito da fonologia, morfologia, sintaxe e certos aspetos (composicionais) da semântica, enquanto áreas dissociadas destas, correspondendo à MLP declarativa, suportam o respetivo léxico mental, entendido, neste contexto, como um repositório de «idiosyncratic word-specific information», que comporta, não só os casos marcados, como formas morfológicas irregulares, mas também «sound-meaning pairings» das unidades lexicais.[2] Outro promotor de um modelo inspirado no paradigma DP, Paradis (1997), refere a propósito da natureza das representações lexicais, o seguinte:

> «Whereas some components of language (mainly morphosyntax and phonology) are implicit, some components, such as words, are at least partially explicit: The speaker is aware of their referential

[2] Na verdade, para Ullman (2004: 233), o léxico comporta «all words whose phonological forms and meanings cannot be derived from each other (i.e., their sound-meaning pairings are arbitrary), such as the non-compositional ('simple') word *cat*. It also contains other irregular –i.e., not entirely derivable – word-specific information, such as the particular arguments that must accompany a given verb (…), and any unpredictable forms that a word takes (…). The mental lexicon may comprise other distinctive information as well, smaller or larger than words: bound morphemes (…), and representations of complex linguistic structures whose meanings cannot be transparently derived from their parts (v.g. idiomatic phrases such as kick the bucket)».

meaning and phonological form. Speakers have conscious, declarative knowledge of what a tree is (however incomplete that knowledge may be) and are aware that it is called a /tri:/. They are not, however, typically aware of the rule that allows them to say *yellower* and *pinker*, but not *mauver*. Nor are they aware of how they search their lexicon in the course of understanding or producing an utterance.»

Ora, o modelo apresentado por Paradis (2004) tem assumido, a par do que é proposto por Ullman, a relevância da distinção DP para a compreensão de como são assimiladas as representações quer relativas à L1, quer ainda, e especialmente, a uma L2. Sinteticamente, Paradis prevê que, nos processos de assimilação e uso da linguagem verbal, são convocados quatro sistemas neuro-anatómica e neurofuncionalmente dissociáveis que sustentam diferentes tipos de informação relevante: a competência linguística implícita (CLI), o conhecimento metalinguístico explícito (CME), o conhecimento pragmático (implícito e explícito) e o sistema motivacional. Para a presente discussão, centrar-nos-emos apenas na distinção entre a CLI e o CME.

À semelhança de Ullman, Paradis advoga que a MLP procedimental/implícita sustenta a CLI do falante-ouvinte, i.e., e mais especificamente, a fonologia, a morfologia, a sintaxe e certos aspetos da semântica quer da L1 quer ainda de uma L2 a cujo *input* este falante-ouvinte tenha estado simultânea e precocemente exposto. Já a MLP declarativa/explícita suporta, como atrás vimos, alguns aspetos relativos ao conhecimento lexical e também, de forma decisiva, o CME, i.e., o conjunto de conceptualizações de que o falante-ouvinte dispõe sobre o(s) sistema(s) linguístico(s) que conhece. O CME apresenta-se, argumenta ainda, como um subsistema essencial não só para o adequado uso das estruturas e representações que comportam a CLI (mormente por via do seu papel em tarefas de

monitorização), como também para o exercício de funções compensatórias sempre que a CLI seja insuficiente (por estar incompleta ou por ter sido degradada). A integridade da CLI pode, tipicamente, ficar/estar comprometida em duas situações: em casos de patologia (afasias, *specific language impairment*, por exemplo) ou em casos de exposição tardia à L2.

Ora, partir destas premissas é assumir que será qualitativamente distinta a natureza do conhecimento relativo a uma L2 cuja gramática tenha sido precocemente assimilada (ou adquirida) com recurso fundamental à MLP procedimental de aquele que se reporta a uma L2 cuja gramática tenha sido mais tardiamente assimilada (ou aprendida) por via da mobilização da MLP declarativa.

5. O modelo DP e a hipótese do período crítico (L2)

O efeito que a idade de exposição a L2 terá sobre a proficiência atingida nessa L2 tem sido uma das questões mais discutidas nesta área de inquirição. Sem pretender, nesta ocasião, proceder a uma descrição detalhada dos argumentos que têm sido esgrimidos a este propósito (cf., para uma revisão, Hyltenstam e Abrahamsson, 2003), será útil, em todo o caso, fazer referência às posições mais proeminentes neste debate.

Intimamente associada à hipótese sobre a existência de um período crítico para a aquisição linguística monolingue (Lenneberg, 1967 [1975]), cuja assunção de fundo (i.e., a de que a privação de *input* linguístico na infância compromete o processo de aquisição e desenvolvimento linguísticos, naturalmente dependentes do amadurecimento, por estimulação recorrente, das estruturas neurológicas que o suportam) parece hoje mais do que confirmada, a hipótese sobre a existência de um período crítico para a assimilação de uma L2, uma vez adquirida uma L1, é, contudo, assunto bastante

menos pacífico. Na generalidade da bibliografia mais recente sobre aquisição linguística bilingue, a posição dominante é, aliás, a de rejeição da hipótese de um período crítico de aquisição de L2 para todos os níveis de estruturação linguística exceto o fonológico. Com efeito, argumenta-se que nem será, rigorosamente, o conhecimento fonológico de uma L2 aquele que se sujeita a um período crítico de aquisição; o que existirá será, antes, uma idade crítica para a aquisição dos gestos articulatórios envolvidos na realização fonética das suas unidades fonológicas.

Esta posição, apresentando-se muitas vezes (e inadequadamente) como contraponto à proposta inicial de Lenneberg (1967 [1975]) sobre esta matéria, ancora-se numa evidência empírica indesmentível (e, de resto, nunca negada por Lenneberg[3]): é perfeitamente possível assimilar estruturas de uma L2 depois da infância e até chegar a atingir um nível de fluência e proficiência muitíssimo elevado nessa L2. À superfície, então, os falantes altamente fluentes e proficientes numa L2 à qual tenham sido expostos depois da infância denunciarão

[3] Noutro local (Martins, 2008: 20, n. 9) argumentámos a este propósito o seguinte: «comparando estas posições críticas com a que, no caso, foi efetivamente defendida por Lenneberg sobre a relação entre o "período crítico" e a aquisição/aprendizagem de L2, não cremos que existam verdadeiras dissonâncias. Embora frequentemente se sugira (ainda que nem sempre se afirme), na bibliografia posterior, que este último autor considerou em pé de igualdade todos os níveis de estruturação linguística ao discutir, no âmbito da sua hipótese, a aquisição/aprendizagem de L2, a verdade é que tal não acontece de facto. Atenda-se, pois, às palavras do autor [1967 (1975: 206)]: «la mayoría de los individuos de inteligencia media son capaces de aprender un segundo lenguaje después de comenzada la segunda década, a pesar de que la incidencia de «bloqueos para el aprendizaje del lenguaje» aumenta rápidamente después de la puberdad. También la adquisición automática a partir de una mera exposición a un lenguaje dado parece desaparecer después de esta edad, y los lenguajes extranjeros han de enseñarse y aprenderse mediante un esfuerzo consciente y trabajoso. Los acentos extranjeros no pueden superarse fácilmente después de la puberdad. Sin embargo, una persona *puede* aprender a comunicarse en una lengua extranjera a la edad de cuarenta años». Assim, o que Lenneberg parece verdadeiramente defender é a possibilidade de o aprendiz de L2 usar, depois da puberdade, estratégias alternativas àquelas de que se serviu aquando da aquisição de L1. Essas estratégias, que se associam a um esforço consciente, serão, contudo, globalmente menos eficazes no domínio fónico do que em relação aos demais tipos de estruturas».

o carácter não nativo dessa língua essencialmente pela configuração das suas realizações fonéticas.

Ora a esta evidência empírica convém acrescentar outra: é claramente reconhecível que o processo de assimilação de uma L2 nos primeiros anos de infância é, sob muitos pontos de vista, notoriamente distinto daquele que ocorre quando o indivíduo é exposto a L2 mais tardiamente. Embora não desejando, nesta ocasião, discutir os marcos etários que balizam a ocorrência de um e outro processos (aspeto ainda hoje controverso), é amplamente reconhecido e consensual que a aquisição da gramática de uma ou mais línguas a que uma criança muito nova esteja exposta é um processo conseguido sem esforço consciente (sendo, aliás, obrigatório e inevitável mediante essa mesma exposição a *input* linguístico). Depois dos primeiros anos de infância, e porventura tão cedo quanto os 5/6 anos de idade, a assimilação da gramática de L2 requererá esforço por parte do aprendente que, por esse facto, terá consciência dela (não necessariamente de todas as suas regras, mas «dela» enquanto entidade e enquanto objeto material). Dito de outro modo, e convocando as premissas do paradigma DP, a gramática da L2, nestas condições de *input*, será fundamentalmente suportada pela MLP declarativa. Assim, e nos termos de Ullman (2001b: 109):

> «whereas earlier learners rely largely on procedural memory for grammatical computations, later learners tend to shift to declarative memory for the same 'grammatical' functions, which are moreover learned and processed differently than in the earlier learners.»

Seja qual for a razão que explicará esta postulada alteração da estratégia preferencial de assimilação das estruturas gramaticais de uma L2 em função, e ao que tudo indica, da idade de exposição do falante-ouvinte ao respetivo *input* linguístico, a verdade é que

a hipótese básica do modelo DP é consistente com o facto reconhecido de que a gramática e o léxico revelam níveis distintos de susceptibilidade ao fator «idade». Com efeito, há ampla evidência sugerindo que a assimilação de itens lexicais novos não está sujeita aos mesmos constrangimentos maturacionais que se observam no campo da gramática e que, muito pelo contrário, essa capacidade tende a melhorar com o aumento da idade da criança[4].

6. Implicações para o recorte conceptual do termo L2

Perspetivar os processos de assimilação da gramática de uma língua nativa e de uma língua não nativa deste modo diferenciado (em contraste com o que sucede com o léxico, cuja assimilação ficará, em qualquer caso, dependente da MLP declarativa) acarreta implicações para o próprio recorte conceptual de L2. Aliás, é precisamente em função destas estratégias distintas e possíveis de assimilação da gramática de uma L2 que Paradis (1997: 345) prefere distinguir entre «falantes bilingues» e «falantes fluentes de uma segunda língua». O falante bilingue disporá, de acordo com o autor, de «two sets of full implicit linguistic competence, one for each language», conjuntos esses adquiridos com recurso à MLP procedimental/implícita, enquanto o falante fluente de uma segunda língua recorrerá, como forma de compensar a falta de integridade da CLI relativa a L2, «to increased use of right-hemisphere-based pragmatic features and declarative memory-based metalinguistic knowledge». Neste caso, a CLI da L1 terá sido adquirida por via da MLP procedimental/implícita e o conhecimento da gramática da L2 terá sido aprendido com recurso,

[4] Para um estudo relativo à aprendizagem de léxico do inglês por crianças portuguesas a frequentar o ensino básico que abona a favor desta asserção, cf., por exemplo, Lourenço, 2006.

pelo menos numa fase inicial, à MLP declarativa/explícita. Assumindo a relevância de perspetivar a questão nestes termos, e por razões de clareza, adotaremos, doravante, neste trabalho, a expressão LNM (língua não materna) para as situações de assimilação tardia de uma língua, depois de adquirida uma primeira, LB para nos referirmos a uma língua adquirida em situação de exposição bilingue precoce (a LA e a LB) e tomaremos L2 como um termo-chapéu para fazer referência genérica às duas situações descritas.

7. Implicações do modelo DP para o ensino de uma LNM

As premissas do paradigma DP terão um relevante impacto no campo do ensino das LNMs e das próprias LBs. Na verdade, pressupor que as estruturas gramaticais de uma L2 (ou algumas delas, pelo menos) já foram adquiridas ou serão ainda passíveis de serem apreendidas, pelo aluno, por via procedimental/implícita, ou considerar, ao invés, que é à via declarativa/explícita que o aprendente recorre para as codificar, reter e posteriormente recuperar conduzirá o docente de uma L2 a opções pedagógicas e didáticas não necessariamente coincidentes.

Admitindo a validade da fundamentação apresentada até ao momento para a distinção entre os processos de aquisição e de aprendizagem de uma língua, o ensino formal de uma LB far-se-á alicerçado em orientações gerais que, em princípio, não deverão andar longe das que informam o ensino de uma L1. Assim será porque, nestes casos, ambas as línguas, LA e LB, serão, para o aluno em questão, maternas (pelo menos numa perspetiva psicolinguística). Ressalve-se, contudo, e na medida em que o aluno em relação ao qual a questão se coloca é bilingue, que os pressupostos a presidir ao ensino formal que toma as suas línguas como objeto de desenvolvimento académico decorrerão, de forma crucial, do

perfil sociolinguístico do seu bilinguismo. Dito isto, um programa de ensino orientado para discentes cujo bilinguismo é encarado como uma mais-valia, porque fruto do contacto entre duas línguas social e academicamente valorizadas, será substancialmente diverso daquele que visa corresponder às necessidades de alunos cujo bilinguismo resulte do contacto entre duas línguas de estatuto sociocultural muito díspar. De igual modo, um programa de ensino desenhado para alunos que ostentam uma proficiência relativamente equilibrada em relação aos idiomas em contacto será distinto daquele que tem por alvo crianças reveladoras de um domínio muito desigual em relação a LA e a LB (especialmente quando se dá o caso, recorrente, de a proficiência do aluno ser maior em relação à língua menos valorizada pelo sistema escolar). Por fim, um programa de ensino talhado para crianças bilingues provenientes de uma comunidade linguística que é, ela própria, bilingue, assumirá uma configuração distinta daquele que visa a escolarização de crianças bilingues inseridas numa comunidade predominantemente monolingue. Serão, pois, estas e outras variáveis de natureza fundamentalmente sociopolítica e sociolinguística que determinarão o tipo de ensino, quer de uma LB (quando esta é, de resto, objeto de ensino formal, o que nem sempre é o caso), quer de uma LA com a qual a LB entre em contacto. Seja, contudo, qual for o perfil sociolinguístico do bilinguismo de um aluno nestas circunstâncias, o pressuposto do paradigma DP é que esse aluno terá adquirido estruturas da LA e da LB por via procedimental/implícita e será, portanto, a partir delas que o professor de língua (LA e/ou LB) deverá erguer o seu trabalho.

Já o mesmo não se dirá do aluno que não experimentou uma exposição precoce a *input* bilingue que incluísse a presença da língua veicular do ensino em geral ou a de uma outra ensinada na escola. De acordo com os pressupostos que temos estado a discutir, a assimilação de línguas nestas circunstâncias mobilizará a MLP declarativa/explícita do aluno que, através dela, aprenderá, quer o léxico, quer a

gramática desta que será, então, para si, uma LNM. Numa primeira fase de aprendizagem, assume-se, de resto, que a MLP declarativa é o recurso cognitivo mais relevante ao dispor do aprendente para tal fim. Pressupô-lo representa, já se vê, uma forma de legitimação de estratégias de ensino formal da LNM que passem pelo recurso à explicitação das regras da gramática respetiva, ou, dito de outro modo, pelo ensino de conteúdos de natureza metalinguística.

No âmbito dos trabalhos existentes sobre o ensino de LNMs, tem sido, como se sabe, acesa a polémica em torno do papel que nele deverá assumir o ensino explícito da gramática. Algumas abordagens, frequentemente classificadas como «comunicacionais», têm, até, conduzido a práticas pedagógicas que passam pela erradicação (ou quase) do ensino explícito da gramática da LNM. Os pressupostos deste tipo de posições são múltiplos, mas, no que concerne à presente discussão, importa salientar dois.

Consideremos, em primeiro lugar a premissa segundo a qual a assimilação de uma LNM mais eficazmente se fará se centrada em práticas comunicativas, ficando estas ancoradas, em boa parte, e pelo menos nas fases iniciais de aprendizagem, em enunciados-fórmula pré-fabricados (a partir dos quais, em fases posteriores, o aprendente seria capaz de inferir as estruturas gramaticais relevantes da LNM). Frequentemente se argumenta que este tipo de abordagem fomenta a fluência de produção do aprendente, já que dispensa a construção lenta e laboriosa dos enunciados por parte do aluno com base num conjunto (naturalmente limitado, de início) de regras explícitas e de léxico entretanto retido. Contra-argumentando, no entanto, poder-se-á sustentar que um ensino formal de LNMs essencialmente assente na promoção de enunciados-fórmula reduz consideravelmente a capacidade de o aprendente se adaptar a novas situações de uso da LNM. Sem o fomento de uma abordagem analítica explícita dos enunciados comummente proferidos em situações de interação verbal e de comunicação típicas, o trabalho interpretativo a empreender

pelo aprendente com base no reconhecimento de estruturas em uso numa dada situação atípica, ou simplesmente nova (não prevista no programa), ficará seriamente comprometido (para uma discussão destas duas posições, cf. Ellis, 2005).

Em segundo lugar, esclareça-se que a promoção de um ensino fundado sobre práticas comunicativas muitas vezes se faz com base no pressuposto de que tal abordagem fomenta a assimilação implícita das estruturas gramaticais da LNM. Ora, como atrás se viu, este é um pressuposto que o paradigma DP rejeita, já que neste quadro se assume que é com recurso à MLP declarativa ou explícita que o aprendente de uma LNM assimila, quer o seu léxico, quer as respetivas estruturas gramaticais. Podendo-se, até, aceitar o argumento de que o recurso sistemático a enunciados-fórmula fomenta a fluência de compreensão oral e até de produção do aprendente de uma LNM, a verdade é que, de acordo com o modelo DP, tais enunciados são processados pela sua memória declarativa (ou explícita) e não pela memória procedimental (ou implícita).

Dito isto, restará, no entanto, formular uma pergunta, deveras relevante para este ponto da discussão: as representações disponíveis em MLP declarativa poderão, por algum meio, converter-se em representações procedimentais? Indagando de outro modo: que tipo de relação subsiste entre a MLP declarativa e a MLP procedimental?

A abordagem desta problemática, com extrema relevância para o ensino das LNMs, tem motivado duas posições básicas não coincidentes e nem sequer facilmente conciliáveis entre si. Paradis (2004), por exemplo, advoga que o conhecimento suportado pela memória declarativa jamais se transformará em conhecimento procedimental. Na melhor das hipóteses, a sua mobilização, pelo sujeito, de forma reiterada e ao longo de um período considerável de tempo, conduzirá à sua progressiva automatização, o que, em termos práticos, se traduzirá na redução concomitante do esforço envolvido nessa mesma mobilização. Nestes casos, dir-se-á que a informação retida

na MLP declarativa poderá, eventualmente, vir a assumir um formato procedimentalizado, mas não, de acordo com Paradis, procedimental.

Esta não é, no entanto, uma posição unânime entre os promotores do modelo DP. Ullman (2001b e 2004), por exemplo, não assumindo uma posição inteiramente clara sobre este assunto, evoca, contudo, um conjunto de dados, nomeadamente os apresentados por Perani *et al.* (1998) sobre o cérebro bilingue, consistentes com a tese de que não só o fator «idade de exposição a L2» será relevante para explicar os padrões de ativação cerebral encontrados aquando do processamento de enunciados de L2, como o será, e de modo mais decisivo, o fator «nível de proficiência atingido» pelo falante de L2. Na verdade, e como revelam Perani *et al.* (1998), os falantes fluentes de uma LNM aprendida, portanto, tardiamente, ativam, numa tarefa de processamento de uma narrativa na LNM que lhes é apresentada auditivamente, mais áreas cerebrais envolvidas no «sistema procedimental» do que os falantes não fluentes. Os padrões de ativação cerebral dos falantes proficientes de uma LNM tendem, até, a revelar mais afinidades com os dos falantes da L1 respetiva e menores semelhanças com os dos falantes não fluentes[5]. Ora, dados como estes poderão querer dizer que o diálogo entre a MLP declarativa e a MLP procedimental passará, eventual e inclusivamente, pela possibilidade de «transferência» de representações ou de cópias/versões adequadas destas entre um e outro sistema. Contudo, e ainda que tal se venha a comprovar em investigações futuras, será necessário não esquecer que essa putativa procedimentalização dos conhecimentos apreendidos por via declarativa apenas ocorrerá por via do seu uso reiterado e prolongado. Nas fases iniciais de aprendizagem de uma LNM, argumentar-se-á, será fundamentalmente a MLP declarativa

[5] Cf., no entanto, os resultados da meta-análise de Hull e Vaid (2007) que indiciam uma maior relevância do fator «idade de exposição a L2» do que do nível de proficiência atingido pelo falante de L2 para a explicação de padrões de lateralização das funções linguísticas no cérebro adulto.

aquela que o aprendente mobiliza. Se assim é, fará todo o sentido a adoção de estratégias de ensino através das quais se forneçam, ao aluno, informações explícitas sobre o funcionamento da língua a aprender, ao mesmo tempo que fará todo o sentido, com vista à sua automatização/procedimentalização, a promoção de múltiplas oportunidades de uso efetivo e reiterado das estruturas assim apreendidas (i.e., o fomento de sessões de treino).

A adoção destas premissas básicas permite, em suma, a compatibilização de práticas pedagógicas fundadas nos usos comunicacionais com outras mais ancoradas na análise e explicitação das estruturas. Dado, aliás, o estado de aceso debate em torno de muitas das problemáticas abordadas neste trabalho, julgamos sensata a subscrição, à semelhança do que propõe Ellis (2005), da posição que, recentemente, e a outro propósito, O'Grady (2003) identificou como sendo *the radical middle*. Procurámos demonstrar em que medida o paradigma DP permitirá a adoção de uma tal posição radicalmente intermédia. Procurámos igualmente defender que, com base em tal modelo, fundado sobre dados neuro-anatómicos e neurofuncionais, é possível sustentar que o processo de aquisição de uma L2 (ou LB) é, desse ponto de vista, substancialmente diverso do de aprendizagem de uma L2 (ou LNM).

Bibliografia

Abrahamsson, Niclas / Hyltenstam, Kenneth (2003), *Maturational Constraints in SLA*. In: Doughty, Catherine J. / Long, Michael H., eds. – The Handbook of Second Language Acquisition. Malden, Blackwell.

Baddeley, Alan (1999), Memory. In: *Encyclopedia of the Cognitive Science*, Wilson, R.A.; Keil, F.C., eds. – *The MIT.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

Collete, Fabienne/ Linden, Martial Van Der / Poncelet, M. (2000), *Working Memory, Long-Term Memory and Language Processing: Issues and Further Directions*. Brain and Language.

Ellis, Rod (2005), *Principles of Instructed Language Learning.* System, 33.

Hamers, Josiane F. / Blanc, Michael H. A. (1989), *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge, Cambridge University Press.

Hull, Rachel / Vaid, Jyotsana (2007), *Bilingual Language Lateralization: a Meta-Analytic Tale of Two Hemispheres*. Neurophychologia, 45.

Jordan, Michael / Russel, Stuart (1999), Computational Intelligence. In: Wilson, R.A.; Keil, F.C., eds. – *The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences*. Cambridge, Mass.: MIT Press, lxxiii-xc.

Krashen, Stephen D. (1981), *Second Language Acquisition and Second Language Learning*. Oxford, Pergamon Press. Edição *on-line* de 2002, disponível, a 24.11.2009, em http://www.sdkrashen.com/SL_Acquisition_and_Learning/index.html

Krashen, Stephen D. (1994), *The Input Hypothesis and its Rivals*. In: Ellis, N.C., ed. - *Implicit and Explicit Learning of Languages*. London, Academic Press.

Lenneberg, Eric H. (1967 [1975]), *Fundamentos biológicos del lenguaje*. Madrid, Alianza Editorial. Tradução do original inglês *The Foundations of Language*. [s. l.]: John Wiley and Sons.

Lourenço, Mónica Sofia Marques (2006), "*Does younger really equal better?*": *avaliação de estratégias de aprendizagem de vocabulário em inglês como LE no ensino básico*. Tese de Mestrado em Linguística e Ensino, especialidade de Linguística Aplicada. Inédita: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

McLaughlin, Barry (1984), *Second Language Acquisition in Childhood: Preschool Children*. Vol. I., 2nd ed., Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.

Mandler, Jean (1998), *Representation*. In: Damon, W., Kuhn, D., Siegler, R.S., eds. – Handbook of Child Psychology. Vol. 2: Cognition, Perception and Language. 5th ed., New York, John Wiley & Sons.

Martins, Cristina (2008), *Línguas em contacto: «saber sobre» o que as distingue. Análise de competências metalinguísticas de crianças mirandesas em idade escolar*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

O'Grady, William (2003), *The Radical Middle: Nativism without Universal Grammar*. In: Doughty, Catherine J.; Long, Michael H., eds. – *The Handbook of Second Language Acquisition*. Malden, Blackwell.

Paradis, Michel (1997), T*he Cognitive Neuropsychology of Bilingualism*. In: Groot, Annette M. B. de, Kroll, Judith F., eds. – *Tutorials in Bilingualism. Psycholinguistic Perspectives,* Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Paradis, Michel (2004), *A Neurolinguistic Theory of Bilingualism,* Amsterdam, John Benjamin Publishing Co.

Perani *et al.* (1998), *The Bilingual Brain. Proficiency and Age of Acquisition of the Second Language*. Brain, 121.

Ullman, Michael T. (2001a), *The Declarative/Procedural Model of Lexicon and Grammar*, Journal of Psycholinguistic Research, 30 (1).

----------(2001b), *The Neural Basis of Lexicon and Grammar in First and Second Language: the Declarative/Procedural Model*, Bilingualism: Language and Cognition, 4 (2).

Ullman, Michael T. (2004), *Contributions of Memory Circuits to Language: the Declarative/Procedural Model*. Cognition, 92.

White, Lydia (1989), *Universal Grammar and Second Language Acquisition*. Amsterdam, John Benjamins Publishing Co.

–––––––––– (2003), *On the Nature of Interlanguage Representation: Universal Grammar in the Second Language*. In: Doughty, Catherine J., Long, Michael H., eds. – The Handbook of Second Language Acquisition. Malden, Blackwell.

Expressão Oral em Português Língua Não Materna

Anabela Fernandes
Universidade de Coimbra
sf.anabela@gmail.com

Resumo: Nesta exposição tentarei assinalar a especificidade de interações verbais orais em Português como língua não materna, tendo ponto de partida do texto a noção de comunicação e a interpretação abusiva de que essa noção foi alvo no domínio do ensino de língua não materna, levando à ideia de que a comunicação, e em particular a comunicação oral, dispensa o conhecimento gramatical e relega a forma escrita para um papel subalterno. No âmbito deste texto, assume-se antes um conceito de comunicação mais amplo e uma relação de complementaridade entre a oralidade e a escrita, uma vez que os aspetos que as separam decorrem de diferenças no enquadramento espaciotemporal e nos objetivos comunicativos que condicionam a forma e o conteúdo dos enunciados. Mais do que em qualquer outro, no discurso oral, em que os falantes se encontram muito frequentemente no mesmo contexto situacional, esse contexto desempenha um papel crucial na construção do sentido. Devido a essa circunstância, o discurso oral é caracterizado pela presença de marcas discursivas específicas. Partindo da modalidade discursiva e atendendo ao contexto de aprendizagem destes alunos, retiraram-se conclusões quanto a materiais e metodologias de ensino adequadas ao desenvolvimento da competência oral dos aprendentes neste contexto particular.

Palavras chave: Português língua não materna; comunicação oral; escrita; marcas discursivas; materiais e metodologias de ensino.

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_5

Abstract: This chapter argues for a reconceptualisation of communication that would enlarge second language learning and teaching approaches. We claim that this results in a deeper awareness of the contextual and interaction dimensions of language use and the broadening of the predominant view of oral communication, especially concerning the status of grammar and writing which have been neglected for a long time.

Keywords: Portuguese as second language; oral communication; writing; discourse markers; teaching materials and methodology design.

Nesta exposição tentarei assinalar a especificidade das interações verbais orais, retomando algumas reflexões sobre a natureza dinâmica do processo comunicativo e o seu carácter essencialmente contextual, para daí retirar consequências no que concerne aos métodos e aos instrumentos mais adequados ao desenvolvimento da competência no Português como língua não materna (PLNM).

O ponto de partida do texto é a noção de comunicação e a interpretação abusiva de que essa noção foi alvo no domínio do ensino de língua não materna, levando à ideia de que a comunicação, e em particular a comunicação oral, dispensa o conhecimento gramatical e relega a forma escrita para um papel subalterno. No âmbito deste texto, assume-se antes um conceito de comunicação mais amplo e uma relação de complementaridade entre a oralidade e a escrita, uma vez que os aspetos que as separam decorrem de diferenças no enquadramento espaciotemporal e nos objetivos comunicativos que condicionam a forma e o conteúdo dos enunciados. Mais do que em qualquer outro, no discurso oral, em que os falantes se encontram muito frequentemente no mesmo contexto situacional, esse contexto desempenha um papel crucial na construção do sentido, como se explicita na secção I. Devido a essa circunstância, o discurso oral é caracterizado pela presença de marcas discursivas específicas, que são referidas na secção II. Na secção III, reflete-se sobre a relevância atribuída à competência oral em língua não materna no âmbito

de diferentes metodologias de ensino e contextualiza-se a situação específica em que foi constituído o *corpus* de onde foram retirados os exemplos que serão analisados na secção IV. Partindo do que ficou dito sobre esta modalidade discursiva e atendendo ao contexto de aprendizagem destes alunos, retiraram-se conclusões quanto a materiais e metodologias de ensino adequadas ao desenvolvimento da competência oral dos aprendentes neste contexto particular.

1. Interação e contexto na comunicação em linguagem verbal

No domínio do ensino da língua não materna, têm-se entrecruzado múltiplas questões que, frequentemente, por necessidades metodológicas, são abordadas separadamente e decorrem de posicionamentos teóricos, nem sempre convergentes, acerca do que é "saber falar uma língua".

A análise do ato comunicativo é essencial, na perspetiva de Hymes (1972), que propõe um modelo taxonómico, conhecido pelo acrónimo SPEAKING, em que cada letra representa uma categoria.[1] Trata-se de uma proposta que, apesar de ser pouco consensual, reconhece a articulação entre participantes, enquadramento quer no espaço quer no tempo e objetivos da interação (Maingueneau, 1997).

Este paradigma taxonómico veio a ter uma grande difusão no domínio do ensino das línguas estrangeiras. Contudo, e na sua formulação inicial, o problema da sobreposição de algumas categorias não foi resolvido e, dada a ausência de esclarecimentos, aceitou-se que a tarefa de definir e de especificar pormenores importantes

[1] "S – *setting*, P – participants, E – *ends*, A – *acts*, K – *keys*, I – *instrumentalities*, N – *norms*, G – *genres*". Ver, a propósito, a excelente análise das potencialidades da denominada corrente "etnografia da comunicação" feita por Bachman, Christian / Lindenfeld, Jacqueline / Simonin, Jacky (1981), *Langage et communications sociales*, Paris, Hatier-Crédif; e ainda a obra de Holzer, Gisèle (1981), *Analyse sociolinguistique de la communication et didactique*. Paris, Hatier-Crédif.

relativos às categorias deste modelo incumbiria aos eventuais utilizadores (professores) que teriam, assim, a responsabilidade de analisar, especificar e precisar o próprio modelo, orientando-o para os paradigmas menos «formalizantes» que Hymes (1972) preconizava. Ora, o conceito de competência de comunicação, caracterizado por um vasto número de elementos pouco definidos à partida, levou a simplificações e generalizações que decerto não estariam no horizonte teórico de Hymes, expandindo-se rapidamente sob a forma de um "comunicativismo" acrítico[2] – o conhecimento de regras gramaticais já não seria preciso, a oralidade bania o escrito, o ato de comunicar era um objetivo em si.

Com efeito, não se tratava de rejeitar a capacidade de construir frases gramaticalmente corretas, mas de acrescentar a este conhecimento da língua a capacidade de adaptar, de adequar essa língua a diferentes contextos sociais. A necessidade de considerar o(s) uso(s) da língua em situações concretas de intercomunicação introduzia o papel do *contexto* como elemento incontornável na análise do sentido dos enunciados produzidos.

O problema do termo "contexto", enquanto noção teórica utilizada nos domínios da linguística aplicada e da didática das línguas, é o seu carácter demasiado geral e pouco analítico, que o torna uma noção essencialmente de "utilização prática" sem um necessário enquadramento teórico.[3] Ainda assim, relativamente aos elementos que deverão ser considerados como integrantes do contexto, surge a posição "maximalista" de J. Gumperz e D. Hymes (1972) – defesa da

---

[2] Constatando o desenvolvimento que as abordagens comunicativas vieram a ter, I. Duarte notava «Porventura por influência das abordagens comunicativas dominantes no ensino das línguas estrangeiras, tem-se atribuído (à reflexão sobre a estrutura e funcionamento da língua) um papel secundário ou meramente instrumental.», Duarte, Inês (1992) *Oficina: contextos de uso obrigatório de uso do conjuntivo*. In: M. Raquel Delgado-Martins *et al.* (orgs.), *Para a didática do Português – seis estudos de linguística*. Lisboa, Edições Colibri, p. 165.

[3] «We are much more aware of contexts in practice than in theory», Scharfstein, Ben-Ami (1989), *The dilemma of context, New York*. New York University Press, p. 3.

integração de todos os parâmetros potencialmente pertinentes para a interpretação de uma unidade do discurso – e a posição 'minimalista' de O. Ducrot (1980). Seja qual for a posição adotada, «rares sont aujourd'hui les spécialistes qui dénient au contexte un rôle important dans le fonctionnement du langage» (Bronckart, 1985: 25).

O sentido das expressões linguísticas será descodificado através de um conhecimento sociocultural pré-existente partilhado ou através da situação enunciativa. A experiência de uso da língua permite interiorizar regras linguísticas num plano sistémico, bem como adquirir conhecimento sobre o que está associado às formas linguísticas num contexto cultural específico. Segundo Searle (1979), o significado é sempre relativo a um contexto e só este permite determiná-lo; neste sentido, quase todas as atividades correspondem a rotinas comunicativas quotidianas – «without context, words and actions have no meaning at all» (Bateson, 1979: 5).

No campo específico do ensino de língua não materna, passam a ocupar um lugar privilegiado noções como "diálogo", "troca verbal", "interlocução", '"intercomunicação" e "interação". O conceito de interação constitui um ponto de referência nos estudos de psicolinguística que relacionam (i) interação e aquisição da linguagem (estudos sobre o desenvolvimento dos comportamentos interativos e conversacionais da criança e os estudos acerca do efeito das interações sobre a aquisição da linguagem) e (ii) interação e aprendizagem (aspeto mais frequentemente estudado em didática e em pedagogia). Entre estes estudos, destacam-se as investigações relativas às interações em sala de aula, com um número crescente de estudos comparativos e quantitativos (De Lansheere e Bayer, 1969; Flanders, 1970), taxonómicos (Sinclair e Coulthard, 1975) e estudos descritivos e qualitativos (Gadet, Le Cunff e Turco, 1998; Gilly, Roux e Trougnon, 1999; Pléty, 1996) que utilizam a metodologia da análise conversacional e da pragmática para analisar as modalidades do trabalho de grupo e as estratégias de aquisição da língua utilizadas pelos alunos.

2. A oralidade e a sua especificidade

A natureza da língua falada é descrita por McCarthy (1998) em quatro grandes áreas: aspetos estruturais, aspetos interacionais, aspetos de género textual e constrangimentos contextuais. Nas características estruturais, aponta a transação e os pares adjacentes. Relativamente aos aspetos interacionais, o autor refere a tomada de vez, os marcadores discursivos que delimitam os enunciados orais de cada interlocutor ou assinalam a partilha de conhecimento e, por fim, a organização sintática da informação (a ordem das palavras e a sua alteração em obediência aos objetivos comunicativos). Quanto ao género textual, dentro do domínio da oralidade, este autor apresenta exemplos de enunciados socialmente reconhecidos como o sermão na igreja, discurso em jantares, preleções, anedotas ou histórias. No que diz respeito às limitações contextuais, menciona a elipse situacional e a variação da densidade lexical (quando a enunciação ocorre em tempo real, e coincidente com as ações referidas no discurso, haverá uma maior frequência de deíticos em detrimento do uso de formas com significado lexical).

Para McCarthy (1998), a prossecução das interações verbais, a definição dos limites da interação verbal e a consciencialização das interrupções não são passíveis de serem ensinadas seguindo o modelo de plano de aula «P-P-P» (*Presentation – Practice – Production*) bastante difundido nos anos 80 e 90 (Willis e Willis, 1996). Segundo este plano, após a apresentação do conteúdo em contexto, seguir-se-ia a aplicação prática em exercícios controlados e, por fim, a realização de exercícios livres. Ora, a alteração do modelo passaria por adotar a sequência 'Ilustração – Interação – Indução': (i) Ilustração: numa primeira fase, seriam observados dados reais; (ii) Interação: através da conversa sobre a língua, promover-se-ia a formação de perspetivas novas e o conhecimento das diferenças culturais; (iii) Indução: nesta fase, registar-se-iam os padrões e os

géneros discursivos, bem como os significados codificados em instâncias léxico-gramaticais (McCarthy, 1998: 67).

Alguns estudos apontam para a delimitação de uma gramática do discurso oral (Carter e McCarthy, 1995; McCarthy e Carter, 1997), identificando como aspetos intrínsecos aos enunciados orais: (i) as elipses (de verbos auxiliares, artigos, elementos iniciais de expressões fixas); (ii) os diferentes tipos de reprodução do discurso; (iii) a ocorrência de itens pré- e pós-colocados (*topics* e *tails*) na conversação; (iv) a ausência de frases bem estruturadas com orações subordinantes e subordinadas.[4]

Acresce que, nas interações verbais orais ocorre um número assinalável de expressões lexicais pré-fabricadas que agilizam a fluência, ou, como defendem Pawley e Syder (1983), é possível falar de dois tipos de capacidade linguística: a *nativelike selection* – escolha de frases de um conjunto – e a *nativelike fluency* – adequação de enunciados num discurso espontâneo. No mesmo sentido, a construção do discurso oral é caracterizada por Stubbs (1983) como improviso contínuo, em resposta a enunciados imprevistos, mudando rapidamente não só o assunto como até o interlocutor. A aprendizagem de uma língua, de facto, envolve não só o sistema de regras que cria um número infinito de enunciados, mas também a aprendizagem de sequências de itens lexicais reconhecidas pela convenção de uso da língua numa comunidade linguística (cf. também Nattinger e DeCarrico 1992).[5]

---

[4] A este propósito, Miller defende que a oração no discurso oral deverá, pois, ser substituída por uma unidade discursiva mais adequada. Miller, Jim (1995), *Does spoken language have sentences?* In: Frank Robert Palmer (ed.), *Grammar and Meaning*, Cambridge University Press. pp. 116-135.

[5] «What makes an expression a lexical item, what makes it part of a speech community's dictionary is, firstly, that the meaning of the expression is not (totally) predictable from its form, secondly that it behaves as a minimal unit for certain syntactic purposes, and thirdly that it is a social institution. This last characteristic is sometimes overlooked, but is basic to the distinction between lexicalized and non-lexicalised sequences» (Pawley e Syder, 1983: 209). Veja-se o projeto *Combinatórias*

Alguns estudos sobre o léxico são já tentativas de categorização de grupos de palavras que vão além da palavra individual. A este propósito, Firth (1957) fala em 'colocação' e explica o fenómeno, afirmando que «is not all the same thing as contextual meaning, which is functional relation of the sentence to the processes of a context of situation in the context of culture» (Firth, 1957: 195). Também Palmer (1939) considerava que a colocação deveria ser aprendida como entidade independente. O próprio contributo da análise computacional na descrição da língua permitiu uma observação clara da coocorrência lexical, confirmando-se a unidade sintática e semântica de muitas expressões multipalavras. O carácter aleatório subjacente à formação da colocação é sublinhado por Stubbs (1995) que analisa o que designa de prosódia semântica, aludindo a palavras cujas coocorrências poderiam ter um sentido negativo ou positivo, como o caso do verbo "cometer", que aparece associado com frequência a "crime", ou do verbo "deflagrar" associado a "incêndio".

3. A oralidade no ensino de língua não materna

No ensino das línguas estrangeiras, algumas abordagens assumiram como prioridade uma competência em língua baseada, essencialmente, na expressão oral.

Com a criação da Associação Internacional de Fonética (1886) e do Alfabeto Fonético Internacional, a descrição dos sons de uma língua passou a ser exequível, assumindo particular relevância no ensino das línguas. A partir desse momento, assistiu-se a uma definição de princípios orientadores da prática letiva como os abaixo

Lexicais do Português (Combina-PT), consultado em 13.03.12 e disponível em http://www.clul.ul.pt/pt/investigacao/187-combina-pt-word-combinations-in-portuguese-language.

enumerados: (i) o estudo da língua falada; (ii) o exercício fonético com vista a treinar a pronúncia; (iii) o uso de textos dialogais para introduzir estruturas conversacionais e expressões idiomáticas; (iv) uma abordagem indutiva do ensino da gramática; (v) o ensino de significados novos mediante associações na língua-alvo e não através da língua materna. (Richards / Rodgers, 2001).

O Método Direto aproxima-se destes princípios, uma vez que se caracterizava pelo envolvimento do aluno na produção e compreensão orais de situações reais quotidianas. A correção na pronúncia era tão importante que a transcrição fonética antecedia a introdução à ortografia.

Nos anos 20 e 30, surge a *Oral Approach*, de onde sobressaem os trabalhos de Harold Palmer e A.S. Hornby (cf. Richards / Rodgers, 2001). A investigação realizada no âmbito do ensino das línguas distinguiu o papel significativo do vocabulário, assim como a organização de padrões gramaticais segundo o discurso oral.[6] O ensino de uma língua estrangeira deveria iniciar-se com o registo oral e a leitura e a escrita seriam apenas apresentadas quando se verificasse que o léxico e a gramática correspondiam a um nível básico consolidado. Ao contrário do Método Direto, esta perspetiva do ensino de línguas baseava-se na investigação linguística (Hornby, 1954; Palmer, 1917; West, 1953).

Posteriormente, já nos anos 50, o método audiolingual[7] apresentava princípios metodológicos como: (i) a aprendizagem assente na mecanização de hábitos; (ii) a oralidade deverá ser introduzida antes

---

[6] Entre outros trabalhos com relevância pedagógica no ensino da língua inglesa para estrangeiros regista-se *A Grammar of Spoken English on a Strictly Phonetic Basis* de Harol Palmer / Francis George Blanford (1939).

[7] Método, aliás, relacionado com o exercício intensivo da oralidade de línguas estrangeiras dado aos militares americanos durante a II Guerra Mundial. Num período de tempo relativamente breve, procurava-se desenvolver uma competência em língua nos domínios da expressão oral e da compreensão oral. Entre outros aspetos, este método (não muito distinto do Método Direto) caracteriza-se pela conversação do dia a dia, a atenção conferida à pronúncia e a organização de padrões dialogais

da escrita; (iii) a analogia precede a análise, do mesmo modo que o ensino da gramática deverá ser essencialmente indutivo; (iv) o ensino da língua deverá conter aspetos do contexto cultural (Richards e Rodgers, 2011).

As várias abordagens têm um valor operatório importante e contribuem para uma reflexão cuidada sobre o processo de ensino-aprendizagem de uma língua não materna. No entanto, na minha prática letiva nos Cursos de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vejo-me confrontada com problemas, especificamente no nível Elementar, frequentado por um grupo de alunos muito heterogéneo – diferentes línguas maternas, níveis e tipos de conhecimentos linguísticos diversos, motivações diferentes, vários níveis de escolarização e culturas distintas. Por tudo isto, subscrevo a posição de Crystal (2006) ao afirmar que «It is frequently necessary to introduce an eclectic approach, in which aspects of different methods are selected to meet the demands of particular teaching situations» (Crystal, 2006: 437).

Apesar de não ser possível reconhecer a abordagem, o método ou o programa que garantam o sucesso da aprendizagem de uma língua, certo é poder identificar fatores que contribuem para uma progressão positiva. Segundo Crystal (2006), determinadas variáveis poderão ser decisivas na aprendizagem:

1. características pessoais (desde a empatia, à capacidade para organizar padrões, à boa memória, à capacidade para detetar diferenças fonéticas);
2. motivação (quer do aluno quer do professor);
3. atitude (a perceção da cultura ou do país da língua-alvo);

---

sobre temas frequentes nas interações diárias que eram mimetizados e produzidos sistematicamente, de modo a que a resposta do aluno se tornasse automática.

4. 'aprender a aprender' (estratégias como o ensaio em silêncio, técnicas de memorização, paráfrases);
5. exposição regular à língua-alvo;
6. contacto com materiais autênticos (Crystal, 2006: 435).

É também possível identificar pontos críticos em que a aprendizagem se reveste de especial dificuldade. Por exemplo, na compreensão oral, a dificuldade na descodificação dos enunciados orais resulta de vários fatores, entre os quais se destacam a segmentação – na escrita, as palavras e as frases surgem bem delimitadas – e a perceção dos sons, devido a eventual redução vocálica e à assimilação. Segundo Leiria (2007), um aluno estrangeiro perceciona uma sequência de sinais sonoros que é difícil de segmentar, em parte devido ao enfraquecimento do vocalismo pretónico e das sílabas finais (características do português europeu), o que lhe exige um grande investimento em termos de aprendizagens prévias, antes de poder descodificar sequências de discurso oral, mesmo que sejam relativamente pouco extensas.

4. A expressão oral e o discurso dos alunos

Um adulto escolarizado conhecerá, em princípio, a gramática da língua usada na sua comunidade, do mesmo modo que é capaz de compreender a complexidade conceptual dos sentidos construídos e veiculados por outros falantes, e de construir e de exprimir ele próprio o universo conceptual da sua experiência. Neste contexto, surge a questão de se saber até que ponto, no ensino de uma língua não materna, e, em particular, no nível Elementar, se podem ensinar "conceitos" que foram sendo construídos no percurso de aquisição da língua materna. As diferenças semântico-lexicais entre línguas suscitam a necessidade de aprendizagem não só dos diferentes sig-

nificados das palavras e das regras sintagmáticas que possibilitam a sua combinação, mas também da informação morfológica e sintática que permite a escolha da forma distribucionalmente adequada no conjunto dos paradigmas flexionais próprios de cada língua.

Por outro lado, a relação entre o que o docente considera ter ensinado e o que o aprendente aprende não é linear, visto que encontramos alunos que não revelam ter aprendido o que se lecionou e outros que demonstram um conhecimento que ultrapassa o limite dos conteúdos previamente selecionados para a aula. Esta segunda situação é relativamente comum em cursos de PLNM em Portugal, cujos alunos se encontram durante um período mais ou menos prolongado em situação de imersão, recebendo facilmente outro tipo de *input* para além do que lhes é facultado nas aulas. Segundo Bialystock (1990), o aprendente adulto de língua não materna revela uma conceção de análise da língua mais profunda e um processo de direcionamento da atenção mais desenvolvido, o que deverá implicar um ensino da língua que tenha em conta a capacidade de os alunos recriarem o próprio conhecimento da língua-alvo, uma vez expostos à mesma.

No entanto, os livros e os manuais mantêm uma apresentação da língua não materna com uma sequência previsível. A seleção de estruturas e de palavras é comummente concebida de acordo com o que se supõe ser pertinente e útil para o aprendente. Ou seja, em situação formal de aprendizagem, os aprendentes estão condicionados por fórmulas fixas decorrentes da língua de exposição disponível nessa situação – o léxico e a sintaxe de progressão controlada. Uma conceção das necessidades básicas dos alunos em termos de intercomunicação é particularmente redutora: os enunciados fáceis, que abordam temas insuscetíveis de criar problemas na comunicação, acabam por reduzir as necessidades dos alunos às necessidades básicas inventadas pelos construtores de manuais. A seleção de mínimos lexicais e comunicativos relativamente restritos e o controlo estrito

da progressão das estruturas justificar-se-á em contextos em que o aluno não tem, de facto, outro acesso a *input* linguístico a não ser as aulas e os manuais. No entanto, para aulas lecionadas no país onde se fala a língua, estes materiais ficam aquém do necessário para muitos alunos, considerando o percurso de aprendizagem que já fizeram. Neste contexto, proponho como ponto de partida uma tentativa de caracterização do saber linguístico dos alunos, através da análise de alguns exemplos retirados de um corpus constituído por enunciados orais de aprendentes de PLNM.

Os exemplos recolhidos foram produzidos por alunos em entrevistas que constituem o *corpus* da minha dissertação de mestrado (Fernandes, 2004). Estes alunos frequentavam o nível Elementar[8] de Cursos de Língua e Cultura Portuguesas para Estrangeiros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi pedido aos alunos que trouxessem a experiência das suas vivências em Portugal, em contexto de imersão, para o meio formal de aprendizagem no âmbito de uma tarefa em que se solicitava a explicitação do seu "ponto de vista" sobre a cultura e a sociedade portuguesas. Cada aluno participou em duas entrevistas, uma sem nenhum suporte e outra baseada em fotografias tiradas por ele próprio, sendo que as entrevistas baseadas nas fotografias se revelaram mais produtivas em termos discursivos. Um dos objetivos da tarefa era levar os alunos a falarem da sua experiência e a emitirem opiniões, uma vez que, no nível de aprendizagem em que se encontravam, o discurso na primeira pessoa limita-se habitualmente ao tema da apresentação dos dados pessoais. Por outro lado, pretendia-se que os alunos respondessem adequadamente à tarefa, escolhendo fotografias que constituíssem recortes da realidade, que fossem o prolongamento

[8] Segundo o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, corresponderá aos níveis A1/A2.

do seu olhar sobre a sociedade portuguesa.[9] Durante a entrevista, a expressão do ponto de vista individual implica uma competência argumentativa que caracteriza o ato de enunciação de dizer "o quê" e "porquê". Por outro lado, se um falante quer descrever um estado de coisas, terá que estabelecer relações entre expressões referenciais, isto é, para além da competência semântica, terá de haver adequação sintática aos esquemas predicativos da língua.

Considerem-se os exemplos seguintes:

1.

«esta imagem eu quero apresentar …os port… a vida dos portugueses… eu penso que/ como uma estrangeira talvez a minha ideia é mais extremo e … espero que a professora não te importas… esta imagem eu quero apresentar eu penso que os portugueses levam alguma uma vida mais calma parece eles gostam de vida … mais luxo e não se importam quantos dinheiros eles podem ganhar e também não se importam o futuro dela e talvez aqui é uma boa

[9] Dubois afirma que «as fotografias, propriamente falando, não têm nenhuma significação em si mesmas: o seu sentido é-lhe exterior e é essencialmente determinado pela relação afetiva com o objeto e a situação de enunciação.» Dubois, Philippe (1992), *O Ato Fotográfico*. Lisboa, V. p. 46.

sítio uma boa lugar para encontrar os amigos para conversar e/ penso que eles gostam de vida como assim e na minha opinião eu tenho uma ideia e os portugueses levam uma vida assim uma vida como assim».

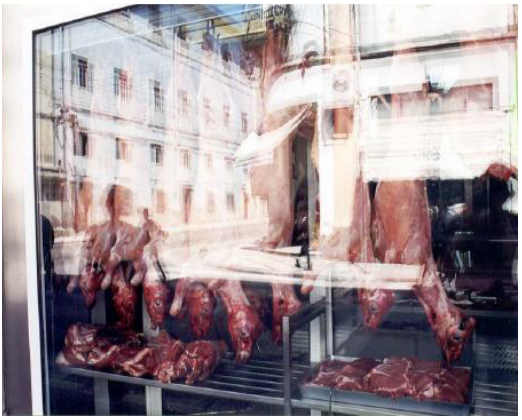
2.

«este imagem é minha favorito / sim porque eu gosto muito desta imagem e esta ideia foi de visitas visita eu visitei tinha visitado alguns sítios sobretudo os campos e os camponeses elas são muito simpático e são muito muito comunicativos / também trabalham muito eu sempre vi / vi sempre alguém … punha os as coisas em cima do cabelo e a figura dela maior figura dela e quando elas andavam é como elas dançavam… sim por isso / gosto muito / mas na china nós não leva as coisas em cima… é no braço… eu penso que é diferente do que na China… aqui também não é muito para mulheres os homens gostam de aqui… ombros».

3.

«é de beijão de Portugal dois beijãos quando encontrar uma pessoa / não… Holanda não é normalmente nós diz só bom dia não beijam / e quando na Holanda beijam na aniversário são três beijos».

4.



«e segunda fotografia é fotografia de… carnaria… não sabes palavra… de carne / tipicalmente é carne na vitrine com olhos e com… com tudo».

5.

«eu escolhi este pássaro porque é um pássaro do mar e a mar é ligado com Portugal...».

6.

«e esta é azulejo... esta é... acho que é arte... também é bom presente para oferecer os amigos e este com... é típico Portugal... português».

«é que Coimbra é muito calma e muito pouco gente // faculdade de letra acho que é muito antigo / mas também é simpático ou simpáticas e tem tem paciência para ensinar nós estrangeiros mas acho que... o método o método de ensinar nós não é muito... não é muito rápido... porque o ano passado eu já estudei Português na China mais ou menos oito meses mas… promoção de / acho que gramática é rápido mas ouvir e falar não é muito bom até agora... para mim é difícil para / procurar procurar / tema com os portugueses conversar conversação também não sei porquê só... quando eu encontrei uma pessoa portuguesa só falamos muito pouco muito pouco frases simples e / e muitas vezes repetir não é não tem não / não é não sou capaz de continuar falar sobre uma problema profunde profundidade».

No âmbito das características da oralidade, entre outros aspetos, regista-se, por um lado, a reformulação do discurso decorrente, quase exclusivamente, das hesitações que representarão estratégias, de certo modo dilatórias, que ajudam a planificar o discurso e, por outro, a presença de marcadores discursivos típicos do registo oral: (i) «os portugueses levam uma vida **assim** uma vida **como assim**»; (ii) «este imagem é minha favorito / **sim** porque eu gosto muito desta imagem».

Por outro lado, os enunciados podem servir de pretexto para a abordagem explícita de aspetos passíveis de definir sequências de aprendizagem em PLNM, pois mostram a necessidade de algum domínio dessas estruturas para uma expressão eficaz das ideias que os alunos pretendem transmitir. Como exemplo, foram selecionados alguns tópicos que se apresentam de seguida:

1. Esquemas relacionais (cf. Duarte, 2003) dependentes das propriedades dos verbos presentes nas frases.

Além da identificação das subclasses dos verbos (principais, copulativos e auxiliares), procurar-se-ia exemplificar padrões mais comuns

de organização sintática das frases a partir do exemplo «para oferecer os amigos». Neste caso, falar-se-ia dos verbos ditransitivos e do respetivo esquema relacional **SU V OD OI**. Com o exemplo «continuar falar», observar-se-iam os verbos semiauxiliares aspetuais que se constroem com as preposições **a**, **de** e **por** e a forma infinitiva do verbo principal.

2. Frases completivas.

Ainda que o exemplo apresente uma frase completiva de verbo que seleciona o modo Conjuntivo «espero que a professora não te importas», será oportuno, por um lado, elencar os tipos de construção que mantêm a seleção exclusiva do modo Conjuntivo e, por outro, estabelecer uma comparação entre contextos que admitem os dois modos, Indicativo e Conjuntivo.

3. Tempos gramaticais

No que diz respeito aos tempos verbais, o exemplo «visitei tinha visitado» sugere a abordagem às formas do pretérito, uma simples e outra composta, sublinhando-se a natureza anafórica da segunda. Para a sua expressão será necessária a existência de um outro ponto de referência no passado, isto é, a sua localização temporal é marcada pela anterioridade a um estado ou acontecimento passado.

4. Oração temporal

Tendo em conta as frases «quando elas andavam é como elas dançavam» e «quando eu encontrei uma pessoa portuguesa só falamos pouco», analisar-se-iam exemplos da estrutura interna das orações temporais. Assim, seriam considerados os conetores de base adverbial, preposicional ou nominal, bem como outros valores do conetor **quando**: condicional e concessivo.

5. Valores discursivos de **sempre** (cf. Lopes, 1998; Matos, 2004)

Ainda no âmbito do conceito de tempo, observar-se-ia o exemplo «eu sempre vi / vi sempre alguém» com referência à distinção do valor de **sempre** como quantificador temporal e com valor não temporal relativamente à colocação na frase.

6. Frases comparativas

Observando os exemplos «penso que é diferente do que na China» e «quando andavam é como elas dançavam», apresentar-se-iam as construções comparativas prototípicas e o sentido comparativo-condicional do conector **como se**.

7. Distribuição dos pronomes pessoais átonos na frase

Com os exemplos «não te importas» e «não se importam», analisar-se-iam outros padrões de posição proclítica dos pronomes clíticos, segundo a variedade europeia do português.

8. Formação de palavras

Na formação de palavras, procurar-se-ia apresentar exemplos de sufixos derivacionais como o do exemplo «carnaria», bem como a seleção de adjetivos femininos do sufixo derivacional **-mente**, no caso de «tipicalmente».

9. Associações léxico-gramaticais (cf. Biber *et al.*, 1999)

Os contextos de uso dos verbos **ser** e **estar** integram os conteúdos programáticos de PLNM desde a Iniciação. Considerando o exemplo «é ligado com Portugal», far-se-ia o reconhecimento dos padrões possíveis, mas também se poderia acrescentar a regência preposicional como em «estar ligado a / estar relacionado com».

Atente-se ainda nos seguintes exemplos: «penso que», «na minha opinião», «eu tenho uma ideia». As expressões enunciadas permitem formular a hipótese de terem sido "aprendidas" sem que para isso

tenha existido uma consciência linguística (sintática) com explicitação, por exemplo, da estrutura: (i) estrutura frásica: F1 - (eu) penso + F2 - que …; (ii) o verbo da F1 seleciona uma oração completiva (F2- integrante «que»). O mais verosímil é os alunos terem aprendido (por frequência de uso quer na receção quer na produção) como associação léxico-gramatical, pois, tratando-se de uma aprendizagem em imersão linguística, a exposição à língua-alvo não se circunscreve unicamente à situação formal da sala de aula. Nesse sentido, observamos também nos enunciados destes alunos contextos de uso obrigatório do Conjuntivo, como «talvez é», «espero que a professora não te importas» e «quando dançavam é como elas dançavam», em que há a omissão desse modo verbal, uma vez que, comummente, a introdução ao modo verbal do Conjuntivo em situação formal de aprendizagem tem lugar em níveis de proficiência mais avançados do que o dos entrevistados.

Os exemplos selecionados revelam que a comunicação, também oral, necessita do conhecimento de estruturas diversas e que será possível ao docente de um grupo de alunos, como os autores dos enunciados analisados, selecionar essas estruturas e ensiná-las mais adequadamente, partindo do conhecimento do que os alunos realmente sabem e tendo em conta as suas vivências e as situações de comunicação em que se podem encontrar fora das aulas. Nesse sentido, é necessário que a capacidade de usar a língua também seja entendida como a capacidade de integração ativa na *praxis* social. Exemplo disso é a resposta de um aluno à pergunta sobre o que sentira na experiência em Portugal, em que ele refere a dificuldade de encontrar assunto de conversa e de conversar, a que se poderá associar um conhecimento lexical reduzido, considerando que aprender uma palavra implica aprender todas as suas propriedades, incluindo a sua projeção na organização sintática dos enunciados: «acho que gramática é rápido mas ouvir e falar não é muito bom até agora... para mim é difícil para / procurar procurar / tema

com os portugueses conversar conversação também não sei porquê só... quando eu encontrei uma pessoa portuguesa só falamos muito pouco muito pouco frases simples e / e muitas vezes repetir não é não tem não / não é não sou capaz de continuar falar sobre uma problema profunde profundidade.»

Bibliografia

Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda (org.) (2001), *Português Falado. Documentos Autênticos Gravações audio com transcrição alinhada*, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Camões, [CD-Rom].

Bateson, Gregory (1979), *Mind and nature: a necessary unity*, New York, Dutton.

Bronckart, Jean-Paul *et al.* (1985), *Les fonctionnements des discours*, Neuchâtel-Paris, Delachaux et Niestlé.

Bialystock, Ellen (1990), *Communication Strategies: a psychological analysis of second-language use*, Oxford, Blackwell.

Carter, Ronald / McCarthy, Michael (1995), *Grammar and the spoken language*, *Applied Linguistics*, Vol. 16, nº 2.

Crystal, David (2006), *How language works?* London, Penguin Books.

De Landsheere, Gilbert / Bayer, Edward (1969), *Comment les maîtres enseignent. Analyse des interactions verbales en classe*, Bruxelles, Ministère de l'Éducation Nationale et de la Culture, Documentation, 21.

Duarte, Inês (2003), *Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem das palavras*. In: Mira Mateus, Maria Helena *et al* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.

Ducrot, Oswald (1980), *Analyses pragmatiques*. In: *Communications*, 32.

Fernandes, Anabela (2004), *A Competência Lexical no ensino-aprendizagem de Português Língua Estrangeira em contexto* endolíngue, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade de Aveiro.

Flanders, Ned (1970), *Analysing teaching behavior*, London, Addison – Wesley.

Firth, John (1957), *Modes of meaning? Paper in Linguistics 1934-1951*, Oxford, Oxford University Press.

Gadet, Françoise / Le Cunff, Catherine / Turco, Gilbert (1998), *L'oral pour apprendre*, In: Repères, 17.

Gilly, Michel / Roux, Jean-Paul / Trougnon, Alan (eds.) (1999), *Apprendre dans l'interaction. Analyse des medaitions sémiotiques*, Nancy, Presses Universitaires.

Hymes, Dell (1972), *Models of the Interaction of Language and Social Life*. In: J. Gumperz / D. Hymes (eds.), *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*, New York, Holt, Rineharr, Wiston.

Hornby, Albert Sydney (1954), *A Guide to Patterns and Usage in English*, London, Oxford University Press.

Leiria, Isabel / Queiroga, Maria João / Soares, Nuno (2007), *Português Língua Não Materna no Currículo Nacional. Orientações nacionais: Perfis linguísticos da população escolar que frequenta as escolas portuguesas,* disponível em http://sitio.dgidc.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/PLNM_perfis-linguisticos.pdf, consultado em 20-02-08.

Lopes, Ana Cristina Macário (1998), *Contribuição para o estudo dos valores discursivos de 'sempre'*, in *Atas do XIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Ed. Colibri.

Matos, Sérgio (2004), *Interpretações temporais e não temporais de 'sempre': para uma descrição integrada*. In: Oliveira, Fátima / Duarte, Isabel (org.), *Da Língua e do Discurso*, Porto, Campo das Letras.

McCarthy, Michael / Carter, Ronald (1997), *Written and Spoken Vocabulary*. In: Schmitt, Norbert / McCarthy, Michael (eds), *Vocabulary: Description, Acquisition, Pedagogy*, Cambridge, Cambridge University Press.

McCarthy, Michael (1998), *Spoken Language & Applied Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.

Maingueneau, Dominique (1997), *Os Termos-chave da Análise do Discurso*, Lisboa, Gradiva.

Nattinger, James / DeCarrico, Jeanette (1992), *Lexical Phrases and language Teaching*, Oxford, Oxford University Press.

Palmer, Harold (1939a), *Second Interim Report in English Collocations*, Tokyo, Kaitakusha.

---------- (1968b), *The Scientific Study and Teaching of Languages*, London, Oxford University Press.

Pawley, Andrew / Syder, Frances (1983), *Two puzzles for linguistic theory: nativelike selection and nativelike fluency*. In: Jack Richards / Richard Schmidts (eds.), *Language and Communications*, London, Longman.

Pléty, Robert (1996), *L'apprentissage coopérant*, Lyon, Presses Universitaires.

Richards, Jack / Rodgers, Theodore (2001), *Approaches and Methods in Language Teaching*, Cambridge, Cambridge University Press.

Searle, John (1979), *Expression and Meaning: studies in the theory in the speech acts*, New York, Cambridge University Press.

Sinclair, John / Coulthard, Malcom (1975), *Towards an anlaysis of discourse. The English used by teachers and pupils*, Oxford, Oxford University Press.

Stubbs, Michael (1993), *Discourse Analysis*, Oxford, Balckwell.

---------- (1995), *Corpus evidence for norms of lexical collocation*. In: Guy Cook / Barbara Seidlhofer, 1995, *Principle and Practice in Applied Linguistics: Studies in Honour of H. G. Widdowson*, Oxford, Oxford University Press.

West, Michael (1953), *The Teaching of English: A Guide to the New Method Series,* London, Longman.

Willis, Jane / Willis, Dave (eds) (1996), *Challenge and Change in Language Teaching*, Oxford, Heinemann.

(Página deixada propositadamente em branco)

(Re)construir a Palavra do *Outro:* Tempos e Relações de Tempo no *Discurso Indireto*

Ana Paula Loureiro
Universidade de Coimbra
aploureiro1@gmail.com

Resumo: Em português, tal como em muitas outras línguas, a transposição temporal (*backshift / sequence of tenses / consecutio temporum / transposition / retrogradation*) não é obrigatória no Discurso Indireto. No contexto de um verbo introdutor no Pretérito Perfeito Simples - tipicamente, *Disse* (*Disse que...*) –, o verbo da subordinada pode sofrer a transposição para o passado ou manter a forma original. Neste estudo, propomo-nos fazer a síntese (i) das *condições temporais* para a ocorrência de um "discurso dentro do discurso", (ii) das relações de *tempos* e de tempo no Discurso Indireto e (iii) das *condições temporais* para a (não-)transposição.

Palavras chave: discurso indireto; (não) transposição temporal; sistemas verbais; relações temporais.

Abstract: In Portuguese (as in many other languages), backshift (*sequence of tenses / consecutio temporum / transposition / retrogradation*) is not mandatory in Indirect Speech. In a matrix past tense verb context (as for, *disse, disse que...*, Pretérito Perfeito Simples, PPS, "X said (that)..."), the embedded verb can both backshift into the past or maintain the "corresponding" original speech form. This paper attempts to provide a synthesis of (i) the *temporal conditions* for reporting speech, (ii) tense sequences

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_6

and temporal relations in Indirect Speech and (iii) the *temporal conditions* for (non-)backshift in Indirect Speech.

Keywords: indirect speech; (non)backshift; tense systems; temporal relations.

Apresentação

Este texto[1] pretende ser um pequeno contributo para o estudo dos mecanismos linguísticos ativados na construção do fenómeno a que chamaremos *discurso citado* ("discurso dentro do discurso", *cita*, *discurso reproducido*, *reported Speech*, *discours rapporté*). A complexidade e interesse do fenómeno (Janssen / Wurff, 1996, falam de «**an important and interesting phenomenon**»)[2] pode comprovar-se pelos inúmeros estudos que sobre o assunto, sob diversas perspetivas e sobre diferentes línguas se têm publicado.[3]

Trataremos em particular os mecanismos temporais verbais (*tempos verbais* e suas relações na frase),[4] relacionados com a (re) construção das relações de tempo neste tipo de discurso, nomeadamente as relações que a *situação* expressa no segmento textual *citado* (*discurso reproduzido*) estabelece com os dois atos enunciativos envolvidos no fenómeno (o *ato enunciativo citador* e o *ato enunciativo citado*). Em concreto, propomo-nos identificar (i) em primeiro lugar, as *condições temporais (temporais verbais) mínimas* para a identificação do fenómeno do "discurso dentro do discurso",

[1] O presente texto beneficiou, num momento importante da sua elaboração, da leitura e comentários da Prof.ª Doutora Ana Cristina M. Lopes. Fica aqui o devido agradecimento.

[2] Janssen / Wurff (1996: 1).

[3] Cf., por exemplo, as recolhas de estudos em Janssen / Wurff (1996) e em Güldemann / Roncador (2002).

[4] A (re)construção dos esquemas de referenciação temporal apresenta regras diferentes para os diferentes sistemas gramaticais, nomeadamente o sistema temporal verbal e o sistema temporal adverbial. Centraremos as nossas observações apenas no sistema de tempos verbais.

e (ii) os esquemas temporais possíveis no subtipo de estrutura discursiva DI (*discurso indireto*) e sua expressão temporal verbal (TV). Consideraremos apenas contextos de modo indicativo, com o verbo introdutor de discurso *dizer*, no Pretérito Perfeito, num esquema típico que representamos na fórmula que se segue:

Ele *disse* que… [TV?]

Tomaremos como referência a *regra de sequência de tempos em DI* enunciada em Comrie (1986: 284-285): «if the tense of the verb of reporting is past, then the tense of the original utterance is backshifted into the past, except that if the content of the indirect speech has continuing applicability, the backshifting is optional.». Interessa-nos, a este propósito, observar as alternativas disponíveis para a reprodução e reconstrução das relações de tempo e de *tempos*, como as que observamos no conjunto de exemplos que se segue:

Discurso original: *Eu vivo em Baião.*
Discurso citado DI: (1) *Ele disse que vivia em Baião.*
(2) *Ele disse que vive em Baião.*

1. Discurso citado (DC): para uma definição e caraterização geral do fenómeno. *Discurso direto* e *discurso indireto*

Escolhemos para termo genérico (*umbrella term*) a expressão *discurso citado*, que entenderemos aqui como sinónima de *cita* (Reyes, 1993 e 1994), *discurso reproducido* (Bosque / Demonte, 1999), *reported Speech* (Janssen / Wurff, 1996), *discours rapporté* (Grevisse, 1988).

1.1. Podemos definir *discurso citado* como a reprodução/representação,[5] **no** discurso de um *Enunciador1,* **do** discurso de um *Enunciador2*. É o "discurso dentro do discurso". É, dito de outro modo, a *representação, no discurso, de um objeto da mesma natureza: outro discurso* («La cita es una representación lingüística de un objeto también lingüístico: otro texto.» (Reyes, 1994: 9).

O discurso citado é, assim, antes de mais, um fenómeno do plano enunciativo. E é, desse ponto de vista, uma estrutura em *duplicado* (cf. as *duplex structures* de Jakobson, *apud* Janssen / Wurff, 1996: 1) com características particulares.

Numa sequência que classificamos como *discurso citado*, devemos, em primeiro lugar, poder identificar um determinado conjunto duplicado de realidades, a saber, (i) dois atos enunciativos, isto é, duas *situações comunicativas* distintas,[6] *Enunciação1* e *Enunciação2*, (ii) os respetivos enunciadores (tipicamente diferentes), *Enunciador1* e *Enunciador2*,[7] e (iii) os conteúdos por eles enunciados (*Enunciado1* e *Enunciado2*).

Em segundo lugar, e ainda do ponto de vista enunciativo, caracteriza esta estrutura em duplicado o facto de a situação comunicativa 2 (Enunciador2, Enunciação2 e Enunciado2) ser parte integrante dos conteúdos enunciados pelo Enunciador1 ("discurso dentro do discurso"). A imagem do jogo das *caixas chinesas* ou *das bonecas russas* serve frequentemente para ilustrar a dinâmica do fenómeno (cf., por exemplo, Bosque / Demonte 1999: 3555).

---

[5] O termo "representação" apresenta, a nosso ver, vantagens quando se trata de estudar o *discurso citado* no universo do texto literário, nomeadamente quando um dos enunciadores envolvidos é o narrador. O termo "reprodução" tem, no entanto, um sentido mais preciso, que aqui será útil.

[6] Recuperamos para este conceito genérico ("situação de comunicação") a definição de *situación de enunciación* dada em Bosque / Demonte (1999: 3555, nota de rodapé n.º 9): «el acto en el que un hablante se dirige a uno o varios destinatários y emite un enunciado en un momento y lugar determinados.».

[7] Landeweerd / Vet (1996: 141) distinguem *external speaker* ("*reporter*") e *internal speaker* ("*quoted person*").

A este nível, importa retomar a distinção feita em Bosque / Demonte (1999: 3556) entre *discurso referido* e *discurso reproduzido*: o primeiro limita-se a *descrever uma ação realizada verbalmente*, ao passo que o segundo tem por função *reproduzir a situação de enunciação*. Os dois processos estão presentes no *discurso citado*. Talvez fosse interessante considerar aqui a necessidade da introdução de um terceiro conceito, a "*representação*", que nos permitiria distinguir, (i) por um lado, e globalmente, todo o processo de *representação* da "cena enunciativa", e, (ii) por outro, parcelarmente, (iiA) quer a simples *referência* à respetiva ação enunciativa, centrada num verbo *dicendi*, (iiB) quer especificamente a *reprodução* do objeto discursivo dela resultante.

Para efeitos de análise, utilizaremos aqui os conceitos de *referência* (*discurso referido*) e *reprodução* (*discurso reproduzido*), entendidos nos sentidos que acabámos de enunciar, e organizados concretamente da seguinte forma: por um lado, e normalmente em primeiro lugar na ordem linear discursiva (textual ou frásica), a simples *referência* à ação enunciativa e ao seu sujeito, através de um verbo *dicendi* (*Ele disse…*), com possibilidade de referência complementar a outras coordenadas da situação comunicativa (como em: *Ele disse-lhe…*); por outro lado, e tipicamente em sequência imediata, a *reprodução* dos conteúdos nela/por ele verbalizados (ex.: [*Ele disse:*] «Tomei conhecimento do sucedido e entendo-te perfeitamente. Continuarei a apoiar-te!»*!/* [*Ele disse que*] *tinha tomado conhecimento do sucedido, que a entendia perfeitamente e que continuaria a apoiá-la*.). A referência ao ato discursivo, na forma de um verbo *dicendi*, tem, muitas vezes, uma função *introdutora*, funcionando, assim, tipicamente como estrutura de apresentação de discurso.

Neste estudo, consideraremos apenas as situações que implicam a reprodução do discurso *dito*. Não teremos, assim, em conta as situações, muito variadas, que envolvem a reprodução de outro

tipo de conteúdos, nomeadamente a verbalização de pensamentos (*reported thougt*) ou perceções (*reported perception*).[8]

Não consideraremos aqui também a possibilidade de reprodução de segmentos menores do que a frase (expressões, formulações, etc.).

Em Bosque / Demonte (1999: 3555-3557), resumem-se da seguinte forma as três principais condições para o reconhecimento, num dado segmento discursivo, de uma situação de *discurso dentro do discurso*:

1.ª condição: Dada uma situação de enunciação *E*, o objeto de *E* tem de ser outra situação de enunciação *E1*.
2.ª condição: O objeto de discurso de *E* deve incluir o objeto de discurso de *E1*.
3.ª condição: O verbo introdutor de discurso não pode ter um valor *realizativo*.

1.2. Partindo destas propriedades básicas, universais, que caracterizam e definem o discurso citado, são diversos os mecanismos disponibilizados e utilizados nas diferentes línguas para a construção deste tipo de estruturas, nomeadamente ao nível da conexão sintática entre os dois discursos e da (re)construção das referências deíticas no discurso reproduzido.

[8] Cf. Janssen / Wurff (1996: 4) e Comrie (1986: 267).

Distinguem-se, a este respeito, habitualmente três variedades (*tipos / estilos / mecanismos*) de discurso citado: o discurso direto (DD),[9] o discurso indireto (DI) e o discurso indireto livre (DIL).[10,11]

Estão em causa segmentos discursivos como os que se seguem:

> *Ele disse: «Tomei conhecimento do sucedido e entendo-te perfeitamente. Continuarei a apoiar-te!»*
>
> *Ele disse que tinha tomado conhecimento do sucedido, que a entendia perfeitamente e que continuaria a apoiá-la.*
>
> *[Ele disse:] Tinha tomado conhecimento do sucedido, entendia-a perfeitamente e continuaria a apoiá-la!*

Para efeitos de análise, consideraremos aqui apenas a oposição básica entre discurso direto (DD) e discurso indireto (DI).

---

[9] Parece haver, por vezes, alguma confusão entre o *discurso direto* (que corresponde a um subtipo de discurso citado: "discurso citado em estilo direto") e o "discurso em direto" ("words in action"), que já não faz parte do domínio do discurso citado.

[10] Não é consensual o enquadramento do discurso indireto livre (DIL) no conjunto dos procedimentos de citação. Alguns autores consideram-no um *estilo híbrido*, combinando características de DD e de DI, nomeadamente ao nível da estrutura sintática (DD) e da (re)construção das referências deíticas (DI): «free indirect style is a sort of intermediary form between direct and indirect speech, because it on the one hand deals with the means of expression and non-subordination of direct speech, while on the other hand tenses and pronouns are shifted, just like in indirect speech» (Vetters, 1994: 179). Para outros autores, no entanto, o DIL deve ser considerado um estilo com características próprias (o 3.º estilo, tal como o apresentamos aqui), quer a nível sintático (ao contrário do DD, o segmento de discurso reproduzido não pode funcionar como complemento direto do verbo introdutor: cf. Vetters, 1994: 180: «free indirect style cannot be the direct object of a reporting verb»), quer a nível das referências deíticas (parece estar-lhe vedada a opção de reconstrução das referências deíticas a partir do subsistema temporal verbal absoluto, ao contrário do que acontece em DI), quer a nível geral dos mecanismos para a sua identificação e delimitação textuais (ao contrário do DD e do DI, no discurso citado em estilo indireto livre é típica a ausência de estrutura introdutora). Outros ainda veem-no simplesmente, e de forma redutora, como resultado de uma transformação do DI (e neste caso ficam por explicar as "marcas da oralidade" que lhe são características) (cf. também Vetters, 1994).

[11] Para além destes três mecanismos, têm sido identificados e descritos muitos outros. Vejam-se, por exemplo, a este propósito, os trabalhos de Reyes (1994) e de Maldonado (1991).

Distinguem-se estes dois formatos de citação essencialmente nos seguintes três aspetos, intimamente relacionados:

> (i) forma, localização e *estatuto* do *discurso referido* (que, simplificadamente, passaremos também a referir através da sua estrutura nuclear – o verbo *dicendi*) e formato de conexão sintática com o *discurso reproduzido*;
>
> (ii) subsistema(s) de referenciação deítica, nomeadamente temporal verbal, ativado(s) na (re)construção dos conteúdos do *discurso reproduzido*;
>
> (iii) grau de "fidelidade" do *discurso reproduzido* relativamente ao "discurso original".

1.2.1 *Justaposição* vs. hipotaxe

Relativamente ao primeiro aspeto, distinguem-se habitualmente três ordens de opções: (1.º) referência explícita e próxima (através de um verbo *dicendi*) ou implícita (apoiada em informações contextuais mais ou menos dispersas) à ação discursiva do Enunciador2; (2.º) localização do verbo *dicendi* relativamente ao segmento reproduzido, ora em posição anterior (funcionando como introdutor de discurso), ora em posição média, ora ainda em posição final; e (3.º) relação de *justaposição* ou de subordinação (hipotaxe) entre os dois discursos alinhados.

No **DI**, o verbo *dicendi*, que assume a função de verbo introdutor, está sempre presente no discurso e aparece explicitado num segmento imediatamente anterior ao texto reproduzido. Entre os dois segmentos textuais (o *referido* e o *reproduzido*) estabelece-se uma relação de subordinação, através da conjunção QUE: o discurso *reproduzido* fica, assim, sintaticamente dependente do discurso *referido*, assumindo (com exclusividade) a função de CD da estrutura superior.

Ele disse que tinha tomado conhecimento do sucedido, que a entendia perfeitamente e que continuaria a apoiá-la.

O segmento *que tinha tomado conhecimento do sucedido, que a entendia perfeitamente e que continuaria a apoiá-la* representa na frase o complemento direto de *dizer*, como se comprova pelo teste da pronominalização: *Ele disse-o / Ele disse isso.* Neste contexto, o espaço de complemento direto não admite outro preenchimento, como seria o caso (anómalo) em:

(i) **Ele disse a verdade que tinha tomado conhecimento do sucedido, que a entendia perfeitamente e que continuaria a apoiá-la.*

No **DD**, o discurso *referido* está também normalmente presente no texto e ocorre também habitualmente em posição anterior ao discurso *reproduzido*, assumindo, deste modo, a função de estrutura introdutora de discurso. A relação entre os dois segmentos não se faz, no entanto, através de nenhum conector, mas simplesmente através de sinais de pontuação ou sinais auxiliares de escrita (as sequências "dois pontos, parágrafo, travessão" ou "dois pontos, abre aspas" são, a este propósito, instruções conhecidas).

(i) Ele disse: «Tomei conhecimento do sucedido e entendo-te perfeitamente. Continuarei a apoiar-te!»

(i) Ele disse:

- Tomei conhecimento do sucedido e entendo-te perfeitamente. Continuarei a apoiar-te!

Aparentemente mais simples, este procedimento tem-se prestado a diferentes propostas de descrição sintática, relacionadas com o nível hierárquico de integração do segmento discursivo reproduzido (cf. Bosque / Demonte, 1999: 3565-3571). Assim, alguns autores

referem-se a esta relação como uma simples relação de *adjacência discursiva* ou *justaposição*.[12] Outros, pelo contrário, consideram o discurso reproduzido parte integrante do discurso anterior, ora relacionando-o diretamente com o núcleo do segmento anterior (o verbo introdutor), atribuindo-lhe o estatuto de complemento direto, ora classificando-o como aposto do complemento direto do verbo introdutor, como seria o caso em:

> *(i) Ele disse a verdade: «Tomei conhecimento do sucedido e entendo-te perfeitamente. Continuarei a apoiar-te!».*[13]

O verbo *dicendi* pode, no entanto, neste tipo de DC, não ocupar a posição inicial da sequência. Outras posições são possíveis, nomeadamente a posição média (intercalada no segmento de discurso reproduzido) e a posição final. Pode ainda verificar-se a ausência total de um verbo *dicendi*, ficando a identificação quer do fenómeno quer especificamente da ação discursiva reservada para as marcas e informações contextuais. Estas variações são, aliás, habituais, nomeadamente quando se reproduzem sequências dialogais.

1.2.2 *Leitura de dicto vs. leitura de re*

Relativamente ao segundo critério – (re)construção das referências deíticas –, a diferença centra-se fundamentalmente na localização do *centro deítico* (*deictic centre*)[14]: «[…] direct speech can be distinguished from indirect speech in that in the former the deixis of the original speaker is retained, whereas in the latter at least some of

---

[12] «La sintaxis de DD queda […] definida por la yuxtaposición de la expresión introductora y de la cita directa, yuxtaposición que se entiende como un procedimiento de adyacencia discursiva entre la expresión introductora y la cita directa.» (Bosque / Demonte, 1999: 3571).

[13] Para um resumo e enquadramento das diferentes teorias ver Bosque / Demonte (1999: 3565-3571).

[14] Comrie (1986).

the deictics are shifted to the reporter's perspective.» (Comrie, 1986: 266). Assim, ao passo que no DD as expressões com referência deítica mantêm a sua forma original, no DI essas mesmas expressões sofrem *tipicamente* um processo de *transposição*.[15]

1.2.2.1 Tempos absolutos e tempos relativos

Focando especificamente a (re)construção das referências temporais verbais, observamos que o *discurso reproduzido* em DD apresenta um sistema autónomo, que "parte do 0 (zero)", e que, pelo contrário, o *discurso reproduzido* em DI referencia temporalmente os seus conteúdos a partir de marcos temporais internos ao texto em que se insere, dando-lhes continuidade. Dito de outro modo, e assumindo a perspetiva do citador (*external speaker*) – na sua relação com os conteúdos enunciados pelo enunciador citado (*internal speaker*) –, podemos optar ora por uma construção/leitura *de dicto* (*opaca*), sem interferência do citador (é o caso no DD), ora por uma construção/leitura de *re* (*transparente*), com ativação (também) do ponto de vista deste enunciador (DI).

Em português, tal como em muitas outras línguas, é comum identificarmos esta oposição com a subdivisão do sistema verbal em dois subsistemas de tempos: o subsistema temporal verbal absoluto (usado no DD) e o subsistema temporal verbal relativo (usado no DI). Assim, em português, tal como em muitas outras línguas[16], o sistema de tempos disponível para o DI é diferente do sistema de tempos disponível para o DD. O paralelismo entre os dois é quase "perfeito" e assenta na duplicação das informações nucleares de

[15] Para uma revisão crítica e sistematizada desta questão pode ver-se, entre outros, Duarte (2003).

[16] Esta oposição não é universal. Outros esquemas são possíveis. De acordo com Brecht (1974), em russo, por exemplo, «the verb in the embedded sentence is put into the same tense that would occur in the corresponding Direct Speech report.» (Brecht, 1974: 495).

"anterioridade" "simultaneidade e "posterioridade",[17] a partir de variação do ponto de referência.

Esse paralelismo pode ver-se, simplificadamente, na tabela que se segue:

Tabela da correspondência de tempos[18]

	Subsistema_DD	**Subsistema_DI(L)**
"simultaneidade"	PR (Presente)	IMP (Pret Imp)
"anterioridade"	PRET (Pret Perf)	MQP (Pret MQPerf)
"posterioridade"	FUT (Futuro)	CONDI (Condicional)

Retomamos os exemplos:

> Discurso original: ***Tomei*** *conhecimento do sucedido e* ***entendo****-te perfeitamente.* ***Continuarei*** *a apoiar-te!*
>
> DD: *Ele disse:* ***Tomei*** *conhecimento do sucedido e* ***entendo****-te perfeitamente.* ***Continuarei*** *a apoiar-te!*
>
> DI: *Ele disse que* ***tinha tomado*** *conhecimento do sucedido, que a* ***entendia*** *perfeitamente e que* ***continuaria*** *a apoiá-la.*

---

[17] A classificação e organização dos *tempos* no sistema verbal do português assenta basicamente na expressão do sentido de orientação do evento descrito no verbo: «Portuguese has different tenses marked morphologically in the verbal inflection, depending on anteriority, simultaneity or posteriority of the eventuality under consideration.» (Oliveira / Lopes, 1995: 95). Para uma visão global da *expressão do tempo em português*, ver Peres (1993).

[18] Consideramos aqui apenas as relações temporais de "primeiro nível", isto é, as relações cujo sentido de orientação se ancora diretamente no ponto de referência constituído pelo momento da fala do Enunciador responsável pela enunciação. Consideramos também apenas os usos típicos dos tempos verbais em causa. O paralelismo entre PR e IMP, por exemplo, fica evidenciado em múltiplas sequências dialogais em que a alternância de *turno* é acompanhada por uma mudança de estilo de citação. Veja-se, por exemplo, a seguinte passagem da obra *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós: - *Então donde* ***vem****? Donde* ***vem****?* ***Vinha*** *do Price. Rira muito com os palhaços. […]* (p. 48: linhas 17-19, edição «Livros do Brasil» Lisboa). Para outros exemplos da mesma obra e descrição exaustiva deste paralelismo pode ver-se Loureiro (1997).

1.2.3 Fidelidade ao texto original

A questão da "fidelidade" do segmento discursivo reproduzido ao seu "original" apresenta conexões inegáveis com as questões de ordem sintática e semântico-referencial enunciadas. E é neste sentido, mais formal, que aqui a entendemos. É, assim, comum atribuirmos a mecanismos em que o discurso *reproduzido* goza de maior autonomia sintática e semântico-referencial (nomeadamente, deítica) um maior grau de fidelidade. Pelo contrário, em estruturas de reprodução sintática e semântico-referencial dependentes do texto citador, é condição mínima e suficiente para o reconhecimento do processo que se respeitem os conteúdos (cf. "exact words" vs. "information").[19]

2. Tempos e relações de tempo(s) no DC. Para uma caraterização temporal (temporal verbal) do fenómeno: "pontos" e relações.[20]

Retomemos a questão específica da (re)construção das relações de tempo no discurso reproduzido. Esta é, porventura, uma das questões mais complexas e mais intrigantes no conjunto dos mecanismos disponíveis para a construção do DC. Assumem particular importância e interesse, a este respeito, as relações temporais (temporais verbais) que a situação descrita no segmento de discurso reproduzido estabelece (ou *pode estabelecer*) com os dois pontos da

[19] «in direct speech the reporter is committed to repeating the exact words of the original speaker (or an accurate translation thereof into another language), whereas in indirect speech all that need be communicated is the information contained in the original speaker's utterance.» (Comrie, 1986: 266).

[20] A proposta pioneira de Reichenbach (1947) é referência obrigatória na abordagem do modo como as línguas constroem e formalizam os esquemas de localização temporal. Para uma aplicação prática dos seus conceitos operatórios ao sistema verbal do português, começar por ver, por exemplo, Mateus et alii (2003: 130-132).

fala envolvidos na construção deste tipo de discurso (o ponto da fala do enunciador citador e o ponto da fala do enunciador citado).

Nos parágrafos que se seguem, propomo-nos contribuir especificamente para o estudo da expressão destas relações no subtipo de DC a que chamamos *discurso indireto* (DI), respondendo especificamente às seguintes questões:

> 1.º expressão temporal verbal da relação entre a situação descrita no segmento de discurso *reproduzido* e o ponto da fala do discurso citado (*internal speaker*);
>
> 2.º (im)possibilidade de expressão da relação desta mesma situação com o ponto da fala do discurso citador (*external speaker*);
>
> 3.º forma da expressão temporal verbal desta última relação, quando possível.

Nesse sentido, começaremos por fixar globalmente algumas das *condições* temporais (verbais) para a construção do discurso citado.

Identificaremos, de seguida, especificamente, os principais esquemas temporais possíveis (relações temporais e tempos verbais) no discurso citado em DI. Abordaremos apenas as situações que envolvem combinações entre, de um lado, o verbo *dicendi dizer* no Pretérito Perfeito e, do outro, um discurso reproduzido com o verbo num dos tempos do modo indicativo que expressam as relações básicas de "anterioridade", "simultaneidade" e "posterioridade" (cf. *supra Tabela de correspondência de tempos*).

2.1. Condições temporais (enunciativo-temporais) para a ocorrência do "discurso dentro do discurso"

Retomemos as duas propriedades enunciativas básicas inerentes a uma qualquer situação de discurso citado:

1.º Dada uma situação de "discurso dentro de discurso", é sempre possível identificar (i) dois atos enunciativos, isto é, duas situações comunicativas distintas (*Enunciação1* e *Enunciação2*), (ii) (tipicamente) dois enunciadores diferentes (*Enunciador1* e *Enunciador2*) e (iii) dois conteúdos enunciados distintos (*Enunciado1* e *Enunciado2*);

2.º Dadas as características particulares deste tipo de estrutura ("discurso dentro do discurso"), os dois atos enunciativos encontram-se ligados pelo *objeto da enunciação 1* e pelo *ato da enunciação 2*, isto é, o *ato da enunciação 2* é o *objeto de referência da enunciação 1*.

Partindo destas propriedades, enunciaremos as sete principais condições temporais para a ocorrência de uma sequência em DC.

Condição temporal 1

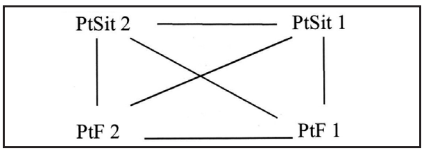
No conjunto de realidades enunciado, devemos poder identificar teoricamente 4 tempos ou *pontos*, correspondendo aos quatro "acontecimentos" envolvidos: em primeiro lugar, os **dois tempos dos dois atos enunciativos** envolvidos – o tempo ("momento") do ato enunciativo citador (chamar-lhe-emos *ponto da fala 1* – PtF1) e o tempo ("momento") do ato enunciativo citado (chamar-lhe-emos *ponto da fala 2* – PtF2); em segundo lugar, os (também) **dois tempos das duas situações neles descritas** – o tempo da situação descrita no ato enunciativo citador (*ponto da situação 1* - PtSit1) e o tempo da situação descrita no ato enunciativo citado (*ponto da situação 2* - PtSit2).

Esquema 1

Condição temporal 2

As duas situações estão relacionadas temporalmente, pelo que, teoricamente, devemos poder estabelecer relações temporais entre todos estes pontos. Assim, para além das relações primárias entre cada uma das *situações* descritas e os respetivos pontos de referência (que aqui, para efeitos de análise, coincidem com os pontos da fala) - respetivamente, de um lado, PtSit1 e PtF1 e, do outro, PTSit2 e PtF2 -, é possível relacionar diretamente também os dois PtF (PtF1 e PtF2) e os dois PtSit (PtSit1 e PtSit2). Devemos poder estabelecer ainda, pelo menos teoricamente, relações temporais ("cruzadas") entre, por um lado, PtF2 e PtSit1 e, por outro, PtF1 e PtSit2.

Esquema 2



No seu conjunto, ficam teoricamente contempladas seis relações temporais:

(1) PtF1 e PtSit1
(2) PtF2 e PtSit2
(3) PtF1 e PtF2
(4) PtSit1 e PtSit2
(5) PtF2 e PtSit1
(6) PtF1 e PtSit2

Condição temporal 3

Dadas as características particulares deste tipo de estrutura (trata-se de um "discurso dentro do discurso"), o *tempo do dito1* é o *tempo do dizer2*, isto é, o objeto da enunciação1 (PtSit1) e o ato da enunciação 2 (PtF2) são uma e a mesma realidade. É neste ponto

que os dois discursos se ligam. Devemos, assim, reformular a alínea (5) da lista de relações de tempo enunciada na Condição anterior: **PtF2 = PtSit1.**

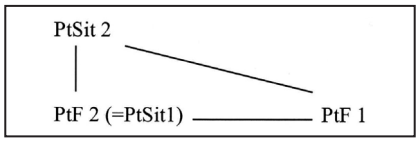
Em consequência, há coincidência entre as relações (1) e (3) e as relações (2) e (4):

(1) = (3): [PtF1 e PtSit1] = [PtF1 e PtF2]
(2) = (4): [PtF2 e PtSit2] = [PtSit1 e PtSit2]

O sistema de "quatro pontos" e "seis relações" é, na realidade, um sistema de 3 pontos e três ordens de relações,[21] assim representados:

(1) PtF1 e PtF2
(2) PtF2 e PtSit2
(3) PtF1 e PtSit2

Esquema 3



Considerando agora estas três relações, podemos enunciar um segundo grupo de condições para a ocorrência de uma situação de DC.

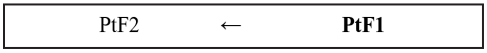
Condição temporal 4 (PtF1 ↔ PtF2)

Dada uma situação de DC, será sempre expressa uma relação de tempo entre o **ato enunciativo citador** (PtF1) e o **ato enunciativo citado** (PtF2). Esta relação é tipicamente uma relação de "anterio-

[21] A estes três pontos correspondem tipicamente apenas duas verbalizações, correspondentes a dois segmentos textuais, a saber, a estrutura frásica que representa o momento da enunciação 2 e a estrutura frásica que representa a situação 2.

ridade" (*ant*), orientada a partir do ato enunciativo citador: **PtF2 ant PtF1** (PtF2 é anterior a PtF1). Outras orientações são possíveis (nomeadamente, e considerando apenas as básicas, a "simultaneidade" e a "posterioridade"), mas tomaremos aqui como referência este cenário, típico, de reprodução de um ato discursivo anterior (*Ele disse...*).

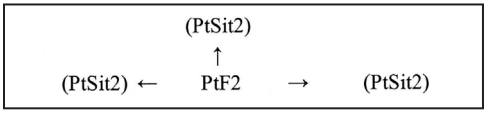
Esquema 4



Condição temporal 5 (PtF2 ↔ PtSit2).

Dada uma situação de DC, será sempre expressa uma relação de tempo entre a **situação descrita no texto citado** (PtSit2) e o **ato enunciativo citado** (PtF2). Esta relação é variável e é orientada a partir do ato enunciativo: o PtSit2 pode ser "anterior", "simultâneo" ou "posterior" a PtF2 (**PtSit2 ant/simul/post PtF2**). Esta relação é, assim, independente do subsistema temporal verbal que a formaliza (absoluto ou relativo).

Esquema 5



Podemos traduzir esta condição numa regra, provisoriamente designada e formulada da seguinte forma:

Regra da "estabilidade" do ponto de referência. A relação temporal (orientação "anterior", "posterior" ou "simultânea") expressa pelo tempo verbal de PtSit2 será sempre verdadeira para o ponto da fala do discurso original (PtF2). Assim, se o TV de PtSit2 expressa,

por exemplo, um sentido de "anterioridade", isso significará sempre que o evento é, pelo menos, anterior a PtF2.

Condição temporal 6 (PtSit2 ↔ PtF1).

Dada uma situação de DC, nem sempre é possível expressar a relação de tempo entre a **situação descrita no texto citado** (PtSit2) e o **ato enunciativo citador** (PtF1).

Condição temporal 7 (PtSit2 ↔ PtF2+PtF1).

Dada uma situação de DC, não é possível configurar o PtSit2 unicamente a partir do PtF1.[22] A propósito, cremos ser possível estender ao português e aos outros formatos de DC a seguinte observação de Comrie (1986: 286) para o inglês e para o discurso indireto, a propósito de exemplos como *Yesterday, Henrietta said, 'I will be absent tomorrow' // Yesterday, Henrietta said that she would be absent today // *Yesterday Henrietta said that she is absent today*: «absolute deixis is inadequate as an account of tense in indirect speech in English».

3. Esquemas de tempo(s) no DI

Partindo destas condições temporais básicas para a construção do "discurso dentro do discurso", em particular das variações previstas

[22] Esta limitação não é extensível a outros mecanismos temporais, nomeadamente adverbiais, como pode ver-se, por exemplo, numa frase como *Ele disse que estaria cá hoje*. Ao contrário do que acontece com a expressão temporal verbal (Condicional: *estaria*) da localização do evento descrito no discurso reproduzido, que deverá sempre respeitar e manter a orientação (aqui "posterior") original («*Estarei* aí amanhã»), a expressão temporal adverbial admite orientações apenas verdadeiras para o PtF1 (a relação de tempo expressa pelo advérbio *hoje* tem como ponto de referência o tempo da fala do citador). Cf. Comrie (1986: 274-275): «absolute deictic expressions (other than tense) in reported speech retain their nature as absolute deictic expressions, with the here-and-now as their deictic center, this here-and-now being of course the here-and-now of the report.».

nos textos das Condições 6 e 7, propomo-nos agora identificar os esquemas possíveis no subtipo de DC classificado como *discurso indireto*.

O DI distingue-se do DD, antes de mais, ao nível das possibilidades de expressão temporal verbal (TV) do tempo do evento descrito no discurso reproduzido. Assim, e de acordo com a regra de sequência de tempos enunciada em Comrie (1986), o discurso citado em DI apresenta, ao contrário do que acontece em DD (que mantém obrigatoriamente os tempos do discurso original), duas possibilidades de configuração temporal verbal de PtSit2, para um PtF2 com verbo *dicendi* no passado (Pretérito Perfeito): (i) ora a transposição para o passado, com recurso ao subsistema temporal verbal relativo; (ii) ora a manutenção do sistema de tempos do discurso original (com base no subsistema temporal verbal absoluto).

Retomemos um exemplo:

Eu vivo em Baião.

e as respetivas representações possíveis em DI:

Ele disse que vivia em Baião.

Ele disse que vive em Baião.

De acordo com o enunciado na *Condição 5* (cf. *supra* 2.1), qualquer uma destas opções de reprodução do discurso original em DI tem de ser capaz de dar conta da relação entre o ponto do evento descrito (PtSit2) e o ponto que corresponde ao momento da sua enunciação original (PtF2). Para o exemplo em apreço, o estado 'viver em Baião', em qualquer uma das suas (re)formulações indiretas, será sempre interpretado como ocorrendo num tempo que é simultâneo ao PtF2.

Esta alternância (*Ele disse que vivia em Baião. / Ele disse que vive em Baião*), disponível em português e em muitas outras línguas, depende (i) da relação temporal entre o PtSit2 e o momento da fala do discurso citador (PtF1) e (ii) da possibilidade[23] de essa mesma relação ficar explícita no discurso.

Assim, e ainda de acordo com a regra de Comrie (1986) que aqui tomamos como referência (ver *supra*), se a relação de tempo que PtSit2 estabelece com PtF2 é também verdadeira para PtF1 (e é neste sentido que interpretamos o conceito de "*continuing applicalibility*"), o Enunciador 1 tem a possibilidade, no DI, de manter no discurso reproduzido o tempo do enunciado original. Em alternativa, pode optar pela sua transposição. Isto é, retomando o exemplo, se o evento descrito no discurso original, 'viver em Baião', é também simultâneo ao momento da fala do *external speaker* (*Ele vive em Baião*), há a possibilidade de, na situação de discurso citado em DI, manter o tempo verbal original (PR), que passa a assumir uma dupla relação de simultaneidade (em relação a [PtF2 + PtF1]). A alternativa, sempre disponível, de transposição temporal verbal (IMP) na expressão desse evento não anula esta possibilidade de interpretação, mas não a explicita (com a frase *Ele disse que vivia em Baião*, não fica, assim, assegurada essa dupla interpretação).

Pelo contrário, se a relação de localização (simultânea, anterior ou posterior) enunciada para PtSit2 no tempo verbal do discurso original é apenas verdadeira para PtF2, a transposição temporal verbal é obrigatória (*Ele disse que vivia em Baião.*).

Em termos práticos, e cruzando esquemas temporais e respetivas configurações temporais verbais, resultam daqui três possibilidades teóricas para a (re)construção dos esquemas de tempo(s) no DI:

---

[23] Deveremos acrescentar neste ponto questões relacionadas com a própria "vontade" (ou "necessidade") do *external speaker*, no sentido de tornar ou não explícita esta relação.

a) ora o PtSit2 mantém a expressão temporal verbal original (*absoluta* – o PR, no exemplo) e a orientação temporal (aqui, localização simultânea) é, em consequência, válida simultaneamente para PtF1 e PtF2.

Discurso original: «Eu vivo em Baião».

DI: Ele disse que vive em Baião.

Ele vive em Baião.

b) ora o PtSit2 reconstroi o esquema de relações temporais com base num ponto de referência no passado relativamente a PtF1 (*disse*), expressando as mesmas relações através do tempo verbal correspondente do subsistema temporal verbal relativo (IMP, no exemplo) e a orientação temporal (localização simultânea, no exemplo) é válida apenas para PtF2.

Discurso original: «Eu vivo em Baião».

DI: Ele disse que vivia em Baião.

c) ora ainda o PtSit2 reconstroi o esquema de relações temporais com base num ponto de referência no passado (*disse*), expressando as mesmas relações a partir do tempo verbal correspondente do subsistema temporal verbal relativo (IMP) e a orientação temporal (localização simultânea, no caso) é válida simultaneamente para PtF1 e PtF2.

Discurso original: «Eu vivo em Baião».

DI: Ele disse que vivia em Baião.

Ele vive em Baião.

Partindo destes dados, e procurando responder à questão inicialmente colocada neste texto relativamente à escolha do tempo verbal no discurso reproduzido em DI - *Ele disse* que… [**TV?**]…. –, passamos a exemplificar os principais esquemas temporais (temporais verbais) possíveis neste tipo de discurso, para as três relações

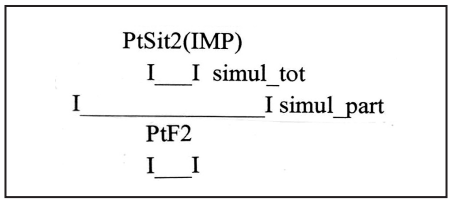
básicas de "anterioridade", "simultaneidade" e "posterioridade" (numa situação típica de PtF2 no PRET) relativamente aos dois pontos da fala envolvidos (citador e citado). Contemplaremos apenas as formas de expressão simplificadas na *Tabela de correspondência de tempos* (ver *supra*).

3.1 PtF2 (PRET) e PtSit2 (IMP)

Este esquema sequencial de TV no DI configura tipicamente uma relação de simultaneidade entre a situação representada pelo discurso citado e o respetivo ato enunciativo - **PtSit2 (IMP) *simul* PtF2 (PRET)**.

Dependendo da estrutura temporal da situação descrita (*Aktionsart* e duração), a relação entre os dois pontos pode ser ora de simultaneidade total, coincidindo nos pontos inicial e final do processo **PtSit2 (IMP) *simul_tot* PtF2 (PRET)**, ora de simultaneidade parcial, apresentando-se neste caso sem limites precisos **PtSit2 (IMP) *simul_part* PtF2 (PRET)**.

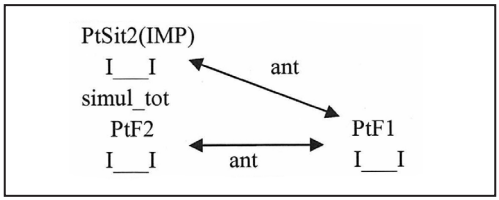
Esquema 6



3.1.1 Relação com PtF1

No primeiro caso (simultaneidade total com PtF2), o PtSit2 assume relativamente a PtF1 a mesma relação que se estabelece entre PtF1 e PtF2: **PtSit2 (IMP) *ant* PtF1 ("PR")**

Esquema 7



Exemplo:

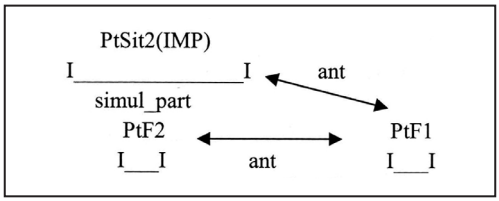
Discurso original: Juro dizer a verdade.

Ele jurou dizer a verdade.

DI: Ele disse que jurava dizer a verdade.

Relativamente ao segundo cenário (simultaneidade parcial com PtF2), não ficando delimitadas as fronteiras do PtSit2, há duas leituras possíveis: ora a situação tem o seu fim num tempo anterior a PtF1 (mas posterior a PtF2), ora assume uma duração que inclui (também) PtF1. No primeiro caso, temos novamente uma relação de anterioridade **PtSit2 (IMP)** ***ant*** **PtF1**.

Esquema 8



Exemplo:

Discurso original: Eu vivo em Baião.

Ele viveu em Baião.

DI: Ele disse que vivia em Baião.

Em qualquer uma destas duas situações desenhadas, e de acordo com o que vimos (cf. *Condição 7*), ficará vedada a possibilidade de

o PtSit2 expressar a relação de localização em relação a PtF1, uma vez que esta diverge da orientação relativamente a PtF2 (é "anterior" e não "simultânea").

Retomamos um dos exemplos:

Discurso original: Juro dizer a verdade. ("simultaneidade total")

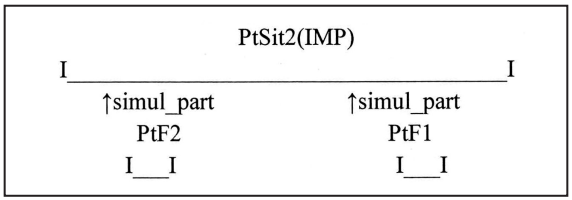
Ele jurou dizer a verdade. ("anterioridade" a PtF1)

DI: Ele disse que jurava dizer a verdade.

*DI: *Ele disse que jurou dizer a verdade.*

No terceiro caso previsto (a situação descrita tem uma duração que inclui, também, o intervalo em que decorre o PtF1), configura-se uma relação de simultaneidade parcial também com o PtF1 (**PtSit2 (IMP) *simul_part* [PtF2 + PtF1])**.

Esquema 9



***Continuing applicability*: PtF2 (PRET) e PtSit2 (IMP / PR)**

Neste último cenário, a relação de simultaneidade funciona quer para PtF2 quer para PtF1, pelo que, de acordo com o que vimos, o PtSit2 pode apresentar-se sob a forma de Presente do Indicativo (PR):

PtSit2 *simul_part* [PtF2 (PRET) + PtF1] »» PtSit2 (IMP ou PR)

«*Eu vivo em Baião.*»

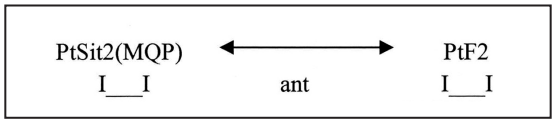
Ele vive em Baião.

DI: Ele disse que vive / vivia em Baião.

3.2 PtF2 (PRET) e PtSit2 (MQP)

O MQP configura uma relação de anterioridade de PtSit2 relativamente ao seu PtRef, que coincide com o PtF2: **PtSit2 (MQP) *ant* PtF2 (PRET)**.

Esquema 10



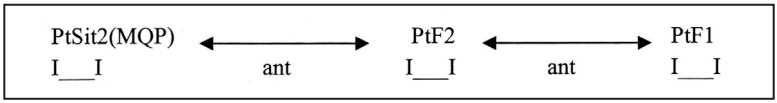
«*Eu vivi em Baião.*»

Ele viveu em Baião.

DI: Ele disse que tinha vivido em Baião.

Neste sentido, a relação com o PtF1 será também de anterioridade (**PtSit2 (MQP) *ant* PtF1).**

Esquema 11



3.2.1 Continuing applicability: PtF2 (PRET) e PtSit2 (MQP / PRET)

Neste caso, e uma vez que a relação de anterioridade é sempre extensível a PtF1 ("*continuing applicability*"), o PtSit2 pode apresentar-se sob a forma de Pretérito Perfeito do Indicativo (PRET):

PtSit2 *ant* [PtF2 (PRET) + PtF1] »» PtSit2 (MQP ou PRET)

«*Eu vivi em Baião.*»

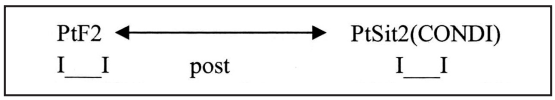
Ele viveu em Baião.

DI: Ele disse que viveu / tinha vivido em Baião.

3.3 PtF2 (PRET) e PtSit2 (CONDI)

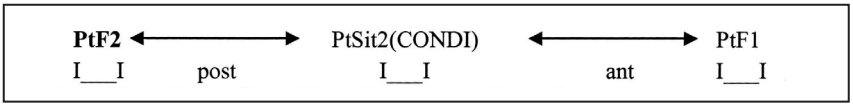
Numa das suas configurações temporais típicas,[24] que aqui consideraremos, o CONDI (também chamado, nesse sentido, "futuro do passado") representa os eventos enunciados num tempo posterior ao PtF2: **PtSit2 (CONDI) *post* PtF2 (PRET)**.

Esquema 12



Neste esquema, o tempo da situação descrita em PtSit2 não se inscreve em nenhum momento específico (duração e distância) a partir do seu PtRef (PtF2), podendo localizar-se ora no tempo que medeia entre PtF2 e PtF1 (como podemos ver no esquema 13), ora num tempo posterior a este último (cf. Esquema 14):

Esquema 13



«*Passarei* férias *em Baião*.»

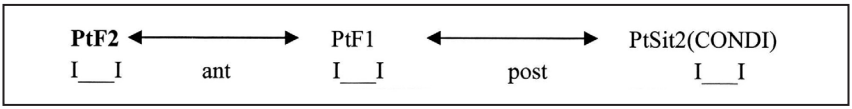
Ele passou férias em Baião.

DI: Ele disse que passaria férias em Baião.

DI: Ele disse que passou* férias em Baião. (cf. *Condição 7*)

[24] Este comportamento semântico-temporal está limitado a contextos em que o ponto de referência seja passado. Esta condição é enunciada em Mateus et alii (2003: 158), da seguinte forma: «Este tempo comporta-se como tal [do título da secção: «O Futuro do Passado/Condicional»] desde que o ponto de perspectiva temporal seja passado.».

Esquema 14



3.3.1 *Continuing applicability:* PtF2 (PRET) e PtSit2 (FUT)

Neste último caso, verifica-se a condição enunciada por Comrie (1986). É, assim, possível o PtSit2 assumir ora uma forma temporal verbal anafórica (*relativa*), ora uma forma temporal verbal deítica (*absoluta*).

PtSit2 *post* [PtF2 (PRET) + PtF1] »» PtSit2 (CONDI ou FUT)

«*Passarei* férias *em Baião*.»

Ele passará férias em Baião.

DI: Ele disse que passaria / passará férias em Baião.

Conclusão

Neste trabalho, propusemo-nos reequacionar globalmente a questão da (re)construção das relações de tempo(s) no discurso citado, especificamente as relações entre a situação descrita no segmento de discurso reproduzido e os dois atos enunciativos envolvidos (citador e citado). Em particular, procurámos observar os esquemas temporais (verbais) disponíveis para o discurso citado em estilo indireto. Tomámos por referência a regra de sequência de tempos enunciada em Comrie (1986: 284-285).

Nesse sentido, começámos por identificar as condições temporais (verbais) para a ocorrência do fenómeno *discurso citado*. Destacamos as seguintes: (i) obrigatoriedade de expressão da relação temporal (de orientação) entre a situação descrita no discurso reproduzido e o ponto da fala do Enunciador original (*Regra da estabilidade do*

ponto de referência); (ii) possibilidade de expressão (simultânea, não exclusiva) da relação temporal (de orientação) entre a situação descrita no discurso reproduzido e o ponto da fala do Enunciador citador.

Observámos que esta última possibilidade está disponível no discurso indireto, mas apenas para os casos em que a relação temporal com o ponto da fala do Enunciador citador é a mesma que a relação temporal relativamente ao ponto da fala do Enunciador original (*continuing applicability*, Comrie, 1986). Nestes casos, o Enunciador citador pode optar por manter na situação descrita no discurso reproduzido o tempo verbal do discurso original.

Bibliografia citada

Bosque, Ignacio / Violeta Demonte (1999), *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Madrid, Espasa Calpe.

Brecht, Richard D. (1974), "Deixis in embedded structures", In *Foundations of Language. International Journal of Language and Philosophy,* vol. 11.

Comrie, Bernard (1986), "Tense in indirect speech", in *Folia Linguistica*, tomo XX.

Duarte, Isabel Margarida (2003), *O Relato de Discurso na Ficção Narrativa: contributos para* a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Grevisse, Maurice (1988), *Le Bon Usage*, Paris-Gembloux, Duculot. [12.ª edição, André Goosse].

Güldemann, Tom / von Roncador, Manfred (eds.) (2002), *Reported Discourse: A Meeting Ground for Different Linguistic Domains*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

Janssen, Theo A.J.M. / Wim van der Wurff (eds.) (1996), *Reported Speech. Forms and Functions of the Verb*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

Landeweerd, Rita / Co Vet (1996), "Tense in (free) indirect discourse in French", in Janssen / Wurff (eds.), *Reported Speech. Forms and Functions of the Verb*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

Loureiro, Ana (1997), *Os «tempos simples do indicativo» nos discursos direto e indireto livre n'* O Primo Basílio *de Eça de Queirós*, Tese de Mestrado, Coimbra (não publicado).

Maldonado, Concepción (1991), *Discurso Directo y Discurso Indirecto*, Madrid, Taurus Universitaria.

Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (2003), *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho [5.ª edição].

Oliveira, Fátima / Lopes, Ana (1995), "Tense and Aspect in Portuguese", in: Thieroff (ed.) (1995), *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

Peres, João Andrade (1993), «Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese», *Cadernos de Semântica*, 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Queirós, Eça de, *O Primo Basílio*, Lisboa, Livros do Brasil.

Reyes, Graciela (1993), *Los procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*, Madrid, Arco Libros.

---------- (1994), *Los procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*, Madrid, Arco Libros.

Thieroff, Rolf (ed.) (1995), *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

Vet, Co / Vetters, Carl (eds.) (1994), *Tense and Aspect in Discourse*, Berlin / New York, Mouton de Gruyter.

Vetters, Carl (1994) "Free indirect speech in French", in: Vet / Vetters (eds.), *Tense and Aspect in Discourse*, Berlin / New York, Mouton de Gruyter.

As Mil Imagens de Uma Palavra

Sara Bahia
Universidade de Lisboa
sarabahias@gmail.com

Resumo: Análise das relações entre as imagens e as palavras e consideração da sua importância na construção do conhecimento e das suas potencialidades criativas.

Palavras chave: imagem; palavra; psicologia; linguística; semiótica.

Abstract: Analysis of the relationships between images and words and of their role in the knowledge production and assessment of their creative potencialities.

Keywords: image; word; psychology; linguistics; semiotics.

Resumo

Em 1921, o publicitário Fred Barnard proferiu uma frase que viria a tornar-se célebre: «uma imagem vale mil palavras» (v.g. Knowles, 2004). Porém, a banalização da imagem e da arte que se seguiu acabou por conduzir à incapacidade de se reparar nas mil palavras de uma imagem ou nas mil imagens de uma palavra. Na base da deturpação do sentido da frase de Barnard parece estar um investimento académico cada vez maior na especialização e concomitantemente

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_7

menor na criatividade, uma dificuldade crescente em visualizar e uma capacidade de abstração cada vez menos desenvolvida nos públicos mais jovens. "Ver" as mil imagens de uma palavra ou as mil palavras de uma imagem implica ser capaz de: (1) aprofundar o conhecimento, isto é, ter consciência da complexidade da sua organização e a complementaridade entre as suas diferentes expressões; (2) saber observar, ver e reparar; (3) ser crítico, ou seja, desafiar o que se sabe, inventar, colocar questões, valorizar diferentes perspetivas; e, ainda, (4) ser prático, ou seja, aplicar o conhecimento.

«As palavras são coisas, e são uma pequena gota de tinta
caindo como orvalho num pensamento,
produzindo aquilo que faz milhares, talvez milhões, pensarem»
(Lord Byron)[1]

Em 1917, no romance-monólogo entre o orador e o filósofo, Raul Brandão explicava que «Nenhum de nós sabe o que existe e o que não existe. Vivemos de palavras. Vamos até à cova com palavras. Submetem-nos, subjugam-nos. Pesam toneladas, têm a espessura de montanhas. São as palavras que nos contêm, são as palavras que nos conduzem». O *Húmus* de Raúl Brandão constitui um *meme* deixado às gerações que se seguiram. Termo cunhado por Dawkins (1976), um *meme* é uma herança cultural, ideia, língua, som, desenho, capacidade, valor estético ou ética e que se traduz por palavras e/ou imagens. Infelizmente assistimos hoje a uma certa incapacidade de incorporar alguns dos *memes* nas memórias individuais e coletivas, pela dificuldade, relutância, ou mesmo impossibilidade, de reparar

[1] Tradução livre do poema encontrado em John Bartlett [1992, *Familiar quotations: A collection of passages, phrases, and proverbs raced to their sources in ancient and modern literature*. (16th ed.). Boston, Little Brown].

nas mil imagens de uma palavra ou nas mil palavras de uma imagem. A frase de Fred Barnard «uma imagem vale mil palavras» parece já não surtir o eco que teve antes da banalização da imagem (e da arte) que se seguiu à sua divulgação. Ao longo do chamado século da imagem, a proliferação da imagem nos contextos mais diversificados[2] acabou por a banalizar e conduzir a uma menor apreciação e a um menor impacto da imagem enquanto veículo rico de informação. Subjacente à desfiguração do sentido da frase de Barnard parece estar um maior investimento na especialização e menor na criatividade; uma dificuldade crescente em visualizar e uma capacidade de abstração cada vez menos desenvolvida nos públicos mais jovens.

Apesar de social e culturalmente valorizada, a especialização centrada num determinado domínio do conhecimento acarreta consequências nefastas em termos da interpretação de imagens e de palavras, e, em última instância, da produção de novos conhecimentos. A leitura de uma imagem exige flexibilidade na medida em que é preciso visualizar diferentes perspetivas e conceitos, mesmo que não pareçam ser relevantes. Por seu turno, a visualização de diferentes perspetivas e conceitos exige flexibilidade cognitiva e criatividade que implicam um conhecimento aprofundado de um determinado domínio do conhecimento (Simonton, 1988). No entanto, como referem Sternberg & Lubart (1991) é necessário saber-se o suficiente sobre um tema, mas não demasiado.[3] Na realidade, se por um lado, o conhecimento aprofundado permite «ancorar» a informação (v.g. Ausubel, 1960), por outro a hiperespecialização provoca a rigidez cognitiva e é limitativa, na medida em que os especialistas sabem

---

[2] Por exemplo, podemos referir as reproduções de obras de pintura em cartões de Natal, em caixas de chocolate ou em perfumes.

[3] Isaac Newton começou a trabalhar as descobertas que viriam a revolucionar o conhecimento (a *lei da gravitação universal*, o *cálculo infinitesimal*, a *natureza da ótica*). No ano da Peste Negra de 1666 as instituições públicas britânicas viram-se obrigadas a fechar as suas portas. Newton já tinha concluído os seus estudos em Cambridge, ou seja, já sabia o suficiente sobre tais assuntos, mas não em demasia.

distinguir demasiado bem o relevante do irrelevante, e a flexibilidade e a criatividade envolvem a associação de diferentes domínios do conhecimento (v.g. Sternberg / Lubart, 1991). Neste sentido, a hiper-especialização não promove a criatividade (Martindale, 1999).

Por outro lado, a banalização da imagem parece ter levado as pessoas a fruírem cada vez menos das múltiplas expressões artísticas com suporte em palavras e/ou imagens. A par desta limitação, a capacidade de abstração fundamental para retirar sentido de palavras e/ou imagens também parece desenvolver-se cada vez mais tardiamente. Se o acesso à abstração ocorria há meio século atrás por volta dos quinze e dezasseis anos (v.g. Piaget e Inhelder, 1958), hoje este acesso parece ocorrer mais tardiamente (v.g. Bryant, 1985; Sutherland, 1992). Algumas investigações têm mesmo verificado que muitos adultos não conseguem utilizar a abstração, tendendo a utilizar uma estrutura concreta em muitas circunstâncias (v.g. Cowan, 1978). No entanto, é a capacidade de abstração que permite a assunção de múltiplas perspetivas e enquadramentos bem como a construção de novos significados (v.g. Piaget, 1977).

2. Das imagens das palavras

A análise de palavras e de imagens parece ser cada vez menos trabalhada e cada vez mais inacessível devido à banalização da imagem, pelas barreiras à criatividade e pela falta de oportunidades de abstração. A sua análise exige a utilização de estratégias (e de capacidade e competências) mnésicas, linguísticas, de visualização e de abstração bem desenvolvidas porque imagens e palavras estão interligadas.

Segundo Paivio (1971), o registo da informação na memória é realizado através de um código dual constituído por palavras e/ou imagens. No entanto, para Kosslyn (1990), dois terços das imagens

com que lidamos mentalmente no nosso dia a dia são visuais. Gruber (1981) refere que formamos imagens de largo espetro abrangentes que funcionam como um esquema capaz de assimilar uma variedade lata de perceções, ações e ideias. Cornelius e Casler (1991) designam este processo de imaginação, especificando que esta possui o poder de formar imagens mentais que não estão realmente acessíveis aos sentidos e que permitem criar novas ideias com base na combinação de ideias anteriormente não relacionadas. Salientando a relevância da imagem na estruturação do conhecimento, Damásio (1999) refere que todo o ser humano vive de imagens e que a produção de imagens do interior para o exterior, conscientes ou não conscientes, nunca para.

A imagem está associada à produção do conhecimento. Shepard (1978) explica que muitas das inovações científicas tiveram como base imagens, porque a sua visualização oferece alternativa à linguagem e aos modos tradicionais de pensamento porque as imagens produzem uma maior vivacidade emocional. Para além disso, a sua riqueza e relação com fontes externas pode sugerir mais interações do que a linguagem e a sua natureza torna-as suscetíveis de serem manipuladas intuitivamente. Shepard (1978) refere, ainda, que a suscetibilidade do sistema visual para a simetria facilita a descoberta de simetrias e de constantes estruturais nos diversos domínios do conhecimento. Segundo Tardiff & Sternberg (1988), a capacidade para formar imagens é uma característica das pessoas criativas que envolve a produção de visualizações internas, a construção de novas estruturas, a utilização de categorias abrangentes e a produção de imagens que podem produzir alterações no conhecimento e avanços ou recuos na compreensão do mundo.

Para Havener & Thorpe (1996), a imagem auxilia a utilização de capacidades sintéticas para integrar a informação num quadro, relaciona conhecimentos, resultando daí uma compreensão única e profunda dos fenómenos que motivam a inovação. Assim a imagem funciona como uma alavanca que desperta as relações inerentes à

rede de conhecimentos e facilita o processo criativo, porque conduz à criação de novos modelos e metáforas (Paivio, 1971). Em suma, o encontro de padrões de conhecimento constitui o tema central da descoberta, da invenção e da exploração de qualquer domínio do conhecimento, quer seja suportado por palavras quer por imagens.

3. Das palavras das imagens

As imagens constituem importantes auxiliares para a tomada de decisões diretas, para a organização sequencial e analítica da informação, para a resolução de problemas concretos e, também, para o raciocínio abstrato. Consequentemente, Palavras e Imagens ou Imagens e Palavras são fundamentais para a representação, interpretação e comunicação do conhecimento e do mundo que, por sua vez, dependem da perceção e da imagética. A perceção consiste na interpretação que damos à informação sensorial. Os diferentes sistemas neuronais processam impulsos específicos em simultâneo com base no conhecimento acumulado, nas experiências anteriores e na estrutura de desenvolvimento alcançada. Neste sentido, o que se conhece influencia aquilo que se perceciona. Por seu turno, a imagética consiste na representação de algo que não está fisicamente presente e difere substancialmente consoante as pessoas. Enquanto algumas pessoas possuem uma capacidade imagética elevada e são capazes de representar na mente inúmeros pormenores icónicos, outras apenas conseguem relatar uma descrição vaga de um objeto, sem riqueza e detalhe.

Na investigação sobre este domínio persiste a controvérsia relativamente ao processo de representação imagética. Para a teoria estrutural, a informação é armazenada através de um código analógico. Os mesmos mecanismos do sistema visual são ativados quando se perceciona ou imagina objectos ou acontecimentos.

Aludindo ao modelo da simulação do computador, Kosslyn (1990) refere que as imagens apresentam duas componentes: a representação superficial, quasi-pictórica, e a representação profunda, armazenada na memória a longo prazo e utilizada para gerar a representação superficial. As representações profundas podem ser literais, isto é, codificações ou proposicionais, isto é, descrições verbais de um objeto ou de uma cena. Outra perspetiva defende a teoria do código proposicional que explicita que toda a representação é abstrata e se assemelha à linguagem. O armazenamento não é nem visual, nem espacial e não se assemelha ao estímulo inicial (Matlin, 1994). A informação é armazenada em termos de proposições ou conceitos abstratos que descrevem relações, sendo as imagens mentais posteriormente construídas. Para Pylyshyn (1984), seria impraticável, em termos de espaço, armazenar a informação em termos de imagens mentais.

Perceção, imagética e abstração são aspetos relevantes para as operações mentais de raciocínio em situações novas (Primi, 2002). A sua utilização permite fazer inferências, ou seja, ler nas entrelinhas, completar a informação que não se perceciona ou que não se vê, ouve, lê, a partir de padrões (conhecidos ou inovadores) com base na informação fornecida pelos sentidos. Perceção, imagética e abstração constituem também os pilares fundamentais do processo de codificação selectiva da informação, passo determinante para a resolução inteligente (e criativa) de problemas (Sternberg, 1977) e da inferência. A inferência parte sempre de uma informação parcialmente apresentada, como é o caso de uma imagem ou de uma palavra. A dedução ou indução de padrões a partir dessa informação parcial permite antecipar e atribuir significado ao que vemos, ouvimos, lemos ou sentimos. Esta necessidade de uma inferência constante de padrões pode ser motivada pela necessidade de sobrevivência a partir da procura das leis da natureza, como

no caso do conhecimento científico ou pela produção na mente da observação do mundo, como no caso do conhecimento artístico.

4. Da abstração de palavras e de imagens

Ler nas entrelinhas implica ser capaz de abstrair. A abstração é a representação mental de objetos ou acontecimentos que não possuem uma realidade concreta (Mercer, 2002) e depende da aquisição da estrutura operatória formal (Piaget / Inhelder, 1958) que possibilita o acesso ao improvável, ao impossível, à relativização de probabilidades e de possibilidades, à formulação de hipóteses, à planificação e à sistematização de conceitos e de conhecimentos. Algumas investigações têm verificado que muitos adultos não chegam a aceder plenamente à estrutura operatória formal e tendem a utilizar uma estrutura concreta em muitas circunstâncias (v.g. Cowan, 1978), cingindo-se ao imediato, observável e diretamente manipulável e assumindo que existe só uma solução possível e não uma multiplicidade de soluções, interpretação e formas de resolução. O raciocínio concreto conduz, ainda, à falta de consciência do erro, à dificuldade em aplicar consistentemente regras e em assumir a incerteza de uma solução (Lieberman, 1970). Apesar das limitações, as pessoas "concretas" conseguem conhecer muitos factos (Mercer, 2002), mas não conseguem retirar as mil informações contidas nas palavras e nas imagens.

Como passar, então, do concreto para o abstrato? Como facilitar a leitura das entrelinhas? Como inferir as mil imagens ou palavras de uma palavra ou de uma imagem? A resposta a estas questões implica necessariamente uma mudança educacional profunda para que a atribuição do significado aos *memes* possibilite a produção de conhecimentos inovadores promotores da adaptação às rápidas e imprevisíveis transformações a que temos assistido nas últimas décadas.

5. Das palavras e das imagens ao ser

Aprofundar e desafiar o conhecimento, reparar em múltiplas perspetivas e saber aplicar na prática quotidiana e académica o que se conhece constituem as principais implicações educacionais da valorização da imagem, quer esteja contida em palavras, quer noutras imagens dos *memes* que transmitimos aos mais jovens. Para Csikszentmihalyi (1988) qualquer novo pedaço de informação que se junta a um domínio do conhecimento constituirá a fonte de informação para a nova geração de "criadores".

Aprofundar o conhecimento, significa, basicamente, saber mais e melhor através do treino de competências de linguagem, de visualização, de abstração. Implica, por parte do sujeito da aprendizagem e também do formador, organizar a informação, facilitar a sua disponibilização, relacionar conceitos e factos, estimular a interrogação, promover a formulação de hipóteses, associar o que se vê, ouve e lê às "âncoras" do conhecimento e, paralelamente, reforçar, reconstruir ou reformular o que já se sabe através de leituras, do treino de competências de linguagem, de visualização, de abstração, de automatização, de ensaio e de prática. Saber mais e melhor é sinónimo de aprofundar as especificidades de uma matéria e de dar a conhecer novas possibilidades através de atividades como a resolução de exercícios, de problemas, charadas ou a análise de imagens.

No entanto, importa conseguir ir para além do óbvio para se conseguir ver nas entrelinhas e para além das linhas e utilizar e reutilizar a linguagem, ou seja, importa ser crítico. Desafiar o que se sabe, mais do resolver problemas ou responder a questões, é inventar, encontrar problemas e colocar questões. O levantamento de questões, a descoberta de problemas e o encontro de soluções (v. g. Getzels / Csikszentmihalyi, 1975) constituem metas desenvolvimentistas determinantes para a experimentação ativa e a manipulação

direta de ideias, conceitos e objetos. A construção do conhecimento não é um processo passivo, mas sim ativo porque cada pessoa cria as experiências que influenciam e enriquecem o seu desenvolvimento (v.g. Bell / Harper, 1977). Na medida em que a reprodução do conhecimento não basta, é necessário desafiar a produção de novos conhecimentos. Por isso, importa incentivar uma atitude crítica, fomentar a questionação, colocar a tónica na criação de problemas e, também não de somenos importância, gerar ideias e soluções, comunicá-las e convencer os outros da sua relevância.

O aprofundamento e o desafio do conhecimento são indissociáveis da capacidade de observar, ver e reparar. Saber ver é, como se defendeu, determinante para a representação do conhecimento. Nesse sentido, importa analisar as múltiplas mensagens contidas numa palavra ou numa imagem; valorizar diferentes expressões e formas de interpretação; encorajar a flexibilidade e reforçar abordagens únicas, invulgares e diferentes. Saber ver implica também questionar pressupostos e "verdades" e mostrar o que está para além do literal e do óbvio. Incentiva-se o olhar estimulando a questionação e uma atitude crítica ao saber incontestável, fomentando a curiosidade, a elaboração de perguntas e a associação entre conceitos e ajudando a assumir a complexidade do conhecimento. Na medida em que visualização e abstração se entrecruzam, o jogo dinâmico entre o concreto e o abstrato traz mais-valia na compreensão, interpretação, recordação e aplicação das mil imagens de uma palavra quando se recorrer à palavra, ao objeto concreto, à imagem mental abstrata e, logicamente, recorrer a ambos em simultâneo.

Por fim, a produção do conhecimento só é possível se se reflectir sobre o modo como o meio influencia e é influenciado por determinado conhecimento, o que implica fomentar a autonomia. A autonomia é conseguida quando se interioriza a ideia de que ninguém pode aprender por outra pessoa e que a responsabilidade e capacidade de aprender residem no próprio. Mas um conhecimento

é interiorizado quando se compreende como se pode ser aplicado na prática que se aprofundou e como se pode interligá-lo a outros conhecimentos. Assim, as múltiplas leituras de uma palavra ou de uma imagem podem ser integradas no "saber ser" quando se sente necessidade da sua aplicação prática e se tem oportunidade de manipular diretamente, relacionando a palavra (e a imagem) com a vivência quotidiana, verificando a aplicação, vantagens e desvantagens de cada perspetiva e apelar para a descoberta da origem das palavras e das imagens.

As palavras, com as suas múltiplas imagens, e as imagens, com as suas múltiplas palavras, são *memes* que vale a pena passar às gerações seguintes, para que eles os reproduzam ou produzam novos conhecimentos a partir deles. Por tudo o que desenvolve, vale a pena apostar na procura das mil imagens de uma palavra ou nas mil palavras de uma imagem. Afinal, as palavras (e, acrescente-se, as imagens) são pequenas gotas de tinta que possibilita que milhares, talvez milhões, pensem, como diria Byron.

Bibliografia

Ausubel, David Paul (1960), *The use of advance organizers in the learning and retention of meaningful verbal material*. Journal of Educational Psychology.

Bartlett, John (1992), *Familiar quotations: A collection of passages, phrases, and proverbs raced to their sources in ancient and modern literature.* (16th ed.). Boston, Little Brown.

Bell, Richard Q. / Harper, Lawrence V. (1977), *Child effects on adults*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

Brandão, Raul (1917, 2000), *Húmus*. (2.ª ed., crítica de Maria João Reynaud). Porto, Campo das Letras.

Bryant, Peter (1985), *The distinction between knowing when to do a sum and knowing how to do it*. Educational Psychologist, Vol.5, Issue 3 & 4.

Cornelius, Georgianna / Casler, Jacqueline (1991), *Enhancing creativity in young children: Strategies for teaching*. Curriculum and Teaching, 6 (2).

Cowan, Philip (1978), *Piaget with Feeling*. New York, Holt, Rinehart and Winston.

Csikszentmihalyi, Mihaly (1988), *Society, culture, and person: a systems view of creativity*. In: *The nature of creativity: contemporary psychological perspectives*. Robert J. Sternberg (Ed.), New York: Cambridge University Press.

Damásio, António (1999), *O sentimento de si*. Mem Martins, Publicações Europa-América.

Dawkins, Richard (1976), *The selfish gene*. New York, Oxford University Press.

Getzels, Jacob W. / Csikszentmihalyi, Mihaly (1975), *From problem solving to problem finding*. In: *Perspectives in creativity*, Irving. A. Taylor & Jacob. W. Getzels (Orgs.). Chicago, Aldine Publishing.

Gruber, Howard E. (1981), *Darwin on man*. Chicago, University of Chicago Press.

Havener, Cliff / Thorpe, Margaret (1996), *The basis of genius or the essential flaw in our education system and how to fix it*. Retirado em Junho de 2002 de http://www.forseekers.com

Kosslyn, Stephen M. (1990), *Mental imagery*. In: *Visual cognition and action: An invitation to cognitive science*. Daniel N. Osherson, Stephen Michael Kosslyn & John M. Hollerbach (eds.), Vol. 2, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

Lieberman, Lewis R. (1970), *Concept Breadth and the Childish Ignorance Hypothesis*, Journal of Abnormal Psychology 76 (1).

Martindale, Colin (1999), *Biological Bases of Creativity*. In: *Handbook of Creativity* Robert J. Sternberg (ed.), New York, Cambridge University Press.

Matlin, Margaret (1994), *Cognition*. (3rd ed.) Fort Worth, Hartcourt Brace Publishers.

Mercer, Jean (2002), *The Cognitive Development and Academic Achievement*. In: *The Review for the Study of College Teaching*. Vol.1, William C. Lubenow (ed.). New Jersey, The Institute for the Study of College Teaching.

Oxford Dictionary of Quotations (The), (6th ed., 2004) Edited by Elizabeth Knowles, USA, Oxford University Press.

Paivio, Allan (1971), *Imagery and verbal processes*, New York, Holt, Rinehart and Winston.

Piaget, Jean (1977), *O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas*, Lisboa, D. Quixote.

Piaget, Jean / Inhelder, Bärbel (1958), *The Growth of Logical Thinking from Childhood to Adolescence*, New York, Basic Books.

Primi, Ricardo (2002), *Complexity of geometric inductive reasoning tasks: Contribution to the understanding of fluid intelligence*, Intelligence, 30.

Pylyshyn, Zenon W. (1984), *Computation and cognition: Toward a foundation for cognitive science*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.

Shepard, Roger Newland (1978), *Externalizations of mental images and the act of creation*. In: *Visual learning, thinking and communication*. Bikkar S. Randhawa & William E. Coffman (Eds.), New York, Academic Press.

Simonton, Dean Keith (1988), *Creativity, leadership, and chance*. In: *The nature of creativity: contemporary psychological perspectives*. Robert. J. Sternberg (Ed.), NY, Cambridge University Press.

Sternberg, Robert J. (1977), *Intelligence, Information Processing, and Analogical Reasoning*, Hillsdale, NJ, Erlbaum.

Sternberg, Robert J. / Lubart, Todd I. (1991), *An investment theory of creativity and its development*, Human Development, 34.

Sutherland, Peter (1992), *Cognitive development today: Piaget and his critics*, London, Paul Chapman Publishing, Ltd.

Tardiff, Twila Z. / Sternberg, Robert J. (1988), *What do we know about creativity?* In: *The nature of creativity*. Robert Sternberg (ed.). Cambrigde, Cambridge University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

Writing From Art

John Taggart
Poeta em Residência
Universidade de Coimbra 2008
jpt@innernet.net

Resumo: Análise intimista sobre as relações entre a poesia, a pintura e a música e o contributo do diálogo interartes na gestão das catástrofes pessoais.

Palavras chave: R. B. Kitaj; John Taggart; poesia; pintura; música; semiótica.

Abstract: Reflections on the complex relationships between poetry, painting and music and their contribution to endure personal loss.

Keywords: R. B. Kitaj; John Taggart; poetry; painting; music; semiotics.

«...poetry and painting, and the arts in general,
are, in their measure,
a compensation for what has been lost.»

Wallace Stevens, "The Relations between
Poetry and Painting"

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_8

1. In 1994 the Anglo-American painter R. B. Kitaj suffered two disasters, unanimously hostile critical reaction to a retrospective exhibition of his work at the Tate Gallery and the death of his wife Sandra. He blamed her death on the critics and returned, after nearly forty years in England, to America, the country of his birth. There he began a series of paintings collectively entitled "Los Angeles." The paintings are predominated by depictions of the artist and his wife as nude angels. If a single subject is to be ascribed to the series, from the artist's perspective, it would be loss, mourning loss and attempting some sort of closeness at the same time through the enactment of that mourning in the act of painting. Viewers of these paintings, however, may ascribe to them a larger subject: the hope that death does not mean a separation that remains always and forever a separation from those they love. While Kitaj is a "contemporary" painter (he died in October 2007), this "subject" is both ancient and universal.

2. The challenge of writing from art is transformation. Put as a question: can a poem begin from a painting and end up as a more or less free standing thing-in-itself? More or less because transformation, like translation, is a matter of degree. To translate means to carry something from one place to another. By definition, any sort of writing about or from visual art is a translation. What was made with pigment on a flat two-dimensional surface has been carried over into the signs of language. The question remains whether more than this carrying can be done. Whether more than furniture moving (the sofa remains a sofa, only the rooms are different) can be done. Whether the poem as a composed form made up of linguistic signs (words) can be accomplished—an accomplishment of new meaning—even as it originates from a different, visual form (painting).

3. There are a number of assumptions involved. Among others: that the poet does not misreport the shape(s) defined by lines and colors of a painting, that the poet is nevertheless attempting to achieve a new form/meaning distinct from or exceeding that of the painter. These assumptions may be complicated, but they are not contradictory. While a poem may be only relatively transformative, it is assumed that transformation is superior to translation even if a poem begins as translation. The test of the latter is verifiability; the test of the former is newness or difference of meaning. This newness or difference may be measured in terms of referentiality. That is, newness or difference = less referentiality, less reporting that is only reporting. It is further assumed that creation of new meaning, no matter how relative its newness may be, is superior to appreciation of the originating source, no matter how "great" that source has been judged to be.

4. A poem can't achieve either translation or transformation unless time is invested in the painting. This investment is prior to the poet's investment in composition, the writing process of the poem. The prior investment involves simply looking at the work and what may be called research. Looking, however, is never simple. An act of attention, it must undergo a discipline of cleansing whereby all those things the observer might like to see or thinks should be seen are dissolved in favor of what is actually there. It is an act which must be repeated (over time). With each repetition comes a reduction of presumption and an increase in understanding. This developing understanding concentrates on elements of form (line, color, texture) and possibilities of meaning suggested by an artist's handling of those elements. Attention is given focus by questions. (Why those lines, why those colors in those particular combinations? What do they suggest?) A questioning, active eye sees more than a passively appreciative eye. Seeing more yields

the possibility of greater possibilities of meaning (sometimes described as depth).

5. Research always begins in the wrong place, i.e., a source which does not contain information most truly valuable for the poem. As what will prove to be most (or least) valuable can't be known until one is engaged in composition, research should be as far ranging and inclusive as possible. But you can't do research and write a poem at the same time. Hence, again, as far ranging and inclusive as possible prior to writing. In the case of Kitaj, I examined *R. B. Kitaj:A Retrospective*, ed. Richard Morphet and *Kitaj In The Aura Of Cézanne And Other Masters* by Anthony Rudolf and Colin Wiggins. Both books contain reproductions plus commentary and interviews with the painter. I also examined *Critical Kitaj*, a collection of art historical/critical essays edited by James Aulich and John Lynch. Later, I read the painter's own set of meditations entitled *Second Diasporist Manifesto*. Research need not be limited to reading. I have benefitted from conversations about Kitaj with my fellow poet Michael Heller, the painter's friend and commentator Anthony Rudolf, his assistant during his last years Tracy Bartley.

6. Research threatens, by its very nature, to lead away from what is primary. It can increase focus and depth, but it can also lead away. In Kitaj's case, one can be led to other painters he admired, especially Cézanne, or to writers he admired, especially Kafka, or to ideas which attracted and obsessed him such as the Jewish question. However fascinating these "secondary sources" may be in themselves, the issue remains whether they contribute to an increase of focus and depth in relation to seeing the painting. How much time is spent with these sources depends upon this issue. Typically, one spends too much time with them only to realize one is gradually seeing at a greater and greater remove

and through an ever more dark and complicated glass. With that realization comes the awareness that one must stop and return to where one started, the painting itself. There's also the realization that there are way too many stacks of way too many books on your desk. If they fell on you, they could hurt you. Or it's time to begin writing.

7. An instance of this issue in practice is music. In an interview with Colin Wiggins, Kitaj mentions how he listens to jazz while painting. This provides a direction/directive to the poet for his own composition. It is both a way of establishing a sympathy between artist and poet and a way of getting along in the writing process. Jazz is many things. In writing about or from Kitaj, I have listened primarily to Miles Davis and his "Complete Bitches Brew Sessions" 4-cd set. That music—its supercharged, edgy electronic splashiness is much more than merely "colorful"—struck me as congruent with Kitaj's "Los Angeles" paintings. It's fair enough to say that this music encouraged and even "pushed" me to develop a like syntax and tone in my poem. Another instance of this issue in practice is my use of language (sometimes in quotation marks, sometimes not) from the poetry of Emily Dickinson. This is based on Kitaj's statement to Wiggins that she was his favorite poet and that his wife's copy of Dickinson's poems was always present in his studio. In some instances, passages from Dickinson act as clues to "passages" in Kitaj. So there is a transaction of passages/images: from the painter's "quotations" of a literary source in his visual work to requotations of that same source in my own non-visual work. Such a transaction may be called intertextual as it may be called interdisciplinary. However that may be, the poet's aspiration—and the musician's and the painter's—is work that in the presentation of a subject is experienced as whole and complete. (This, incidentally, is just

what got Kitaj in trouble with the critics. Many of the paintings in his retrospective exhibit were accompanied by the artist's commentaries about them. The commentaries implied, by their very nature, that the paintings were neither whole nor complete. Kitaj remains—and perhaps wanted to remain—a complicated and "troublesome" artist.)

8. With these definitions and considerations in mind, let us turn to my poem "Angels No. 1/Kitaj":

> Big wings lots of colors
> red blue green yellow a pale purple
> iris within the colors
> raised "fall" of the iris which is saying it with one flower
> saying
> she angel
> splotches/stains on her she angel body
> choppy waves around/behind her body terrene and marine angel with
> one flower eyes
> fruit/grapefruit + berry breasts on not level table dreaming
> parts of her dream being split open unrolled
> bulbs neon candle-like red thing
> two-in-one thing candle-like and the lit up hectic on her cheek
> bird in flight in her dream.

Most of this is reportage. It reports in a direct, even brusque "in your face" fashion on what's there in the first of Kitaj's "Los Angeles" paintings with particular attention to the female angel figure. Point: the figure is not a generic greeting card angel but an angel with a distinctly and sexually female nude body. Femininity and feminine sexuality are often "signed" as flowers. The poem,

going from color and shape, designates the flower as an iris. Related colors and shapes are to be found in the figure's wing and eye/eyebrow (the latter is a sign Kitaj borrows from Matisse). The shapes directly above her head are difficult to read. They become less so (and more meaningful) when read in relation to Emily Dickinson:

> Split the Lark – and you'll find the Music –
> Bulb after Bulb in Silver rolled –
> (from poem no. 905, p. 391, *The Poems Of Emily Dickinson*)

My poem reads her lowered head as dreaming and the shapes above her head as parts of her dream. It is a sexual dream which involves a «neon candle-like red thing» as that which does the splitting. I give such description of the "thing" with regard to its actual appearance in the painting and with a sort of "ghost" reference or quotation from Robert Creeley's poem "The Warning": «For love—I would/split open your head and put/a candle in/behind the eyes.» (Yes, Creeley and Kitaj were friends and well aware of one another's work.) A lark is a bird. The blue "swoosh" brush strokes in the painting are read as «bird in flight in her dream.»

The second page or part parallels the first with regard to the male angel figure, reporting its corresponding male sexuality (snake--shaped wing, hammer head, strider leg—the last is a "sign" Kitaj borrows from Cézanne). In the painting this male figure is leaning over a table and over the female angel's dream. His one visible eye is covered or "patched." My poem reads his posture as a posture of listening. What he's listening to: "the music" (from Dickinson's poem) given as the bird's song.

> Also big also lots
>
> red blue green no yellow and mottled "with mottles

rare" mottled
with black
shapes one of the shapes of power big black snake him not slim

angel
he angel with an orange ball-peen hammer
head there's some power for you

one strider leg
also splotches/stains but lighter but ochre kind of pink on his angel
leg under the table

he is leaning over her from the other side of the table he is
leaning over her dream

eye-patched eye he is listening to "the music" he is
listening to bird in flight the song of
that bird.

9. The third page or part is an extended improvisation. It elaborates upon the "fictional" situation of the male angel's listening. Like improvisation in jazz, it does not come out of the blue. The male angel is listening to a dream of music conditioned or "colored" by Emily Dickinson's language. A linkage provided by that language gives us an actual song—Hoagy Carmichael's "Skylark"—and, by way of a further linkage, the jazz singer Cassandra Wilson's performance of that song on her "New Moon Daughter" cd. This part reports on some aspects involved with her performance (use of electric bass and pedal steel guitar), and it makes use of some of Carmichael's language. As music, "Skylark" is organized according to an AABA pattern. Part three follows that pattern in its own

way (AA = the first two lines which are laid out on the page as separate single line stanzas; B = the long third stanza; the final A = the closing stanza of two lines which are the same as the first two separate/single stanza lines but which are now combined to form one stanza).

In passing, it should be noted how this part of the poem, i.e., the sound of bass notes, attempts to disturb or agitate both the silence of the painting and the page. This, in fact, is a goal of all my poetry. Like this poem, it contains little or no internal punctuation as a means of defeating the silent reading eye in the interests of encouraging a slowed down, "outloud" engagement with language. That is, the lack of usual or standard punctuation forces a slower/closer reading and perhaps at least some moving of the lips. A poem may utilize other ways to promote a more active engagement with language. One is direct address to the reader as reader, e.g., "if you like adjectives." Another is to use words as words, e.g., the characterizations of the music characterized as "adjectives" in the last two lines of the long third stanza. Is this a "language" poem? Yes and no: yes, it calls attention to language (as language) and no because it wants to do more than that. If you're writing a love poem, a mourning poem, a poem on the birth of a child—any poem of any enduring human significance, you'd better be doing more than calling attention to language.

These characterizations also apply to the situation I take the two angels to be in: one of loss and longing. While the song and its singer are American, the situation is, of course, not restricted to any conception of national identity. Loss and longing are universally human whatever the individual/national flavor or inflection of their expression. (From a Portugese perspective, "Skylark" might be considered a fado song and performed as such.) To cite only one example: the culture of ancient Egypt was based on an attempt to

deal with loss (death) and provide measures assuring a safe passage to life in the after-life and to a hoped for reunion with those who were loved.

She angel dreaming

he angel leaning over her dream

lutes being old
Fender electric bass slight
sustain
on duuum on single duuum duuums
starts up goes down then up again slightly higher than the start
slightly sustained does this twice goes on doing it
cloud phases scanty pedal steel underlinings along the way
bird in flight music
the music and the words to the music
the words are imploring words imploring where my love might be is there
someone waiting where and is
there the words go on they don't/won't stop
imploring
if you like adjectives it's "wonderful" and "crazy" and "sad" finally
let's face it "American"
dreaming
leaning over her dream.

10. We locate and give identity and meaning to figures by their positions in a scene or "surround" which is often the background of landscape. While there are hints of water around the female an-

gel figure, what is striking about Kitaj's painting is its background of whiteness. I have chosen to see this background as a realm or region of snow. As something, even a very dangerous something but not nothing and definitely not the "abyss" so beloved of French poets. Even more striking is the single/conjoined arm shared by the two angel figures. Both background and arm are derived from Emily Dickinson.

> Foot of the Bold did least attempt it—
> It is the White Exploit
> Once to achieve, annuls the power
> Once to communicate—
> (from poem no. 938, p. 400, *The Poems Of Emily Dickinson*)

> On that dear Frame the Years had worn
> Yet precious as the House
> In which We first experienced Light
> The Witnessing, to Us—
>
> Precious! It was conceiveless fair
> As hands the Grave had grimed
> Should softly place within our own,
> Denying that they died.
>
> (from poem no. 924, p. 396, *The Poems Of Emily Dickinson*)

It should be noted that my reading of Kitaj's whiteness differs from the painter's own reading of Dickinson. (See *In The Aura*, p. 26, where he gives "white exploit" as her term for death.) Or I transpose the word "exploit" (meaning a brilliant or daring achievement) to refer to their "one long arm," which is surely a brilliant and daring enough new sign on the painter's part

for the ancient human hope of union, of reunion with those we love after separation and not only death's separation. My own image/sign is of a more modest nature. Keeping to a fairly matter of fact report (of the colors on their two-in-one long arm), it places them/their arm against and in contrast with the snow, which is a realm/region of anxiety wherein two travellers may get lost and lose one another. Kierkegaard may be right to consider anxiety as a concept, but—if you have it or have been "had" by it—the anxiety of separation that remains always and forever separation can also be an actuality that haunts every day of your life. By this juxtaposition/contrast—an image—the poem attempts to render the hope (and faith) embodied by that sign as an achievement that will stand up to and may transcend death's "achievement."

In the realm/region of the
possible of possibility and anxiety because
of possibility

hand
in his he angel hand

realm/region of snow in which huddled cattle freeze in
which two travelers may get lost may
lose one another call and call to one another

hand bones connected to arm bones arm in arm one long arm bone
ochre kind of pink all suffused

of feedback

crackles grainy buzz/fuzz

feedback after there is silence and there is silence

she is dreaming he is leaning/listening she and he who are one arm

are ochre kind of pink exploit in the snow.

(Página deixada propositadamente em branco)

MUSIC AND LYRICS.
NOTES ON ITALIAN SONGWRITING

Cristina Babino
Poeta em Residência
Universidade de Coimbra 2008
cristinababino@gmail.com

Resumo: Longa viagem pela história literária e cultural da *canzone italiana* tomada como uma das possíveis marcas definitórias da expressão do espírito itálico.

Palavras chave: *canzone*; literatura; música; história da cultura italiana; semiótica.

Abstract: *Canzone* as a musical/literary form and as a cultural phenomenon reflects the search for a national identity and the peculiarity of Italy, a Country always defined by contrasts and differences, by both geographical and symbolic borders.

Keywords: canzone; literature; music; history of Italian culture; semiotics.

Preliminary notes on *Canzone*

The first example of *canzone* as a literary composition accompanied by music is the choral poetry of Greek poet Pindarus (Vth C BC).

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_9

It is in the Middle Ages, then, that these compositions spread consistently, particularly in France, where *troubadours* travelled from court to court singing their *chansons* while playing an instrument.

Canzone as a genre changed through the centuries and poetry slowly developed losing its original musical accompaniment. In Italy, it was largely used by Sicilian and *Stilnovo* poets in the XIIIth C., then refined by Francesco Petrarca and later mastered by Giacomo Leopardi; this noble metrical composition became, in time, something different from the popular *canzone* (song), which continued to flourish in common oral and musical culture and in such a peculiar genre as Italian *Melodramma*.

The great literary tradition of Italian poetry has many points of contact with music, and *canzone* in particular: just to quote a few eminent examples, Dante writes the *Divina Commedia* and divides it into *Cantiche*, Petrarca writes *Canzoni* and he collects them into the *Canzoniere* (the same title of Umberto Saba's famous collection of poems, centuries after), *Orlando furioso* and *La Gerusalemme liberata* are full-length epic poems in rhyme also called *Cantari,* while Giacomo Leopardi's major poetry book is called "Canti".[1]

Canzone (song) as a musical/literary form and as a cultural phenomenon reflects the search for a national identity and the peculiarity of Italy, a Country always defined by contrasts and differences, by both geographical and symbolic borders. The construction of Italian national identity was longly influenced by its historical, political, cultural and consequently linguistic fragmentation, and by the huge role played by the ecclesiastical power.

Italy as a nation was born in fact only in 1861 – and a complete law on proper compulsory education was introduced only in 1923

[1] Alfio Squillaci in *La canzone italiana tra poesia e quotidianità. Appunti sparsi per una lezione da tenersi all'Istituto della Comunicazione di Milano, maggio 2003*, http://www.lafrusta.net/fili_canzone_italiana.html

by the Fascist regime – but it can well be said that only with the advent of television, in the Fifties, Italian as a language fully spread throughout the nation, reaching people in their own homes, where they kept using their local dialects, often languages on their own.

We can identify two waves in the popular tradition of Italian musical storytelling: one widespread in the North, characterized by the narration of events and tales and constructed as a monologue of the singer, the other one widespread in the South, mainly corresponding to the form of dialogue, often a love dialogue, or fight (*strambotto* or *stornello*).

Canzone napoletana (*Neapolitan song*: *villanella, serenata*) is particularly interesting as it is the only form of expression in dialect that was at the same time "national" and popular, due to the fact that Naples was already back in the XVIth C. a reign on its own.

Neapolitan song can be considered as an actual link between popular culture - as it originated from the lower classes – and the Illuminist bourgeois class. It was then in the XIXth C. that Romanticism, with its interest in recovering legacy and traditions of the past, boosted the attention on folk and popular songs and oral tales: once written down and passed on, this oral and "underground" heritage became part of the shared literary culture of a newborn nation.

Alongside with *Canzone*, the poetic tradition offers other compositions meant to be accompanied by music: *Madrigale, Frottola, Romanza* (which will be recovered mostly in Opera singing), and *Ballata (ballad).* The latter is a poetic composition, born in French Provence around XII C., written to be sung and danced, made of *stanzas* and refrains, whose structure remains almost unchanged through the centuries, reaching modern song (one example of modern ballad: Fabrizio De André's *La canzone di Marinella).* Modern ballad is characterized by an easy and clear melody, where the narrative element (a tale) prevails on a lyrical attitude.

From *Melodramma* to *Canzone all'italiana*

Italian popular song is a peculiar, expression of the national collective genius[2]: it does not originate from a Romantic kind of solitary talent, but from a number of often unknown composers. Before the age of songwriters, the Italian popular song is perceived as a common legacy, left by an anonymous mass of writers, arrangers, musicians, performers: it was a privileged form of popular expression.

The combination of elements from the popular song (simple and direct expression, fixed themes and stereotypes) and from *Melodramma* (dramatic interpretation and emphatic singing) is at the origin, at the end of XIXth C., of the so-called *Canzone all'italiana*, the well-known melodic *cliché* of Italian song, doomed to be successful until the Sixties.

Canzone all'italiana joins characters of *Romanza da salotto* and *Operetta* melodies: it develops through the XXth C., reaching its highest popularity (also thanks to means of reproduction such as the record player and the vinyl) between 1950 and 1980, and in particular between the first Sanremo Festival of Italian Song (1951) and the birth of the first free radios (1974).

Song as we intend it today is a *sound-tale*[3]: not only a tale told in words, but a form that joins a melody, simple or complex, together with words. Lyrics and music create a *unicum*, and are so intertwined that one cannot be divided from the other without losing something of their meaning.

---

[2] *Ibidem*.

[3] Definition borrowed from songwriter and professor Roberto Vecchioni, in *Lezioni sulla canzone d'autore italiana*, originally published on http://www.vecchioni.it (resource no longer available online), lessons which served as main reference for these notes on *Canzone all'italiana*.

The first example of this *sound-tale* can be traced down in the XIXth C. and identified with the ***Melodramma***: a composition both popular and erudite, which combines sensualism and puritanism, sacred and mundane.

Melodramma was a genuinely peculiar Italian phenomenon: it reached the masses making something thought to entertain the *élites* enjoyable to audiences of different social status. Everybody could identify at some level with the contents of *Melodramma,* and the lowest social classes actually start learning Italian by going to the theatre. Opera celebrated all social classes: it actually helped in unifying the national collective spirit of a newborn nation. The enormous success of *Melodramma* led to the diffusion of theatres and *café-concerto* all around Italy: tenors, baritones, orchestras performed in front of an audience mostly made by bourgeois, who saw their social class here represented at best.

It might be useful to take a few steps backwards and underline that in Italy *Controriforma* (Counter Reformation, 1560-1648) and the long lasting prohibition of the ecclesiastical authorities to translate the Sacred Writings from Latin to common language played an important role in the cultural development of the masses.

If in Northern Europe, thanks to Luther's Protestant Reformation, civilization progressed mostly through the spreading of reading and writing at different levels of society (often learnt on the Bible itself), in Italy instead the above mentioned prohibition blocked the learning of writing as a mass phenomenon[4]: the use of written language was a privilege reserved to politicians, clergy and higher classes only, while the masses continued for a very long time to express themselves through the more natural and direct oral way (using almost exclusively their own regional dialects).

---

[4] Alfifo Squillaci points this out in *La canzone italiana tra poesia e quotidianità*, cit.

While elsewhere in Europe the written word was boosted by the great diffusion of novels, in Italy a lyric-melodic inclination prevailed, expressed at its best by Opera singing. Musical communication is in fact the privileged way of expression of a society mostly made of semi-illiterates, and that is why *Melodramma* developed as a gloriously and uniquely Italian phenomenon.

The element of *Melodramma* which is closest to modern song is the ***Aria***: a composition accomplished in itself, which can be performed separately from the rest of the opera. It is usually sung by one singer, who in this passage opens his heart to the audience, expressing his/her inner feelings and creating an emotional suspension in the plot. The *Aria* (such as *Nessun dorma* or *La donna è mobile*) was therefore soon extrapolated from its original musical context and sung on its own by singers and interpreters[5].

During XIX C., *Aria* turned into ***Romanza***: somehow a concentrate of Opera, it can already be considered as a *song,* the prototype of the *Canzone all'italiana* and follows fixed *clichés*, like a moving plot, easily identified and opposable characters (good/evil, poor/rich), love as the main subject (mostly a unhappy and tormented love).

Canzone all'italiana remained something out of time, isolated and unmodified, a way of expression and entertainment that is far from the individual searches for uncertain truths that arose in the XXth C. This persistence of stereotypes and anachronisms was nevertheless very useful to the Fascist regime to boost its ideal of home-family-homeland and to keep consciences asleep through easy entertainment. This delay in the development of song as a form of art will last almost until the Sixties, also due to the widespread and strong moralist influence of the Church.

---

[5] For further details about the musical development from *Aria* to *Canzone all'italiana* see Roberto Vecchioni in *Lezioni sulla canzone d'autore italiana*, cit.

Canzone all'italiana, as we said, originated from the evolution of *Romanza*, slowly transformed in a more direct, accessible and brief way of expression through singing, often making of the *Melodramma* epic a moral anecdote easier to be sung in small theatres (*riviste*) and *café chantant,* and easier to be appreciated by a larger audience, greatly impressed by rhetoric, erotic languor and common literary stereotypes.

Sanremo Italian Song Festival and the birth of *Canzone d'autore*

For a long time, Italian music industry has been synonym with *Sanremo Italian Song Festival*, the longest lasting music contest in Italian history.

Sanremo is the national festival of commercial popular song, a "consumer product" more and more spread in a fast growing Country, joyfully out of WWII, whose optimism is boosted by new technologies and industrial innovations.

Since 1951, *Sanremo* is the display window of popular song, whose topic is mostly love: chaste, idyllic or unhappy, always without any references to sex and real life, in form of easy, standard and repetitive rhythms and melodies.

Despite the often low artistic value of *Sanremo* songs, the festival is for a long time the only way for new authors to be introduced to the national music industry and to a wider public.

Therefore, many valuable singers and songwriters moved their first steps on *Sanremo* stage, often having no success at all when they first appeared.

Moreover, during the Sixties, TV – controlled and censored by the State – gained importance as new media of mass communication,

much more powerful, direct and intrusive than radio: broadcasting the Festival, TV immediately made it a nationwide event.

Italian song started a process of modernisation only in the late Fifties, during post-war reconstruction: a time characterized by the rising of progressive movements in politics and culture (Socialists were finally part of the Government, even in a strong Christian-Democrat leadership, and worker Unions gained more and more relevance), a wider compulsory education among all social classes, the birth of new vanguard literary movements debating about the role of intellectuals and their engagement in social and political issues, the diffusion of cinema and television which made communication and circulation of ideas quicker and more effective, the Italian economic "miracle" and the consequent urbanisation, with urban centres becoming more and more relevant[6].

A remarkable factor of change was also the arrival in Europe, between the Fifties and the Sixties, of such musical phenomena as *rock*, *jazz* and *beat*. While *jazz* influences *élite* portions of the musical world, rock (and later beat) becomes a mass phenomenon, in connection with the new society of *consumers* of the Western world.

As for rock, most part of its success is due to the fact of being adopted by young generations, the new consumers of the western society. Rock determines a renewal of rhythms and styles. In Italy, anyway, the rock wave is very soon tamed by the national record industry, changed and sweetened in order to reflect the needs of the Italian young generations and their social and economical contest.

The first and greatest breakthrough into the old, traditional melodic song model proposed by *Sanremo* Festival came with Domenico Modugno, who in 1958 started a new era for Italian song with *Nel Blu dipinto di blu (Volare):* interpretation began to be considered

[6] *Ibidem*.

one with the lyrics, starting to express deeper feelings and a new artistic sensitivity.

Later, the suicide of songwriter Luigi Tenco during the 1967 Sanremo music contest made new authors aware of the merely commercial laws behind the Festival and of their moral necessity of being against the political and social establishment. The real change in Italian musical panorama came with the followers of the so-called *Beat generation*, characterised by a strong rebellion towards the established political power (the conservative Christian Democrats at the time), which will culminate with 1968 riots.

The wave of political and social engagement of the Sixties spread in Italy, along with the phenomenon of songwriters and the *songs of protest*, with a conscious recovery of the oral tradition, in particular the *folk songs*, as a naïf but true and sincere way of expression, typical of workers and lower social classes, opposed to the cloudy and tricky language of politics and established power.

Most part of the revisited popular songs recovered from anarchical songs of early XXth C., *i.e.* socialist and communist chants, especially about the Resistance to Nazifascism: it is no surprise that these songs were rediscovered in a time of students' fights and struggles of workers (significant songwriters of this movement were: Ivan Della Mea, Alberto D'Amico, Paolo Pietrangeli and Gualtiero Bertelli, who often sang in Venetian dialect, Alfredo Bandelli, who sang about workers, emigrated abroad and worked in a factory himself)[7].

La ballata per Pinelli is a particular interesting song of social and political protest: the text was improvised by a group of activists in 1969, the day after the funerals of Giuseppe Pinelli, an anarchist mysteriously fallen out of a window of the police headquarters in

[7] *Ibidem*.

Milan during an interrogation about the terrorist bomb attack of Piazza Fontana, when many people were killed[8].

Starting from the late Fifties, eminent writers and intellectuals (like Franco Fortini and Italo Calvino), tried to give popular and folk songs a proper cultural value and literary dignity, as they considered this popular heritage the only one genuinely national, completely Italian. Groups like *Cantacronache* and *Nuovo Canzoniere Italiano* showed something new: never before intellectuals and critics, who strongly supported their activity, had took an interest in folk songs.

Their aim was to make the gap between people and high culture smaller, promoting popular songs and culture. This attempt was however doomed to fail: new generations identified themselves much more in the individual search and rebellion that inspired songwriters than in old workers' hymns or Resistance's songs[9].

In the meanwhile, *Canzone all'italiana* stood mostly anchored to its traditional patterns, favoured and promoted by the established Christian-Democrat political power, which had all interests in keeping the masses quiet with the repetition of old, reassuring romantic *clichés*. *Canzone all'italiana* lived on, although strongly opposed by critics and songwriters. But as we mentioned, in 1958 Domenico Modugno set a whole new standard by singing *Nel blu dipinto di blu (Volare)*, the first songwriter's song to introduce a completely new idea of song as a piece of art, with new lyrics, language, contents and with a new idea of interpretation as a distinctive sign for the author/singer.

From this moment on, *Canzone all'italiana* will still survive, often only apparently modernized and evolved, but will gradually lose its relevance: in some cases, it sticks to its roots and schemes,

---

[8] The same event will be revisited by Dario Fo in his famous theatrical *pièce Morte accidentale di un anarchico*.

[9] *Ibidem*.

in other it gets influenced by foreign artists, adapting to the Italian taste and mood.

But new authors, all very well educated, were deeply influenced by the new atmosphere around them and they projected these inputs in a new creative dimension. Emerging authors finally renewed the language traditionally used in lyrics, making it closer to people, more direct, and getting rid of old sentimentalism.

That is how ***Canzone d'autore*** (*songwriter's song*) was born, as an act of conscious breakthrough meant to inspire the new post--war generations[10].

It soon became a "literary" genre on its own, an original product of foreign influences (like French *chansonniers* Brel and Brassens or Dylan) and popular heritage, re-elaborated through the individual poetic and creative strength of each author. Their inspiration came from the denial of social and political settings, of the hypocrisy leading the society they were born in, enriched after the war but somehow made asleep by the economic and political establishment.

Songwriters sang about a certain *mal de vivre*, with no certainties, the tension for freedom and social equality, the disrespect for established power, the mixture of feelings in their heart, where love is no more romantic and idealized, but it causes pain and leads to a continuous meditation. The language used was more contemporary, and the gap between lyrics and prose became smaller.

Important references to new songwriters were French *chansonniers* Brel and Brassens, but also XXth C. Italian poets (Eugenio Montale, Camillo Sbarbaro, Giorgio Caproni) Bob Dylan's ballads and some masters of American literature (Ernest Hemingway, Herman Melville, F. Scott Fitzgerald).

---

[10] *Ibidem*.

The phenomenon of songwriters, still characterised by an underground profile in the Sixties, exploded from the Seventies on, thanks to new media (TV, free radios, juke-boxes) gaining a prominent national importance both literarily and culturally.

Caratteri della *canzone d'autore*

Canzone d'autore (songwriter's song) «originates from two existing semantic models (poetic language and musical notation), but it is not simply the addition of the two».[11]

It is an inseparable unity of a literary tale and a metric texture that accompanies words: music and lyrics cannot be divided, and they gain a new meaning with the unique interpretation given by the author-singer, whose charisma becomes part of the song itself.

Songwriter's song inherits from the poetic technique the use of figures of speech (metaphors, analogies, *etc.*) but making them more accessible to people, so that the logical link between image and sense is made more evident and immediate.[12]

Songwriter's song is a real breakthrough: lyrics are no longer slave to the melody, the scheme *stanza-refrain* is no longer compulsory and also the use of accents and rhymes becomes more flexible and significant. This apparent "impoverishment" is instead essential for songs to develop a new structure, an identity on their own.[13]

Non-professional musicians and writers ride this new wave before professionals: their revolution comes from urban centres, which have

---

[11] As Roberto Vecchioni pointed out, «This apparent "impoverishment" is instead essential for songs to develop a new structure, an identity of their own.» See Roberto Vecchioni's definition of *Canzone d'autore* for Treccani Encyclopedia (1998), available online at http://www.vecchioni.org/editoria/voce-canzone-dautore-scritta-per-lenciclopedia-treccani/

[12] *Ibidem*.

[13] *Ibidem*.

a cultural and social advantage on small towns and countryside: Rome (where new authors performed at the famous Folk Studio), Milan (influenced by theatrical performances), Genoa (more an individualist approach), Bologna (more social-political oriented). They are all linked, anyway, to the description of small daily things, apparently meaningless, but deeply meaningful for all of us.

If *Canzone all'italiana* was an invitation to a reassuring evasion, *Canzone d'autore* is the hymn to the engagement and meditation on real life issues and troubles. Along with the influence of French *chansonniers* and their new depth in expressing human feelings and fears, songwriters start using irony and wit to approach new themes.

The term *cantautore* (*songwriter*) first appears in Italy in 1960, introduced by the press agents of the major record company Ricordi. The song acquires, thanks to these authors, a new poetic dignity, keeping its traditional poetry, and yet gaining the attention of critics. But almost no famous poet writes songs at this early stage (only exception is Roberto Roversi), and this is significant of a certain gap which persists between this two close forms of arts. Italian songwriters gained their seat beside poets mixing high quality lyrics and music, making poetry itself much more accessible to the masses as a result. Thanks to its aesthetic and cultural relevance, songwriting soon succeeds in conquering its place in the national record industry.

The word *songwriter* brings a new element of distinction and artistic identity: it denotes the author of lyrics for music, who also performs alone, or supported by a band. With the progressive consolidation of this figure, it is also possible to study of the *corpus* of works, the poetic vision and recurrent themes of the songwriter, as one would do for a poet.

A songwriter is an author of music and lyrics, of songs that he sings and performs on his own in concerts, tours and public squares. His position is substantially outside music commercial and mass production, ruled by record multinationals.

Due to his position, and to a more direct contact with people, the songwriter expresses his ideals and feelings in a way that is far, and often strongly against, the rules of power and the common sense, reflecting an outstanding poetic conception of the worldly things.

There are three major factors in a songwriter's song: interpretation, music and lyrics. The interpretation (or performance) is given by the voice, the execution, the scenic presence and charisma of the songwriter. As far as the melody is concerned, it is mostly linked to codified outlines, recovering and reassembling musical patterns already stored in the collective memory of the audience. Lyrics gain a new and deeper dignity and becomes the most relevant element in the song (which is usually constructed from the application of a text to the melody, and rarely *vice versa*).[14]

In a songwriter's song, the predominant factor is the text: the modern song preserves some characters of the classic literary song (like Petrarca's): the division in *stanzas*, the rhyme and some features as assonance. The refrain seems to go back, instead, to the ancient popular music, diffused in Italy and Europe since the XIIIth century. In time, words have become more and more relevant, and lyrics, originally quiet simple, become more and more similar to proper poetry. Thus, maintaining a strong link with the accompanying music and its execution.

Songwriters are, from a literary point of view, the most interesting musical phenomenon in Europe, spreading in different Countries, with different musical characteristics, but all with the same ideals and coordinates at the core.

The phenomenon of songwriters actually starts in France: new *chansonniers* compose songs that are mostly lyrical, dedicated to tales of unhappy lovers, often living in a poor Parisian *banlieu*.

---

[14] *Ibidem*.

Poets and writers like Prévert and Vian write songs for great interpreters, like Edith Piaf, who sings in the *café-concert* of the *rive gauche*. Around the extraordinary talent of Piaf, a group of new songwriters arises (Jacques Brel, Leo Ferré, Brassens, Yves Montand, Moustaki): this is how ***la chanson réaliste*** was born, doomed to influence the European cultural panorama, and beyond.

Songwriting develops remarkably in Italy too, mostly influenced by the production of French authors (Brel, Brassens, etc.) and North American songwriters (Dylan, Baez), and through the years an extraordinary number of talented artists appear on stage after the authentic breakthrough of Domenico Modugno: Luigi Tenco, Sergio Endrigo, Piero Ciampi, Then Fabrizio De André Gino Paoli, Bruno Lauzi, Ivano Fossati (the so-called *Scuola Genovese*), while in Milan songwriting develops a peculiar connection to theatrical performance, giving birth to the phenomenon of *teatro-canzone* (Giorgio Gaber, Enzo Iannacci), Francesco Guccini, the duo Lucio Battisti-Mogol, Lucio Dalla, Francesco De Gregori, Antonello Venditti, Rino Gaetano, Claudio Baglioni, Renato Zero, Angelo Branduardi, Riccardo Cocciante, Franco Battiato, Paolo Conte, Roberto Vecchioni, Pierangelo Bertoli, Vasco Rossi, only to name the most relevant Italian songwriters of all times. Among women songwriters, we must remember at least Teresa De Sio, Fiorella Mannoia, Gianna Nannini, Loredana Bertè, Mia Martini and younger Carmen Consoli.

APPENDIX.

POETRY AND LYRICS - CASE STUDIES

Reading poetry, or even listening to it, demands an intentional process, a precise will and awareness[15].

Popular songs instead persist in the collective memory, as well as in the individual memory, to which they often work as a reminder of a particular moment or emotion.

Poems and song lyrics have many points in common: they both rely on musicality, rhythm, pauses, rhymes, figures of speech: these means of expression are so similar that, in ancient times, poets used to read, or sing, their texts out loud while playing an instrument.

The inner musicality of poetry is also testified by its genres: *sonnets, ballads, song*, all terms referring to music.

But how similar and how different is poetry from lyrics meant for music?

Here are some statements of famous Italian poets about poetry and songwriting:

> ***Pier Paolo Pasolini:*** *"songs are not poetry, but they have an objective poetic value."*
>
> ***Edoardo Sanguineti:*** *"It's confusing to consider songs at the same league as poetry: this confusion comes from a vanguard idea of contamination of genres."*
>
> ***Valerio Magrelli:*** *"Words are energy, but they produce something different according to the way and means they are expressed through."*

---

[15] Alfio Squillaci points this out in *La canzone italiana tra poesia e quotidianità*, cit.

Maurizio Cucchi: *"Songs and poetry are different. In a song, words are somehow servants to music. But a fragment of song can be truly poetic, just like a verse."*

Mario Desiati: *"There is an undeniable point of contact between song and poetry, and this is rhythm."*

This is instead what De Gregori and Guccini, two of the most outstanding living Italian songwriters, say on the matter:

Francesco De Gregori: *"Songs will never be poetry, because in songs words are not independent, they are meant for the music, they are built around a melody. But they are literature, just like a theatrical text."*

Francesco Guccini: *"I wrote songs, not poems. My lyrics are meant to be sung: music and lyrics cannot be divided without losing something of their mutual essence. Poetry should be read out loud, and its musicality lies in the words themselves."*

We can finally share De Gregori's idea that poetry and lyrics for music are very similar but in fact different genres and, most importantly, they both can be considered as literary forms of expression.

We will try now a brief comparison between two songwriter's songs inspired by the same topic (case study I) and between a poem and a song inspired by the same topic (case study II).

CASE STUDY I

TWO SONGS INSPIRED BY THE SAME MYTH. A COMPARISON

***Euridice* by Roberto Vecchioni (1993, *Blumùn*, EMI)**

***Orfeo* by Carmen Consoli (2000, *Stato di necessità*, Polydor Records)**

Euridice is the beautiful young Nymph spouse to Orpheus, unsurpassable lyre player. In order to escape from a shepherd in love with her, Euridice runs in the forest, where she is bitten by a snake and dies. Come down to Hell in order to find his lost love, Orpheus plays a sublime music, so that the gods of Hell, moved, accept to bring Euridice back to life, but on condition that Orpheus never turns his head back while he takes the spouse along the way out of Hell.

Orpheus is close to the gates of daylight, out of Hell, when, unable to resist to the desire of looking at the face of Euridice, he turns back, and in doing so, he loses her forever.

In Vecchioni's song, "the narrating voice" is Orpheus.

In the first part he addresses to the King of the Hell, Pluto, cursing him for the loss of his love Euridice, opposing to the tearing pain his own *ars poetica*, his wonderful chant.

Orpheus is conscious of his talent: his chant is no prayer, but a nearly arrogant affirmation of his own exceptional talent. He is sure to succeed in moving even the terrible masters of Darkness, the sovereigns of Hell, just by singing and playing about love, war, and the cruel destiny of men. But Orpheus's attitude changes soon: to the desperate and fierce rage of the opening lines, a second part follows, in which Orpheus surrenders to the thought of losing Euridice, leaving her in the reign of the Dead.

Vecchioni inserts explicit references to the Greek tradition: one reference is given by the *black sails (vele nere)*, those that were displayed on the ships returning from a war, when some soldiers had died (Orpheus himself was part of the famous shipment of the "Argonauts").

There is also a particularly elegant "stylistic" reference, given by the alternation of two voices, the one of Orpheus, and another one, similar to the *Chorus* that in ancient Greek tragedies had the function of expressing to the public the true feelings of the character playing on the scene.

According to the interpretation that Vecchioni gives of the myth, Orpheus turns his head deliberately, choosing therefore to lose Euridice forever: he refuses to abandon himself to the memory, in order to live his life fully again.

In Carmen Consoli's song, Euridice is the "narrating voice": the author chooses to sing about the moment when she is walking with Orpheus on the path that from Hell brings to the world again.

Consoli's Euridice has quite a severe attitude towards Orpheus («Orfeo malato» - «*ill Orpheus*» - she calls him): she is suspicious and hard on him («sei venuto a convincermi, o biasimarmi per ciò che non ho ancora imparato?» - *«have you come to convince me, or blame me for what I have not learned yet?»).*

Consoli gives a very contemporary perspective to the ancient myth, and describes Orpheus and Euridice almost as a quarrelling modern young couple.

Euridice's attitude is harsh, but she is so willing to come back to life that she hangs with all her strength to her saviour Orpheus. Consoli chooses to fix a moment of hope for Euridice, who has just found his lost love and does not know yet that she will be forced to lose him again.

Perhaps the hardness of Euridice is an anticipation of the cruel disillusion the girl is soon to be facing, because of Orpheus, «distratto da voci che inducono in tentazione» - *«distracted by tempting voices».*

Vecchioni and Consoli's songs both tell the same story from two different points of view.

It is peculiar that the narrating voices are inverted with respect to the title (In "*Orfeo*", Euridice speakes her voice, in "*Euridice*", Orpheus speaks his voice…)

Vecchioni sings about an Orpheus who decides, with a *coup de theâtre*, of losing Euridice to immerse himself into the joys of life again. Consoli sings the momentary excitement of Euridice, her hope to come back to life thanks to her darling Orpheus.

In both songs, despite the differences, what prevails is a feeling of melancholy and disillusion, due to the anticipation that Euridice will be abandoned by Orpheus, almost a premonition of a sad event, even though both songs refer one to the future happy life of Orpheus, the other to the happiness felt by Euridice in coming out from Hell.

Vecchioni's lyrics are very effective in recreating the settings and atmospheres of Ancient Greece, they are more complex and articulate than Consoli's, full of literary references, and he also uses a refined syntactic construction and incisive language. That is why Vecchioni's lyrics are a step closer to poetry than Consoli's.

CASE STUDY II

A SONGWRITER'S SONG AND A POEM INSPIRED BY THE SAME TOPIC. A COMPARISON

Francesco De Gregori *A Pà (1985, Scacchi e Tarocchi*, RCA Records)

Attilio Bertolucci, *A Pasolini (in risposta),* in *Viaggio d'inverno* (1971, Garzanti, Milano)

Francesco De Gregori, never met Pier Paolo Pasolini, while Attilio Bertolucci (1911 – 2000), was a very close friend to him, the Italian perhaps most influential and controversial intellectual, murdered in 1975 in Ostia, near Rome, officially by a young man he was trying to seduce. Decades later, the truth on this murder has not been unveiled yet.

Nowadays, though, is becoming more and more popular the hypothesis that Pasolini was victim of a political murder committed by right-wing extremist criminals: his last film *Salò* disappeared in mysterious circumstances, and it seems that Pasolini was in Ostia that night to meet the people who stole the copies of his film and to make arrangements to have them back.

Both De Gregori's lyrics and Bertolucci's poem focus on the idea of brevity of life: this was true especially for Pasolini, who died too soon, brutally killed by criminal hands.

They also both focus on Pasolini's purity and honesty of thought (symbolized by lilies in the field, or night butterflies).

These are both very agile compositions, brief and concentrated, quite "easy" in language, like a thought dedicated to a friend who is doomed to be gone too soon. They are also both directly addressed to Pasolini as a *you* (*tu*), in a very personal and intimate way.

De Gregori's lyrics, very close to poetry indeed, are perhaps more focused on the joy of living, they remind of the vivacity of the poor young boys depicted by Pasolini in his films and novels.

He also impersonates one of those boys, those *ragazzi di vita*, by pretending to be present that night in Ostia, near the seaside, where Pasolini was killed.

Bertolucci's poem has instead a sadder, disillusioned attitude towards death: «(eppure vita era anche il giorno che muore)» [(*but life was also the day that dies)].* Life is made of death, and the mature poet is well aware of that.

A Roberto

(Notes from the seminar held on 10.03.08 at University of Coimbra, Faculty of Letters – Department of Anglo-American Studies – Poets in Residence Programme 2008.)

Bibliography

L. Baldacci, *La musica in italiano. Libretti d'opera dell'Ottocento*, Rizzoli, Milano 1996

G. Baldazzi, *La canzone italiana del Novecento*, Newton Compton, Roma 1989

G. Borgna, *La grande evasione. Storia del Festival di Sanremo: 30 anni di costume italiano*, Savelli, Roma 1980

G. Borgna, *Storia della canzone italiana*, Mondadori, Milano 1992

G. Castaldo, a cura di, *Dizionario della canzone italiana*, Armando Curcio Editore, Roma 1990

P. Jachia, *La canzone d'autore italiana 1958-1997*, Feltrinelli, Milano 1998

F. Liperi, *Storia della canzone italiana*, Rai-Eri, Roma 1999

V. Mollica e S. Sacchi, *Noi, i cantautori. Club Tenco e dintorni*, Lato Side, Roma 1982

P. Scialò, *La canzone napoletana dalle origini ai giorni nostri*, Newton, Roma 1996

Alfio Squillaci in *La canzone italiana tra poesia e quotidianità. Appunti sparsi per una lezione da tenersi all'Istituto della Comunicazione di Milano, maggio 2003*, http://www.lafrusta.net/fili_canzone_italiana.html

Roberto Vecchioni, *Lezioni sulla canzone d'autore italiana*, formerly published on http://www.vecchioni.it

Roberto Vecchioni, *Canzone d'autore*, Treccani Encyclopedia (1998), http://www.vecchioni.org/editoria/voce-canzone-dautore-scritta-per-lenciclopedia-treccani/

(Página deixada propositadamente em branco)

Una Vera Fashion Consciousness. O Italiano da Moda e o Empréstimo Linguístico: Breves Notas a um Artigo de Vanityfair.it

Alberto Sismondini
Universidade de Coimbra
sarvagi@fl.uc.pt

Resumo: Partindo das considerações de Roland Barthes a respeito do universo da moda, este texto pretende focar o fenómeno do empréstimo linguístico no léxico italiano da moda, conforme a análise de um artigo publicado pela edição italiana da revista *Vanity Fair,* pertencente ao grupo norte-americano Hearst. Uma análise dos lexemas estrangeiros utilizados e o seu valor percentual na totalidade dos termos publicados, permite observar a mutação de tendência ocorrida nas últimas décadas, em que a língua inglesa substiuiu o francês como "língua franca" da moda nas publicações italianas.

Palavras chave: Roland Barthes, moda, empréstimo linguístico, italiano, inglês

Abstract: Starting from Roland Barthes' point of view on the fashion universe, this work aims to focus on the linguistic loan as a phenomenon in Italian fashion current lexicon. The results are obtained from an article published in the Italian edition of *Vanity Fair*, actually belonging to the U.S. Hearst group. Through this brief survey, which points out foreign lexemes and their strength over the whole amount of words published in the text, a growing tendency of the last decades is, once more, revealed: English is taking the place of French as «lingua franca» in Italian fashion publications.

Keywords: Roland Barthes, fashion, linguistic loan, Italian, English

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_10

Há poucas semanas recebi de uma amiga, docente de estudos clássicos e de literatura italiana no conceituado liceu da minha cidade natal, um *mail* e um perentório convite («devi assolutamente leggerlo!», dizia o texto) para ler um artigo divulgado em rede, consagrado à vida de mulheres de poder, da versão italiana da revista internacional *Vanity Fair*.

Mesmo suspeitando houver algum engano, de não ser eu o destinatário, abri o hipertexto e percebi que de facto, mais do que a admirar as imagens de primeiras damas e aprendizes rainhas, o convite dizia respeito à análise das notas que concisamente acompanhavam a série de 29 slides, a compor a apresentação do artigo, cujas 987 palavras seguem reproduzidas. É suficiente uma rápida vista de olhos para deparar com a forte incidência de palavras estrangeiras em uso no léxico italiano contemporâneo das revistas de moda.

Donne di potere. E di stile[1]

Da Michelle Obama a Kate Middleton passando per Cristina Kirchner: sotto la lente, il look di first lady, presidenti e regine

di R. Fiori 1.04.2011

«Michelle dresses to win» (Michelle Obama si veste per vincere) aveva titolato il New York Times, il 6 novembre 2008, ovvero il giorno dopo la vittoria delle presidenziali americane da parte del marito Barack. Quel giorno, la neo first lady veniva incoronata anche fashion icon. In quell'occasione Michelle O', come era stata ribattezzata in memoria di Jackie Kennedy, aveva indossato un (criticatissimo) abito giallo lime della stilista americano-cubana Isabel Toledo; per il gala di insediamento alla Casa Bianca un abito bianco (che sembrava da sposa) di Jason Wu. Uno stile

[1] http://www.vanityfair.it/starstyle/i-like/2011/03/28/le-fashion-icon-della-politica

estremamente personale il suo, guidato unicamente dalla tempra del suo carattere.» (p.2)

«Mrs. Obama tiene a debita distanza il fashionbiz: non flirta più di tanto con le maison, anzi, si diverte a mostrare la propria indipendenza critica mixando marchi low budget e alta moda. Con Michelle la moda riscopre la sua (spesso dimenticata) funzione di metalinguaggio. La first lady americana è consapevole del potere della moda e attraverso le sue scelte di stile veicola le sue scelte etiche come quella di sostenere stilisti emergenti trapiantati negli States (vedi Thakoon Panichgul, Jason Wu e Maria Pinto). Alcune linee guida del suo guardaroba: abiti smanicati (per mettere in mostra le belle braccia ancora toniche), le scarpe ultra flat (per non superare il marito) e colori segnaletici (per emergere dall'ombra del consorte nonché presidente degli States).» (p.3)

«Dopo anni di passerelle e copertine patinate, la ex top model Carla Bruni non ha bisogno di consigli in fatto di stile. La prèmiere dame francese con un passato da modella, cantante, attrice, si destreggia, infatti, con innata disinvoltura e consapevolezza tra marchi, tagli e icone di riferimento (lei ha scelto Jaqueline Kennedy). Dalla sua, il fisico perfetto che, però, sembra voler nascondere per acquistare una certa credibilità come donna di potere.» (p.8)

«Monocromia, lunghezze midi e scarpe flat (l'altezza del marito Nikolas Sarkozy non dà molta scelta) sono i capisaldi del suo guardaroba, elegante, ma non troppo originale. Che sia una strategia per non offuscare monsieur le President o è semplicemente il suo modo di interpretare il ruolo-personaggio di first lady? Il guardaroba di Carlà trabocca di griffatissimi tailleur taylor made, petit noir, cappellini e guanti che ci trasportano lontano nel tempo, quando ancora ogni capo aveva la sua occasione.» (p.9)

«Da quando è passata dallo status di fidanzata storica a quello di fidanzata ufficiale del principe William d'Inghilterra, Kate

Middleton è diventata la fashion guru delle suddite inglesi. Kate sa che il suo look è sotto la lente d'ingrandimento di fan e riviste ed è forse per questo che per il momento sembra andarci cauta. Lo stile della futura principessa di Cambridge sembra essere, infatti, ancora in fase embrionale: orli al ginocchio, abiti monocromi e cappellini secondo tradizione segnano il suo ingresso – quasi nell'anonimato in fatto di stile – a Bunkingham Palace. Come lei, anche una giovanissima Lady Diana, trentuno anni fa, entrò nel palazzo reale inglese senza una vera fashion consciousness, un po' per via del suo carattere riservato, un po' per la rigida etichetta inglese. Con gli anni, sviluppò un preciso gusto stilistico insieme al senso di ribellione alla corte. Kate, da par sua, ha, però, già dimostrato di avere un penchant per le balze e – per non scontentare forse il made in Uk – per il tweed.» (p.13)

«Christina Kirchner è passata da first lady, al fianco del marito Néstor, a prima donna Presidente dell'Argentina. In corsa per il secondo mandato presidenziale, Cristina è una donna di polso, ma estremamente femminile. Il suo punto debole: le scarpe con plateau. Per via della sua passione per le scarpe, la Prima Signora è stata soprannominata Imelda Marcos, come la moglie del ex dittatore filippino. Atout del suo guardarobe i robe-manteau di broccato, tailleur gonna o pantalone di foggia sartoriale e i mini bolero portati sopra i tubini per creare uno strategico gioco di proporzioni. La palette colori vede protagonista su tutti il bianco che fa risaltare il suo incarnato super tan (tutto l'anno). La sua firma di stile? L'accostamento di tessuti shine e mat: camicia di raso e gonna di lana, abiti effetto jaquard sotto il cappotto lucido e viceversa.» (p. 18)

«Ad avere gli occhi e i flash puntati contro Letizia Ortiz era già abituata dai tempi del telegiornale alla Cnn. Il suo gusto ha avuto tutto il tempo di affinarsi anche se il passaggio da anchorwoman a consorte del principe Felipe di Spagna non è stato facile. Nel

giro di pochi anni, Letizia è, infatti, dimagrita moltissimo, tanto da insinuare il sospetto di anoressia. Dal tailleur rigoroso da mezzobusto televisivo, la neo principessa delle Asturie è passata a coloratissimi tubini che sottolineano la silhouette sottile (anche immediatamente dopo le due gravidanze). Conscia di essere sempre sotto l'occhio attento dei sudditi Letizia sembra non avere mai un'aria davvero rilassata. Anche il casual wear è studiato nei minimi dettagli: è informale ma griffatissimo e soprattutto coordinato. Il suo è un mix calcolato di buon gusto e consapevolezza del ruolo. La sua fortuna? Avere un marito altissimo che le permette di poter alternare in tutta libertà décolletée altissime - le sue preferite- e ballerine ultra flat.» (p.22)

«Regalità e stile innati, la regina Rania di Giordania sa valorizzare la propria figura, perfetta nonostante le quattro gravidanze, e accostare con gusto colori e accessori. Corteggiatissima dagli stilisti internazionali, Rania sa scegliere, a seconda dell'occasione, il capo giusto nel rispetto della cultura del suo Paese, ma senza risultare bigotta. Per le occasioni internazionali Rania opta per abiti dal taglio minimal non troppo aderenti al corpo e con l'orlo dal ginocchio in giù. Per le serate di gala "in casa", invece, la consorte del re Abdhulla si lascia sedurre dai tessuti preziosi, dai ramage floreali, dalle applicazioni bijoux e dai drappeggi.» (p.26)

Procurando sistematizar a série de lexemas estrangeiros presentes no texto, fui conferir, em dois dicionários italianos monolingues em rede, de comprovada qualidade,[2] se estes empréstimos não integrados já constavam das listas de palavras consagradas no vocabulário transalpino.

---

[2] *Grande dizionario italiano* de Aldo Gabrielli in http://dizionari.hoepli.it/Dizionario_Italiano.aspx?idD=1, Milano, Hoepli e *Dizionario Italiano Sabatini e Coletti* de Francesco Sabatini e Vittorio Coletti, in http://dizionari.corriere.it/dizionario_italiano/index.shtml Firenze, Giunti.

Anglicismos
(49 palavras, 4,96% do total):

Página	Palavra / locução	Dic. A	Dic. B	Tradução italiana
2	first lady	Sim	Sim	La moglie del presidente
2	fashion icon	Não*	Não*	icona della moda
2	lime	Sim	Sim	lime
3	Mrs. [Obama]	Não	Não	la signora [Obama]
3	fashionbiz	Não*	Não*	il mondo degli affari nel campo della moda
3	mixando	Não	Não	mescolando
3	low budget	Não	Não	a buon prezzo / economici
3	first lady	Sim	Sim	la moglie del presidente
3	States	Não	Não	gli Stati Uniti d'America
3	ultra flat	Não	Não	ballerine
8	top model	Sim	Sim	indossatrice di grande successo
9	flat	Não	Não	ballerine
9	first lady	Sim	Sim	la moglie del presidente
9	taylor made	Não	Não	sartoriale
13	fashion guru	Não*	Não*	guru della moda
13	look	Sim	Sim	immagine, aspetto
13	fan	Sim	Sim	sostenitore, ammiratore
13	fashion coinsciousness	Não*	Não*	consapevolezza dei propri gusti nella moda
13	penchant	Não	Não	avere un debole
13	made in UK	Não	Não	prodotti britannici
13	tweed	Sim	Sim	tweed, tessuto in lana
18	first lady	Sim	Sim	la moglie del presidente
18	super tan	Não	Não	molto abbronzato
18	shine e mat	Não	Não	lucido e opaco
22	flash	Sim	Sim	lampo
22	anchorwoman	Sim**	Sim	conduttrice di programmi.
22	casual wear	Sim***	Sim***	Abbigliamento informale / sportivo
22	mix	Sim	Sim	combinazione
22	ultra flat	Não	Não	ballerine
26	minimal	Não	Não	minimale
NOTAS:		* existe a palavra "fashion"		
** existe apenas o termo masculino "anchorman"		*** existe apenas o termo "casual"		

Galicismos:
(20 palavras; 2,03% do total)

Página	Palavra / locução	Dic. A	Dic. B	Tradução italiana
2	gala	Sim	Sim	Festa, raduno, evento
3	maison	Não	Não	casa di moda
8	première dame	Não	Não	la moglie del presidente
9	Monsieur le président	Não	Não	Signor Presidente
9	tailleur	Sim	Sim	tailleur
9	Petit noir	Não	Não	abito da cocktail trasformato in tenuta serale
18	plateau	Não	Não	zeppa, suola rialzata
18	Atout	Sim	Sim	opportunità
18	robe-manteau	Sim	Não	abito femminile di foggia simile a cappotto
18	palette	Não	Não	gamma di colori
18	jacquard	Sim	Sim	jacquard
22	tailleur	Sim	Sim	tailleur
22	silhouette	Sim	Sim	figura
22	décolletée	Sim	Sim	scarpe scoperte
26	ramages	Sim	Não	motivo floreale su stoffa
26	bijou	Sim	Sim	gioiello, ninnolo

Um primeiro resultado demonstra como das 49 palavras inglesas apresentadas, 30 não estão presentes nos dois dicionários, perfazendo uma média de 61,2%. De igual modo, das 20 palavras francesas contempladas, 10 não constam das mesmas fontes (é uma média de 50%, portanto, mais baixa do que a anteriormente indicada).

Considerando uma base de 250.000 lexemas,[3] Tullio De Mauro afirma que os estrangeirismos presentes no seu *Grande dizionario italiano dell'uso* (1999), entre os que já foram integrados na morfologia da língua hóspede e os de importação direta, o primado vai para os helenismos (8354 - a perfazer uma percentagem do 3,34%), seguidos pelos anglicismos (5510 - 2, 2%) e pelos lexemas vindos do francês (4370 - 1,75%). No texto analisado, os empréstimos não integrados chegam até 7% da totalidade de palavras, revestindo

[3] Tullio de Mauro (2005), *La fabbrica delle parole*, Torino, Utet, p. 136.

um valor primordial na economia semântica da escrita, tornando-a "geradora" de novas relações entre significantes e significado, às vezes sem um termo correspondente em italiano: veja-se o caso de «fashionbiz» ou de «petit-noir». Observemos também que o tema do artigo, a vida de personalidades famosas e o seu relacionamento com a indumentária em eventos oficiais, obriga o autor a utilizar uma linguagem pensada para a fruição de um número avultado de leitores, uma língua geral, de sintaxe linear, "abrilhantada" porém pelo uso de termos importados, quase a criar uma forma de gíria, caindo no abuso de negligenciar palavras italianas existentes e perfeitamente aptas a ser usadas em seu lugar.[4] Note-se a intenção de aproveitar um léxico exótico ou especializado para criar um sentido de fascinação nos leitores.

No que diz respeito à literatura científica italiana, valem as considerações de Berruto[5] sobre as variedades diafásicas caracterizadas por um léxico especial, em relação a determinados domínios extra-linguísticos e às correspondentes áreas de significados. Estas reflexões são utilizadas por Alberto Sobrero[6] para postular uma definição geral de «lingue speciali» [línguas especiais] para as variações das línguas ligadas a setores e disciplinas peculiares, tais como a medicina, a física e o desporto. Continuando na sua classificação este autor passa a definir «lingue specialistiche» [línguas especializadas] as típicas de disciplinas com alto grau de especialização. Interpretando o texto de Sanger, Dungworth e McDonald (1980),[7]

---

[4] Cf. Federica Pellegrino, *Forestierismi e latinismi*, in *Semplificazione del linguaggio amministrativo – Manuale di stile no site* http://www.maldura.unipd.it/buro/gel/gel12.html (15.04.2012).

[5] Gaetano Berruto (1997) "Varietà diamesiche, diastratiche, diafasiche" in Alberto Sobrero (org.) *Introduzione all'italiano contemporaneo – La variazione e gli usi*, Bari, Laterza, pp. 37-92.

[6] Alberto A. Sobrero, (1997) "Lingue speciali" in Sobrero, *op.cit.*, pp. 237-277.

[7] Sager, Juan C.- Dungworth, David- McDonald, Peter F. (1980) *English special languages. Principles and practice in science and technology*. Wiesbaden, Oscar Brandstetter Verlag.

Sobrero define a língua especializada como um subsistema ou extensão da língua especial, que partilha o mesmo sistema gramatical adicionado de um léxico próprio; a sua sintática é também redesenhada para atingir um público-alvo representado por iniciados na matéria, segundo critérios formais de economia, de objetividade e de propriedade.[8] Continuando na sua análise, Sobrero observa que os textos especializados neutralizam qualquer aspeto ligado às funções emotiva, expressiva e fática. Estes textos têm características discursivas peculiares tal como descrições, definições e comparações. O autor insiste em indicar o léxico como zona de fronteira entre a língua especializada e uma língua especial mais genérica (língua setorial). Outros fenómenos morfossintáticos relevantes consubstanciam-se na nominalização, na perda de valor do verbo, na alta densidade semântica, no uso reduzido das orações subordinadas, na utilização da forma passiva e dos modos impessoais, além dos já citados neologismos, empréstimos não integrados e acrónimos.[9]

A linguagem setorial, como Sobrero indica, usa a língua geral para não perder contacto com o seu público definido, generalista, efetuando pontualmente algumas incursões na linguagem especializada, principalmente para apropriações lexicais, captando termos usados por iniciados.

Um estudo de Massimo Cavaliere,[10] na senda desta reflexão, elaborou um esquema a considerar a tipologia de público das revistas de moda e o tipo de linguagem utilizadas:

---

[8] Alberto Sobrero, *ibidem*.

[9] Sobrero (1997), *op. cit.* pp. 243-251.

[10] Massimo Cavaliere (2006) *Il linguaggio della moda tra parole e immagini,* Tesi Università degli Studi "Aldo Moro", Bari; uma súmula da tese em http://www.tesionline.it/consult/preview.jsp?pag=1&idt=15575 (16.04.2012).

Tipologia de leitores	*Caraterísticas morfossintáticas e lexicais das revistas*
Profissionais da moda	**Língua especializada (técnico-económica)** nominalização estrangeirismos justaposições nominais acrónimos
Atores e consumidores de moda	**Língua setorial** uso de *wordplays* estrangeirismos Jargão *cool* decalques semânticos amálgamas
Massas	**Língua popular** sintaxe linear polissemia glosas explicativas

A leitura do artigo de *Vanityfair.it,* por razões acima mencionadas, sugere a inscrição do texto na categoria medial, sendo o público alvo parte da *fashionable people*, fundamental para o sucesso comercial da moda.

O mesmo estudo evidencia quanto o mundo editorial italiano deste setor está dependente dos Estados Unidos por razões económicas, sendo o mercado americano um dos mais importantes para as exportações das marcas italianas. O autor também realça a mutação de estilo que a revista *Vogue America* imprimiu a este domínio nos últimos vinte anos, sob a orientação da célebre diretora Anna Wintour.

Além das revistas, alguns romances emblemáticos, inspiradores de filmes ou de séries tais como *The Devil Wears Prada, Sex and the City* ou *Desperate Housewives* alcançaram uma audiência não necessariamente vincada no campo da moda e desenvolveram um papel primordial na evolução do gosto de um público à escala planetária. Esta audiência tornou-se potencial cliente de vários produtos do "luxo globalizado", a título de exemplo, as sandálias do estilista Manolo Blahnik.

Roland Barthes[11] defendia que, passando pela escrita, a moda se tornava narrativa e as revistas do setor «geradoras de sentido» do imaginário coletivo. Após décadas da publicação do *Sistema da moda*, é interessante observar a função contínua de certos lexemas ao tornarem-se «divindades naturais produtoras do vestuário».[12] Já no original do autor gaulês, duas das palavras citadas eram constituídas por empréstimos não integrados («cocktail» e «week-end»). Agora estes lexemas também pertencem legitimamente ao léxico italiano e são substituídos por outros mais inovadores («ultra flat» ou «shine e mat», por exemplo) que evocam, nos seus enunciadores e recetores, informações que ultrapassam a mera semântica da tradução literal do termo.

No italiano contemporâneo — uma língua não sujeita a políticas de protecionismo linguístico pelo governo, tal como o francês —, assiste-se ao avanço de terminologia estrangeira, nomeadamente no domínio permeável da moda e da publicidade, desde sempre sensíveis à atração de novos pólos internacionais da criatividade.

Na atualidade, é de facto a língua inglesa dos Estados Unidos que exerce o maior poder de influência sobre a língua setorial da moda na pátria de Dante.

Bibliografia

Barthes, Roland (1967), *Le Système de la mode*, Paris, Seuil.

---------- (1981), *O Sistema da moda*, Lisboa, Edições 70.

Berruto, Gaetano (1997), *Varietà diamesiche, diastratiche, diafasiche*. In: Alberto A. Sobrero (org.) *Introduzione all'italiano contemporaneo – La variazione e gli usi*, Bari, Laterza.

Cavaliere, Massimo (2006), *Il linguaggio della moda tra parole e immagini,* Tesi Università degli Studi "Aldo Moro", Bari.

[11] Roland Barthes (1967) *Le Système de la mode*, Paris, Seuil.

[12] Roland Barthes (1981) *O Sistema da moda*, Lisboa, Edições 70, p. 310.

de Mauro, Tullio (2005), *La fabbrica delle parole*, Torino, Utet.

Gabrielli, Aldo, *Grande dizionario italiano*. In: http://dizionari.hoepli.it/Dizionario_Italiano.aspx?idD=1 , Milano, Hoepli

http://www.vanityfair.it/starstyle/i-like/2011/03/28/le-fashion-icon-della-politica

Pellegrino, Federica (2001), *Forestierismi e latinismi*. In: *Semplificazione del linguaggio amministrativo – Manuale di stile no site* http://www.maldura.unipd.it/buro/gel/gel12.html (15.04.2012)

Sabatini, Francesco / Coletti, Vittorio, *Dizionario Italiano*. In: http://dizionari.corriere.it/dizionario_italiano/index.shtml Firenze, Giunti.

Sager, Juan C./ Dungworth, David / McDonald, Peter F. (1980), *English special languages. Principles and practice in science and technology*. Wiesbaden, Oscar Brandstetter Verlag.

Sobrero, Alberto A. (1997) *Lingue speciali*. In: Alberto A. Sobrero (org.) *Introduzione all'italiano contemporaneo* – La variazione e gli usi, Bari, Laterza, pp.237-277.

ANÁLISES DOS MEDIA: DO CONTEÚDO AO DISCURSO

Isabel Ferin Cunha
Universidade de Coimbra
barone.ferin@gmail.com

Resumo: Neste artigo faz-se uma síntese das teorias que, desde o início das pesquisas em Comunicação no começo do século XX, têm informado a análise dos Media. Com este objectivo traça-se os percursos teóricos e metodológicos que têm orientado as análises de conteúdo, de pendor quantitativo, e as análises de sentidos e significações, de cariz mais qualitativo. Discute-se, ainda, a instrumentalização e operacionalidade de alguns conceitos e procedimentos presentes na análise dos Media e pertencentes a disciplinas e campos do saber, tais como a Sociologia da Comunicação, a Linguística e a Análise do Discurso. Como ilustração utilizam-se exemplos dos Estudos sobre a Imigração.

Palavras chave: Análise dos Media, Análise do Conteúdo, Análise textual, Linguística e Análise do Discurso.

Summary: This article undertakes a synthesis of the theories which, since the beginning of research in communication at the start of twentieth-century, has informed media analysis. With this objective, they delineate the theoretical and methodological paths, which have guided content analysis, of a quality tendency, and the analysis of directions and meanings, of a more qualitative nature.

It also deals with, the instrumentalisation and operability of some concepts and procedures found in media analysis and belonging to such discipli-

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_11

nes and fields of knowledge such as: the Sociology of Communication, Linguistics and Discourse Analysis. Immigration Studies is one area used to illustrate such examples.

Key words: Media analysis, content analysis, textual analysis, linguistics and discourse analysis

Introdução

A análise dos Media é uma tarefa complexa e multidisciplinar que articula o conceito de análise e de Media. O que é uma análise? E o que são os Media? Por análise entende-se um conjunto de procedimentos (e técnicas) ancorados em disciplinas e conceitos com vista a extrair conteúdos e sentidos veiculados pelos meios de comunicação impressos, radiofónicos, televisivos e on-line. A análise dos conteúdos e sentidos pode incidir, por exemplo, sobre apenas um ou um conjunto de textos impressos, sobre uma imagem televisiva ou um conjunto de programas televisivos, sobre uma notícia de jornal com fotografia ou um conjunto de fotografias num jornal, bem como sobre o desenho de um site ou a informação por este suportada. São, assim, muitos os níveis de análise possíveis, bem como são muito variados os dispositivos mediáticos que veiculam conteúdos e sentidos.

Em função dos objectivos definidos pela investigação a análise pode centrar-se nos conteúdos manifestos – por exemplo, em textos escritos, imagens ou sons – mas também, nas estruturas narrativas de textos – impressos, televisivos ou *on-line* – ou ainda em discursos, entendidos como unidades de expressão – escrita, oral, visual, sonora ou mista – que articulam as linguagens com a estrutura social. No seguimento desta observação pode-se ainda considerar que há duas tendências ou visões de mundo, que estruturam a análise dos Media: uma concepção empírica do conhecimento do mundo e

uma perspectiva construtivista sobre o que se pode conhecer sobre o mundo.

Na primeira abordagem privilegia-se a ideia de que o mundo real e objectivo existe para além dos sujeitos pensantes e que os seres humanos têm acesso a esse mundo real através dos sentidos. Ainda segundo a concepção empírica, os fenómenos podem ser conhecidos quando se elimina o subjectivismo e se empreende a recolha regular de evidências, dentro do princípio que um bom conhecimento empírico resulta da correspondência entre as evidências descritas e interpretadas e o mundo que "está la fora".

A perspectiva construtivista entende que a evidência é sempre observada por indivíduos e que a interpretação decorre de subjectividades. Neste sentido, as ideias (teorias) e a experiência (codificada pelas linguagens) estruturam a forma como se acolhe e interpretam os fenómenos, sendo o conhecimento, simultaneamente, o resultado de um processo cognitivo interno – em que se decide sobre o que pensar – e os dispositivos teóricos e metodológicos utilizados na reflexão sobre um assunto, tema ou fenómeno.

A análise dos Media deve ter ainda em consideração as particularidades de cada Media. Isto é, cada meio de comunicação, por razões inerentes à sua funcionalidade, exige uma forma de expressão apropriada, condicionada quer pelos dispositivos tecnológicos do meio, quer pelos públicos/consumidores a que se dirige. Por exemplo, numa perspectiva histórica a imprensa dirige-se a um público alfabetizado, oferecendo uma informação mais aprofundada; a rádio tende a ter uma informação mais condensada e a desenvolver, separadamente, rubricas relativas a determinados temas; a televisão procura os directos e a informação de última hora ao mesmo tempo que, através de líderes de opinião reconhecidos pela sociedade, procura aprofundar determinadas temáticas; nos jornais *on-line* a interactividade e o imediatismo são valorizados e a informação está em constante mutação.

Acresce ainda que os meios de comunicação são empresas, públicas ou privadas, sujeitas a cadernos de encargos que estipulam direitos e deveres. Estas empresas, que visam o lucro, ou pelo menos (como nos meios públicos) não provocar prejuízos, têm estratégias próprias de actuação, nomeadamente, no mercado mediático e publicitário. Recuperando McQuail (1992: 142), os *Media* inserem-se na sociedade e encontram-se sujeitos a pressões políticas, económicos e sociais. No domínio da política, convém salientar que os meios de comunicação funcionam dentro de um quadro legislativo, definido pelo Estado e pela União Europeia, que regula as concessões e promove a regulação e a auto-regulação. Dentro de um enquadramento económico os meios estão sujeitos a pressões financeiras, a estratégias de fusão nacionais e internacionais, bem como a mudanças estruturais que decorrem dos desenvolvimentos tecnológicos, nomeadamente dos avanços nas telecomunicações e no digital. Não são ainda de desprezar as pressões decorrentes da concorrência, do excesso de oferta no mesmo segmento mediático e da partilha de mercado publicitário. Na área social os Media dependem das audiências, mas estas estão vinculadas a factores estruturais, como a cultura, a escolaridade, a participação cívica e política dos cidadãos. Estes componentes sociais condicionam a qualidade dos Media, não só numa perspectiva interna (qualidade dos profissionais e da programação) como externa (expectativas das audiências e consequente oferta de publicidade).

Nesta exposição, na medida em que se abordará como um estudo de caso, é ainda importante definir o que se entende por Imigração. Discorrer sobre a Imigração é falar de Migrações, um fenómeno recorrente na história da Humanidade. O que distingue as Migrações actuais são os destinos (Europa, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia) e a dimensão e visibilidade destes movimentos. Há cerca de 200 milhões de pessoas deslocadas no mundo, o que corresponde a 2,8 da população mundial (Castles e Miller, 2003). Os que migram

não são necessariamente os mais pobres, com excepção para os refugiados, mas sim os que dispõem de contactos no exterior – familiares, vizinhos, conhecidos – e algumas economias para aguentarem, ou pagarem, o período de instalação. Migram sobretudo os jovens, homens, mas também mulheres, estas cada vez mais escolarizadas e aspirando a uma vida independente. A feminização e a mobilidade de estudantes, oriundos de países terceiros, constituem factores referenciados como impulsionadores de novos fluxos migratórios.

Na medida em que as fronteiras do mundo ocidental se fecham, surgem novas figuras sociais, jurídicas e económicas associadas às migrações: os imigrantes residentes, os temporários, os imigrantes com contracto de trabalho, os ilegais, os clandestinos, os sem papéis, os migrantes pendulares, os migrantes sazonais, os refugiados, os que vivem completamente fora da sociedade oficial, como grande parte dos latino-americanos nos Estados Unidos. Estas «novas figuras sociais» são amplamente exploradas e consolidadas, numa perspectiva negativa e positiva, pelos meios de comunicação e pelas indústrias de conteúdo, com destaque para as televisões e a *world music* (Appadurai, 2004).

Como afirma Wenden (2005:19), 60% dos estrangeiros instalados na Europa têm mais de dez anos de permanência nos países de acolhimento e constituem cerca de 6% da população europeia. Entre os países com maior percentagem de imigrantes está o Luxemburgo, com mais de 10% de estrangeiros de origem portuguesa, e a Alemanha, com aproximadamente 3 milhões de imigrantes de origem turca. Neste contexto, Portugal constitui um caso particular na medida em que, se, por um lado, continua a ser um país atractivo para os imigrantes – apesar do decréscimo de renovações de visto de trabalho sinalizadas nos anos de 2005 e 2006 –, por outro, têm vindo a crescer os dados e as notícias nos meios de comunicação sobre emigração de portugueses para outros países europeus como a Holanda, a Inglaterra e a Alemanha.

Entre os mecanismos de "defesa e construção" de um espaço europeu de circulação salienta-se o Acordo de Schengen, assinado inicialmente em 1985 e paulatinamente estendido a todos os países que vão integrando a Comunidade Europeia. Este dispositivo constitui, para os cidadãos europeus, a garantia de circulação sem fronteiras, mas obriga os cidadãos de países terceiros a obterem um visto Schengen para visitarem ou permanecerem nestes países. Por exigências de adequação e eficiência, a fronteira Schengen abrangia, em 2007, apenas 15 países e não os 27 que constituem a União Europeia. O espaço Schengen, como é designado o território delimitado pela fronteira comum, encontra-se dotado de um sistema único informatizado de controlo de entradas e de registo de dados que é partilhado por todos os membros comunitários aderentes. A existência da fronteira Schengen obriga os países europeus a possuírem centros de acolhimento temporário para imigrantes em situação ilegal e, ao mesmo tempo, legislação complementar que permita a expulsão e o registo destes imigrantes no sistema Schengen. São estes mecanismos que geram muitas das notícias de imprensa e de televisão em Portugal referentes aos centros de acolhimento, as que reportam a expulsão e deportação de imigrantes detectados em situação irregular, assim como as que enfatizam acções da polícia, terrestre e marítima, contra a imigração clandestina no Mediterrâneo e o Sul da Península Ibérica.

Na última década, os mecanismos de integração têm vindo a multiplicar-se em diferentes frentes, em toda a Europa, salientando-se os aspectos relativos à obtenção da nacionalidade, as políticas de promoção da igualdade de oportunidades e a vigilância e punição aos empregadores e angariadores de mão de obra clandestina. É ainda de referir, dentro destas políticas, as campanhas contra a discriminação social, com recurso aos meios de comunicação, e as periódicas sondagens sobre a percepção de factores de discriminação e atitudes face aos migrantes.

Este artigo abordará, em seguida, as análises quantitativas e qualitativas dos Media, discorrendo sobre as questões metodológicas e teóricas, bem como enunciando os aspectos positivos e negativos destas abordagens. Para maior compreensão da exposição, recorre-se a exemplos dos Media e da imigração.

Análises de Conteúdo

Uma das questões de investigação determinante na análise dos Media é, sem dúvida, o volume e a diversidade de objectos a analisar. Os meios de comunicação veiculam muitas mensagens, em suportes muito variados, que podem ser objecto de um leque alargado de pesquisas. A finalidade deste tipo de análise é procurar determinar os conteúdos e os sentidos das mensagens emitidas pelos Media e quantificar, através de procedimentos estatísticos e computacionais, as características salientes e manifestas de um conjunto alargado de documentos.

Por exemplo, como responder à pergunta: quais os temas mais focados sobre a Imigração nos jornais diários portugueses?

O percurso da resposta contempla vários passos:

1. Qual é o *corpus* de análise? (isto é, quais os jornais que constituirão o objecto de análise? Todos os jornais diários publicados em Portugal ou apenas os diários de âmbito nacional, em detrimento dos de âmbito regional?);

2. Qual o período de análise? Definir um período de análise é muito importante, não só porque os jornais diários tendem a incorporar os ritmos e os temas sazonais (um número de Agosto apresenta, na generalidade, temáticas que não surgem em Novembro ou Dezembro) como porque o período seleccionado pode determinar a natureza do estudo (representativo, exploratório, etc…);

3. Como se identificam e codificam as notícias sobre Imigração? A identificação e a codificação exigem conhecimento da área e instrumentos de selecção de conteúdos fundados em unidades de análise (por exemplo, os títulos e subtítulos, os dois primeiros parágrafos, etc.). A decisão sobre a matéria a analisar deve ter em conta factores externos – tais como a dimensão da tarefa, a exequibilidade da mesma, o tempo para obtenção de resultados, os recursos humanos e tecnológicos disponíveis – e internos, nomeadamente os aparatos teóricos e metodológicos de análise;

4. Como se analisam as notícias? A análise faz-se com base no conhecimento de área e em unidades de amostragem sintáticas (palavras e núcleos de palavras), proposicionais (frases ou parágrafos), temáticas ou semânticas, onde é necessário um significativo trabalho de construção do analista.

A este conjunto de procedimentos, que se acabou de referir, dá-se o nome de análise de conteúdo (AC), um modelo aplicável às ciências sociais empíricas, que permite traçar "panorâmicas" sobre um grande conjunto de textos. No entanto, estes procedimentos não são aconselháveis para chegar a resultados mais aprofundados sobre textos e discursos ou ainda sobre questões de natureza ética e retórica.

Nos primórdios da AC estão os trabalhos do sociólogo alemão Max Weber, em 1927, que, através da análise dos jornais, pretendia conhecer a sociedade do seu tempo, ao levantar tendências comportamentais. Paul Lazarsfeld e Harold Lasswell, dois fundadores da pesquisa em comunicação, nos anos 20 e 30 do século passado, vão aplicar de forma sistemática a análise de conteúdo a documentos sobre a I Guerra Mundial. Para Berelson (1952: 147) que trabalhou com Lazarrsfeld, a análise do conteúdo é uma técnica de pesquisa que tem como objectivo descrever, de forma sistemática e quantitativa, o conteúdo manifesto das mensagens de comunicação. O objectivo

desta análise é quantificar e tratar estatisticamente dados relevados de um conjunto alargado de textos (impressos, visuais, sonoros, etc…) com vista a construir inferências e interpretações. A análise de conteúdo faz-se sobre textos (impressos, visuais ou sonoros) que normalmente foram construídos com outros objectivos. Por exemplo, faz-se análise de conteúdo de jornais televisivos, de programas de ficção, de músicas pop, rap, etc…

A ênfase na "objectividade" e no "manifesto" revela as ambições científicas desta metodologia de análise no estudo dos fenómenos sociais e humanos, embora as críticas se tenham avolumado em torno dos critérios que presidem à objectividade e à identificação dos conteúdos manifestos. Esta metodologia dá, segundo Bauer e Gaskell (2000:194), seis respostas possíveis a perguntas colocadas pelos investigadores: uma resposta descritiva (quantas notícias o jornal diário X publicou sobre imigração); uma resposta normativa, sobre a construção de constâncias ou "padrões" (por exemplo, "padrões" de cobertura da imigração); análises trans-seccionais (por exemplo, dois jornais cobrindo uma notícia específica durante um mês); análises longitudinais (em que se compara, no mesmo contexto, a cobertura da imigração por um tempo longo); análises de indicadores culturais, em que, em conjunto com análises de conteúdo longitudinais e outro tipo de análises qualitativas, se levantam mapas de tendências de comportamento sociais.

A AC tem, antes de mais, como pré-requisito metodológico o levantamento de contextos e factores históricos, económicos e sociais que rodeiam o material, objecto, texto ou dados a analisar. Por exemplo, antes de iniciar uma análise dos Media sobre a Imigração em Portugal, é necessário reconstruir, brevemente, a história da Imigração em Portugal, levantar as estatísticas da Imigração neste país, e talvez compará-las com outros países europeus geograficamente próximos. É também conveniente identificar qual a origem dos imigrantes e os motivos porque procuram o país. São estes co-

nhecimentos sistematizados que permitirão ao pesquisador formular hipóteses de trabalho, possibilitando o levantamento de categorias de análise de conteúdo.

Um outro requisito metodológico consiste na revisão da literatura da especialidade e a identificação de pesquisas com metodologias e objectivos semelhantes. Fazendo este percurso, economiza-se tempo, evita-se repetir pesquisas anteriores e, eventualmente, erros, aprofundando hipóteses anteriormente esboçadas. Assim, ao iniciar uma pesquisa sobre Imigrantes em Portugal, convém fazer uma pesquisa bibliográfica em centros de documentação especializados e em bibliotecas *on-line* sobre este assunto e, caso não exista uma pesquisa sobre o mesmo tema ou temas correlatos registada em Portugal, pesquisar outros trabalhos no âmbito de países da União Europeia.

A partir da década de 50 do século passado e até hoje, tal como refere Bauer e Gaskell (2000: 190), a análise de conteúdo foi aplicada em muitos estudos, inclusive sobre o racismo, nomeadamente no Reino Unido e nos Estados Unidos (Cottle: 2000). Esta metodologia permite obter resultados face a uma avultada quantidade de objectos ou matérias, permitindo levantar, através de certas categorias conceptuais, os seus conteúdos manifestos. No geral, estes procedimentos tiveram e têm, como objectivo principal, traçar as tendências de cobertura jornalística em situações controversas e de conflito, tais como motins raciais, conflitos urbanos, saúde pública, etc… (Hall et all., 1978)

Por exemplo, no "Projecto Media e Imigração" que analisa o conteúdo de diários, semanários e revistas portugueses de 2003 a 2008, conclui-se que a Imigração está constantemente associada ao "Crime" e a situações de alarme social.

Quadro I - Temas dominantes na imprensa (2003-2008)
em percentagens

Temas dominantes na Imprensa	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Acidentes/Incidentes	0,7	4,1	**12,5**	4,0	5,2	1,9
Agenda	4,7	5,6	7,2	3,6	2,6	3,0
Clandestinidade	**15,7**	**12,2**	8,2	**20,8**	**22,6**	**20,2**
Crime	**17,9**	**19,5**	**26,2**	**21,4**	**22,5**	**36,4**
Discriminação/Racismo	5,7	6,8	8,1	6,3	**12,1**	9,0
Estadística	5,0	6,0	5,3	5,6	4,7	6,4
Habitação	3,7	2,3	4,6	5,3	3,6	3,0
Integração/Directos	13,5	14,3	13,7	6,9	8,5	13,8
Legalização	9,4	9,1	3,1	3,8	4,0	1,0
Legislação	7,6	8,5	7,6	**11,2**	**12,4**	8,1
Máfia	4,2	1,3	0,7	7,8	8,3	5,8
Prostituição	8,8	5,8	8,5	5,0	4,6	3,4
Segurança	6,0	5,1	6,7	3,9	5,6	4,7
Trabalho	**13,8**	**10,2**	6,8	7,4	5,6	3,7

Como se observa neste quadro, a constância dos valores registados em "Crime" permite concluir que é uma tendência e um padrão de cobertura sobre a Imigração, mas não permite aprofundar, nem a natureza do "Crime" nem se os imigrantes são os actores activos (criminosos) ou passivos (vítimas) do "Crime".

Para responder a esta pergunta, é possível criar novas categorias de análise de conteúdo que permitam avaliar a qualidade do actor associado ao Crime (Quadro II).

Quadro II - Qualidade em que surge o imigrante
face ao "Crime" (2008)

Qualidade em que surge o imigrante face ao "Crime"	Número de notícias	% no total de notícias sobre o "Crime"
Autor	621	52,4
Victima	196	16,6
Autor/Victima	362	30,6

Mas, apesar deste quadro permitir perceber que há um grande número de notícias em que os imigrantes surgem como autores

de "Crime" e ser possível, através de outros cruzamentos estatísticos, conhecer quais são os imigrantes ou grupos minoritários mais associados pelos Media a estes fenómenos, a AC não permite identificar os sentidos dos discursos que originam estas imputações. Assim, a crítica que se faz a esta metodología é, simultaneamente, concentrar-se e simplificar demasiadamente o levantamento de grandes saliências temáticas, dando a todas igual peso e tratamento, esquecendo que há relações de sentido que não são possíveis de determinar a partir desses levantamentos.

Para muitos pesquisadores, nomeadamente para Gitlin (1980), Shoemaker e Reese (1996) , a construção de uma base de dados e a aplicação a um conjunto de textos, previamente seleccionados, de códigos pré-definidos não garante a apreensão dos conteúdos e muito menos dos significados presentes nos textos e discursos. Por esta razão, os teóricos e metodólogos da AC procuram integrar na análise procedimentos que visam captar características da análise textual, tais como a argumentação e a retórica (Neuendorf, 2002).

Análises Textuais

A AC é a forma de análise dos Media com maior tradição de pesquisa, sobretudo nos Estados Unidos e noutros países anglo-saxónicos. Como se expôs anteriormente, esta metodologia visa obter resultados fundamentalmente quantitativos, apesar de integrar nos procedimentos aspectos da análise textual tais como as "leituras flutuantes", o levantamento de categorias temáticas e, mais recentemente, elementos que permitem aferir aspectos argumentativos e de retórica.

Quando se fala de "Análises Qualitativas" nos Media, está, em primeiro lugar, a autonomizarem-se as análises textuais face às análises de conteúdo e estatísticas e, em seguida, a fazer-se referência

a outro quadro teórico e metodológico como, por exemplo, as pesquisas etnográficas.

Nesta parte da exposição pretende-se apenas discorrer sobre as análises textuais ou de texto, que têm uma história teórica e metodológica mais recente, fundamentalmente, inscrita nos países europeus. Salienta-se que, enquanto a AC é uma metodologia de análise dos Media com grande proximidade às Ciências Sociais, em geral, e à Sociologia, em especial, as análises textuais estão preferencialmente associadas às Humanidades, sobretudo aos desenvolvimentos da Linguística, dos Estudos Literários e da Filosofia. Entre as análises ditas qualitativas e textuais destacam-se duas correntes, designadas genericamente por: análises semióticas, semiológicas e estruturalistas e a linguística crítica, que integra a designada "Análise Crítica do Discurso". Ao avançar com estas classificações tem-se consciência não só da simplicidade teórica, como da imprecisão destes "rótulos", mas o objectivo é descrever, de forma sucinta, tendências de análise das mensagens e dos sentidos dos Media.

Entre a década de 70 e o início da década de 80 do século XX, a corrente semiótica alcançou relevância teórica e académica notória que, em parte, se consolidou em função das alianças estabelecidas com o movimento estruturalista. O cinema foi o objecto de análise por excelência deste movimento de reflexão que, não propondo um método como a AC, surgia preferencialmente como uma constelação de estudos sobre arte, literatura, antropologia e cultura de massas, onde o uso de conceitos e instrumentos linguísticos é apenas esporádico (Woolacott, 1995: 94-95). Assinala-se, no entanto, que muitos destes conceitos migraram para os estudos sobre os Media, independentemente, de serem difíceis de aplicar à análise de mensagens veiculadas pelos meios de comunicação.

Dos princípios desenvolvidos pelo linguista suíço, Ferdinand de Saussure (1857-1913), os estudos sobre os Media retiram a ideia que o sentido emana do sistema de linguagem com base no qual se

fala, pensa e escreve e que se devem estudar os sistemas de sentido presentes na vida social, por exemplo, os sistemas de comunicação, os rituais, a moda. Convém recordar que Saussure considera a linguagem como um complexo conjunto de processos resultantes da actividade psíquica condicionada pela vida social; a língua como um conjunto de convenções necessárias adoptadas pelo corpo social compreendendo o sistema gramatical, lexical e fonético e a fala como execução individual da linguagem. Dentro desta concepção, a língua é composta por unidades discretas que definem uma combinatória, sendo que os signos se apresentam como as unidades fundamentais da língua que unificam um significado (conceito) e um significante (imagem acústica). Por sua vez, o significado está ligado arbitrariamente a um conjunto de fonemas que lhe servem de significante, sendo que a arbitrariedade está no facto de um signo, e não um outro, ser aplicado a um determinado elemento da realidade e se relacionarem através da oposição e não na diferença.

Nesta linha teórica, foram desenvolvidos estudos empíricos, no final da década de 60 e nos anos 70 do século XX, sobre léxico e vocabulário associados a diversos temas, nomeadamente à imigração e ao trabalho. Por exemplo, os trabalhos de Michel Pêcheux (1969) sobre a Análise automática do discurso, partem do principio de que a linguagem reflecte a História e as relações de poder, sendo possível, através de levantamentos automático de vocabulário mapear os grandes campos de sentido (campos semânticos) de um texto. Assim, uma notícia sobre operários ou imigrantes revelará a memória histórica e cultural e as relações de poder plasmadas na linguagem utilizada.

Na esteira desta distinção saussureana, a linguagem da comunicação apresenta-se como um campo alargado de reflexão interdisciplinar que abrange a linguagem verbal, as linguagens não-verbais (gesto, som, imagem, ocupação espacial, etc...) e as linguagens derivadas dos dispositivos tecnológicos inerentes a cada

meio de comunicação (Babin, 1993). Na concepção de sistema da linguagem é central o conceito de signo que envolve o significado, o significante e uma substância de expressão cuja razão de ser não reside necessariamente na significação. Por exemplo, o vestuário serve para as pessoas se cobrirem das intempéries, mas também para significar socialmente um estilo de vida ou demonstrarem um estatuto.

A Semiologia é a ciência das grandes unidades significantes do discurso, entendidas como sistemas de comunicação e Roland Barthes (1915-1980) um dos autores que mais contribuiu para a análise dos sistemas de comunicação e dos conteúdos mediáticos. Segundo Barthes, os discursos cultural e socialmente mais estruturados originam cadeias de conceitos (mitos), através dos quais os membros dessa cultura compreendem um tema ou uma experiência social. Por exemplo, o "Outro" em qualquer cultura é apreendido por meio das experiências culturais dessa cultura, nomeadamente pelas experiências coloniais. Se os "mitos primitivos" incidiam sobre a *vida* e a *morte* de deuses e homens, sobre o *bem* e sobre o *mal*, os "mitos modernos incidem sobre o quotidiano individual ou colectivo, tendo como objectivos fundamentais, produzir novas significações e naturalizar significações inconvenientes para os grupos dominantes. Por exemplo, no texto o "Mito hoje" de "Mitologias", editado em 1957, Roland Barthes (1972:187-188) traça a imagem da colonização francesa através da análise da capa da Revista Francesa Paris Match, onde se vê a imagem de um jovem africano vestido com o uniforme francês. No texto lê-se:

> *...eu estou na barbearia, dão-me um número de Paris-Match. Na capa, um jovem negro vestido com um uniforme francês faz a saudação militar, com os olhos erguidos, fixados certamente numa prega da bandeira tricolor. Esse é o sentido da imagem. Mas, quer eu seja ou não ingénuo, vejo bem o que ela me significa: que a*

> *França é um vasto Império, que todos os seus filhos, sem distinção de cor, servem fielmente sob a sua bandeira, e que não há melhor resposta aos detractores de um pretenso colonialismo do que o zelo deste negro em servir os seus pretensos opressores*...(Barthes, 1972:187)

Barthes considera que esta capa de revista apresenta ao leitor um sistema semiológico, onde há um significante formado por um sistema prévio (um soldado negro faz a saudação militar francesa), bem como a incorporação de um significado que conjuga francesismo e militarismo, gerando a presença do significado através do significante.

Assim, os textos mediáticos devem ser analisados dentro do sistema de linguagem que lhes deu origem, isto quer dizer que, por exemplo, as análises de televisão, devem ter em conta não só a linguagem verbal, como a linguagem de produção de televisão, nomeadamente os diferentes dispositivos — espaciais, temporais, técnicos, tecnológicos e outros — que atribuem sentido às imagens de fluxo.

Outros conceitos importantes da linguística e da semiologia que migraram para a análise dos Media foram a denotação, a conotação, a arbitrariedade do signo, a motivação, a codificação e a descodificação. A denotação refere-se ao conteúdo manifesto de um signo ou conjunto de signos, é, por isso, um elemento estável e não subjectivo que descreve a relação entre significante e o significado no interior do signo e a relação do signo com o seu referente. A conotação constitui o conteúdo latente, envolve elementos subjectivos e variáveis em função do contexto, descrevendo a interacção que ocorre quando o signo se encontra com sentimentos, emoções e valores dos utilizadores de uma cultura.

A arbitrariedade do signo é o facto de não existir uma relação natural entre este e o seu referente, acentua o papel da conven-

ção, a qual permite descrever as regras através das quais os signos arbitrários funcionam. Esta característica, explicitada por também por Peirce (1839-1914), fundador da semiótica, permite construir e desconstruir imagens fixas ou em movimento, a partir da distinção entre signos icónicos, indiciais e simbólicos. Na concepção deste filósofo e lógico, o signo refere-se a um objecto (algo diferente de si mesmo) e tem um efeito na mente de um interpretante. Por exemplo, há uma convenção formal de que o signo "cão" se refere a um animal mamífero de quatro patas e não a um elemento de decoração. Mas há também, outro tipo de convenções como os que são inerentes aos movimentos de câmara na televisão: o *close* é um signo de "atenção a um objecto". Esta distinção equilibra o papel do codificador (quem selecciona o signo/objecto) e do descodificador (quem atribui sentido ao signo ou à mensagem) e oferece elementos para se pensarem os processos de apropriação e de recepção das mensagens mediáticas.

Aprofundando a utilização destes conceitos, Fiske (1993: 141-142) apresenta a análise de uma única fotografia — que foi manipulada em dois jornais britânicos — tirada durante o Carnaval de Notting Hill (Londres, 1976), onde se registaram confrontos entre jovens negros e a policia. Segundo o autor, a fotografia foi utilizada nos dois jornais no sentido de enfatizar os elementos denotativos, constituídos por vários sinais visuais (integrantes de um sintagma): em primeiro plano, o grupo de jovens negros e o grupo de polícias; em seguida, a multidão de negros à volta da cena, num enquadramento urbano degradado, com uma única árvore para onde se dirige o foco. Na análise, Fiske refere:

…O sintagma coloca estes sinais numa relação especial, de confronto, que está de algum modo ligada, talvez fortuitamente, ao enquadramento negro urbano…Na página (do jornal), estes significantes tornam-se signos quando os interpretamos, ou seja, quando os

relacionamos com significados ou conceitos mentais. Temos conceitos da polícia, dos negros, do centro da cidade e das arvores…Estes significados são o resultado da nossa experiência cultural: sabemos reconhecer as figuras em uniforme como polícias e não, por exemplo, como membros do Exercito de Salvação, e o nosso significado de negros tem em conta que eles são imigrantes comparativamente recentes que se destacam numa sociedade predominantemente branca (Fiske, 1993: 142-144).

Esta análise de Fiske pode ser transposta, com muitas semelhanças para Portugal, nomeadamente para o chamado "arrastão de Carcavelos". A partir de um facto ocorrido na praia de Carcavelos, nos arredores de Lisboa, no dia 10 de Junho de 2005, os Media construíram um "acontecimento ou pseudo-acontecimento", que designaram por "arrastão" (vocabulario brasileiro), utilizando duas fotografias a que deram diversos enquadramentos. Os jornais, mas sobretudo as televisões, dado não existirem imagens em movimento sobre o facto, manipularam as fotografias de testemunhas oculares com o objectivo de multiplicar os textos visuais ilustrativos do facto.

Fonte: Andringa, A. (2005) www.eraumavezumarrastão

Fonte: Andringa, A. (2005) www.eraumavezumarrastão

Estes exemplos levantam a problemática dos procedimentos de codificação e de descodificação presentes nos Media. Os textos mediáticos reflectem a conexão entre o codificador e o descodificador, mas nunca numa posição de simetria, na medida em que o primeiro concentra o "poder" de seleccionar e embutir nas mensagens as leituras dominantes ou preferenciais. Explicitando melhor, a forma de construir a mensagem, a codificação utilizada inclui elementos que orientam para uma leitura "preferencial" fundada em valores culturais e tradicionais da lei e da ordem, que consolidam pré-conceitos e eliminam potenciais rupturas com a estrutura social estabelecida. Como refere Fiske (1993:150) a propósito da fotografia do Carnaval de Nothing Hill, a "*significação preferida relaciona o "problema racial" com o "problema da juventude" ou conflito de gerações"... mas veda a ligação potencial de "raça" com "classe", uma ligação muito mais explosiva...*"

O conceito de "poder", presente nos factores que levam à leitura preferencial, fundamenta muitos dos trabalhos integrados na corrente estruturalista, nomeadamente a obra de Michel Foucault (1926-1984). Para este filósofo, nada é exterior ao "poder" e o discurso é o processo privilegiado de fazer e reproduzir sentidos.

Os discursos (textuais, visuais, sonoros, etc...) são, ainda, o produto de formações sociais, históricas e institucionais — em que se incluem os meios de comunicação — que detêm os "poderes" de definir os sentidos. Assim, todos os discursos, incluindo os mediáticos e os mediatizados, são relações de poder e representam a "luta" pela dominação e hegemonia de um grupo ou grupos. Complementarmente, o filósofo considera que todos os indivíduos são precedidos por discursos estabelecidos, em que as subjectividades já estão representadas, por exemplo, as de *classe*, *género*, *etnia*, *idade*, *profissionais* e outras.

Esta concepção de "poder" domina a Linguística Crítica, uma corrente de pensamento que emergiu nos finais da década de 70, liderada por linguistas ingleses, australianos, neozelandeses e holandeses, nomeadamente, por Fairclough, Fowler, Allan Bell e Theo van Dijk. Apesar das análises dos Media realizados por estes autores não se fundamentarem todas nos mesmos princípios teóricos e nos mesmos procedimentos metodológicos, têm em comum a preocupação pelas estruturas dos textos mediáticos e pela contribuição dos Media para a produção de sentidos sociais, tais como a emergência de novos valores, de identidades e de relações de "poder". Entre os princípios teóricos partilhados está o conceito de discurso, advindo da concepção foucaultiana, entendido como uma forma de interacção entre os usos da linguagem e as estruturas sociais que mobiliza, tanto do lado do emissor, como do receptor. Por consequência, quando se fala em "discurso", aborda-se a linguagem como um tipo de prática social e não como uma actividade puramente individual, ou como reflexo de variáveis situacionais.

Esta abordagem implica, em primeiro lugar, a assumpção de que o discurso é um modo de acção e um modo de representação e, em segundo lugar, que há uma relação dialéctica entre discurso e estrutura social (Fairclough, 1992: 63-64). Sendo o "discurso" um modo

de acção e uma fala ou texto onde se expressam crenças, valores e representações, ele inclui uma "visão do mundo" (para muitos designada "ideologia") que cabe aos analistas explorar.

Na perspectiva dos estudos empíricos, esta corrente propõe que as análises do discurso sejam antecipadas pelos seguintes procedimentos:

1. Formulação de perguntas de carácter sociológico que identifiquem "problemas sociais" recorrentes (por exemplo, a relação entre abandono escolar, baixos salários, altos índices de criminalidade entre os filhos de imigrantes);
2. Identificação dos agentes sociais envolvidos e as possíveis relações dialécticas existentes (por exemplo, empresas dos Media, jornalistas e fontes);
3. Levantamento de possíveis relações de poder e de visões do mundo "ideologia" (por exemplo, os imigrantes vêm "roubar" o trabalho dos portugueses);
4. Mobilização de conhecimentos transdisciplinares e de metodologias plurais com vista a responder aos desafios da análise (conceitos e princípios de sociologia, antropologia, economia, etc…).

Só após cumpridos estes pré-requisitos se deve empreender a análise do discurso propriamente dita, que pode ser sistematizada em fases, que, por sua vez, requerem alguns outros procedimentos internos (Deacon et all., 1999: 174-178). Convém iniciar a análise procedendo-se à determinação do contexto, da composição e das relações intertextuais e, em seguida, deve-se procurar identificar as estruturas e as características textuais ou de género, bem como as temáticas e os actores envolvidos.

A determinação das relações intertextuais presentes num texto mediático (por exemplo, num jornal, num jornal televisivo ou numa notícia) é um dos factores da análise do discurso que permite estabe-

lecer a "teia" de significações e sentidos sociais do texto. Por outro lado, só a determinação da posição de um jornal— a que empresa pertence, qual a sua orientação e público, anunciantes, directores e redactores —, de um telejornal — se é emitido num canal público ou privado, qual o horário, os alinhamentos, etc... — ou de uma notícia (em que página se situa ou em que posição no alinhamento do telejornal, etc…), permitirá estabelecer a relação com outros produtos e géneros mediáticos, bem como discorrer sobre a relevância do objecto que se pretende analisar.

Por exemplo, no ano de 2003, o caso "Mulheres de Bragança" (um facto que consistiu na denúncia de casas de prostituição de mulheres brasileiras na cidade de Bragança) chamou a atenção para o agravamento dos fenómenos de tráfico e prostituição de mulheres, que se praticava ao abrigo das "casas de alterne". Coincidindo este fenómeno com o aumento da imigração de cidadãos, homens e mulheres, originários do Brasil, o estigma da "prostituição" veio a colar-se às imagens da mulher brasileira, independentemente da sua profissão e actividade.

Nas imagens seguintes pode notar-se a utilização que um noticiário televisivo faz da capa da revista *Time* — de Outubro de 2003, quando foi denunciado o aumento de casas de prostituição na região da cidade de Bragança — para veicular uma notícia sobre "rusgas" a "casas de alterne". A intertextualidade é evidente entre a capa da revista, publicada em 2003, e o uso que é feito dela na peça do jornal televisivo, em 2005, de que apenas se apresenta uma imagem fixa.

Fonte: Revista *Time* 20 de Outubro de 2003

Fonte: TVI 31/01/2005

Seguindo a metodologia proposta por Deacon et all. (1999: 175), estas duas imagens permitem estabelecer relações de tópicos ou temas transversais que apontam para valores e "visões do mundo". Embora não haja referências directas no discurso textual e visual à imigração é às mulheres brasileiras, as leituras preferenciais, agravadas por um "machismo" latente, irão apontar nesse sentido, como já demonstraram alguns estudos realizados (Ferin, 2005).

Aos procedimentos anteriormente enunciados segue-se a identificação do tipo textual ou género, que condiciona o desenvolvimento das temáticas e simultaneamente organiza as estruturações das situações sociais e os papéis dos participantes, atribuindo-lhes finalidades e intenções. Como se percebe, a análise da forma textual é um meio de aceder à compreensão da organização social e cultural. Exemplificando, nem sempre existe coincidência entre os papéis gramaticais e discursivos e os que, de facto, desempenham determinados actores nas práticas sociais. Esta constatação demonstra como o "poder" num discurso é distribuído em função da capacidade, desigual, dos actores participantes controlarem a produção de textos, a sua distribuição e o seu consumo (Pedro, 1998: 35).

Como ilustração do anteriormente exposto refere-se uma pesquisa realizada em 2000 (Cunha, 2003:71-87) sobre a cobertura da imigração na imprensa portuguesa, onde os actores «*socialmente percebidos como de origem africana*», foram identificados como pertencentes às «*2as e 3as gerações de filhos de imigrantes*», muitos dos quais já nascidos em Portugal e com nacionalidade portuguesa. Estes «*actores*» surgiam nas peças jornalísticas, nos meses de Julho e Agosto (recorde-se que em Julho se deu o caso do "Assalto às bombas da CREL), em títulos de primeira página como:

> ....«*Reportagem nas zonas problema: Viagem ao interior das "gangs" da Grande Lisboa*» (*Público*, 1ª página, com fotografia, 02/07/2000); «*Dez por cento dos reclusos, na maioria africanos: estrangeiros cumprem penas altas em Portugal*» (*Público*, 1º página, com fotografia, 04/07/2000); «*Vítimas identificaram jovens detidos pela PSP: Acusados de assaltos a gasolineiras vão amanhã a tribunal. Ontem registaram-se mais dois furtos*» (*Diário de Notícias*, 1ª página, com fotografia, 23/07/2000); «*"Gang" na cadeia: Juiz determina a prisão preventiva de seis elementos*

da "gang" e o internamento de um menor numa casa de correcção» (*Diário de Notícias,* 1ª página, com fotografia, 25/07/2000) (Cunha, 2003:79).

Na mesma pesquisa, a análise mais pormenorizada dos actores aponta:

"*...para um actor social incluso (isto é, nomeado e personalizado) normalmente passivo (poucos discursos relatados na primeira pessoa quer pelo recurso a entrevistas quer por nomeação de testemunhas ou fontes) mas frequentemente determinado e diferenciado de forma relacional (através da nomeação de características socioeconómicas), por identificação física (as peças fazem referência à idade, etnia, cenário/local do acontecimento, bairro de origem, origem dos país) e simbólica (quase sempre referência à não existência de valores). No conjunto das peças, a fotografia, que muitas vezes apresenta um discurso contrário ao discurso da peça, é um grande apoio à definição e caracterização pública do actor social*. (Cunha, 2003:79).

Estes e os anteriores exemplos demonstram que a análise textual — na perspectiva da semiologia, da semiótica e da análise crítica dos discursos — é um processo em constante construção e reconstrução de significações, onde interagem as macro e as micro estruturas sociais. Considerar as macroestruturas sociais — a distribuição do poder e os recursos disponíveis dentro do sistema social — e as microestruturas sociais, lugar onde são vividas e experienciadas as práticas sociais — torna-se a garantia de compreensão dos diversos factores de comunicação.

Conclusão

Concluímos esta exposição enunciando as vantagens e desvantagens das análises de conteúdo (AC) e textuais. A análise de conteúdo tem a vantagem de utilizar metodologias que são aplicáveis a todas as áreas de conhecimento e, por isso, tendem a apresentar uma leitura universal. Isto é, independentemente da área de conhecimento focada, os procedimentos e os dados têm uma leitura objectiva. Uma outra vantagem da AC, decorrente do que foi anteriormente dito, é o facto de ser autónoma do objecto, na medida em que a recolha de dados e a codificação, uma vez definidos os princípios, pode ser realizada por qualquer analista, desde que tenham sido treinados e adquiridos conhecimentos básicos para a realização da tarefa. Acresce, como foi dito quando se tratou deste tipo de análise, que as metodologias e os procedimentos permitem o tratamento de um enorme volume de documentos, mapeando fenómenos e apontando tendências face ao objecto analisado.

Entre as desvantagens da AC está a dificuldade em definir amostras representativas relativamente ao objecto a analisar, bem como a determinar parâmetros que validem essas amostras. Por exemplo, no caso das análises de imprensa: o que é uma amostra representativa? O que determina a pertinência dessa amostra? Que quantidade de meios de comunicação se analisará? Em que período de tempo? Qual a tipologia do meio: jornal de qualidade, diário regional, semanário…?

Outro problema que envolve a AC é a definição de unidades de registo possíveis de analisar e medir, bem como a definição operacional de categorias. Exemplificando, o que se pode e quer analisar: os títulos e subtítulos de uma notícia? A notícia? Em que medida a opção viável é representativa?

Para terminar, e em seguimento do que se expôs, nem sempre as categorias de análise mais pertinentes são possíveis de codificar, pois

envolvem valores e "subjectividades" difíceis de contornar através dos métodos de codificação.

Nas análises textuais, antes de mais, vê-se que há, hoje em dia, uma tendência de "tecnologização dos discursos" em função do papel central dos meios de comunicação, e sobretudo da televisão na sociedade contemporânea. A "tecnologia do discurso" faz com que haja um policiamento das práticas discursivas, nomeadamente nos Media, por exemplo através dos discursos "politicamente correctos" que simulam discursos com objectivos estratégicos de persuasão e mobilização. Neste sentido, os procedimentos metodológicos da análise do discurso confrontam-se com a "uniformização" das práticas discursivas que só podem ser compreendidas em função de acções e práticas sociais. Assim, independentemente, das análises textuais permitirem aprofundar o significado dos eventos e interpretar a experiência, através da inventariação de proposições gerais e da identificação de categorias mentais, bem como da identificação dos actores, do tipo de estruturas proposicionais e da lexicalização, o conhecimento das estruturas sociais e os contextos da acção são fundamentais para a compreensão dos textos que se pretende analisar.

Bibliografia

APPADURAI, A. (2004), *Dimensões culturais da globalização*, Lisboa: Teorema.

CASTLES, S. e MILLER, M. (2003), *The Age of Migration*, London: Macmillam Press.

ALASUUTARI, P. (1995), *Researching Culture: Qualitative Method and Cultural Studies*, London: Sage.

BABIN, P. (1993), *Linguagem e cultura dos Media*, Venda Nova: Bertrand.

BARDIN, L. (1988), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições70.

BARTHES, R. (1972), *Mitologias*, Lisboa: Edições 70.

BAUER, M.e GASKELL, G. (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*, Petrópolis: Vozes.

BELL, A. (1991) *The Language of News Media*, Cambridge: Blackwell.

BELL, A. e GARRET, P. (eds) (1998) *Approaches to Media Discourse*, Oxford: Blackwell.

BERELSON, B. (1952), *Content Analysis in Communication Research*, New York: Hafner Press.

BERGER, A. A. (2000), *Media and Communication Research Methods: An Introduction to Qualitative and Quantitative Approaches*, London: Sage.

BERGER, A.A. (2000), *Media and Communication Research Methods*, London: Sage.

BOURDIEU, P. (1982), *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris: Fayard.

CHARAUDEAU, P. (1983), *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique,* Paris : Hachette Université.

CHARAUDEAU, P. (1997), *Le discours d'information médiatique*, Paris: Nathan.

COTTLE, S. (2000), *Ethnic Minorities and The Media*, London: Open University.

CUNHA, I.F. (2003), «Imagens da imigração em Portugal», *Revista Media e Jornalismo*, 2: 71-87.

DEACON, D., PICKERING, M., GOLDING, P. e MURDOCK, G. (1999), *Researching Communications*, London: Oxford University Press.

FAIRCLOUGH, N. (1992), *Discourse and Social Change*, London: Polity Press.

FAIRCLOUGH, N. (1995), *Media Discourse*, London: Edward Arnold.

FOUCAULT, (1970), *L'Ordre du Discours,* Paris: Galimard

FERIN, I. (2005), *A televisão das mulheres*, Lisboa, Quimera/Bond.

FISKE, J. (1993), *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto: Ed. Asa.

FOWLER, R. (1991), *Language in the News*, London: Routledge.

GASKELL, G. e BAUER, M. W. (2002), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som,* Pertrópolis: Vozes.

GITLIN, T. (1980), *The Whole Word is Watching*, Berkeley: University of Califórnia Press.

GUNTER, B. (2000), *Media Research Methods: Measuring Audiences, Reactions and Impact*, London: Sage.

HALL et all. (1978), *Policing the Crisis: Mugging, the State and Law and Orde*r, London: Macmillan Press.

LAGO, C. e BENETTI, M. (2007), *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, Rio de Janeiro: Vozes.

McQUAIL, D. (1992), *Mass Communication Theory: An Introduction*, London: Sage.

NEUENDORF, K. (2002), *The Content Analysis Guide Book,* Thausand Oaks: Sage.

PEDRO, E. R. (ed) (1997), *Análise crítica do discurso*, Lisboa: Caminho.

RAGIN, C.C. (1994), *Constructing Social Research*, Thousand Oaks: Pine Forge Press.

SEALE, C. (org.) (2004), *Reseaching Society and Culture*, London: Sage.

Van CAMPENHOUDT, L. (2003), *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa: Gradiva.

Van DIJK, T. (1990), *La noticia como discurso*, Barcelona: Paidós.

WOOLACOTT, J. (1995), «Messages and Meanings» in: Gurevitch, M., Bennett, T., Curran, J., *Culture, Society and the Media*, London: Routledge: 91-111.

WENDEN, C. V. (2005), *Atlas de migrations dans le monde*, Paris: Éditions Autrement.

(Página deixada propositadamente em branco)

A LINGUAGEM DO MITO E A SUA FORÇA DE INTERPELAÇÃO: *ANTÍGONA FRENTE A LOS JUECES*, DE ANDRÉS POCIÑA

THE LANGUAGE OF MYTH AND ITS INTERPELLATION POWER: ANDRÉS POCIÑA'S *ANTÍGONA FRENTE A LOS JUECES*

Maria do Céu Fialho
Universidade de Coimbra/CECH
mcfialhofluc@gmail.com

Resumo: Esta reescrita de Antígona inscreve-se numa trilogia de voz feminina. A acção decorre no tribunal que julga Antígona, já depois da sua infracção. Creonte é apenas o tirano injusto e Antígona a voz da justiça e do afecto, que reabilita Édipo, Jocasta, Polinices. Antígona liberta outras vozes femininas no tribunal, de modo a que Creonte seja posto em causa. O conflito entre ambos é inultrapassável e assim permanecerá no tribunal da História.

Palavras-chave: Antígona, Creonte, voz feminina, tribunal, reescrita do mito.

Abstract: This rewriting of Antigone is integrated in a trilogy of female voice. The action takes place in a court of law where Antigone is on trial after her infraction to Creon's edict. Creon is nothing but the injust tyrant and Antigone is the voice of justice and love, that rehabilitates Oedipus, Jocasta, Polynices. Antigone liberates other female voices in the court, so

DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-1115-0_12

that Creon's position is thrown in question. The conflict between both is unsurpassable and so it will remain on the History trial.

Key words: Antigone, Creon, female voice, trial, rewriting myth.

O espaço de identidade que nós partilhamos com a Cultura Grega Antiga, e que se torna ponte e viabiliza a sua compreensão, não deve ser tomado como identidade absoluta, mas como um ponto de partida para a percepção enriquecedora da diferença entre ambos os mundos - diferença sentida, na cultura grega, como um manancial de 'novo' ou de 'esquecido', a recuperar criticamente. Assim se opera o alargamento daí decorrente dos nossos próprios horizontes.

É neste contexto que o mito de Antígona e a *Antígona* a que a leitura criadora de Sófocles deu genial forma e expressão, devem ser consideradas. Acresce, quanto ao mito e quanto à tragédia sofocliana, um outro factor que há que ter em consideração, decorrente, obviamente, da própria natureza do mito e da obra de arte: ambos escapam a uma compreensão que os esgote. Quanto à tragédia, nem a compreensão do público a que se destinava foi, por certo, unívoca. De resto, como obra aberta, ela transporá a sua historicidade para uma universalidade carregada de futuro onde o seu sentido se manterá plurívoco e inesgotável. É, de resto, esta, a verdadeira dimensão do 'clássico'. Antígona/*Antígona* recrear-se-ão em cada leitura, em cada representação.

Daqui decorre um corolário a ter necessariamente em conta nos estudos sobre tragédia grega: a nossa própria leitura interpretativa, porque historicamente situada, está também ela, *a priori*, marcada pela própria história de interpretação e de recepção da peça – tão rica e tão adequada a prestar-se como espaço de projecção de mundividências e interrogações e conflitos de cada época, na história da Europa. Há, pois, que tomar consciência deste processo e considerar

até que ponto por ele estamos determinados, a fim de que ele se não interponha de forma fatal entre nós e a tragédia de Sófocles.

No que diz respeito à releitura criadora, a todo o processo de reescrita, Antígona é, simultaneamente, livre e determinada: livre, na medida em que o autor da recriação, se se trata de um genuíno e talentoso artista, goza daquela liberdade infraccionária e quase-demiúrgica própria da própria criação artística, ainda que se trate de um processo de reescrita; determinada, na medida em que o autor tem de respeitar o núcleo essencial do mito, ainda que seja sob a forma de referência de que, declaradamente, se distancia. A determinação decorre ainda de um factor comum ao estudioso: a historicidade do artista, cuja linguagem cultural e percepção primeiras se formaram na tradição da transmissão de leituras da obra (*e. g.*: *Antígona* como a expressão de um conflito inultrapassável de duas forças equivalentes, Antígona-mártir, Antígona heroína de todas as resistências, Antígona movida por um destino que tem de cumprir)[1].

Lembrando a posição recorrente de Hannah Arendt, de que todos nós nascemos no passado, aprendemos a linguagem do passado, ainda que seja para a pôr em causa[2], compreendemos que a reescrita criadora parte da aprendizagem dessa linguagem (e nela se inclui a obra e as suas leituras) para a transgredir, usando-a, por um processo de transposição, análogo ao da metáfora, para veicular novos significados, articular novas mensagens, explorar um universo de experiências e tensões políticas, existenciais, que encontram na narrativa-representação do mito de Antígona, eterno e renovado, a expressão adequada, a força da interpelação à comunidade a que se dirige.

---

[1] Fialho (2000) 29 sqq.

[2] Posição de fundo em *Entre o passado e o futuro* (trad. do inglês 2006), Lisboa, Relógio de Água.

Andrés Pociña, o conhecido catedrático de Literatura Latina da Universidade de Granada, surpreende-nos com uma poderosa Medeia de matriz greco-galega que domina o espaço cénico – o lugar de Camariñas, na Galiza, onde se refugia – com um monólogo em que se cruzam, incandescentes e contidos, como no interior de um vulcão, memórias e sentimentos. Os silêncios são os silêncios da própria paixão, traduzida na linguagem cultural galega. O texto dramático surge a partir de uma série de curtas narrativas escritas pelo autor e publicadas em 1977, com o título *Se de desmiticar falades*[3]

Coube a Juli Leal a encenação da peça, que teve a estreia em 25 de Maio de 2005 em Valência[4]. Desde então, a peça foi representada frequentes vezes, e com notável êxito, quer em Espanha quer em outros países, foi traduzida para várias línguas e tem sido objecto de estudos académicos.

Segue-se-lhe *Atardecer en Mitilene*, peça intimista, cujo círculo de acção é o círculo de Safo e das suas discípulas no jardim da mestra, em que, numa polifonia discreta, do espaço feminino, se cruzam e confrontam paixões que despertam, que anseiam por correspondência, paixões juvenis, em contraste com a maturidade passional contida da mestra[5]. A peça foi estreada em Granada em 2010, representada continuamente, em espaços diversos, até ao presente. O mesmo grupo teatral que a estreou – Grupo Afrodita, do I.E.S Bueno Crespo, de Granada - deslocou-se em Junho de 2011 ao pátio do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra, onde representou a peça, no âmbito do XIII Festival de Teatro de Tema Clássico[6].

---

[3] Como refere Martínez Martínez (2009) 75-76, estas narrativas foram submetidas a uma profunda remodelação e deram, assim, origem à peça-monólogo representada em 2005.

[4] Vide Martínez Martínez, *op. cit.*75; 83-84, trata-se de uma produção do Grup de Recerca i Acció Teatral de la Universidad de Valéncia. Medeia foi representada com o maior êxito pela actriz Begoña Sáchez.

[5] Romero Mariscal (2012) 203-217.

[6] Brandão (2011) 842-843.

Em Junho de 2015 Andrés Pociña supreende-nos de novo, ao editar, conjuntamente com as duas peças já conhecidas, representadas e traduzidas, uma peça inédita: uma *Antígona frente a los jueces*. O volume dá pelo título de *Medea, Safo, Antígona (Tres piezas dramáticas)*, e foi publicado em Granada, Esdrújula Ediciones. O leitor percebe, à partida, que está perante uma *Antígona* que, simultaneamente, difere e depende das interpretações e reescritas de *Antígona* através dos tempos. Reconhece-se a rebeldia da protagonista, que infringe a proibição de sepultura de Polinices e que, em nome de um dever sagrado lhe presta honras fúnebres, bem como a prepotência de Creonte, prestes a punir a jovem, sob a capa do aparelho institucional. Da irredutibilidade destas duas figuras permanece o eco para além do desfecho da peça.

No entanto, a peça abre *post factum*, diversamente da sofocliana – a jovem já havia desobedecido, saído do palácio e prestado as honras fúnebres que lhe foram possíveis a Polinices. O espaço cénico-dramático é o de um tribunal que se prepara para a julgar, presidido por Creonte e constituído, com respeito pelas quotas de género, por dois juízes e duas juízas. A peça consiste nesse julgamento.

Sumamente importantes são as indicações cénicas do autor: a liberdade de disposição em cena é total, o guarda-roupa também o é, o ambiente é o da Hélade original, sem deixar de conter ecos de tempos futuros. O Coro perde a sua identidade coral homogénea, para passar a ser constituído por quatro elementos, singulares, de perfil diversificado, dos quais três assistem ao julgamento (Pueblo Uno, secretário do tribunal, Pueblo Dos, Pueblo Tres, Pueblo Cuatro, com a particularidade de se tartar de uma mulher velha, franzina e enérgica), podendo compreender um quinto elemento (Pueblo Quinto), sentado entre o público – isto é, o tempo/lugar do julgamento de Antígona amplifica-se e passa a compreender todo o espaço do espectáculo, palco e bancadas do público. Dir-se-ia que esta é uma táctica dramática antipódica do estranhamento brechtia-

no, em função de uma mesma estratégia: desmontar a ficcionalidade do representado, para nele envolver criticamente o público como coisa sua, da sua história e do seu tempo, ainda que faça de conta que o espaço/tempo é o de Tebas. Em boa verdade, o julgamento de Antígona configura toda a leitura, interpretação, compreensão e decorrente reescrita do mito de uma Antígona de todas as épocas. A confirmá-lo estão as indicações cenográficas do autor, como a inicial, de apresentação da protagonista (p. 98):

> Antígona, mujer joven, como fue siempre

O julgamento inicia-se com a intervenção do secretário (Pueblo Uno), para fazer o ponto da situação judicial: Antígona é acusada de crime, confirma-se que abdica de defensor, assumindo ela mesma a sua defesa. Do julgamento pode decorrer a absolvição, caso a ré seja inocentada, ou a prisão perpétua, já que, por iniciativa do rei defunto, Édipo, foi abolida a pena de morte – em reavaliação no preciso momento em que decorre este processo. O espectador é, assim, alertado para a diferença entre Édipo e Creonte, um tirano que reabriu a discussão sobre a pena de morte, bem como para o expectável enfrentamento retórico ético-político entre Antígona e os juízes, que constituirá a acção da peça[7].

O Juez Primero dita os autos judiciais. Antígona está parcialmente com eles: reconhece ser a autora das proibidas honras fúnebres a Polinices, seu irmão, mas refuta, reiteradamente, a culpa. Não reconhece culpa num gesto para o qual (p. 102):

> …no hay ley, ni divina ni humana, que pueda castigarlo.

[7] Quanto ao *logos* enquanto verdadeira acção de Antígona, tendente a ganhar peso nas reescritas mais modernas do mito, vide Honig (2013) 121-150.

Formulada de outro modo, o leitor ou o público reconhece nestas palavras a certeza da Antígona sofocliana acerca dos princípios universais pelos quais havia regido os seus actos (Soph. *Ant.* 454-455):

…as leis não escritas e inabaláveis dos deuses.

Porém, aqui não é o recesso longínquo dos deuses a sede de tais princípios: a sua universalidade, a bem dizer, constitui uma utopia – eles seriam universais se todos os homens e mulheres fossem fiéis à dignidade e sentido de justiça e solidariedade que deveriam ser próprios da sua natureza humana, se escutassem a voz do seu íntimo e não construíssem barreiras à linguagem do coração, como se depreende de posterior argumentação da jovem, que opõe 'escrito' a 'inscrito' (p. 113):

> …hay cosas que no están escritas en la leyes ni contempladas en las costumbres, pero se encuentran inscritas en el interior de nuestros corazones

É graças à intervenção do Pueblo Cuatro, a velha, franzina e enérgica, que Antígona logra concluir o seu primeiro discurso de defesa, várias vezes interrompido com o interrogatório do Juez Primero. Este elemento do povo mantém, de resto, esse seu papel de protesto enérgico e desafrontado, mesmo confrontando Creonte (*e. g.* p. 107):

> Yo estoy aquí para lo que estoy. Sin voto, pero con voz, no se olvide.

A mesma velha arrasta os outros elementos do povo, no final, a reconhecer a razão da sua revolta, repetindo em coro – finalmente, em Coro – estas suas palavras (p. 120):

> Demasiadas veces el pueblo calla cuando debería hablar!

A sua adesão a Antígona sugere que esta mulher representa uma espécie de retrato antecipado de como seria Antígona, se tivesse envelhecido: nunca conformada com a injustiça e a tirania.

A competência retórica de Antígona e a certeza das suas razões leva-a a desmontar, sistematicamente, as acusações dos juízes, a ponto de fazer com que Creonte deixe cair a sua máscara de austera imparcialidade. E Antígona argumenta numa linguagem simples e fluida, por contraste com a formalidade da linguagem do tribunal. Ela refuta, sistematicamente, as acusações que partem do pressuposto das leis de Creonte. À luz dos princípios que invoca, inscritos no seu coração, não reconhece culpa alguma. Não há dogmas nem construções judiciais que prevaleçam como verdades, já que tudo depende do ponto de vista, da roupagem argumentativo, do traquejo político ou da límpida ligação à vida e vivência dos afectos e do dever deles decorrente (pp. 101-102):

> No estoy de acuerdo en el modo que tiene el juez de presentar los hechos. Sabe muy bien, porque para eso tiene estudios, y también mucha práctica política, que qualquier hecho puede ser interpretado de modos muy distintos según la manera de presentarlos. Por ejemplo, todas esas cosas que dijo, muy bien meditadas por cierto, y que además y alas traía dispuestas por escrito, yo puedo resumirlas en muchas menos palabras: yo enterré a Polinices porque era una persona, porque estaba muerto, porque era mi hermano. Ahí está la verdad complete, y eso no hay ley, ni divina ni humana, que pueda castigarlo.

Sem o tom provocatório de Antígona em Sófocles, que ousa chamar louco ao rei (v. 470), a Antígona de Andrés Pociña, com toda a naturalidade e num tom coloquial, desmonta as construções de Creonte, a quem não deixa de chamar 'tio' (p. 104):

> No deforme las cosas, tío. Yo jugaba más con Polinices, porque teníamos edades parecidas, por eso pore so quería menos a Eteocles.

Esta Antígona, na sua firmeza, é uma mulher de afectos, sem a dureza da homónima sofocliana. Se, na peça de Sófocles, Antígona proclama (v. 323) "nasci para amar, não para odiar", não deixa de se contradizer, já no prólogo, quando Ismena se distancia dos seus planos, por receio, e tenta dissuadi-la de levar por diante o seu arrojado intento (v. 93): "se continuares a falar assim, seras objecto de ódio da minha parte". Não é o que acontece na peça de Andrés Pociña, em que Antígona defende Ismena (também esta, como em Sófocles, se declara, a certa altura, falsamente conivente com Antígona), reconhecendo, com alguma ternura, que sua irmã mente por mero afecto (109):

> Ismena miente. Miente ahora, por amor a mí, cuando me ve en peligro de ser condenada. Siempre fue así, una niña buena, pero sin energía, sin decision, siempre lenta cuando hay prisa.

O autor concebe, então, uma Antígona em que o princípio enunciado pela de Sófocles corresponde ao carácter da figura, no seu todo – não há ódio, mas o propósito de repor a justiça dos gestos, das relações, da correcta compreensão dessas mesmas relações familiares e da redenção dos mortos, cobertos pelo juízo de preconceito, que carregam com a sua memória a leitura que deles é feita por Creonte e por muitos séculos. Inspirado na relação e na referência fulcral que a Antígona sofocliana demonstra e reitera energicamente para com os seus mortos, de tal modo que o espectador percebe nela uma vontade de a eles se juntar, uma referência maior à morte que

ao mundo dos vivos e da pólis[8], Andrés Pociña reelabora livremente essa relação, demonstrando extrema originalidade.

Que estratégia utiliza o autor para reorganizar esta parte do mito? Recorrendo a uma diferenciação do corpo de juízes, que permite um tipo de defesa diversa à medida que a peça avança. O último juíz a intervir é uma mulher: a Jueza Cuarta. O seu interrogatório processa-se como uma verdadeira preocupação por averiguar as razões de Antígona e o contexto que determina essas razões. E isto abre espaço para que Antígona evoque a relação afectuosa entre todos os irmãos, ainda que Etéocles fosse o mais distante, por ser o mais velho, a relação afectuosa entre filhos e pais – Édipo, um rei humanizado, segundo Antígona, o melhor rei que Tebas teve (p. 115), e Jocasta, uma mulher enérgica, cuja energia se vê herdada por Antígona, e extremamente preocupada com a educação dos filhos e das filhas. A diferenciação desta Jueza Cuarta em relação aos outros juízes e a sua sintonia adivinhada com Antígona, que, de resto, vai crescendo, encontra eco na velha que constitui o Pueblo Cuatro. Temos, assim, uma convergência feminina que faz vingar a voz e a força vital da mulher nesta peça, sobre tirania, arbitrariedade, hipocrisia. Nesse aspecto a peça evolui para se enquadrar em modernas tendências da reescrita de Antígona como uma afirmação mais que feminina – feminista[9].

O que, aparentemente, constitui uma peça num só acto, respeita o ritmo da peça sofocliana. Não há intervenções corais a separar episódios, mas quatro momentos de silêncio que, a meu ver, desempenham esse papel. Precisamente, a intervenção da Jueza Cuarta e o universo feminino e de afectos familiars revividos, que se abre no diálogo entre Antígona e a juíza, provocam uma espécie de

---

[8] Esta leitura, fundamentada e extremamente lúcida da Antígona de Sófocles é da autoria do teólogo Bultmann (1936) e determinou a compreensão da peça-

[9] Rawlinson (2014) 101-123.

insurreição entre o povo que, finalmente, proclama em uníssono a necessidade de quebrar silêncios na tirania, seguindo o grito da velha. Cai o silêncio, um silêncio longo, pesado, revelador, quebrado por um discurso hipócrita de Creonte, que se não contém mais, vendo o julgamento de Antígona tomar um perigoso rumo.

O rei propõe o que sabe ser impossível: que Antígona se dê como culpada e assim será absolvida por Creonte – mas sem exéquias para Polinices. A resposta final de Antígona destaca-se, pelo seu próprio tom, e distancia-se para um plano do universal. Antígona já não trata Creonte por 'tio', mas por 'rei', recuperando a eterna imagem do confronto entre as duas figuras. De si mesma fala na terceira pessoa, abrindo assim ao público, espectador do julgamento, um grande plano temporal, que vai desde Atenas aos nossos dias e se abre a futuras reescritas (p. 121):

> Entonces no hay conciliación possible, rey Creonte. Antígona actúa por deberes y por principios, tú por mantener una imagen determinada. Antígona actúa como persona justa y como ciudadana, tú solo como gobernante injusto y como tirano. Antígona actua por amor a su hermano, tú por conserver el poder. Antígona jamás pactará nada contigo, rey Creonte.

Estas são as palavras que permanecem a ecoar no desfecho da peça: um julgamento em aberto, num impasse entre Antígona e Creonte. Pociña recupera a imagem do conflito inultrapassável, que remonta à leitura de Hegel e de Goethe, mas esse conflito é entre pessoas e não entre princípios simétricos. A justiça e os afectos permanecem do lado feminino; Creonte é o tirano. E o julgamento permanence em aberto ao futuro: trata-se do todo dos 'julgamentos'--releituras de Antígona, havidos e a haver – daí o futuro 'pactará' e o distanciamento de Antígona em relação a si mesma, operado pela utilização da terceira pessoa.

Três vozes no feminino: a de Medeia, de Safo e de Antígona. As duas primeiras estão marcadas pelo signo do intimismo e da riqueza e tensão interior do coração feminino; a terceira abre-se ao espaço público, unindo família, afectos, ao sentido de justiça e acção na pólis. Constituem, assim, uma verdadeira trilogia de vozes no feminino que se completa em si mesma.

A última voz, como se disse, é a de Antígona, que ecoa, temporal/intemporal, e se oferece a quem recolha o seu mito para o recriar, nele projectando tensões e interrogações que marcam a historicidade de quem reescreve e quem julga. É esta a força do mito, que se constitui em interpelação constante, do passado ao presente, do passado ao futuro, nas diversas formas que a comunidade vai assumindo.

Bibliografia

Brandão, J. L. (2001) "XIII Festival de Teatro de Tema Clássico 2011" *Humanitas* 43, 842-846.

Bultmann, R.(1967, reed. de 1936) "Polis und Hades in der *Antigone* des Sophokles" in H. Diller (ed.), *Sophokles,* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 311-324.

Fialho, M. C. (2000), "Sobre o trágico em *Antígona* de Sófocles" in V. Jabouille et al. (eds.), *Estudos sobre Antígona*, Lisboa, Inquérito, 29-50.

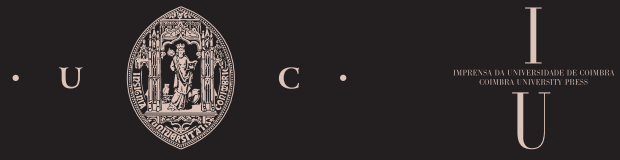
Honig, B., *Antigone. Interrupted* (2013) Cambridge, University Press.

Martínez Martínez, J. M. (2009), "Medea en Camariñas", Philologica Urcitana 1, 71-84.

Rawlinson, M. C. (2014), "Beyond Antigone: Ismene, Gender and the Right to Life" in T. Chanter, S. D. Kirkland (eds.), *The Returns of Antigone. Interdisciplinary Essays*, New York, State University Press, 101-123.

Romero Mariscal, L. (2012), "Safo en el teatro español contemporáneo: *Atardecer en Mitilene* de Andrés Pociña", *Humanitas* 64, 203-217.

João Corrêa-Cardoso Doutorado em Linguística Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é Professor Auxiliar de Linguística Portuguesa nessa instituição. A 26 de Julho de 1999, no Instituto de Letras da UERJ, Rio de Janeiro – Brasil, foi-lhe atribuída a Medalha de Mérito Lingüístico e Filológico Oskar Nobiling e o respectivo Diploma pela Sociedade Brasileira de Língua e Literatura. Da sua carreira docente salienta-se a leccionação em Seminários de Romanística das Universidades alemãs de Hamburg, de Göttingen, de Kiel, de Leipzig, de Freiburg e de Jena. Tem publicado diversos trabalhos, sobretudo na área da Sociolinguística – nas vertentes rural, urbana e escolar –, e ainda na área da Dialectologia, de que se poderão destacar os seguintes títulos: O Dialecto Misto de Deilão (1995), Estudo de sociolinguística escolar em torno das atitudes das crianças de Maputo (I) (1998), Sociolinguística rural. A freguesia de Almalaguês. (1999), Wo meine Heimat ist, weiss ich nicht genau: aspectos da construção linguística da identidade em crianças portuguesas residentes em duas cidades alemãs (2000), Sociolinguística urbana de contacto. O português falado e escrito no Reino Unido (2004).

Maria do Céu Fialho Professora Catedrática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Os seus interesses de investigação centram-se nos Estudos Literários, Línguas e Literaturas Clássicas e sua Receção. Neste âmbito publicou vários trabalhos, dos quais se destacam: «Coimbra na obra de Vergílio Ferreira», Boletim de Estudos Clássicos. Coimbra. 41 (2004) 63-70; "Mito, narrativa e memória" in Que fazer com este património? Em memória de Victor Jabouille. Lisboa, 2004; Introd. e tradução de "Rei Édipo, Traquínias, Electra, Édipo em Colono" in: M. H. Rocha Pereira, J. R. Ferreira, M. C. Fialho, Sófocles. Tragédias, introd. trad., Coimbra Capital da Cultura, 2003; "Sob o olhar de Medeia de Fiama Hasse Pais Brandão" in Medea: versiones de un mito desde Grecia hasta hoy. Granada, 2003:1. P. 1125-1135; "Cidadania e celebração na Grécia Antiga" in Europa em mutação. Cidadania. Identidades. Diversidade cultural, coord. M. M. Tavares Ribeiro. Coimbra, 2003, P. 13-30; "Sófocles, Rei Édipo", introd. trad., Madrid-Conímbriga, 2003.

Série Investigação
•
Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2016